

Controle da opinião pública

UM ENSAIO
SOBRE A VERDADE
CONVENIENTE

SUMÁRIO

1. PLATÃO, PARA COMEÇAR
 - 1.1. Sobre o livro

2. ENTRE COISAS E PALAVRAS
 - 2.1. Além do que os olhos vêem
 - 2.2. Além do que a razão percebe
 - 2.3. A maçã de Newton
 - 2.4. As circunstâncias da maçã
 - 2.5. As causas e os culpados
 - 2.6. Da pneumonia ao colesterol
 - 2.7. Dos papéis democratas às revelações do chofer
 - 2.8. Para ler mais

3. O ESQUELETO DAS PROPOSIÇÕES
 - 3.1. Do dogma à ferramenta
 - 3.2. A criação, segundo as regras
 - 3.3. As formas das formas sem conteúdo
 - 3.4. Fatos, versões, subjetividade
 - 3.5. Algumas relações lógicas e categóricas
 - 3.6. Algumas estruturas de argumentos
 - 3.7. Para ler mais

4. NOMES, ORDENS, ESCOLHAS
 - 4.1. A tendenciosidade das palavras
 - 4.2. Escolha e ordem dos discursos informativos
 - 4.2.1. *Narrar, contar, filmar*
 - 4.2.2. *Personagens e cenários*
 - 4.2.3. *A reconstrução da realidade*
 - 4.2.4. *Relatar, expor, descrever*
 - 4.3. Para ler mais

5. AS FALÁCIAS CLÁSSICAS
 - 5.1. A questão lógica da ambigüidade
 - 5.2. A estrutura do silogismo típico
 - 5.3. Formas para-silogísticas das falácias
 - 5.4. Outras formas de silogismos e falácias
 - 5.5. A estrutura do dilema
 - 5.6. Para ler mais

6. MANEIRAS HUMANAS DE PENSAR

Tópico 1: *Juízos humanos são históricos*

Tópico 2: *Não há jogos inocentes*

Tópico 3: *O pensamento obedece a esquemas*

Tópico 4: *O fundamento da inteligência é a analogia*

Tópico 5: *O pensamento opera com proporções*

Tópico 6: *O conhecimento novo e as idéias antigas*

Tópico 7: *Há espaços em que a contradição se anula*

Tópico 8: *A verdade pode ser imposição ou deslumbramento*

Tópico 9: *A contradição dos sistemas perfeitos*

Tópico 10: *É a democracia um sistema godeliano?*

Tópico 11: *A quem interessa converter*

6.1. Para ler mais

7. A ERA DOS FATOS E DOS NÚMEROS

7.1. Proximidade, atualidade e empatia

7.2. Quantificação, ineditismo e recordes

7.3. Distorções típicas das quantidades

7.4. Para ler mais

8. A DIALÉTICA DO CONTROLE DE OPINIÃO

8.1. As ciências do eu e as ciências dos outros

8.2. A comunicação para a massa dos outros

8.3. O modelo social da opinião manifesta

8.4. A fita métrica da vida social

8.5. A História como processo caótico

8.6. O homem, segundo a matemática

8.7. O homem, à semelhança do computador

8.8. A síntese das ciências do eu e das ciências dos outros

8.9. As contradições da mídia e de seus funcionários

8.10. Para ler mais

9. A ARQUEOLOGIA DO CENÁRIO I

9.1. Quando o mundo é americano

9.2. As bases da modernidade

9.3. A mecânica do golpe de 1964

9.4. Em busca do capital inexistente

9.5. O milagre dos eurodólares

9.6. O consumismo moreno

9.7. Os dólares e o sonho

9.8. À cena, os militares

9.9. Para ler mais

10. A ARQUEOLOGIA DO CENÁRIO II

10.1. A agricultura despede

10.2. A classe intermediária

10.3. O homem comum

- 10.4. A América vai às compras
- 10.5. A redefinição do trabalho
- 10.6. Os movimentos de globalização
- 10.7. A América se encalacra
- 10.8. A crise da hegemonia
- 10.9. O custo da adaptação
- 10.10. Um salto para o futuro
- 10.11. Para ler mais

11. ONZE HIPÓTESES

12. AS LIÇÕES DO FASCISMO

- 12.1. As origens do fascismo
- 12.2. O universo do fascismo
- 12.3. Os modelos fascistas
- 12.4. A propaganda fascista
- 12.5. As leis de Domenach
- 12.6. A propaganda racional
- 12.7. O processo de conformação
- 12.8. As máquinas de propaganda
- 12.9. Para ler mais

13. A UNANIMIDADE RELATIVA

- 13.1. Os planejadores do futuro
- 13.2. Planos e profecias
- 13.3. Os instrumentos de ação
- 13.4. Os intermediários da ação
- 13.5. O oligopólio da informação
- 13.6. O controle como operação complexa
- 13.7. A sociedade precisa de contradição real
- 13.8. Para ler mais

14. ENTRE ONGS E CONSPIRAÇÕES

- 14.1. A privatização do serviço público
- 14.2. Collor: a realidade refratada na tevê
- 14.3. Uma ação exemplar
- 14.4. Coerção e recessão
- 14.5. Perspectivas de futuro
- 14.6. Para ler mais

15. BIBLIOGRAFIA

SOBRE O LIVRO

- Este livro foi organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo é uma espécie de prefácio, em que se invocou Platão para explicar o espírito da investigação que começa; os três capítulos seguintes - 2, 3 e 4 - tratam de aspectos relacionados com o uso diretivo da linguagem; os capítulos 5, 6 e 8 tratam de assuntos relacionados com a Lógica, a filosofia da linguagem e o pensamento; o capítulo 7 aborda os fatores que determinam o interesse por um assunto, enunciado ou tema; os capítulos 9, 10 tratam de história - a construção do cenário em que se processa atualmente o controle da opinião pública; o capítulo 11 expõe as hipóteses que serão desenvolvidas nos capítulos seguintes; os capítulos restantes, até o 14, abordam fenômenos recentes em que se manifestam operações de controle de opinião pública.
- Admite-se, assim, que o leitor interessado na temática mais atual ou jornalística comece a ler pelo capítulo 11, e deixe o começo do livro para depois, se gostar; e que aquele que busca uma reflexão mais diversificada sobre o tema comece do início.
- Em lugar das notas de rodapé, que atrapalham a leitura e a edição, preferi acrescentar no final de cada capítulo um item - "Para ler mais" - com comentários bibliográficos. Neste capítulo, por exemplo, a referência à Graham Greene lembra seu livro *A Kansas City milkman*, sobre a experiência do escritor como redator da United Press, na década de 40.
- O livro foi produzido parcialmente com tempo - portanto custo - cedido pela Universidade Federal de Santa Catarina (dez horas semanais, por dois semestres, como projeto de pesquisa).

1- PLATÃO, PARA COMEÇAR

A filosofia de Platão é atual há 2.350 mil anos. Isso significa que cada tradutor ou comentarista deformou-a um pouco para situá-la em condições históricas distintas, com o que se foi negando a Platão o direito que todo homem tem, de engastar-se em seu próprio tempo e lugar. E será mesmo, hoje, *filosofia*? A palavra aparece em dezenas de línguas modernas; a forma não mudou desde que os gregos a inventaram, mas o conceito de filosofia, o valor que assume na contabilidade da cultura, é diferente do que era no século IV a. C.

Dizem que Platão expulsou os poetas da cidade que idealizou em *A república*. Mas o nome grego *poietês* (ποιητής) se aplicava a artesãos ou fabricantes de bens materiais ou simbólicos: deriva do verbo *poiéo*, que se traduz por fabricar, criar, inventar. Analistas políticos de Atenas, como o lúcido Pseudoxenofonte, atribuíam a essa classe de pessoas, juntamente com os *emporoi* - marinheiros, comerciantes -, a culpa pela corrupção da democracia: assembleias imensas e emocionais, demagogia dos oradores, ocupação do espaço público por negociantes e do espaço cultural pelos sofistas. Era a *tekhné*, o conhecimento voltado para fins práticos, lucro ou poder, cuidando de substituir o *logos*, a razão, a palavra divina, a busca da verdade.

Fabricar, criar, inventar são habilidades para as quais nos educam e que nos podem render êxito e reconhecimento; nossa cultura baseia-se exatamente naquilo que Platão descartava. Não dispensamos a eficácia, o resultado concreto - produtos, aplicações - como prova de adequação de uma teoria. Isso ajuda a compreender porque a visão de mundo platônica é difícil de imaginar e impossível de reproduzir hoje em dia: dedicar-se ao conhecimento sem pretender objetivos práticos ou prestígio social nos soa tão absurdo quanto disputar olimpíada sem adversários ou platéias; ter religião sem liturgia ou fiéis.

Sabemos que não há razão sem intenção e a lógica ancestral não nos parece, como a Platão, validar-se pela origem. Os mais atentos de nós cansaram-se de ouvir a palavra divina entendida segundo a conveniência dos poderosos. Somos pragmáticos, ansiosos por atribuir às coisas sentidos, ainda que falsos, mas compreensíveis para corretores da bolsa ou, como dizia Graham Greene, para vaqueiros de Kansas City. Nada nas culturas modernas sobrevive fora de instituições fragmentadas, que são o que nos restou da unidade institucional das cidades gregas: empresas, escolas, igrejas, clubes, grupos etários, clãs e

tribos de aficionados, partidos, classes e corporações de ofício são os espaços objetivos de nossa cidadania.

Por outro lado, mereceria crédito o filósofo atual que registrasse idéias correntes, nem sempre deixando claro, dentre elas, quais as suas? Transitasse dos fatos singulares às proposições universais, sem considerar discursos particulares de ciências instituídas? Discorresse utilizando linguagem precisa mas comum, imaginando habitar o único remanso de cultura em universo de bárbaros? Descuidasse de citações exatas, de medidas a ancestrais acadêmicos, com a extrema liberdade de transformar o que supostamente foi um deles, Sócrates, em protagonista de diálogos (no todo ou em parte) imaginários? Como o chamaríamos?

Atividade moderna parecida com o que Platão fazia é o jornalismo. Jornalismo de idéias, como convinha na Grécia clássica e não convém hoje em dia (é preciso não confundir jornalismo de idéias com a bobagem pedante que costuma aparecer nos suplementos de domingo). Heródoto fez reportagem sobre a guerra contra os persas, os mistérios do Egito e da Assíria, crimes, profecias; Platão preferiu registros críticos das motivações e razões de seus compatriotas, o que, a despeito do quanto esse tema é árido, rendeu-lhe muitos séculos de celebridade.

Não quer dizer que Platão pretendesse isentar-se diante das questões de seu tempo e lugar. Duas de suas obras - *A república* e *As leis* - tratam de utopias sociais e políticas. Escrever sobre suposta colônia em Creta (*As leis*) ou sobre lugar nenhum (o sentido etimológico de *utopia*, $\square\square + \square\square\square\square\square$) foi recurso copiado por Morus, que inventou a palavra -, Swift, Defoe, Voltaire, publicistas (moralistas ou humoristas críticos, dá no mesmo) que estão na origem de uma camuflagem comum em jornalismo.

Descendente de Sólon (estadista que revogou as leis de Drácon - genuinamente draconianas - e editou as suas, uma das quais mandava degradar o cidadão que ficasse neutro num debate), Platão trocou a ação política pela reflexão teórica, desencantado com as derrotas militares de Atenas e com os excessos do governo dos 30 tiranos, um deles o tio Cármita, outro o primo Críctias. Sua posição ética seria descrita hoje como antielite: do ponto de vista histórico, diriam, foi reacionário; ideologicamente, era espartano. Seu desprezo pelos mercadores em geral, pelos criadores de bens e de discursos surpreendentes que desafiam a verdade instituída é comum às aristocracias intelectuais e de senhores de terras, da mesma forma que a paixão pelo racionalismo abstrato se explica pelo ambiente cultural de Atenas. No entanto, de seu tempo até agora, não houve reformista ou revolucionário que dispensasse alguma evocação platônica.

Nada melhor, por todas essas vigorosas contradições, do que falar de Platão no começo deste livro que resulta de esforço para descomprometer-se com doutrinas, partidos ou escolas. O descompromisso termina sendo a única maneira de investigar prática histórica tão antiga e sempre renovada quanto o controle de opinião pública, que não

é tema de ciência alguma e mobiliza várias delas, de modo que nenhum discurso culto, a bem dizer, o conhece.

Nem profissionais que ganham a vida tentando impedir que os homens pensem umas tantas coisas e convencê-los a pensar outras tantas têm idéia do conjunto do processo de que participam. Nos últimos 40 anos, conversei com muitos deles - políticos, publicitários, educadores, empresários e editores de jornal, militares da inteligência, gente de *marketing* - e jamais obtive senão visões parciais, que não ousam tocar nas conseqüências necessárias, ainda que espantosas, das mensagens que produzem.

O meio acadêmico, inflado de auto-estima, é pior: mais do que se aliena, delira. Não se deve esperar compreensão quando se diz a psicólogos, economistas, antropólogos, lingüistas ou cientistas políticos que o acervo de conhecimentos acumulado nessas áreas (como em qualquer outra) pode servir tanto à preservação quanto à mudança das coisas iníquas - o que tem significado, na prática, beneficiar mais aquela do que esta; ou que a agenda das pesquisas universitárias dos últimos 50 anos tem sido disposta quase sempre por burocratas que objetivam poder, ou negociantes que objetivam lucro. Essas constatações parecerão ainda menos pertinentes ao neurofisiologista, cujo horizonte de trabalho não costuma ultrapassar as paredes do laboratório, ao matemático que estuda redes neurais ou ao pesquisador social que, julgando-se militante privilegiado, antevê partos da História a tempo de providenciarem abortos.

Ao contrário do que pensam, em geral, acadêmicos e outros ingênuos, não é a televisão (como antes não foram o rádio, o cinema, os jornais, os livros impressos) que engendra o controle de comportamentos, sentimentos e idéias socialmente expressáveis, mas estrutura complexa, contraditória, movida pelo instinto de sobrevivência dos grupos que detêm o poder. Essa estrutura funda-se em Freud, Adler, Jung, Hegel, Marx, Weber, Dürkheim, Husserl, Heidegger, Sartre, Peirce, Pavlov, Nietzsche... - pega o que estiver à mão, o que parece servir, caso a caso. Monta cenários, traça estratégias, programa táticas, avança, recua; acumula dados empíricos, contrata e confronta análises, aprende; deixa-se substituir pela repressão, ocupa a terra arrasada, lisonjeia, é humilde nas alianças, impera.

Platão fala, na *República*, de algo similar: o homem que, tendo que sustentar animal grande e forte, estuda minuciosamente seus instintos e apetites, a maneira de se aproximar dele, de tocá-lo, condições que o fazem de mau humor ou bem disposto, sons que o amansam e o irritam; depois, armado desse conhecimento, constrói com ele uma ciência, tomando por boas as coisas que dão prazer ao bicho e más aquelas que o irritam.

Ainda Platão dedica à oratória o diálogo conhecido pelo nome de um dos participantes, *Górgias*. Siciliano, esse personagem terá vivido mais de cem anos; formou oradores, cobrando preços exorbitantes por seus cursos - em Atenas, 43 quilos de prata por algumas aulas.

Ou ele ou Platão criaram a palavra *retórica*, a partir da raiz grega para *falador* (ῥητορική).

Na juventude, Górgias teria escrito *Da natureza ou do não-ser*, em que procurava demonstrar que nada existe; se alguma coisa existisse, seria impossível conhecê-la ou, conhecendo, comunicar esse conhecimento pela palavra. Na maturidade, defendia a tese de que a verdade, correspondência entre realidade e pensamento, é coisa sem sentido; para ele, oratória consistia em falar com beleza e vigor, o que tornaria empolgante e persuasivo qualquer discurso, por menos pertinente e informado que fosse.

No diálogo, Sócrates, Górgias, Polo e Cálicles (este, aparentemente, o único personagem fictício, jovem nobre e rico) discutem se a educação deve pretender o conhecimento e a justiça ou se é melhor concentrá-la na preparação dos jovens para a disputa do poder, adestrando-os no domínio da arte do convencimento. Após Cálicles admitir que, em sua opinião, o melhor tem o direito de mandar nos piores e o mais forte de esbulhar os mais fracos de seus bens, Sócrates leva-o a aceitar que *melhor e mais forte* são a mesma coisa; argumenta, então, que a maioria é mais forte do que qualquer indivíduo e, se ela considera boa a igualdade, essa é, necessariamente, melhor.

Estarão realizados meus propósitos se os caríssimos leitores, ao terminarem o livro, sentirem-se motivados a situar essas questões em nossa época. Pode ser que algum deles explique porque Sócrates, parecendo há 2.350 anos ter razão, até hoje não converteu sociedade alguma, nem o povo de uma só aldeia ou o condomínio de um único edifício.

2 - ENTRE COISAS E PALAVRAS

Se o leitor está habituado a ler ensaios, compêndios ou livros de introdução a qualquer coisa, achará provável, a esta altura, encontrar resenha histórica demonstrando que a experiência humana acumulou durante séculos constatações e inferências que sustentam o acerto das teses do autor, a serem detalhadas nos capítulos seguintes. Talvez não saiba que conta com isso: escavar o passado em busca de suporte para as próprias idéias tornou-se alternativa gramatical comum neste tipo de texto, e gramática é daquelas coisas que utilizamos e reconhecemos inconscientemente.

Cada sujeito que produz manual, tese ou dissertação de mestrado sobre ordenha de vacas, uso da vírgula ou navegação cósmica coloca-se, por esse método, no cume do saber; oferece-se como resultado da aventura humana do conhecimento ou, pelo menos, se insere e legitima entre os citados em rodapé. Sendo defuntos, não poderão protestar que não queriam dizer exatamente aquilo; se ainda estiverem vivos, dificilmente se animarão a debater com quem, afinal, os homenageia.

Há várias modos de construir tais resenhas. O mais usual é exaltar alguns sábios para, através deles, exaltar-se. Fulano era gênio, pensava como eu (duas laudas de citações); Beltrano uma besta, pensava o contrário (mais uma lauda); Ciclano, que ninguém sabe se conheceu a obra de Fulano (cinco laudas de especulação a respeito), teve idéias semelhantes (uma lauda de resumos, quatro de confrontos). Washington Irving escreveu, há século e meio, texto curioso a respeito, “A arte de confeccionar livros”, no qual imagina velhas figuras saindo dos quadros que enfeitavam as paredes da sala de leitura da Biblioteca Britânica (“primeiro a cabeça, depois os ombros”) aos berros de “ladrões, ladrões”.

A maneira mais impressionante de um escritor afirmar-se como inovador ou inconformado articula, pelo contrário, certa dialética *prêt a porter*: toma um clássico, ou alguém conhecido, expõe seus pensamentos, extrai alguns deles cuidadosamente do contexto em que foram formulados, leva-os a conseqüências extremas para provar, afinal,

que são falsos e que o contrário é a verdade. Neste caso, está-se não apenas elegendo o oponente, mas montando todo o cenário para luta livre arranjada, onde o autor citado é aquele que certamente vai perder. Por tal método, pode-se, por exemplo, acusar Adam Smith de não ter considerado condições de produção econômica - instalações fabris, *facilities* - que mal surgiam quando de sua morte, ou igualar o positivismo lógico de Bertrand Russel à *religião da ciência* de Augusto Comte, ignorando as diferentes motivações e contextos históricos das duas doutrinas.

A imposição do eixo de debate tem outro papel: exclui possibilidades incômodas, simulando impasse do qual existem duas saídas - e quem escreve, naturalmente, tem a melhor. Consegue-se, assim, incriminar a engenharia genética pelos riscos que encerra (a clonagem humana, a bio-homogeneização), desprezando as possibilidades que abre à agropecuária ou à medicina. Contestando teóricos totalitários, que consideram as crianças “propriedade social”, e evocando literatura sentimental sobre amor materno, encontram-se argumentos para garantir que elas sejam “propriedade das mães”, em lugar de admitir que não cabem no conceito de propriedade.

Essa forma de argumentar lembra às vezes exercício comum nos manuais de lógica, que consiste em articular com o conectivo “se..., então” proposições que se relacionam de maneira empiricamente absurda: “se elefantes têm tromba, então estou com sono”. Da mesma forma (com o mesmo paradigma, na mesma proporção), se a revolução francesa (ou a russa) não atingiu seus objetivos, então a Santa Aliança (ou o Banco Mundial) dispõe das regras para o melhor dos mundos possíveis.

Não quero dizer que todos os enunciados construídos segundo tais modelos sejam falsos; podem ser verdadeiros. Mas - eis o princípio geral - oportunidade e verdade devem ser buscadas em outro nível que não o da estrutura retórica. Linguagens correntes, formas consagradas tornam o argumento reconhecível e confortador, mas não asseguram mais do que isso.

Ainda assim, arrumação das proposições e escolha de palavras que evocam símbolos e situações familiares numa cultura têm fantástico poder de convencimento. Muitas vezes essas estruturas e evocações comandam a fala ou os dedos sobre o teclado do computador, formulando algo atraente porém distante do que se pretendia comunicar. Não há como escapar inteiramente disso que terá feito Roland Barthes chamar a língua de fascista.

Daí, antes de tentar demonstrar alguma coisa (e assim mesmo, inevitavelmente, demonstrando), acho conveniente resumir informações sobre a distância que vai dos seres aos signos, dos fatos às narrativas e exposições. Ficará evidente que todo enunciado organiza os fatos de dada forma, isto é, impõe uma compreensão do mundo, e que o controle de opinião é, assim, inevitável toda vez que se instaura uma relação de poder ou credibilidade. Espero que gostem do tema.

2.1. Além do que os olhos vêem

Há duas correntes lidando com a realidade. A mais tradicional e quase sempre dominante afirma que ela não existe de maneira autônoma, mas como espécie de ilusão - reflexo de idéia ou princípio supra-humano, essencial, que lhe dá existência; é a posição idealista, sustentada pelos místicos e também, ao menos em público, pelos ricos e poderosos, que nem por isso deixam de acumular terras ilusórias, palácios ilusórios e prazeres ilusórios.

As sociedades tribais costumam atribuir aos seres da natureza essências cósmicas (a localização celestial parte, provavelmente, da constatação da influência do clima sobre as condições de vida); explicam fenômenos naturais através de contos - lendas - em que essas entidades se comportam como se fossem homens, sem algumas das limitações humanas. Os gregos, como outras culturas da antigüidade organizadas em forma de estado, faziam algo parecido, só que povoando com homens-deuses reinos e cortes imaginárias, cujos eventos e paixões determinavam os fatos ou davam origem a seres de nosso mundo; filósofos, os mais sofisticados dentre eles, admitiam a realidade como concretizações de uma só idéia abstrata. Os teóricos cristãos associaram essa idéia fundadora a sua Divindade; tal equivalência aparece desde os primeiros textos do cristianismo, o que pode resultar da grande difusão do pensamento grego naquele tempo, mas adquiriu consistência de sistema ao longo da prolongada gestação ideológica da Idade Média.

A outra atitude é própria dos menos esclarecidos ou necessariamente práticos, para os quais a realidade é como parece; a estes se busca converter com a sedução da liturgia e a identificação social que suprime incertezas e é tão cara à natureza gregária dos homens. Como a massa dos fiéis depende para sobreviver de relações concretas e imediatas com seres reais, guarda a fé para os ritos e a superstição para os mistérios, que se exaltam como alternativa para a solidão, a incerteza e o pânico. No entanto, mantém-se o realismo em questões de trabalho, sobrevivência rotineira e prazer dos sentidos. Tem sido quase sempre assim.

Descartes (não apenas ele, mas ficou famoso por isso) celebrou o casamento entre essas duas vertentes: o idealismo, fala do poder instituído, e a necessidade histórica de libertar as forças produtivas e suas técnicas do mando de teologias intransigentes. Admitindo que Deus é, propôs que o homem também é, porque pensa. Escreveu em latim: "*Cogito, ergo sum*". Traduziram em inglês para "*I think, therefore I am*"; em francês para "*je pense, donc je suis*"; e do mesmo jeito em outras línguas. Em português (ou espanhol), deveria ser, portanto, "penso, logo sou". Mas o(s) tradutor(ES), para evitar o que considerava(m) heresia, preferiu(ram) "penso, logo existo" ("pienso, luego existo"). Era justamente o que Descartes não queria dizer: existir significa aparecer, mostrar-se (etimologicamente, ex(s)istere, "estar para fora") e é claro que

os homens, como as pedras e as folhas das árvores, existem. Deus é: o verbo ser, nesse contexto, reporta-se à essência, não à aparência; a novidade, em Descartes, é que o homem também é, como Deus, e o pensamento a condição que lhe permite *ser*.

Já se vê que o conflito entre materialismo e idealismo (no caso, entre empirismo e dedutivismo), é complicado e, se dirimido, nos teria feito perder discussão quentíssima, que vem ocupando a filosofia há muito e muito tempo. Todavia, podemos aproveitar o mote da tradução portuguesa de Descartes e dizer que as coisas do mundo existem, isto é, aparecem; são aparências. A elas temos acesso através da percepção que, em nossa condição humana, é atrozmente enganadora, como, aliás, observou Platão na sua famosa alegoria da caverna. Basta dizer que a perspectiva foi inventada há apenas alguns séculos, mais ou menos na mesma época em que se queimavam pessoas por afirmarem que a terra gira e o sol não emerge toda manhã do fundo dos mares ou da crista das montanhas.

Mais: as coisas aparecem para nós de um jeito e não de outro por força de circunstâncias impositivas. Nossa escala de tamanho, por exemplo: é ela, a relação por ela imposta, que nos permite medir o litoral de uma ilha desprezando a infinidade de recortes variáveis (são infinitos mesmo, pode-se provar) que as ondas traçam nas praias e pedras, onde se encontram grãos, gotas, moléculas. Ou nossa sensibilidade, que reconhece certas cores (quais, depende do idioma, da cultura, da experiência individual) e despreza as radiações abaixo e acima do que chamamos de espectro, até aquelas que penetram nossos corpos e os atravessam.

A deficiência de percepção humana é tão séria que lidamos conceitualmente com entidades sem referência sensível, como mais de três dimensões em uma equação, as distâncias intra-atômicas, os espaços estelares, a(s) ordem(ns) extremada(s) do caos, os limites do universo, a relação do tempo com o diferencial entre a velocidade de um corpo e a velocidade da luz, a fronteira entre matéria e energia. Nossos testemunhos são tão duvidosos que, embora milhares de pessoas jurem ter visto a evolução de discos voadores e vivido experiências para-normais, não se pode afirmar que esses eventos ocorram.

Que valor de verdade reside na realidade-para-nós? As platéias vêm cartas se multiplicarem nas mãos dos mágicos, coelhos saírem das cartolas, lenços coloridos se amarrarem uns aos outros, coristas que levitam ou, esquartejadas com serra elétrica, aparecem, depois, inteiras e sorridentes. Os fatos nos chegam amarrados em narrativas que pressupõem contextos, pontos de vista, causa e efeito: deduzimos tudo de sons ou símbolos linearmente dispostos, pontos impressos em papel ou pixels em varreduras que compõem, aos pares, imagens similares aos fotogramas, os quais ganham sentido, para nós, quando seqüenciados.

2.2 - Além do que a razão percebe

A arte sempre explorou a fragilidade e ambigüidade da percepção para obter respostas emocionais, jogando, por exemplo, com proporções, luzes e sombras, evocações sonoras. Galerias estão repletas de cristos excitantes; madonas eróticas; retratos de nobres ou burgueses que, por algum motivo, inspiram antipatia; quadros épicos em que, no plano de fundo, aparecem detalhes ridículos, sugestões pacifistas ou rostos de conhecidos do pintor - mensagens sutis, é claro, mas significativas. Comentários musicais impertinentes freqüentam sinfonias, cantatas e missas solenes, até as de réquiem.

A arte industrial faz o mesmo, com objetivos comerciais, institucionais ou políticos. Truman Capote escreve que Marilyn Monroe (em quem pensavam, na época, nove em dez americanos quando se masturbavam), pouco chamava a atenção nas ruas de Nova York: “olhada de relance, parecia apenas mais uma espécie de gueixa americana, garçone de bar, beldade de cabaré”. Marilyn, por quem Capote tinha carinho e admiração, era fruto do tipo de prestidigitação que celebra como notável o que é exemplarmente, gente-como-a-gente.

Wilson Bryan Key, autor furibundo, denuncia mil artificios da arte aplicada à propaganda: pênis traçados em sombras de cubos de gelo, pães e salsichas fálicos, mãos desmesuradamente grandes acariciando gargalos de garrafas de uísque, imagens que passam rápido demais, sons quase inaudíveis - estímulos calculados para percutir no limiar da percepção, exatamente ali onde os olhos podem ver (os ouvidos ouvir), mas a consciência não percebe. Faz a tipologia desses artificios: (a) a inversão figura-fundo, visual ou auditiva; (b) o duplo sentido; (c) enxertos de imagens; (d) projeção taquitoscópica (muito rápida), que aparece, nos anúncios e nos cliques como algo que se vê de relance, não se fixa bem, mas sugere, principalmente, reações; (e) luz pouco intensa, som em baixo volume; (f) imagens sobrepostas com luz de baixa intensidade, formando, quase sempre, retículas; (g) efeitos sutis de luz e sombra.

Key parece-me ele mesmo exemplo de moralidade perturbada, preocupado demais com sexo explícito, temeroso da homossexualidade e da palavra *sex*, que o escandaliza onde a encontra (e como procura!); honestamente, devo confessar que não vi tudo que ele diz ter visto nos anúncios que reproduz em seu livro *The age of manipulation*. Vi coisas parecidas, principalmente em propaganda eleitoral pela tevê: minúsculos e apressados “nem pense” diante dos quadrados correspondentes aos opositores, na reprodução de cédulas oficiais (campanha de Paulo Afonso Vieira para o Governo de Santa Catarina, 1994); retoques com suásticas e foices-e-martelos nas caras retorcidas dos adversários, distorção do som ridicularizando ou tornando irritantes falas gravadas (em várias menções a Brizola, Lula e correligionários destes); retículas de notas de real por detrás da figura do pagante (campanha de Fernando

Henrique Cardoso à Presidência da República, 1994). Mas estou convencido de que isso seria menos relevante se não tivesse ocorrido a desideologização, ou despolitização da política, assunto que discutiremos, se Deus quiser, em outro capítulo.

Heróis de propaganda de bebidas (simpáticos joões-ninguém, cercados por complacência) são vestidos e fotografados de modo a se identificarem com os beberrões e os estimularem a beber mais (campanha da cerveja Kaiser, 1993). Rambos assassinos (filmes da era Reagan) parecem ingênuos como bebês e desprotegidos como pintos de um dia. Imagens frontais em câmara lenta dão aos movimentos impressão de força (por exemplo, na série de tevê “O homem de seis milhões de dólares”); cenários e móveis menores do que o normal corrigem a deficiência de altura ou acentuam as formas do personagem (truque comum nas revistas eróticas). Jovens políticos são mostrados de baixo para cima (o predomínio da altura sublima; pensem nas catedrais góticas), com a camisa social branca entreaberta deixando aparecer alguns pelos (como nos filmes de piratas espadachins). Numa cena destas (começo da campanha de Fernando Collor, 1989), havia, ao fundo, a cruz que celebra o descobrimento do Brasil, em Todos os Santos, Bahia; pouco antes, águas de cachoeira baiana despencavam no vídeo (a corriqueira metáfora da purificação) enquanto o super-herói prometia eliminar os corruptos da administração pública.

Ainda assim, para quase todos os fins práticos, confiamos no que pensamos ver, ouvir, cheirar, tatear, sentir - sabe-se lá com o estímulo de quais enzimas e glândulas de secreção interna, acionadas por quais malícias de *marketing*. Senão, em que confiar?

2.3. A maçã de Newton

Tomemos um acontecimento simples. Por exemplo, a maçã que Newton viu cair e que lhe fez inferir algumas leis importantes da natureza. Temos o fato: a queda, ou seja, movimento vertical de aceleração positiva e constante. Mas pode não ser bem vertical se, por exemplo, o vento soprou, provocando algum desvio; ou sofrer retardo, se a maçã esbarrou, talvez, em folhas da árvore, ou foi minimamente freada por correntes de ar ascendentes. A palavra queda, na língua, não tem o rigor da descrição científica do evento: mais que denominação precisa, é variável que abarca fenômenos semelhantes (que têm algo em comum); pode aplicar-se a coisas tão diferentes quanto uma telha, um raio, um anjo ou um ministro.

O conceito de algo em comum merece ser considerado. Afinal, como na anedota, tartaruga e navio também têm algo em comum, o casco, e se diferenciam porque, se uma tem o casco emborcado para baixo, o outro o tem emborcado para cima; isso não determina que navios e tartarugas se incluam na mesma denominação genérica. O que institui a possibilidade de inclusão no conceito evocado por variáveis lingüísticas (nos permite chamar de maçã frutos verdes e vermelhos,

amargos e doces, polpudos e farinhentos; variedades gala, fuji, *red delicious*; o pomo que iluminou Newton, o que pôs Adão a perder e o que adormeceu Branca de Neve) é um processo mental que eu chamaria de desfractalização.

Explico. Benoit Mandelbrot demonstrou, na década de 1980, que, se aplicarmos grande número de vezes uma fórmula de certo tipo a figuras geométricas (triângulo, círculo), elas irão assumindo aspectos recortados, mas crescentemente menos ásperos: o triângulo parecerá, sucessivamente, o perfil de monte andino, de montanha rochosa mais desgastada, de colina sedimentar em meia-laranja; o círculo começará espinhento como ouriço e terminará suave como o lago do filme *A novilha rebelde*. O processo, que naturaliza formas geométricas (dá origem a algumas técnicas da realidade virtual), chama-se fractalização e se relaciona com a Teoria das Dimensões Fracionárias.

Ora, o que estamos propondo é que a percepção humana faz percurso inverso: desfractaliza aspectos da natureza para denominá-los. Assim, a partir de caules de árvores que nunca são perfeitamente cilíndricos (seriam cilindros fractalizados) e a que se ligam irregularmente raízes, galhos, ramos ou folhas, criou-se o conceito de tronco, capaz de ser estendido à parte do corpo humano que vai da virilha ao pescoço, sustentando braços, cabeça e outros apêndices menos universais, ou, por analogia da representação na árvore genealógica, aos reprodutores que deram origem a uma linhagem de vacas leiteiras ou ricos herdeiros. O cilindro seria a forma desfractalizada absoluta do tronco, decompondo-se ainda mais como círculo que evolui perpendicularmente ao eixo, círculo entendido como ponto que gira à distância fixa do centro.

O homem contempla o mundo complicado; simplifica e classifica exemplares da diversidade em modelos mais gerais, adequados à forma e à funcionalidade que lhes atribui, e destes cria denominações difusas e extensíveis; em certo estágio da história, generaliza ainda mais e formula tipologias mínimas, rigorosas e extensas, sobre as quais estrutura ciências e técnicas, obras suas. Depois se queixa de que as palavras são ambíguas e as coisas inefáveis: não se encaixam bem nesses modelos ideais, descontínuos e ultradesfractalizados. Por que deveriam?

2.4 - As circunstâncias da maçã

Voltemos à maçã de Newton. O artigo “a” (a crase na frase anterior) particulariza (ou determina) o fruto entre todas as maçãs porque caiu naquele exato momento, Newton o viu e dessa visão inferiu leis importantes. A maçã (aquela maçã) é notável porque foi notada; notamos o que se desloca, se transforma, se evidencia: em suma, o que age ou resulta de uma ação, o que institui descontinuidade. A frase “a maçã caiu” é verdadeira se, de fato, a maçã caiu, ou seja, algo caiu e era a maçã. Como sempre ocorre nas constatações, a hipótese contrária é de erro, se não houve queda ou se, tendo caído alguma coisa, não era a maçã.

A maçã coincidiu de cair num lugar da Inglaterra onde estava Newton, a certa hora de certo dia do Século XVIII. O local existe (ou existiu) na natureza, o tempo é dimensão do mundo. No entanto, as exatas coordenadas daquele ponto, o segundo, minuto, hora e dia do acontecimento são determinações convencionais humanas, cujo rigor é, no caso, irrelevante. Basta-nos o século, a Inglaterra (conceito inevitavelmente político) e Newton.

Não se informa o modo como a maçã caiu; terá sido da maneira usual. Ainda assim, jornalista provinciano ou advogado de renome possivelmente modulariam a queda da maçã, dizendo que ela caiu “realmente”, “violentamente”, “furiosamente”. Esses advérbios, ou adjetivos de verbo, não fariam sentido:

(a) dizer que a maçã caiu *realmente* só seria adequado se alguém duvidasse disso (*realmente* permitiria pressupor, então, que não há unanimidade quanto à queda), ou se o discurso transitasse por um mundo possível fictício (Newton estaria sonhando, por exemplo).

(b) para que a maçã pudesse cair *violentamente, furiosamente*, seria necessário par mínimo opositivo, ou seja, a possibilidade do contrário, de a maçã cair sem violência ou sem fúria. Não é o caso no universo a que se reporta a proposição: maçãs caem obedecendo a lei natural, que não admite gradação de violência ou fúria, que são atos de vontade; isso independe do estrago que a maçã possa ter feito na relva ou na cabeça do cientista. Elementar, ingênuo? Como, se são comuns os relatos de terremotos, tempestades e facadas *violentas* ou *furiosas*? Existirão, por acaso, terremotos *suaves*, tempestades *moderadas* ou facadas *sutis*?

O emprego de circunstâncias de modo deveria limitar-se à especificação de situações possíveis e adequadas ao que acontece. O mesmo se pode dizer dos qualificativos em relação aos nomes que modificam nas locuções. As violações desse critério indicam atitudes diretivas de discurso, cuja intenção pode não ser meramente enfática (ou nem isso, mero automatismo da fala), como aquela que atribuímos a advogados de oratória inflamada e a jornalistas provincianos.

Um publicitário, quando escreve que o sabão em pó penetra profundamente no tecido e o creme hidratante nos poros, *lubrificando* a pele (o senso comum é de que tecidos nem poros têm profundidade apreciável; *pele lubrificada* seria pele oleosa), dirige-se a clientela para a qual ‘penetrar profundamente’ e ‘lubrificar’ podem ter sentido fálico, excitante. Da mesma forma, quando Jânio Quadros dizia que iria governar varrendo a sujeira do Brasil (a vassoura era apontada como instrumento de Estado), recorria a imagem comum no imaginário anglo-saxão, em que sujeira é associada à criminalidade e à sexualidade; com algum esforço (estamos no universo de associações possíveis em indivíduos modelados por fortes recalques), a vassoura e o ato de tomá-la nas mãos podem ter leitura lúbrica. Creio que a metáfora teve tanto sucesso

no Brasil não (ou nem tanto) por isso, mas pela capacidade de banalizar a gestão da coisa pública; conseguiu, assim, colocá-la em nível compreensível para o eleitor (ou eleitora) mais boçal - portanto, também para os menos - e indicou culpados únicos (a corrupção, os corruptos) para todos os males reais ou imaginários do país - o que, além de ser o discurso de sempre das direitas políticas, ia ao encontro, na época, do sentimento popular de exclusão das benesses do desenvolvimentismo proiciado pelo Governo Kubitschek.

2.5. As causas e os culpados

Depois da queda da maçã, Newton formulou suas leis. E aí temos um problema sério da retórica: a relação entre seqüência e consequência, seguinte e consequente, estipulada na sentença latina *post hoc, ergo propter hoc*. “Se vem antes, logo é a causa”: se escrevo que Newton viu a maçã cair e formulou os axiomas, estou sugerindo que a queda da maçã causou a formulação das leis de Newton. É isso que os serviços de informação americanos fazem quando divulgam que “em Cuba, país comunista, fracassou (*failed*: a tradução é marota, mas é a que aparece nos jornais brasileiros) a colheita de cana-de-açúcar”.

Existem, no entanto, pressupostos limitando as sugestões de relação causal. Isto se comprova ao verificar como pareceria opaca - no mínimo, incapaz de indicar alguma coisa além das duas proposições constituintes - uma frase tal como “na Malásia, estado capitalista (ou *democrático*, ou *colonial*, ou *altamente industrializado*), fracassou a colheita de látex”: a relação entre “capitalismo” (“democracia” ou “colonialismo” ou “industrialização”) e “colheita de látex” é inusitada porque os primeiros termos e o segundo pertencem a universos conceituais distintos.

Para que o comunismo pudesse ser aceito como causa possível da colheita menor de cana, foi preciso deslocá-lo para o universo dos fatores determinantes imediatos de desempenhos (como, no caso, o clima ou a má administração das plantações). Mas isso contrariava o senso comum; invocou-se, então, o demônio que, sendo entidade mística, não é subjetivo nem objetivo, não se explica e explica tudo, pode estar em toda parte e interferir em qualquer processo. A demonização da doutrina de Marx tornaria possível afirmar, sem cair no ridículo, que “submarinos comunistas” vagavam pelos mares (refletiriam, talvez, sobre o “Dezoito brumário de Luís Bonaparte”?) ou que “aviões vermelhos” (*red*) invadiam o espaço aéreo do Alasca (e, ainda assim, só podiam ser localizados pelo radar).

A noção de *causa* decorre da maneira como os homens interpretam o fluxo de eventos da natureza e não designa, portanto, diretamente, relação própria da natureza em si. Sua definição possível parte das noções de implicação e sucessão: diz-se que *A* causa *B* se *A* e *B* são eventos tais que, em dado contexto, *A* antecede *B* e, ocorrendo *A*, ocorre *B*; por exemplo, *a fuga de capitais causa a queda do Produto Interno*

Bruto se, ao ocorrer, ou tendo ocorrido, *fuga de capitais* ocorrerá, ou ocorreu, em seguida (*em decorrência*), *queda do PIB*.

Sentenças como essa admitem dois entendimentos. O primeiro, existencial, com valor declaratório, afirma que, em dado episódio, a fuga de capitais causa a queda do PIB: o segundo, universal, com valor prescritivo, sustenta que, em qualquer situação (da economia, em países inseridos na estrutura capitalista atual), a fuga de capitais causa ou causaria a queda do PIB; ou, em outras palavras, que, se houver fuga de capitais, no contexto dado, haverá sempre queda do PIB.

Na proposição declaratória ou existencial, admite-se a possibilidade de a causa ser fortuita, isto é, de, em outra situação hipotética, o evento causador resultar ou não no efeito obtido. Na proposição prescritiva, afirma-se que, no mesmo contexto, a relação causal é obrigatória.

Contextos extralingüísticos são componentes intrigantes do mecanismo da comunicação dos homens. Contextos, porém, podem ser modificados. É comum encontrar nas portas de escritórios e repartições públicas a advertência “entre sem bater”, que significa “empurre a porta, não bata nela para que venham abrí-la”. Mas, quando agentes do Governo invadiram *A Manhã*, jornal de Aparício Torelli, e espancaram quem estava na redação, ele fixou na porta um cartaz desses - e todos entenderam a intenção do humorista; não se tratava de poupar a porta das pancadas, mas os redatores. Da mesma forma, a emergência do movimento *hippie* e das viagens espaciais levou outro jornalista de humor, Jaguar, a dar sentido novo à frase “proibida a entrada de pessoas estranhas”, que se costuma pregar na entrada dos condomínios e áreas reservadas: colocou diante do cartaz anões verdes, gigantes disformes e jovens cabeludos.

Um choque de dez mil volts causa a morte de um homem, a ruptura dos cabos de aço causa a queda do teleférico. Mas em relativamente poucos casos (particularmente em eventos da natureza ou atitudes humanas) pode-se afirmar uma causa ou, dentre várias, estabelecer a exata hierarquia delas. Se, por exemplo, o fanatismo com que Joseph Goebbels se aplicou à tarefa de perseguir judeus e servir a Hitler como Ministro da Propaganda fosse causado pelas três ou quatro razões que seus biógrafos (como Ralf Georg Reuth) apontam, então seria o caso de providenciarmos o extermínio preventivo de todo rapaz de pé torto que se doutorasse por universidade prestigiada e não encontrasse emprego compatível. O recurso a causas genéticas é um atalho em contos policiais e narrativas históricas porque culpa a natureza por insondáveis fenômenos sociais e da cultura.

Procura-se a causa necessária quando se trata de eliminar algum fenômeno; tapa-se a lata de lixo que se incendiou para que se o fogo consuma o oxigênio e, depois, se apague. Oxigênio é *causa necessária* de fogo. Mas, se precisamos provocar fogo (acender a lareira), não nos basta saber que na atmosfera existe oxigênio; precisamos de fósforos, que se friccionam na lixa da caixa. O fato de a substância da cabe-

ça do fósforo incendiar-se à temperatura da fricção, na atmosfera, é *causa suficiente* do fogo.

Denomina-se causa, também, ao evento que, em dada situação, é considerado determinante *mais acessível* de um efeito. Nesse sentido, na cadeia de acontecimentos *ônibus em velocidade permitida: buraco no asfalto: quebra do braço de suspensão: perda de direção: capotamento, morte* o primeiro suspeito de ser *a causa* é o buraco no asfalto, porque não deveria estar ali e porque há um responsável pela manutenção da via que pode ser imediatamente responsabilizado. Mas, se a velocidade do ônibus fosse maior do que o limite máximo estipulado, certamente o buraco seria transformado em causa secundária e o peso maior (a atribuição da causa principal, a inculpação) se deslocaria para o motorista.

É fácil aceitar que há muitas causas possíveis para um processo considerado genericamente – por exemplo, *a morte* ou *a derrota*: morresse de muita coisa diferente e perde-se por muitos motivos. Quanto mais específico é o evento, porém, maior a necessidade de identificar uma só causa – e um culpado. O fascínio pela atribuição de causas é parte da necessidade humana de dar sentido aos fatos da natureza e da cultura, produzindo um conhecimento ainda que transitório.

Os culpados, aqueles que estão nas últimas linhas dos romances policiais, são geralmente apontados logo no início da trama pelos discursos oficiais - com impressionante frequência obras de ficção pouco criativas. Querem nos fazer crer que a Primeira Guerra Mundial decorreu do assassinato de um arquiduque na Sérvia e a segunda aconteceu porque os alemães elegeram um maluco chanceler do Reich. Assim se escondem os interesses econômicos que contrapunham os estados capitalistas no início do século XX, ou se simplifica e, portanto, inocenta, o nazismo ou, mais amplamente, o fascismo, ideologia que não começou com Hitler nem se extinguiu com ele. Futricas de reizinhos e princesas, episódios de agressão simbólica (como quando Atualpa, príncipe inca, teria jogado ao chão a Bíblia, por não saber do que tratava ou mesmo o que era um livro), violações de acordos engraçados de tão ambíguos (no processo do colonialismo, ou no genocídio dos índios norte-americanos) são motivos apontados para eventos de tragédia. A política como que se encolhe e resume ao universo das casas-de-família - lugar em que, afinal, se briga em paz.

Por conta de outra maçã, a bíblica, a culpa persegue judeus, cristãos e muçulmanos, ainda os que não se supõem em uma dessas categorias (pertencer a um sistema de valores não é só questão de vontade ou decisão de consciência). Em percurso inverso ao bom senso e à doutrina do direito, a culpa é, assim, ideologicamente julgada hereditária: as crianças nascem com dívidas históricas que deverão compensar, seja pelo que fizeram seus ancestrais, os ancestrais de sua tribo, nação ou povo. Da mesma forma, a culpa é regressiva e transferível conforme a conveniência: culpam-se os pais pelas bobagens de filhos e as amantes pela infidelidade de maridos. Inventar causas, imaginar de quem é a

culpa, castigar culpados não suprime a desgraça mas parece confortar desgraçados e sobreviventes de desgraças.

Quando, num mesmo enunciado, colocam-se o objetivo e o subjetivo, ocorre de a consequência, feita intenção, surgir como causa dos eventos. Pula-se o muro para entrar na casa; Por que se pula o muro? P Denomina-se causa, também, ao evento que, em determinada situação, é considerado determinante *mais acessível* de um efeito. Nesse sentido, na cadeia de acontecimentos *ônibus em velocidade permitida: buraco no asfalto: quebra do braço de suspensão: perda de direção: capotamento, morte* o primeiro suspeito de ser *a causa* é o buraco no asfalto, porque não deveria estar ali e porque há um responsável pela manutenção da via que pode ser imediatamente responsabilizado. Mas, se a velocidade do ônibus fosse maior do que o limite máximo estipulado, certamente o buraco seria transformado em causa secundária e o peso maior (a atribuição da causa principal, a inculpação) se deslocaria para o motorista.

É fácil aceitar que há muitas causas possíveis para um processo considerado genericamente – por exemplo, *a morte* ou *a derrota*: morre-se de muita coisa diferente e perde-se por muitos motivos. Quanto mais específico é o evento, porém, menor a pluralidade.

Denomina-se causa, também, ao evento que, em determinada situação, é considerado determinante *mais acessível* de um efeito. Nesse sentido, na cadeia de acontecimentos *ônibus em velocidade permitida: buraco no asfalto: quebra do braço de suspensão: perda de direção: capotamento, morte* o primeiro suspeito de ser *a causa* é o buraco no asfalto, porque não deveria estar ali e porque há um responsável pela manutenção da via que pode ser imediatamente responsabilizado. Mas, se a velocidade do ônibus fosse maior do que o limite máximo estipulado, certamente o buraco seria transformado em causa secundária e o peso maior (a atribuição da causa principal, a inculpação) se deslocaria para o motorista.

É fácil aceitar que há muitas causas possíveis para um processo considerado genericamente – por exemplo, *a morte* ou *a derrota*: morre-se de muita coisa diferente e perde-se por muitos motivos. Quanto mais específico é o evento, porém, menor a pluralidade.

orque se queria entrar na casa. Daí se infere que a causa dos atos humanos é sempre ideal - a vontade - o que obscurece a circunstância de a vontade ser elo de uma cadeia de relações objetivas com o mundo.

2.6. Da pneumonia ao colesterol

Pouco antes de se descobrir o pneumococo, os médicos alinhavam *com absoluta certeza* as causas da pneumonia: os miasmas, espécie de poluição do ar em ambientes fechados; o *vento encanado*; os choques térmicos; o hábito de permanecer numa só posição; prolongadas dietas alimentares sem vegetais frescos; pouca exposição ao sol; vários outros itens, relacionados com circunstâncias de vida da época nos países frios da Europa. Alguns desses fatores não são, de modo al-

gum, desprezíveis: a pneumonia postural, por exemplo, acomete pessoas que ficam acamadas muito tempo. Mas qual a causa da pneumonia: o agente etiológico, o micróbio? Sem dúvida; eliminado, faz a doença desaparecer. Mas, se fosse apenas isso, considerando o número de pneumococos (e outros agentes possíveis da pneumonia) que passeiam por aí, estaríamos todos liquidados. O que mais causa a pneumonia? A queda da resistência orgânica? Mas por que? De origem fisiológica (processos genéticos, hereditariedade), decorrente de auto-agressões (o *stress*), circunstâncias (carência de nutrientes, distúrbios de metabolismo, leucopenias), infecções debilitantes ou imunodepressoras?

A semiologia médica (estudo dos sinais e sintomas) pode estabelecer o quadro em que a doença está para surgir em um paciente e, eventualmente, permitir sua prevenção. Medidas de higiene e a engenharia sanitária têm resultados espetaculares; as vacinas são, segundo o demógrafo Jacques Lambert, o único tipo de fármaco que alterou efetivamente perfis demográficos. No entanto, a causa de muitas moléstias continua sendo campo aberto à especulação, sobretudo quando o deflagrador, causa suficiente e imediata, é desconhecido, impreciso ou discutível. No mundo dos computadores e das pesquisas de campo, nada mais óbvio para a obtenção de recursos de entidades financiadoras do que comparações estatísticas relacionando o câncer (ou a arteriosclerose, as dores de cabeça crônicas, o pânico) a qualquer coisa. Também nada mais fácil de divulgar do que a informação de que tal ou qual comportamento “faz mal”: a hipocondria, mais ou menos acentuada, é importante fator de mercado; o individualismo triunfante, ao suprimir as grandes causas coletivas, tenta impor como objetivo maior da vida prolongá-la.

Isso cria curiosas distorções de valor; se, por exemplo, a exposição aos raios ultravioletas do sol fosse causa (no sentido rigoroso do termo, “sempre que a, então b”) do câncer de pele, não haveria jangadeiro ou surfista sadio no Nordeste brasileiro e a população de Ushuhaia (na Argentina, na fimbria do “buraco de ozônio”) estaria toda hospitalizada. Que a exposição ao sol *pode causar* câncer de pele, sob certas circunstâncias, não há dúvida; que *sempre causa* ou que *é a única causa*, há toda dúvida do mundo. Não culpem o sensacionalismo da imprensa; ouçam dermatologistas radicais, que são os que mais dão entrevistas. Exagero (unilateralidade, omissão de dúvidas e ressalvas), se existe, é deles, eventualmente involuntário ou sem malícia: estão convencidos de que “causa é causa e está acabado” (são gente prática, de realismo ingênuo); ou julgam necessário apavorar todas as pessoas, confundindo causa necessária e suficiente, para evitar que algumas adoçam; ou foram superexpostos a literatura subsidiada por grupos de pressão (os fabricantes de filtros solares, talvez); ou ainda sofrem de um tipo de miopia que amplifica as tragédias de sua especialidade. Talvez um pouco de cada um desses fatores. No entanto, tentem obedecer ao comando de todos os clínicos e psicólogos - e, se conseguirem conciliar as contradições entre eles, vejam a que se reduz o cotidiano.

Pesquisas partem de hipóteses, e formular hipóteses é admitilas. Daí a emergência de preconceitos, cujas raízes se perdem no passado, geralmente naquele momento traumático (séculos XVII, XVIII) em que produtos das colônias desestabilizaram áreas da economia europeia. Assim, gêneros típicos do Terceiro Mundo são insistentemente suspeitos de fazer mal: açúcar (não mel, sempre louvado alimento); cachaça, rum, tequila, pisco (não uísque, que estimula o coração, ou vinho, fonte de potássio), fumo (exceto, às vezes, o cachimbo, incorporado à figura-tipo dos lordes britânicos), chocolate, óleo de dendê (de palma), café (nem sempre chá, coisa oriental que os ingleses adotaram), pimenta malagueta (mais que a do reino), manga (jamais com leite!), banana (alimento pesado), milho (que a indústria americana redimiou para alimentação humana). Por toda parte há memórias da Europa provinciana, ameaçada pelos perigos solares dos trópicos: a nudez do pecado, o calor infernal que cozinhou marinheiros para além da linha do equador.

A noção clássica de causa, sacramentada pelo empirismo inglês, deve-se a filósofos medievais, como Guilherme de Occam. Francis Bacon retomou o tema, que foi finalmente sistematizado por Stuart Mill. Funda-se nos critérios da concordância, procura de circunstâncias comuns em várias ocorrências de um fenômeno (“todos os doentes comeram camarão”); da diferença, constatação de que o fenômeno deixa de ocorrer quando suprimida determinada circunstância (“quem não comeu camarão não ficou doente”); dos resíduos, supressão de fenômenos de causa conhecida para identificar o que causou o fenômeno restante (se as cobaias de Alexander Fleming contraíram infecção e as que comiam pão bolorento se recuperaram rapidamente, a causa da recuperação foi o bolor, e, nele, o cogumelo penicilínico); e da variação concomitante de dois fenômenos (comparação entre diferentes quantidades de fertilizantes e resultados de colheitas). São processos analógicos, que jamais escapam inteiramente da suspeita de coincidência. Como argumentos, têm substrato ético - e aí mora o perigo.

Admitamos que o colesterol ingerido com alimentos tem papel claramente definido no processo de endurecimento das artérias. Sendo isso verdade, ainda assim há relação causal entre a difusão desse conhecimento (o estímulo das investigações a respeito, a ressurreição de estudos acadêmicos de mais de meio século antes) e a disponibilidade de excedentes de oleaginosas no pós-guerra (década de 1940); a mudança de hábitos alimentares, com o abandono por muita gente das gorduras animais, pode ter prolongado vidas - fato do qual não conheço comprovação estatística confiável - mas com certeza deu destino às reservas acumuladas e à tecnologia agrícola desenvolvida na América do Norte.

Certa vez, na década de 1970, entrevistei cientista do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, sobre a alegada relação entre o ciclato de sódio, um adoçante, e o câncer do aparelho digestivo. Havia intensa propaganda a respeito, patrocinada por usineiros do Brasil e,

principalmente, por grupos americanos citados na época como "importadores", mas entre os quais havia gigantes da indústria de química fina. Ele me explicou que a experiência descrita na literatura e que apoiava a denúncia (resultado objetivo foi a restrição, por longo tempo, da fabricação de refrigerantes dietéticos) consistia na colocação da substância em contato com o peritônio de um tipo de cobaia. Quis saber se o risco era tão sério quanto se proclamava. Respondeu-me que muitas substâncias consideradas inócuas provocariam neoplasia se injetadas na barriga do bicho. "Posso, então, escrever que o perigo não é real, ou que deveria ser confirmado por outros testes?" - perguntei. O cientista então me disse que queria aposentar-se sem ser caluniado, definiu-se como "apenas um velho do Terceiro Mundo". Pediu-me que não publicasse aquilo; e não publiquei.

Terá sido a queda da maçã causadora de Newton conceber suas leis? Se não tivesse relacionado, naquele dia, a atração da matéria pela matéria com a massa e o quadrado das distâncias, Newton teria esquecido o episódio da maçã, em lugar de colocá-la no mesmo espaço conceitual honroso da água que transbordou da banheira de Arquimedes, o grego que sofreu empuxo de baixo para cima igual ao peso do volume de líquido deslocado. Assim, pode-se dizer que, embora a resposta à pergunta seja duvidosa, a maçã do nosso texto é, com certeza, consequência das Leis de Newton, não o contrário.

2.7. Dos papéis democratas às revelações do chofer

A política pode ser definida de muitas maneiras e se realiza em espaços distintos, desde câmaras municipais a sindicatos, empresas, universidades e clubes. Para o senso comum, porém, é uma fala extensa, constituída de discursos que se sucedem como lances de novela. As editorias políticas dos jornais conjugam todas as variantes dos verbos do campo semântico de *dizer*; nos noticiários de televisão, o que mais aparece são rostos falantes, seguidos, em ordem de frequência, por votações e manifestações coletivas. Nestas, importam quantas pessoas se reúnem, sua motivação, o grau de entusiasmo; na eleição ou plebiscito, espera-se o resultado, já que o resto (se houve fila ou não, se fulano ou beltrano votaram pela manhã ou à tarde) não costuma ter importância - nem mesmo as fraudes, que são violações da lei tão corriqueiras quanto cotoveladas em jogos de basquetebol.

O que é dito em público depende de enunciados que se resguardam em papéis secretos e conversas reservadas; são acordos, conchavos e acertos que justificam elevado investimento em espionagem, tornam a lealdade virtude cara. Em todo caso, a política obedece a regras: uma é que nela interessa, mais que qualquer discurso, o quadro que se altera permanentemente (daí existir a crônica ao lado do noticiário, a informação - no sentido estratégico-militar do termo: relato consistente, versão não-contraditória - depois do informe); outra, que os

temas dominantes são os dispostos pelo poder, de modo que impor um assunto representa prova de força.

O fator mais específico da fala política é seu caráter reativo, a maneira como responde e atua sobre outros universos: a economia, as técnicas, a vida quotidiana. Isso é a tal ponto relevante que os fatos políticos mais significativos costumam provir de universos externos: o craque de 1929 foi evento econômico, a revolução russa desdobramento militar, a bomba atômica feito tecnológico. A notícia do craque veio da Bolsa de Valores, não do parlamento; o deslocamento de tropas foi registrado antes nas ruas do que na Duma de São Petesburgo; a bomba avisou pelos sismógrafos que o mundo estava sendo lançado em novo contexto de relações de poder.

Se o que foi dito nesses três parágrafos é pertinente, o que será, então, causa de um acontecimento político: os enunciados públicos que o antecedem? sussurros ao pé do ouvido, encontros a portas fechadas? catástrofes econômicas (como a inflação alemã da década de 1920), sociais (o desemprego na depressão da década de 30), o desfecho de aventuras (as conquistas marítimas do século XVI)?

Vamos colocar um problema concreto: o que terá levado Richard Nixon a renunciar à Presidência dos Estados Unidos, em 1974? Admitindo-se, como é moda atualmente, que a História seja relato linear e auto-explicativo, teremos resposta fácil: as reportagens de Bob Woodward e Carl Bernstein no *Washington Post* sobre a invasão do escritório do Partido Democrata, no Edifício Watergate, por agentes incumbidos de espionar documentos. No entanto, denúncias desse tipo são freqüentes, nos Estados Unidos e em qualquer outro país: geralmente não chegam a ser publicadas, pelo menos de imediato; se publicadas, não conseguem grande repercussão; se conseguem, os resultados não costumam ir além dos discursos oposicionistas e dos registros históricos.

Nixon teria cometido erro fatal não ao ordenar a espionagem em si, mas ao negar a culpa: mentir seria inaceitável para um presidente. Trata-se da melhor versão possível para poupar a imagem institucional do cargo; nada aconteceu, porém, a Lyndon Johnson por ter anunciado, em 5 de agosto de 1964, o ataque de navios norte-vietnamitas e chineses à esquadra americana em águas internacionais do Golfo de Tonkin, conseguindo, com isso, autorização do Congresso para ampliar a Guerra do Vietnã. Logo se soube que tal incidente jamais aconteceu: o que houve de parecido foi um confronto entre o contratorpedeiro *Maddox*, que levava equipamentos de escuta eletrônica, e barcos de patrulha vietnamitas, em águas territoriais do Vietnã (a menos de 12 milhas da costa) e sem participação chinesa, entre os dias 2 e 3 de agosto. O *Maddox* nada sofreu, pelo menos uma lancha foi danificada e, já no dia 4, começavam os bombardeios na costa vietnamita. Retardou-se por dez anos a expectativa de paz; mas nem mesmo dezenas de milhares de soldados americanos mortos nesse período e o impacto da derrota final bastaram para estabelecer oficialmente a responsabilidade de Johnson no episódio.

Admitamos que a imposição do tema Watergate com força bastante para destronar Nixon indique algo mais que a boa qualidade do trabalho dos repórteres ou a substância ética do cargo de presidente dos Estados Unidos. Uma trama teria sido armada para derrubar o Presidente a partir do episódio Watergate. A referência de Woodward e Bernstein a uma fonte de informações - apelidada por eles de *Deep Throat*, Garganta Profunda -, reforça a tese de conspiração. Nixon teria ido além do aceitável ao mobilizar órgãos oficiais de espionagem (envolvidos, por aquela época, no assassinato do líder da organização Panteras Negras em Chicago e na perseguição a grupos contestadores legalizados, como o pequeno Partido Socialista dos Trabalhadores) contra a poderosa estrutura democrata, com sua enorme base política e grande penetração no mundo dos negócios.

Mas os democratas eram ainda poderosos e tinham razões para inconformidade quando Ronald Reagan envolveu-se - e negou-se a admitir isso - no episódio Irã-contras, que incluía operações secretas na Nicarágua, drogas e os demais ingredientes de um escândalo. O barulho que se fez não destronou o presidente: as investigações foram conduzidas de modo a poupá-lo. Contam-se pelos dedos das mãos e dos pés dos doze apóstolos elogios presidenciais americanos a economias à beira da falência, como a do México em 1994 (as vítimas, aí, eram investidores, não soldados ou povos estrangeiros), ao espírito democrático e à moderação de governos sanguinários em países satélites e por aí em diante. Em vários desses casos, houve repórteres que apuraram fatos, sem alcançar a celebridade de Woodward e Bernstein; interesses contrariados, especulações e conversas. O que diferencia tais episódios de Watergate?

Chega-se, assim, ao último patamar da demonstração. O biênio 1973-1974 foi exatamente quando crise cíclica da economia atingia, quase simultaneamente, Europa e Estados Unidos. Mais: a elevação dos preços do petróleo pelo cartel de países produtores após a guerra do Yom Kippur (outubro de 1973) evidenciava a crise estrutural que se prolongaria pela década seguinte - processo cuja raiz monetária (há, evidentemente, outras) é a emissão exagerada e a exportação de dólares. O Presidente francês, Charles De Gaulle, propunha a substituição da moeda internacional por outra, ou a volta do padrão-ouro. Tornava-se evidente o deslocamento de fatias de poder econômico para fora da América.

Ameaça visível era o Japão (falava-se muito do *milagre japonês*), mas se suspeitava que o confronto seria entre diferentes maneiras de organizar o trabalho, não entre países ou sistemas políticos. Era novidade absoluta para a elite gerencial dos Estados Unidos, convencida da superioridade de seu modelo produtivo e acostumada a separar em compartimentos estanques política interna e relações internacionais.

Do ponto de vista que se impunha a essa elite, estava tudo errado, desde o patrocínio de ditaduras militares com componentes nacionalistas na América do Sul até o protecionismo que privilegiava fá-

bricas de automóveis e siderúrgicas ou a ênfase dada aos *mainframes* na política de informática em detrimento dos microcomputadores. Lamentavam-se os US\$ 20 bilhões gastos com a viagem à Lua, no final da década de 60, com resultados econômicos praticamente nulos a curto prazo, razoáveis a médio prazo (graças às tecnologias desenvolvidas) e, a longo prazo, imprevisíveis.

A impopularidade da guerra do Vietnã atingia seu ponto crítico com as versões ambíguas que levavam ao fracasso o acordo negociado em Paris por Henry Kissinger, (assinado em 27 de janeiro de 1973), e que ajudara a reeleger Nixon. Os americanos usaram o tratado para retirar o grosso de suas tropas terrestres, acreditando que assim sufocariam o desgosto nacional com o morticínio mostrado pela televisão. Mas trataram de descumprir os outros itens, acelerando operações secretas e semi-secretas e estimulando onerosíssimas ofensivas sul-vietnamitas durante o ano de 1973. Ao estabelecer relações com a China (perfeitamente conforme o maniqueísmo da guerra fria, em que a União Soviética parecia ser o único inimigo realmente temível), Nixon introduzira elementos novos nas relações com o Oriente: abriu o caminho dos mercados internacionais à imensa capacidade de produção chinesa (à devolução negociada da possessão inglesa de Hong Kong, por exemplo), contrariando a linha de atuação tradicional das grandes potências. A recuperação econômica do Japão e da Coreia do Sul; a presença francesa, soviética e americana na Indochina; a criação da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), uma liga anticomunista, em 1967, tanto quanto a injeção de recursos da URSS na Coreia do Norte; o apoio aos regimes de Taiwan, Filipinas e Indonésia; as relações especiais com a Índia, cuidados com o Paquistão: tudo isso envolveu, de alguma forma, preocupações geopolíticas com a China.

O quadro inicial da depressão psicológica que tomaria os Estados Unidos a partir das elites pensantes (sua melhor expressão seria uma série de filmes, um dos quais obra-prima jornalística, *Hearts and Minds, Corações e Mentes*, de Peter Davis) exigia um culpado - e aí aconteceu Watergate, a trama, as reportagens do *Post*. Isso explica tudo? Não, cria condições para o que aconteceu, estipula um leque de possibilidades, mas não determina como, nem exatamente quando, nem mesmo se aconteceria. Análises essenciais de fatos políticos, qualquer que seja a instância que se pesquise, desenham cenários, não criam roteiros nem designam atores. Trata-se, aí, de variante difusa do conceito de causa necessária, que talvez se possa abordar aplicando algumas das modernas teorias estatísticas que tratam da decisão e da incerteza.

Pode-se também nomear como fato a crise econômica - e tudo mais, Watergate incluído, como conseqüências. Estas sim, dependeriam da representação de realidade dos atores políticos, que estariam interagindo com o que, em última análise, é determinado. Mas essa abordagem funciona melhor, com grau adequado de certeza, em tempo posterior, reportando-se a um mundo em que o analista já não está, que não envolve sua subjetividade. A perspectiva (a palavra informa que se trata

de visão à distância) permite estabelecer certos percursos, modelos de acumulação e catástrofe, que se reproduzem com novas formas.

A combinação da lógica das determinações com o conhecimento de alguns dos universos envolvidos no avanço caótico da História (por exemplo, como se distribui o poder decisório; com que critérios se seleciona e em que velocidade se difunde a informação no sistema; a distorção e tendenciosidade dos mecanismos de interpretação de dados; grau de coesão e nível de contradições sociais; padrões culturais de resposta, valores, atitudes e crenças envolvidos) possibilita algum tipo de antecipação, na qual se contemple, aqui e ali, o acaso. A conclusão, porém, sendo parte do processo, passa a incluir-se na consciência de agentes históricos, que cuidam de administrar a realidade conforme seus interesses. É o dilema dos oráculos, cujos enigmas se confirmam quando não se consegue decifrá-los.

É comum no Brasil estabelecer paralelo entre Watergate e a deposição do Presidente Fernando Collor. Houve também uma campanha de imprensa, iniciada com entrevistas na revista *Veja* - principalmente a do irmão Pedro Collor -, continuada pelos jornais e que teve como maior feito jornalístico a entrevista documentada com o motorista Eriberto França, feita pelos repórteres Augusto Fonseca, J. Santana Filho e Mino Pedrosa (fotos) para o magazine concorrente, *Isto é*.

Eriberto dirigia o automóvel, levava documentos e ouvia as conversas reservadas de Paulo César Farias, tesoureiro da campanha eleitoral de Collor envolvido em negócios duvidosos, antes e depois da posse do Presidente. Ao contrário de Nixon, Collor não foi acusado por um delito, mas por vários; tal como Nixon, as ilegalidades de que o acusaram são corriqueiras: utilização indevida de dinheiro público, intermediação de negócios, transferência irregular de fundos para o estrangeiro ... Em linhas gerais, esses feitos decorrem de um sistema deliberadamente confuso. É claro que quem contribui para fundos de campanha, em qualquer parte do mundo, espera compensações; quem intermedeia essas transações pode guardar algum dinheiro para si e passa a ter relações especiais com o eleito; associações com empresas pressupõem a burla de restrições formais ao manuseio de recursos do Estado etc.

Não vale a pena repetir a argumentação que usei na exposição sobre a renúncia de Richard Nixon; não faço pouco da inteligência dos caríssimos leitores. Mas algumas peculiaridades são, aqui, curiosas: a circunstância de que os dados gerais da história (a origem escusa do dinheiro da campanha, o papel de eminência parda de Paulo César Faria no governo etc) eram conhecidos, mas vinham sendo silenciados, ou mencionados apenas episodicamente, até à publicação da entrevista de Pedro Collor; a representação extremamente personalizada do poder, a carga de rancor liberada contra Fernando, homem que, até pouco antes, dispunha de mídia melhor do que a de qualquer outro presidente brasileiro, desde o estado novo de Vargas; a concentração da campanha em veículos de São Paulo, que abriga o principal núcleo capitalista no Bra-

sil mas, até uma década antes, não dispunha de imprensa com influência compatível, em âmbito nacional; o fato de o noticiário ter sido conduzido à semelhança da cobertura de Watergate (muito lembrada, na época) e com características similares aos moldes americanos - por exemplo, ao abandonar temas de maior amplitude para concentrar-se em evidências concretas, como a compra de um carro médio ou a reforma que Collor fez nos jardins da casa da família.

O que aconteceu com esse curioso personagem, cuja ascensão envolve aspectos reveladores e bem documentados? É certo que seus crimes maiores foram políticos, e nada têm com alguns milhões de dólares levados ou trazidos do exterior, nem com carros de passeio ou plantas ornamentais. Ele destroçou deliberadamente o sistema fiscal, afastou sem qualquer critério funcionários do serviço público tradicionalmente desfalcado e mal-gerido, confiscou o dinheiro da população em delirante experiência acadêmica de monetarismo - mas tudo isso sem despertar reações públicas sérias. Por detrás da promoção de fatos espetaculares que lhe garantia espaço nos veículos de informação, cumpria o papel para o qual fora eleito: adequar a economia do País ao modelo construído no exterior para a América Latina - sem, no entanto, habilidade política para obter dos parlamentares a reforma constitucional exigida pelos credores externos.

Foi a defecção de interesses ligados a esse modelo - os que Collor beneficiava - a responsável, em última análise, por seu afastamento. Como se explica isso? O Brasil é o mais extenso país da América do Sul e o de economia mais complexa. Alguns de seus agentes econômicos estavam entusiasmados; a maioria convencida em tese ou conformada com a impossibilidade de evitar essas mudanças. Mas há grande distância entre apoiar - ou tolerar - uma política e pagar seus custos. Quando as conseqüências pesaram no faturamento, na expectativa de lucros e nos empregos, começou-se a alargar o núcleo de resistência que terminaria, talvez, por sobrestar ou complicar todo o processo - que, de toda forma, não se completaria sem a conivência do Congresso. Desligar-se de Collor, à espera de nova oportunidade, foi o custo menor, o recuo estratégico que evitou crítica mais profunda do cataclismo que começava a demolir estruturas montadas, com grande habilidade, ao longo de mais de meio século de História. O *escoteiro da modernidade* teria cometido erro fatal de avaliação ao não perceber isso - se é que algum dia teve consciência do teor e motivações da novela política que protagonizava.

No caso do afastamento de Collor, de maneira mais evidente do que no episódio de Watergate, desvenda-se o caráter objetivo, não ético, menos ainda retórico, da decisão política. É onde se constata que a realidade que se desvela concretamente, imposta a discursos e convicções, destaca-se do conjunto de elementos gerenciados na construção de uma trama específica e deflagra a crise; conhecidos, aspectos da determinação econômica deixam de ser causa necessária para ser causa

suficiente - e não parece, portanto, adequado considerar a política apenas como sucessão de eventos discursivos.

2.8. Para ler mais

Tenho uma tradução antiga do texto de Irving (IRVING, 1953). Sobre os mitos gregos, leia VERNANT, 1973. O perfil de Marilyn Monroe está publicado em uma coletânea de textos de Capote, *Dog barks*, da qual não tenho a referência bibliográfica, senão algumas cópias de páginas. Barthes referiu-se ao fascismo da linguagem num discurso, mas há no texto apropriações de BARTHES, 1993. KEY está na bibliografia: KEY, 1993. Sobre fractais, MANDELBROT, 1982. A questão da causalidade é abordada em COPI, 1974. Além das coleções das revistas *Time* e *Isto é* (consultei-as na Hemeroteca do Departamento de Comunicação da UFSC), leia-se CHOMSKY- HERMAN, 1988.

3 - O ESQUELETO DAS PROPOSIÇÕES

Richard Montague formulou em 1970 hipótese que vem tendo influência crescente no estudo dos discursos; pode-se argumentar que não foi idéia original, mas nunca a haviam formulado com tanta clareza. Era um passo à frente no avanço da Lógica Simbólica para fora de seu núcleo de origem; a abertura das ciências exatas para a generalizada inexatidão do mundo real - aquele que envolve o homem, em que se constitui seu destino. Essa expansão parece ser o fenômeno mais significativo da ciência em nosso tempo, capaz de dar consistência a conhecimentos que, acumulados com diversas intenções ao longo do tempo, confundem-se hoje na área das chamadas “ciências humanas”.

O enunciado da hipótese de Montague é sintético e unívoco para quem o lê, no inglês latinizado que os cientistas costumam usar; no entanto, torna-se ambíguo na tradução. É que em inglês não se distingue língua de linguagem: é sempre *language*. Fica-se na dúvida se o autor refere-se ao acervo de palavras (um dicionário), a que se aplicam regras (a gramática), ou aos empregos desse acervo e dessas regras por personagens e em situações que diferem entre si como um bacharel de Oxford discursando no aniversário da Harrold's e um gigolô depondo no 86º. Distrito, cenário da série de livros policiais de Ed McBain:

Não há, em minha opinião, importante diferença teórica entre as línguas/linguagens naturais e as línguas/linguagens artificiais dos lógicos; de fato, considero possível uma teoria simples, natural e matematicamente precisa que compreenda a sintaxe e a semântica de ambas as espécies de língua/linguagem.

3.1. Do dogma à ferramenta

Aristóteles, o fundador da Lógica clássica, desprezava o manual, o sensível e o material. “Os cidadãos”, escreveu ele, “não devem exercer nem as artes mecânicas nem as profissões mercantis, porque esse gênero de vida tem qualquer coisa de vil e contrário à virtude”. Nem devem dedicar-se à agricultura, porque “têm necessidade de ócio, para fazer nascer a virtude na alma e para preencher os deveres civis”.

Funcionário da corte de Felipe da Macedônia, preceptor de seu filho Alexandre, que seria chamado de o Grande, jamais passaria pela cabeça de Aristóteles explicar racionalmente o presente pelo passado em trânsito para o futuro. A idéia do fluxo, da superação, é a que menos agrada aos impérios, cada um dos quais tem celebrando, a seu modo, o "fim da História". Podem, para isso, articular contradições e conflitos passados em fábulas cujo sentido é validar as relações presentes de poder; ou, pelo contrário, suprimir o processo histórico, colocando, em seu lugar, um saber transcendente, durável, capaz de atribuir validade eterna ao pacto de dominação em vigor, contra o qual seria insensato alguém se insurgir.

A Lógica de Aristóteles pretende ser instrumento permanente da razão e atende, portanto, ao segundo desses objetivos; de fato, é um conjunto bem articulado de preceitos derivados da estrutura da língua grega, com a omissão de aspectos incômodos, como os que correspondem, em matemática, a variáveis ou a funções. Amputadas essas figuras, as línguas (o grego ou, provavelmente, qualquer outra) podem servir como modelo para esse exercício: são estruturas lógicas - símbolos seqüenciados conforme regras combinatórias - relativamente estáveis, porque se modificam em ritmo lento.

Línguas naturais (o conceito de natural, em *língua natural*, opõe-se a *artificial*, não a *cultural*) servem, no entanto, para discorrer sobre qualquer tema ou representação simbólica de mundos reais ou possíveis, em permanente transformação. Universalidade e versatilidade são o que as distingue dos códigos inventados para algum fim técnico, desde as sinalizações náuticas às placas das estradas e às notações da matemática.

Como as línguas naturais fazem esse prodígio? De que forma conseguem ser padrão de estabilidade relativa e, ao mesmo tempo, mapear o turbilhão da realidade? Por quais mecanismos falam do que é objetivo e do que é subjetivo, das outras formas de expressão e delas mesmas? Sabemos bem o preço disso - o risco da imprecisão, a armadilha da ambigüidade - , mas não deixamos de nos deslumbrar com os recursos mobilizados na engenharia da palavra:

- (a) os enunciados das línguas humanas não pretendem apenas, como na Lógica clássica, estabelecer novas verdades a partir de verdades conhecidas (entende-se, aí, por verdade a adequação do que é dito ao que acontece), mas também perguntar, ordenar, supor - expressar, em suma, atitudes proposicionais. É o que podemos chamar de modos: o indicativo (das declarações, que expressam suposições, verdadeiras ou falsas, seja por erro ou má fé), o imperativo (que implica relação de poder), mas também o modal-probabilístico (que expressa possibilidade ou certeza: *deve, é certo que*), o deontico (o obrigatório e o permitido: *tem que, pode*), o alético (logicamente determinado: *é necessário*

que, é possível que); o epistêmico (o sabido e o confiável: *sei que, acho que*), o bulomaico (o desejado ou temido: *quero que, temo que*) etc.

- (b) enunciados não falam só do presente, do passado ou do futuro como planos estáticos. Através do artifício da seqüência narrativa (em que o conectivo *e* passa a significar *e depois* ou *e então*, em lugar de *e mais*), expressa-se a noção de trânsito da realidade: *comeu o bolo e morreu, foi a Roma e viu o Papa*. Esse mecanismo completa-se com a trama dos aspectos (o perfeito, das ações acabadas; o imperfeito, das que não se sabe se terminaram; o freqüentativo; o concomitante; o contínuo; o progressivo; o incoativo, dos processos que se deflagram, etc.);
- (c) modo, tempo e aspecto são variações descritas geralmente na gramática dos verbos (em sentido amplo, não apenas suas conjugações, mas também locuções verbais ou combinações de verbos e advérbios: o freqüentativo *vou = costume ir = vou sempre*); no entanto, têm ampla representação em preposições, adjetivos e nomes;
- (d) denominações de uma língua natural vão-se aplicando a entidades que se modificam (o que é sina até dos nomes próprios, porque nada perdura na realidade); expressam relações difusas (*belo/feio; alto/baixo*), cujo entendimento depende do contexto (houve tempo em que os lógicos se escandalizavam com o fato de um pequeno elefante ser um animal grande);
- (e) cada enunciado define o mundo possível (o real, os imaginários) no qual estipula sua validade ou adequação; pode, mesmo, transitar de um a outro desses mundos. Eles podem situar-se em universos de discurso (o da economia, da política, do direito, da história, da diplomacia, das ciências, artes, religiões etc.) ou então referir-se aos modos (o dos meus desejos, o das minhas possibilidades etc.). Eventos organizam-se conforme paradigmas - relações essência-aparência nas exposições, causa-conseqüência nas narrativas, tese-antítese nos discursos dialéticos etc.

A partir do texto original ou de de versões difundidas pelos filósofos estóicos, a Lógica aristotélica, foi, de certa maneira, sacralizada ao longo da Idade Média. Estritamente conceitual (desconsidera, no geral, valores, quantidades) teve que confrontar-se com a reabilitação do número (“nenhuma certeza existe onde não se pode aplicar um ramo das ciências matemáticas ou não se pode lidar com essas ciências”, afirmava Leonardo da Vinci, em seu *Tratado de pintura*, do Século XVI); com a invenção da Geometria Analítica e o desenvolvimento do conceito de função, que aparece já em Newton (“quantidades matemáticas, não

formadas pela adjunção de partes mínimas, mas descritas por um movimento contínuo”, define ele, na introdução do *Tratado da quadratura das curvas*) e com os avanços do empirismo (“a razão”, escreveu Roger Bacon, no Século XVIII, “não pode distinguir o sofisma da demonstração a menos que seja controlada nas suas conclusões pelas obras certificadoras da experiência”).

Lá pelo século XIX, a Lógica despencava do patamar das certezas. Ao intervir na formulação de suas inferências, suprimindo algumas para atender à demanda do processo dedutivo nas ciências modernas, George Boole, em sua *Análise matemática da Lógica*, de 1847, inaugurou o processo de redefinição da matéria, caminhando para a concepção que nos interessa aqui: a Lógica como ferramenta teórica. Sendo ferramenta, a Lógica formal ou Lógica simbólica deve adaptar-se às necessidades do trabalho e não o contrário; como instrumento de teoria, adaptá-la (para dar conta da comunicação humana, por exemplo) é tarefa delicada, porque é indispensável manter sua confiabilidade e os parâmetros para isso são os mais abstratos.

A Lógica simbólica moderna deriva não apenas de Boole - cuja principal contribuição foi a construção de uma álgebra da Lógica, delimitada entre a unidade (“o todo”) e o zero (“o nada”) - mas também de Gottlob Frege que, no final do século passado, distinguiu claramente os pontos de partida de um raciocínio e as regras de inferência, mecanismos que permitem chegar a conclusões válidas. O cálculo lógico vem ganhando, desde então, diversidade, sem perda do rigor.

3.2. A criação, segundo as regras

Pelo princípio da composicionalidade, derivado de teorema de Frege, o significado de uma proposição é função do significado das partes e também - acrescentou-se mais tarde - das regras segundo as quais são ordenadas. Daí, posso inferir estas duas conseqüências: a primeira, que a regularidade (a estrutura do texto) instaura o enunciado, que não existiria sem ela; a segunda que, se a maneira de agrupar palavras institui significados, pequenos desvios da regra formal podem ter significação.

Criar tensões transgredindo regras combinatórias é recurso de expressão artística comum em literatura. Não há, por exemplo, como ler literalmente (traduzir seria recriar a obra poética), versos como esses, de Federico Garcia Lorca (“*Cancion inutil*”): “*Rosa futura y vena contenida, / amatista de ayer y brisa de ahora mismo, / ¡Quiero olvidarlas!// Hombre y pez en sus medios, bajo cosas flotantes, / esperando en el alga o en la silla su noche, / ¡Quiero olvidarlas!// Yo. / ¡Solo yo! / Labrando la bandeja / donde no irá mi cabeza. / ¡Solo yo!*”. Palavra por palavra: “Rosa futura e veia (ou veio) contida (ou moderada) / ametista de ontem (ou de há pouco tempo) e brisa de agora mesmo, / Quero esquecê-las!// Homem e peixe (também a constelação) em seus meios (meios, também metades, médiuns espíritas, estilo elegante), sob coisas (ou aconteci-

mentos) flutuantes,/ esperando na alga ou na sela (sela, também cadeira, sede, dignidade eclesiástica) sua noite./ Quero esquecê-las!/ Só eu!/ Lavrando (esculpindo, bordando) a bandeja/ onde não irá minha cabeça/ Só eu!"..

Pode-se sustentar que uma obra de arte resulta, antes de mais nada, de relação sensível com seu tema e seus instrumentos, não sendo, portanto, mera invenção técnica. No entanto, artistas de vanguarda, experimentalistas, têm explorado até o limite a possibilidade de expressar-se operando sobre regras combinatórias e elementos do código lingüístico. Se exageram nesse esforço, debilitam a capacidade de desvelamento que toda arte, por definição, pretende. Quando a intenção de surpreender transparece como sentido único de um trabalho com essas características, costuma-se justificá-lo com intenções revolucionárias. A prática social, no entanto, desmente as explicações: artes eruditas funcionam hoje como laboratórios de pesquisa para artes industriais e são estimuladas também por isso. Aí, na indústria, cada invenção significativa ganhará significados que nada têm com a alegada intenção do inventor.

Assim, performances foram definitivamente introduzidas na inauguração de *shoppings* e no lançamento das coleções de verão, outono, primavera e inverno; o construtivismo está no *design* dos aparelhos eletrônicos, na diagramação dos jornais, revistas e cartazes; efeitos musicais desenvolvidos para denunciar o caos da vida urbana transformaram-se em signo desse caos, perfeitamente adequado à retórica dos filmes promocionais de prefeituras; a arte abstrata gerou linhas muito criativas de estampa em lençóis, toalhas de banho e saias rodadas. Poemas concretos (bem como suas réplicas em cartazes, *outdoors*, *posters*, *displays*, *layouts* de anúncio) substituem a sintaxe gramatical pela disposição significativa de letras e palavras no espaço gráfico Nada disso é mau, mas também não revolucionou coisa alguma.

Um texto (utilizo a palavra aqui no sentido de algo que se teceu, de uma trama) é tão mais claro quanto mais obedece a modelo lógico consentido por quem fala e por quem ouve. Ao tentar compreender enunciados difíceis, lidamos com (a) conceitos desconhecidos, e (b) percursos lógicos que especificam valor e abrangência das variáveis lingüísticas - não apenas regras gramaticais da língua, mas um tanto do que chamamos de estilo e, mais, idéias-ponte que o autor não julgou necessário especificar.

É o problema dos estudantes quando defrontam discursos técnicos de disciplina que desconhecem, ou de pesquisadores diante de produtos de cultura para eles estranha: sentem menos dificuldade à medida que vão memorizando o dicionário e inferindo relações entre termos, presentes ou subentendidos. Torna-se, então, evidente que enunciados são parte de contínuos dos quais extraem pressupostos de significação.

Dois artificios contraditórios aproveitam-se desse encadeamento; em ambos os casos, o resultado é fetichista. O primeiro consiste

em transformar pressupostos em postulados, axiomas, verdades indiscutíveis; o segundo, em subverter enunciados simples escondendo seus pressupostos. A dogmatização do conhecimento (teorias econômicas, uma hipótese ecológica) faz parte do culto de fetiches como *o mercado* ou a *natureza* - aparentados, muito de longe, com o que seja realmente o comércio ou o natural. A omissão de pressupostos (o interesse dos financiadores e produtores, o sentido do discurso de *marketing*) ajuda a criar objetos míticos de consumo, como carros e roupas; faz parte do mecanismo que impõe o consumo como substituto da realização pessoal e transforma o consumidor em sujeito de um sistema no qual é, inevitavelmente, objeto - quer dizer, complemento, ainda que indispensável.

A disciplina do discurso, sua conformação a modelos formais existentes, não necessariamente elimina a possibilidade de expressar-se. O reconhecimento é, aí, ponto de partida da revelação. O fato de a tragédia grega ter modelo rígido não subtrai o valor expressivo do *Édipo-rei* ou de *Electra*; a camisa-de-força do soneto inventado por Petrarca não impediu que Luís de Camões criasse poesia, nem confunde seus bons poemas com banalidades constrangidas no mesmo figurino. É ainda o texto conhecido que permite à inovação formal significar - e o que significará é questão em aberto. Se olharmos de perto criações importantes (como a novela de Cervantes, o teatro de Shakespeare ou a harmonia de Bach), veremos que se constróem confirmando ou transgredindo padrões temáticos e estruturas que as circundam e antecedem.

Tanto a transgressão quanto a conformação a modelos são filões da *copiatividade* publicitária. Quanto à segunda, não há dúvida: o prestígio é gótico, o consumo barroco, o refinamento mora definitivamente em castelos, mosteiros e ruínas. Mas, no pólo oposto, a arte psicodélica vende cigarros a jovens, na exata medida em que crescem as campanhas institucionais contra o fumo; o mecanismo é o mesmo pelo qual o excesso de velocidade nas estradas associa-se a marcas juvenis e os comportamentos anti-sociais aos produtos para crianças. Mesmo o realismo social, com sua tradição revolucionária (Pudovkin, amigo de Eisenstein, queria, lá pela década de 1920, um cinema tão realista que fizesse *pedrear* as pedras), serve para sustentar campanhas de caridade que nobilitam a imagem de empresas e instituições. Utiliza-se, então, o princípio do simulacro. Cria-se a consciência de um problema para, logo em seguida, desmontá-la com contraditórios edificantes, os exemplos: substituindo uma política de empregos, damas bondosas distribuem, aqui e ali, cestas básicas; ao invés de um sistema eficiente de ensino, a reportagem comovente com o bacharel que se formou estudando à noite, no celeiro da fazenda, à luz de velas.

Nada escapa a tipologias estranhas ao enunciado em si. Por exemplo: sinfonias e óperas são sempre tediosas mas elegantes, quando apresentadas em teatros ou salas de concerto (possuir gravações dessas peças é essencial para formar a própria imagem, ainda que não se vá ouvi-las nem se goste delas). Obras de arte acadêmica devem ser olha-

das longamente, como se estivéssemos investigando sua profundidade física; quanto às contemporâneas, é adequado comentá-las combinando conceitos imprecisos em tom genérico de desconfiança.

O discurso das “ciências humanas” é de explicação; a descoberta parece aí pouco importante e o estudioso, do qual se esperam obras volumosas, tem o papel do sacerdote ou oráculo, a que se recorre em busca de interpretações globais, orientações. Nas ciências da natureza, pelo contrário, vale o que se descobre; não é preciso escrever ou dizer muito, já que tudo, aí, é mesmo para iniciados - divulgar, suspeita-se sempre, é deformar. O cientista parece uma espécie de mago dos feitiços a varejo; perigoso ou ingênuo, procura a chave de mistérios particulares; a ele se recorre em busca de soluções imediatas, poções, segredos que rendam dinheiro, poder ou notoriedade.

Nas artes e ciências, valoriza-se a substância desportiva. Busca-se o recorde, a primazia, o virtuosismo, a quantidade do esforço físico ou mental do artista ou cientista: as frases-sínteses, as tiradas espetaculares, a pesquisa exaustiva, as obras do acaso, a excentricidade; o maior agudo, o grave mais portentoso, o salto circense, o tempo que o violinista leva sem retirar o arco das cordas, o número de livros lidos ou a precocidade do gênio. É a partir dessas ambições e avaliações que se formam mesmo as melhores platéias e os quadros profissionais mais dedicados.

3.3. As formas das formas sem conteúdo

Uma das constantes platônicas do pensamento é que a forma deve ter conteúdo. Se tomarmos, porém, *conteúdo* como substantivo do particípio contido, do verbo conter, em oposição a continente (*conteúdo* vem de um particípio arcaico, com a desinência *-udo*, e se especializou para significar “aquilo que está contido”), estaremos usando terminologia imprópria, porque formas significantes não contêm (*mantêm unido, encerram, cingem*) coisa alguma. O conceito que tenho de *cadeira* não é nenhuma cadeira ou coleção de cadeiras, mas uma abstração - quer dizer, outra forma que se aplica ou corresponde a um conjunto de objetos do mundo, as cadeiras. O conceito que expresso quando digo a palavra *cadeira* é algo mental e vago, materializado num registro qualquer no sistema nervoso; nada que a palavra possa *conter*.

A relação entre o conceito e os objetos a que se refere tem sido descrita como função, no sentido que o termo tem em matemática. Isto significa que se mapeia na língua o universo de referência, de modo que cada palavra-idéia reporta-se a um ou mais de um referentes. Cada conceito expressável numa língua é o valor ou co-domínio de um conjunto-argumento, formado pelos *n* referentes a que corresponde. Diz-se, então, que o universo de referência é o *domínio* da língua; neste sentido estrito, falar do mundo é *dominá-lo*.

A mesma noção de função se aplica às relações instituídas entre conceitos por verbos e relacionadores (preposições, conjunções) da

língua. Por exemplo, entre um país qualquer A e sua capital A', há uma relação funcional constante que se aplica a qualquer país e sua capital - a função expressa pela constante predicada "ser capital de". Se "Xangô ergue o machado", posso entender que "erguer o machado" é uma constante que se aplica, por exemplo, ao lenhador, a Thor (o deus nórdico) - em suma, a qualquer um capaz de exercer a função atribuída a Xangô na sentença; mas posso também entender que entre Xangô e o machado há relação funcional tal que sou capaz de construir proporções: "Xango ergue o machado, assim como Ogum ergue a espada, assim como Oxalá ergue o báculo" etc.

Falava há pouco de *referente*. Essa é palavra problemática, que encerra uma armadilha. Está sendo usada, aqui, como aquilo a que se refere uma unidade de significação da língua. No entanto, na crítica filosófica, é usualmente associada a entidades do mundo real, isto é, a seres. Ora, a língua refere-se não apenas a seres do mundo real, mas a entidades de mundos imaginários ou possíveis (unicórnios, exus, visitantes extraterrestres) e a abstrações cuja existência física não é presumida em nenhum mundo (números, pensamentos).

A imposição de uma relação entre a forma lingüística e o conceito foi traduzida por Ferdinand de Saussure, um dos pais da Lingüística, no conceito de *signo*, composto pelo *significante* (a forma) e o *significado* (o conceito), que se conjugam um ao outro de maneira convencional, arbitrária. Mas colocou-se novo problema: hoje, o inglês (pelo menos um registro universal do inglês, tão parecido com a língua falada dos ingleses e americanos quanto o latim vulgar do idioma de Cícero e Petrônio) é a língua da ciência; pois ocorre que, em inglês, a palavra *meaning*, que corresponde a significado (ou ao francês *signifié*), é extraordinariamente ambígua.

É preciso distinguir *significado* de *significação* - palavra também recoberta, em inglês, pela infeliz *meaning*. Em português, desde que se persiga a expressão mais precisa, *significado* é o que a forma significa; *significação* é (1) "o ato de significar", ou (2) "o que esse ato indica, anuncia, assinala". Se digo que algo tem grande significação para mim, digo que significa muito, tem valor apreciável para mim; refiro-me ao ato de significar. Se avisto uma construção em ilha deserta - digamos, dois planos em ângulo assentados sobre um paralelepípedo - o significado da imagem é "casa humana"; a significação, que a ilha é ou foi habitada. Pelo exemplo, significação aplica-se mais propriamente ao signo (o conjunto significante-significado) do que ao significante (a forma que significa).

Outra palavra concorrente, *sentido*, significa (a) "o particípio de sentir"; (b) "o conteúdo desse particípio, o que é sentido"- algo semelhante a significação. A polissemia resulta, aí, da identidade original entre sensação e sentimento, entre sensibilidade (emocional) e percepção (conceitual). Mas o uso contemporâneo de *sentido* é influenciado pelo significado da palavra em Física (relacionado a vetor, portanto ao percurso entre dois pontos), que nos chega através de conceitos opera-

cionais como “o sentido do tráfego” ou “o sentido (a prospectiva) da História” - aplica-se mais a fatos (acontecimentos, processos) do que a signos; quando aplicado a um signo, pressupõe relação com outro(s) signo(s). Assim, aquela casa fará sentido para mim se vi lixo boiando no mar (estou relacionando duas percepções) ou se infiro da presença da casa a finalidade (turismo, pesca) da ocupação da praia.

Se buscamos diferenças, portanto, é possível achá-las. Mas é próprio do sistema da língua que essas distinções possam ser ignoradas na linguagem. Quem produz ou interpreta um enunciado deve estabelecer seu grau de precisão, conforme as circunstâncias. Assim, cabe-me inferir do contexto o que um interlocutor quer saber quando me pergunta: “o que significa ...?”. Será que ele desconhece o significado da palavra? Ou sabe, e procura a significação desse signo? Ou ainda, conhecendo a significação, investiga o sentido que ela adquire, relacionada com outros signos?

O neo-liberalismo, por exemplo, pode significar “conjunto de tais ou quais convicções relacionadas com a gestão da economia” (o significado) ou “redução da proteção regulamentada do trabalho” (uma significação atual), ou ainda “instrumento adotado para universalização do capitalismo financeiro” (um sentido). A primeira dessas proposições é a *intensão* da palavra (o que ela quer dizer, seu *conceito*), correspondendo à *extensão*, isto é, ao conjunto de todas as coisas que possam ser (ou conter) neo-liberalismo; tem a forma de uma definição, no sentido indicado pelo matemático polonês Alfred Tarski, “designação única, exclusiva, do objeto”. As outras duas são propriedades do neo-liberalismo, relacionadas a um ângulo particular ou a uma direção do pensamento.

Pode-se imaginar o conceito como uma imagem; isso parece adequado à relação que se estabelece quando se dá nome a algo que se vê, ouve ou cheira. No entanto, qual seria a imagem de neo-liberalismo? E como representar um cão em geral, ou seja, qual imagem é capaz de representar o conceito de cão, que se aplica a criaturas tão diferentes quanto um pastor alemão e um lulu de madame?

Pode-se também imaginar o conceito como um composto de abstrações. Assim, vaca seria tudo aquilo que Linneu imaginou que fosse: *animal, mamífero, ruminante, bovino, fêmea...* Mas por que não *semovente, manso, comedor de capim, produtor de leite*? Onde buscar os tais *traços semânticos*, por mais que eles sejam úteis para mostrar a diferença, por exemplo, entre *assassinar* (ato de vontade) e *matar* (talvez involuntariamente)? E será que alguém recorre a um quadro sinóptico para reconhecer uma vaca ou chamar alguém de assassino? Parece que não: há mais gente no mundo sabendo o que é uma vaca do que conhecendo o significado de *mamífero* ou *semovente*; é mais fácil induzir os conceitos de mamífero e semovente do conceito de vaca do que deduzir que tal mamífero semovente é uma vaca.

A dependência do contexto cria ainda estranhas configurações, quando se tenta armar chaves classificatórias com palavras. Assim, os *homens* se dividem em *homens* e *mulheres*; os *homens-homens*,

em *homens e meninos*; os *homens-homens-homens* em *homens e covardes*, os *homens-homens-homens-homens* em *homens e brutos...*; se dissessemos que um ser humano, macho, adulto, corajoso e não bruto é “um homem que é homem que é homem que é homem”, teríamos construído, a partir de usos correntes da palavra, proposições do tipo “pertence ao conjunto dos”, nenhuma delas desprovida de informação, ou seja, tautológica.

O mesmo Alfred Tarski a que nos referimos alguns parágrafos atrás propôs, em 1933, outro enfoque para a questão. Para ele, a pergunta relevante é feita às proposições e não às palavras, porque só a proposições, não a palavras, se aplica o conceito de verdade. A verdade (conformidade com o que acontece) recobre, aí, a idéia de contexto; subordina toda proposição ao contexto, ou às condições de verdade. Se digo “a campina é verde”, isso é verdade se, de fato, a campina é verde, o que implica dada situação ambiental e de percepção. Dicionaristas nada mais fazem do que deduzir significados de palavras a partir de proposições com valor de verdade em que elas aparecem.

Proposição quer dizer, em sentido técnico, “enunciado verbal ou algoritmo suscetível de ser dito verdadeiro ou falso”. Extrair proposições unívocas de sentenças é, porém, mais do que traduzir um código. A compreensão é uma operação de inferências feitas a partir não apenas de sentenças, mas também do contexto e da memória. Por isso, as operações demagógicas costumam envolver algum domínio dos cenários e alguma falsificação da História; assim consegue-se que o ouvinte preencha de grandeza locuções vagas, como “direitos humanos”, “desenvolvimento social” ou “vontade do povo”; ou mesmo atribua valor de verdade a bobagens como “as leis do mercado asseguram a felicidade geral”.

3.4. - Fatos, versões, subjetividade

Grupo 1: O dirigível de Santos Dumont contornou a Torre Eiffel; Euclides da Cunha construiu uma ponte e escreveu *Os sertões* em São José do Rio Pardo, São Paulo; técnicos americanos disseram que no Brasil não havia petróleo e, depois que se descobriu óleo em Lobato, afirmaram que as reservas eram pequenas demais para justificar a exploração.

Grupo 2: Santos Dumont projetou seu dirigível para contornar a Torre Eiffel; o contrato para construção de uma ponte em São José do Rio Pardo, São Paulo, permitiu a Euclides da Cunha escrever *Os sertões*; a descoberta de petróleo em Lobato levou técnicos americanos, que antes diziam não haver petróleo no Brasil, a afirmar que as reservas eram poucas demais para justificar a exploração.

Grupo 3: Santos Dumont realizou um sonho de menino ao contornar a Torre Eiffel; a saga setaneja comovia Euclides da Cunha a ponto de ele ocupar na redação de *Os sertões* o tempo de lazer de que dispunha durante a construção de uma ponte em São Paulo; técnicos americanos queriam negar as evidências de petróleo no Brasil e, quando o óleo jorrou em Lobato, mudaram de tática, passando a afirmar que as reservas existentes não justificavam a exploração.

Os verbos do Grupo 1 correspondem a movimentos (*contornou*), transformações (*construiu*) ou enunciações (*disseram*, *descobriu-se*, *afirmaram*). São redutíveis a modelos: vetor (*ir/vir*, pressupondo direção e sentido); sistema (*fazer/fazer-se*, pressupondo *input* e *output*); comunicação (*dizer/ouvir*, *descobrir/aparecer*, pressupondo emissor, receptor, canal, código, mensagem). A natureza do verbo delimita os complementos necessários: (a) de, para, por, através, em torno de etc., nos verbos de movimento; (b) o *input* ("triturou a pedra"), o *output* ("construiu a ponte") ou ambos ("armou com peças de aço a estrutura"), nos de transformação; (c) a mensagem ("disse isto"), o código ("disse em iorubá"), o canal ("disse por telefone"), o receptor ("disse à platéia"), nos de enunciação.

As ações no mundo, os fatos (do latim *factum*, o feito, o ocorrido), são expressas por esses verbos; correspondem às descontinuidades dinâmicas, ao que se constata. Por isso, são os verbos centrais, ou originários (numa gramática transformacional se diria que estão "em nível mais profundo") na estrutura de notícias ou relatórios de pesquisas de campo. As proposições declarativas (no indicativo) construídas com eles são verdadeiras ou falsas, em que pese o conjunto de fatores que relativizam a percepção humana. Um dos mecanismos básicos na análise de verdade de qualquer enunciado parte da busca e separação dos fatos a que se reporta para o confronto com a realidade empírica (experiência) ou com outras fontes (testemunhos).

Toda proposição declarativa (ou indicativa) é dita verdadeira quando corresponde a determinado estado de coisas; em outras palavras, uma proposição como "o jantar está servido" só é verdadeira se o jantar está servido. Isso, naturalmente, acontece em determinadas circunstâncias, não em outras. É condição de verdade a ocasião particular em que a proposição corresponde ao estado de coisas; ou seja, o momento e lugar em que o jantar está servido (é noite, as pessoas ainda não jantaram, a cultura prevê - ainda bem - que pratos e terrinas de comida sejam dispostos para a refeição noturna etc.). Conhecer o teor de uma sentença declarativa é entender as condições sob as quais ela pode ser verdadeira; por exemplo, que a dirigibilidade dos balões era grave problema técnico no tempo de Santos Dumont.

No Grupo 2, as proposições foram alteradas, de modo que os verbos que expressam ação nominalizaram-se: *contornou* deu origem a *contornar*; *construiu* a *construir*; *escreveu* a *escrever*; *afirmaram* a *afirmar*; *se descobriu* transformou-se em *descoberta*. Circunstâncias passaram a ser nucleares nas sentenças: a de instrumento tornou-se intencional ("projetou...para"); a de tempo, concessiva ("permitiu") ou causal ("levou ...a"). As mudanças são não apenas de ênfase (o que já seria relevante), mas também de sentido; resultam versões a que se aplica o conceito de adequação (são mais ou menos adequadas), melhor que o de verdade (conformidade).

Falar de adequação é introduzir uma ambigüidade: adequação aos acontecimentos relatados no enunciado ou à expectativa social que

cerca a enunciação? Uma versão deve (e mais de uma pode) adequar-se aos fatos (no primeiro exemplo do Grupo 2, Santos Dumont terá que ter projetado o dirigível e contornado a Torre Eiffel); essa adequação, e mais as condições circunstanciais de verdade (o começo do século, Paris, a capacidade humana de planejar um feito), fazem-na possível e, em certa medida, provável. Será, no entanto, tão mais fácil aceitá-la quanto mais se integrar com sistemas de crenças comumente partilhados.

Tais sistemas de crenças (ainda quando adquirem o *status* de teoria científica) são também conjuntos de atos de fé que sustentam a confiança em procedimentos e instituições, cuja superação implica custos e crises de identidade. Daí, por exemplo, a dificuldade de aceitação de que a Terra gira em torno do Sol, como deduziu Galileu, e não o contrário; e de que o homem é uma espécie evolutiva de gênero particular de macacos, implicada na Teoria de Darwin - por maior que seja, em cada caso e em cada época, a adequação dessas propostas com os fatos e com as condições de verdade estipuladas pela pesquisa empírica.

A circunstância determinante das transformações (das frases do Grupo 1 para as do Grupo 2) pode ser estilística ou estratégica (evitar a repetição da mesma estrutura de sentença ou manter a unidade temática, por exemplo, em um parágrafo sobre o dirigível de Santos Dumont). Mas disporá o autor de evidências de que o inventor concebeu o aparelho para aquele fim? Será justa (adequada) a ênfase dada à construção da ponte como facilitadora da redação de *Os sertões*? Isso, certamente, envolve complicado mergulho na subjetividade do inventor e do jornalista-engenheiro. Da mesma forma, o papel atribuído à descoberta de Lobato na modificação das versões de “técnicos americanos” (terão sido sempre os mesmos? estaremos nos reportando ao patronímico ou a um compromisso com “interesses americanos”?) denuncia incompetência ou desonestidade desses consultores.

Do fato à versão há distância imensa, por onde trafegam interesses e intenções. Assim, se contra fatos não há argumentos (não há como sustentar, hoje, que o Sol gira em torno da Terra), é contra as versões que eles são cabíveis. Estabelecer versões significa formular o que poderíamos chamar, em sentido amplo, de teoria sobre os fatos, coisa própria e necessária ao espectador, a quem observa (a palavra *theoros* - quer dizer isso, em grego); não são fatos que guiam os homens, mas sistemas de crenças que se concretizam em versões.

O conceito de teoria especificou-se com a formalização das ciências. Teoria, do ponto de vista científico, é um sistema de crenças dotado de coesão e consistência (não-contradição) tal que adquire probabilidade considerável ou, mesmo, valor provisório de verdade, que é bem mais do que mero conjunto de versões. No entanto, teorias devem dar conta dos fatos novos; caso contrário, terão de ser refeitas ou incluídas como caso particular de teoria mais abrangente. Isso acontece quando o universo de fatos considerado se amplia (a Física de Newton teve, assim, estabelecido seu limite); ou quando a perspectiva de abordagem se alte-

ra (digamos, como resultado de mudanças nas relações sociais), impondo o que antes era insuspeitado ou inaceitável.

Os verbos do Grupo 3 envolvem ações subjetivas (*realizou um sonho, comovia, queriam*). A sintaxe das sentenças conformadas por esses verbos não tem padrão constante (atribui-se à subjetividade semelhança com deslocamentos, transformações ou enunciações) e são frequentes as construções metafóricas (*mergulhou em dúvidas, teve acesso a informações, construiu um sistema, falou para si mesmo*). Por idêntico mecanismo, temos (experimentamos) sentimentos *profundos*, pensamentos *claros*, traumas psicológicos, a *angústia* (que significa, originalmente, *aperto*) etc.

A descrição de ações subjetivas é comum nos enunciados de ficção, biografias ou perfis romanceados (nem sempre admitidos como ficcionais), em que se atribuem a pessoas reais intenções e valores conforme sistemas de crenças formulados a respeito delas. No entanto, a verdade dos fatos subjetivos é difícil de estabelecer, mesmo com base nos depoimentos de quem os vivenciou. Há várias razões para isso: além do viés indefinível dos sentimentos, a conveniência de expressá-los conforme tipologias definidas pelo código cultural, a preocupação de cada um com a própria imagem (a representação que dele farão os outros), o fato de a memória (principalmente de fatos remotos) editar as impressões da experiência em narrativas congruentes e auto-explicativas.

Comportamentos têm, originalmente, motivação concreta: o aperto de mão a disposição de não sacar a espada; a aba do paletó a necessidade de abotoar a gola no frio e os botões no punho de prender a luva no combate; a continência, intenção de tirar o chapéu (a armadura). Pode-se imaginar que, esgotadas as circunstâncias de origem, esses signos se transformassem em formas vazias; mas não. Como tudo deve ter sentido, ganham novos valores: o aperto de mão passa a ser contato civil, a continência saudação militar, a gola e botões no punho adereço obrigatório do traje de passeio - que, no Brasil, identifica, conforme a qualidade do pano e aviamentos, certos sujeitos ricos e certas categorias profissionais.

Desde que se memorize um dicionário de significações, isso possibilita escamotear o caráter subjetivo de um enunciado. Utilizando tipologias de expressões corporais, gestos, trajes e escolhas estéticas, consigo dar aspecto de objetividade a informações sobre a subjetividade que, de outra forma, pareceriam versões, adivinhações ou palpites: meu leitor deduzirá que os personagens são novos ricos por causa das roupas caras e de mau gosto com que os vestirei, meus negros terão ocupações modestas e minhas louras curvas sensuais; o delegado de minha história policial usará um anel de ouro bem grosso no dedo mínimo e meu general nunca sorrirá. Esse é um pequeno segredo da expressão realista, que transforma o leitor em decifrador de enigmas: em vez de dizer que a moça é rica, ponho no pulso dela um relógio Rolex; os olhos

dos apaixonados brilham, dos espantados se esbugalham, dos míopes se apertam...

3.5. Algumas relações lógicas e categóricas

Grupo 4: pi é a 16ª letra grega; pi é 80.000; pi é 3,1416; PI é a sigla de posto de informações; PI é a inicial da notação alfanumérica de registro dos automóveis emplacados no Estado do Piauí.

Grupo 5: o resultado da conta é 230; o Amazonas é o rio mais extenso do mundo; o Ministro da Cultura é uma toupeira; Malvinas é um arquipélago do Atlântico.

Grupo 6: o voo Florianópolis-São Paulo dura uma hora; esta universidade foi fundada há 31 anos; o pé de alface custa dez centavos; o terremoto atingiu 6,4 pontos na escala Richter.

Grupo 7: atravessar a piscina equivale a correr do meio de campo à linha média; um difere do outro não só pela altura, mas também pelo caráter; a propriedade deles inclui o lago e a encosta; foi a maior tempestade já vista por D. Guilhermina.

Grupo 8: Santos Dumont era esquizofrênico, homossexual e talentoso; derivados de petróleo, como os de ferro, são estratégicos na sociedade industrial.

As sentenças do Grupo 4 afirmam atributos do mesmo conjunto gráfico (pi, admitindo que não se possa, deva ou queira usar o símbolo grego - π - onde cabível). Na primeira, a relação é de identidade: dizer "pi" o e o mesmo que dizer "a 16ª letra grega". Na segunda e na terceira, as duas quantidades iguais a pi não são iguais entre si porque fazem parte de universos de discurso diferentes - o sistema grego de representação dos números e a geometria do círculo. Na quarta e quinta frases, além do diferencial de representação (a convenção manda colocar as letras em maiúsculas) e da flutuação da leitura (pode-se dizer as letras uma a uma ou formar com elas sílaba, conforme o uso regional e a intimidade com os assuntos), existe a diferença de universo dos discursos em que se estipulam os significados: podem-se imaginar poucos contextos em que um posto de informações se confunda com placas de automóvel (aliás, já em desuso). Em todos os casos, a relação é do tipo código-código: mesmo em " $\pi = 3,1416$ ", pode-se fazer uso do valor sem conhecer necessariamente seu papel como constante nas relações do círculo.

O Grupo 5 expõe a polissemia do verbo *ser* como afirmativo de atributo. Ele vai, sucessivamente, indicar igualdade, identidade, semelhança e pertinência a uma categoria (a dos arquipélagos do Atlântico). As proposições se aplicam a criações humanas (*a conta*) e a denominações de conjuntos de objetos da natureza ou da cultura (*rio, ministro*); a elas se reportam itens de código introduzidos ou explicitados (o valor numérico; os nomes). Note-se o efeito antitético da relação "Ministro da Cultura/toupeira", que aponta para núcleos de sentido contradi-

tórios (trata-se de figura de retórica chamada cúmulo: se não bastasse terem nomeado uma toupeira ministro, foi o da cultura), e a escolha política implicada na denominação “Malvinas”: as ilhas, reclamadas pela Argentina, são chamadas de Falklands pelos ingleses, que as ocupam militarmente.

O resultado da conta é 230, mas, quando digo 230, não entendo “resultado da conta”, porque 230, sendo valor, é termo de igualdade de muitas coisas; no entanto, se o Amazonas é o rio mais extenso do mundo, entendo “Amazonas” quando digo “o rio mais extenso do mundo”. Identidade difere de semelhança (entre o ministro e a toupeira); a ambigüidade do verbo *ser*, nesses casos, corresponde à oposição essência/aparência. O ministro não pode ser, de fato, uma toupeira, porque isso não se enquadra no universo do discurso (o presidente, por exemplo, não é o macaco); então, parece uma toupeira, mas o paradigma dessa semelhança (o ministro não faz buracos, mas é no desempenho lerdo que se comparam) é inferido do próprio enunciado. A noção de aparência desprege-se, assim, da idéia de forma física (visual, sonora). Admitamos, porém, que o ministro tenha os olhos próximos um do outro, e certo prognatismo; haverá, então, duplo sentido (“também na forma se parecem”) que transformará em chiste pesado a crítica pesada, mas sem graça.

No Grupo 6, temos uma série de equivalências entre experiência (*o vôo*), instituição (*universidade*), ser da natureza (*pé de alface*) e fenômeno natural (*terremoto*), de um lado e, de outro, escalas convencionais de aferição de tempo, preço e intensidade, cuja natureza é determinada pelos núcleos verbais. A especificação verbal (*dura, há*) distingue o tempo de duração do tempo decorrido; no primeiro caso, a afirmação é relativamente estável (*o vôo dura, em média ou nas condições tecnológicas atuais, uma hora*); no segundo, o momento da enunciação é condição de verdade (*a universidade terá 32 anos ano que vem, da mesma forma que teve 30 ano passado*).

No Grupo 7, as relações lógicas de equivalência, diferença, inclusão e intensidade aplicam-se a eixos de significação implicados nas sentenças: o grau de esforço físico ou de consumo metabólico é que torna atravessar a piscina equivalente a correr “do meio de campo à linha média”; as diferenças são de altura (objetivamente mensurável) e de caráter (cuja avaliação envolve critérios éticos e pragmáticos); a inclusão é referida ao estatuto jurídico da posse; a intensidade reporta-se à vivência de D. Guilhermina.

No caso dessa senhora, temos uma variante do recorde de intensidade que, ao lado do recorde de primazia (o primeiro homem a ir à Lua ou a lamber um picolé de jiló), compõe um dos fragmentos de mitologia típicos da retórica contemporânea. Embora nada signifique ser “o maior terremoto já visto por D. Guilhermina” (quantos e quais ela já viu?), a proposição tem efeito superlativo; da mesma forma, embora pouco importe, em termos objetivos, para os homens comuns, quem inventou o avião, qual o rio mais extenso do mundo, onde viveu o habi-

tante mais antigo da América, travam-se em torno dessas questões debates acirrados entre nações e academias: neles, ter razão costuma importar menos do que dispor de maiores recursos de convencimento.

Finalmente, no Grupo 8, afirma-se que o referente de um nome próprio (*Santos Dumont*) e um conjunto de substâncias (*derivados do petróleo*) pertenceram ou pertencem a categorias: das (pessoas) “esquizofrênicas, homossexuais, talentosas”; dos (produtos) “estratégicos na sociedade industrial”. Esse tipo de estrutura inclusiva, compreendida na Teoria dos Conjuntos, é importante porque vai constituir a base da arquitetura de muitas locuções: se digo “o inglês barbudo que mora aqui ao lado”, estou particularizando um objeto (o homem de que falo) pela interseção dos conjuntos dos ingleses com o dos barbudos e dos que moram aqui ao lado. O singular especifica que o conjunto resultante deveria ter um só elemento (na verdade, é o conjunto vazio, porque não mora nenhum inglês barbudo aqui ao lado).

3.6. Algumas estruturas de argumentos

Temos, até aqui, que uma proposição que se reporta aos fatos pode ser verdadeira (conforme a realidade) ou falsa; que uma proposição que expressa versão de fatos pode ser mais ou menos adequada (semanticamente, aos fatos; pragmaticamente, às circunstâncias de enunciação). Pode-se, em termos formais, em ambos os casos, afirmá-las ou negá-las. O mesmo não acontece com perguntas (interrogativos), que podem ser respondidas ou ignoradas; com ordens (convites, conclamações), que podem ser atendidas ou desatendidas; e com exclamações (interjeições, vocativos), quer meramente expressem sentimentos, quer pretendam afetar de alguma forma o meio circundante.

Em termos de conteúdo ou processo, admite-se, frente a uma sentença declarativa, dúvida ou certeza, bem como desconfiança ou convicção. É possível subordiná-la a *suponho*, *(des)acredito*, *supõe-se*, *(des)acredita-se*; ou modulá-la por advérbios como *talvez*, *eventualmente* ou, mesmo, *frequentemente*. Afirmar suposição, possibilidade ou probabilidade difusa é formular proposição com valor de hipótese, mas com grau menor de responsabilidade, já que não se intenta demonstrá-la; não se espera do interlocutor que negue (“você não supõe”, “não se supõe”, “não-talvez”), nem se conta, em geral, que ele possa estabelecer condições não-eventuais (“sempre”, “nunca”) ou não freqüentes (“raro”, “improvável”).

Na linguagem das notícias de valor técnico e relatórios de campo (os informes militares, por exemplo), a norma é excluir os dubitativos por irrelevantes. Suposições e crenças tornam-se usualmente ponto de partida para investigações que as confirmam ou desmentem; *frequentemente*, *eventualmente* assumem valor técnico, referidos a ocorrências estatísticas ou graus de previsibilidade. Nesses casos, boatos ou interpretações novas que se quer veicular podem ser subordinados a sentenças negativas, tais como “as autoridades negam que ...” (comu-

mente um fato) ou “não há indícios de que ...” (comumente, uma versão). Há milhares de exemplos em notas de chancelaria, informes plantados por especuladores em bolsas ou campanhas eleitorais.

O recurso se presta à difamação. No começo da década de 60, a mulher do Presidente João Goulart, Maria Teresa, era jovem. Bonita, sempre a comparavam com Jacqueline, então casada com John Kennedy. Na campanha que levou à deposição de Goulart da presidência, um jornal publicou nota editorial dizendo mais ou menos isto (estou citando de memória): “Não é verdade que D. Maria Teresa tenha comparecido à festa privê acompanhada de seu chofer...”; “esse boato pretende denegrir a imagem da Primeira Dama...” O que estava fazendo era difundindo a versão que, se existia (podia-se ter providenciado a existência), era restrita ao ambiente das fofocas de corte da capital. A forma indireta valeria apenas para fabricar um álibi (a obrigação de informar) para a violação ética (difamação, invasão de privacidade); munir o advogado de algum argumento, no caso de, em eventual processo judicial, ter-se necessidade de mascarar a motivação certamente política.

No período de vigência do Ato Institucional nº 5 (por dez anos, a partir de 1969), os serviços oficiais de contra-informação brasileiros utilizaram algumas vezes artifícios similares. Por exemplo: ao proibir a publicação de qualquer nota sobre o desvio para Luanda (recém ocupada pelo Movimento Popular para Libertação de Angola) de navio do Lloyd Brasileiro que partira do Rio de Janeiro transportando suprimentos para o IV Exército (no Nordeste), os militares da inteligência estavam promovendo divulgação restrita (visando embaixadas estrangeiras e a oposição esquerdista interna) dessa evidência do grau de compromisso brasileiro com o partido do líder angolano Agostinho Neto.

Naturalmente, pode-se supor (?) a estupidez da censura, ou a ingenuidade do editorial sobre D. Maria Teresa; pode-se também propor que ela tenha comparecido a alguma festa ou que jamais um navio do Lloyd se tenha desviado para Luanda (não sei se alguém se deu ao trabalho de apurar tais fatos), mas os efeitos políticos em nada mudariam.

Outro mecanismo, básico em propaganda, é dar aspecto declarativo a um imperativo (ou seja, em série de intensidade decrescente, a ordem, convite, conclamação, apelo ou sugestão). Para isso:

(a) arma-se um argumento chamado de silogismo, que consiste em extrair a conclusão de uma proposição abrangente (a premissa maior) e outra mais restrita (a premissa menor). O termo maior aparece apenas na premissa maior; o termo médio, nas duas premissas; o termo menor, na premissa menor. Eis um exemplo:

O homem é [um ser] mortal (premissa maior)
Eu sou homem (premissa menor)

Eu sou [um ser] mortal (conclusão)

Termo maior: [um ser] mortal
Termo médio: homem
Termo menor: eu;

(b) toma-se, como premissa maior, juízo de valor sobre que há crença generalizada, entre o público alvo do anúncio. Por exemplo, “parecer jovem é bom”, “comunistas são perigosos”. Esse juízo de valor, sendo pressuposto, não aparecerá no argumento; a omissão da premissa (do termo maior) chama-se, tecnicamente, de *entinema*;

(c) associa-se o produto ao primeiro termo do juízo de valor (a juventude, os comunistas), por evidência (usar tênis; estar presente numa reunião do Partido), demonstração (“estrelas de cinema”, já meio fenecidas mas que nem parece, “usam o produto”; “ele votou certa vez com os comunistas”), proximidade ou analogia (o produto é mostrado em reuniões de adolescentes; o político à frente de bandeiras vermelhas - as do Divino Espírito Santo servem -, com o punho erguido ou em visita à China).

(d) o consumidor ou eleitor agirá como se quer (comprando, não votando), baseando-se em proposições declarativas e com a certeza de ter ele concluído (que o produto é bom, o político perigoso), de forma consistente com crenças perfilhadas por seu grupo social.

O mecanismo da associação suprime o rigor do argumento (difícilmente ele seria aceito como lógico), mas não sua eficácia.

A supressão de premissas ou pressupostos é comum na linguagem corrente. Tomemos os adversativos *mas*, *porém*: o termo conseqüente (o que vem depois) não contraria o termo antecedente, mas uma inferência dele. Se digo “amo, mas não sofro”, estou presumindo a ilação “quem ama, sofre”; ou, colocando a sentença mais próximo sua forma lógica, “se alguém ama, então esse alguém sofre”. É tal presunção, não o amor, que suscita o paradoxo do enunciado.

“*Hay que ser duro, pero sin perder la ternura jamás*”: a frase, atribuída a Ernesto Ché Guevara, não afirma contradição entre *dureza* (a palavra, nessa exata situação de uso, não tem tradução precisa) e *ternura*, mas nega a premissa de que uma exclui a outra. Essa premissa faz parte da versão da realidade que iguala opressores e libertários; é desmobilizadora porque nega sentido humanista à luta revolucionária. Ao afirmar a ternura, Guevara estabelecia padrão de conduta capaz de validar a guerrilha como instrumento radical, mas válido, de ação política.

Nas proposições indicativas, a relação paradoxal estabelecida pela adversativa não desmente o pressuposto do antecedente; apenas o invalida para o caso do conseqüente. Isso significa que uma afirmação como “ele é judeu, mas não sabe fazer negócios” não contribui para negar o pressuposto de que “os judeus são negociantes espertos”; pelo contrário, o instaura como ponto de partida para o raciocínio e, portanto, admite que “os judeus são, em geral, negociantes espertos” ou que “se A (alguém que não o mencionado no contraditório) é judeu, é, pro-

vavelmente, negociante esperto”. Já que premissas ideológicas, como essa, validam-se no universo da probabilidade (são versões que se supõe induzidas de supostos estoques de fatos ou experiências históricas), seria necessário, em tese, acúmulo alto de adversativas para comprometê-las - situação em que a adversativa se tornaria inadequada, mas ou menos como “ele é judeu, mas é negociante esperto”.

Quando o antecedente é fatural e o conseqüente categoria (“ele não sabe fazer negócios, mas é judeu”), o contraditório se aplica, ainda aí, à premissa (“aquele que não sabe fazer negócios não é judeu”); o acúmulo de adversativas, porém, construídas igualmente com antecedentes fatuais (tais como “ele não é circuncidado” ou “ele jamais entrou numa sinagoga”), conduz mais facilmente à negação - do conseqüente, isto é, daquilo mes-mo que se afirma, que se trata de um judeu. Essa é a estrutura do célebre discurso sobre o assassinato de César, na peça de Sheakespeare: iniquidade por iniquidade, Brutus as fez, mas “era um homem honesto”; logo, Brutus não era um homem honesto.

Eis aí a retórica - ou usos particulares da lógica-ferramenta? Seja o que for, com isso é que temos que lidar, se pretendemos dar conta da maneira como os homens se comunicam e, em particular, como esclarecem ou enganam, uns aos outros e a si mesmos.

3.7. Para ler mais

Algumas das idéias de Montague estão em KALISCH-MONTAGUE, 1976. Sobre Semântica Lógica, entre outros, KEMPSON, 1977 e CANN, 1993. De Frege, FREGE, 1978. De Tarski, TARSKI, 1972. Sobre teoria da notícia, VAN DIJK, 1990. Sobre fundamentos da Linguística, LYONS, 1976 (existe uma tradução brasileira). Sobre a história da Lógica, há um resumo em HEGENBERG, 1973. O poema citado de Lorca está na página 417 de LORCA, 1966.

4 - NOMES, ORDENS, ESCOLHAS

A área de conhecimento que estuda as línguas humanas desenvolveu-se ao longo do tempo e adquiriu certa sofisticação sem se ocupar da validade ou verdade dos enunciados; ou da estrutura dos argumentos mais comuns - narrativas de fatos, cartas, relatórios, comunicados. Gramáticas clássicas são como códigos de cartografia que normalizassem mapas sem considerar a relação que linhas e sombras devem ter com litorais, rios ou curvas de nível; ou cursos de arquitetura detalhista, que não conseguissem ir além das condições de funcionalidade e estética do assentamento dos tijolos.

Por que é preciso afirmar sobre o todo para negar adiante, em listas de exceções? Por que se limitar à sentença, ignorando o texto e o contexto em que ela é dita? Para que servem categorias indefiníveis como *nome comum*, *nome concreto*, *nome abstrato*? Deve-se considerar de modo idêntico (como variação de número) o plural de nomes que expressam o contínuo e dos que expressam o descontínuo? Não será amor excessivo à tradição (ou à arbitrariedade do signo) preservar o erro do gramático latino Varrão que, há 1900 anos, traduziu o grego $\alpha\iota\tau\alpha\tau\eta\eta$, objetivo, como se fosse $\alpha\iota\tau\alpha\omicron\mu\alpha\iota$, acusativo, condenando, assim, para todo o sempre, os objetos diretos à estranha denominação de delatores?

Para entender esse fascínio por conceitos inexatos, pelo saber antigo bastando o mérito da tradição, o conflito permanente com a intuição dos falantes, a rejeição dos significados e da integridade dos discursos, cabe formular a pergunta clássica da investigação criminal - *qui potest?* A quem interessou, em cada momento, o estudo das línguas? Quais as intenções que o impulsionaram, ou, em outras palavras, que ideologia tem motivado esse estudo?

Na antigüidade clássica, a verdade era problema da filosofia, que a igreja medieval incorporou: no lugar da dúvida, pôs o mistério; no da investigação, o dogma; vigiando, os tribunais do Santo Ofício. Quem cuidava originalmente de unidades de discurso mais amplas do que a sentença era a retórica, que teve sua glória na semiologia dos escolásticos, brilhava ainda no Século XVII, mas acabou sendo posta de lado. Deixou de herança alguns conceitos na crítica literária, conhecimento

tão apaixonado por seu objeto que quis ser literatura também: busca interpretar, eventualmente celebrar ou desqualificar obras de arte feitas com palavras (o belo, diria Immanuel Kant, no século XVIII, não é necessariamente o bom e útil, mas o que suscita emoção peculiar).

O objetivo dos primeiros lingüistas foi preservar documentos redigidos em línguas que sofriam processo de desaparecimento ou transformação radical. Essa a motivação de Pânani, que descreveu o sânscrito, idioma dos textos sacros indianos; dos gramáticos de Alexandria que, no Século II antes de Cristo, aplicaram as noções aristotélicas de sujeito e predicado à descrição do grego; ou de Donato que, na Roma do Século VI, produziu *De partibus orationis ars minor*, tratado de fonética e estilística do latim clássico.

Em outras épocas, as línguas foram estudadas com a intenção de manter a unidade de sua forma na vastidão de um império. São estudos que, num primeiro momento, dão ênfase à pronúncia, como os de Quintiliano, romano que se esforçou para mostrar como e quando se diziam vogais e consoantes - com cuidado similar ao de professores de escola colonial francesa ou instrutores de cursos da BBC de Londres. Essa preocupação de Quintiliano, um século antes de Cristo, justificava-se diante das multidões de escravos e migrantes da capital; da distância que a separava das legiões aquarteladas nos confins da Europa; e da tarefa de erosão lingüística promovida pelos povos que iam assimilando e mudando o latim.

O fundamentalismo religioso que substituiu o Império Romano, com grande apelo popular, manteve por muitos séculos a unidade ideal de uma Europa que se fragmentava em centenas de dialetos. Na etapa final da Idade Média, novos estados se formaram com territórios extensos. Para muitos deles, tratava-se de impor um idioma sobre outros; na essência, a língua da região dominadora, com a incorporação de palavras novas, geralmente tomadas do latim e do grego. É o caso do castelhano, empurrado a galegos, catalães e aragoneses como língua da Espanha; do francês de Paris; do inglês londrino.

A imposição do idioma, em alguns casos, antecedeu a criação de estados nacionais; serviu de argumento, na Itália ou na Alemanha, para propor a unificação de burgos, reinos e principados. Os processos de difusão atendiam já às necessidades de comunicação das sociedades mercantis modernas; incluíam o teatro, arte de massa, e, mais adiante, as filosofias nacionais e seus publicistas. Completaram-se com a instituição escolar e a indústria gráfica. São línguas com data de criação e pais conhecidos: Camões; Dante, Bocaccio, Petrarca; Cervantes, Quevedo; Milton, Shakespeare; Racine, Molière; Lomonosov, Pushkin, Gogol ...

A escrita relaciona-se, na origem, com a magia, mas sempre expressou poder político: os textos desses partos literários foram exaltados com orgulho patriótico. Na Gramática de Port Royale, do Século XVII, o francês aparece como idioma mais claro e explicativo, portanto mais adequado à inteligência; em Hegel e em seu discípulo Augusto Sc-

hleicher, no Século XIX, o alemão surge como representação da dialética, em um, e, noutro, como resultado de seleção natural, à maneira do evolucionismo de Darwin. “O mais importante numa língua”, escreve Hegel, “é quando as determinações do pensamento afetam a forma de substantivos e verbos, isto é, uma forma objetiva, e é nisto que a língua alemã se mostra superior a muitas outras línguas modernas”. E Schleicher: “No atual período da vida da humanidade, os vencedores na luta pela existência são sobretudo as línguas da família indo-germânica”.

Quanto partiram à conquista do mundo, os europeus encontraram idiomas estranhos. Mas estavam, no geral, com pressa e por demais confiantes em sua própria superioridade para dar valor à experiência cultural dos povos do Extremo Oriente, das ilhas do Pacífico, da América ou da África. Quando muito, queriam saber o necessário para copiar técnicas, organizar a produção e desenvolver arremedos de diplomacia. Daí surgiu nova linhagem da Lingüística - a que objetiva a catequese, serve à sedução, pressupõe inferioridade dos falantes nativos, o que significa desprezar em aspecto essencial o material de estudo.

Exemplos desse projeto marcam a literatura sobre línguas do Oriente, da África e da América. O mais bem documentado e o mais significativo, do ponto de vista técnico, foi o estudo das línguas indígenas dos Estados Unidos após o genocídio das grandes nações, celebrado nos filmes de *far west*. Julgou-se necessário aprender essas línguas para conquistar (portanto, *suprimir, impedir de renascer*) o que restava de culturas, já então desprovidas não apenas de auto-estima mas de meios de subsistência; havia pressa nisso que se considerava empreitada humanística. O governo americano contratou um antropólogo húngaro, Franz Boas; desenvolveu-se, sob a orientação desse especialista, o método de estudo baseado no registro e confrontação dos sons em busca de pares mínimos distintivos de significação. Quanto à inevitável questão dos significados, estabeleceu-se que só seriam considerados os conceitos que se referissem a objetos materiais - uma aproximação entre referência lingüística e referentes empíricos. Excluída a abstração, a descrição das culturas, seu registro idiomático, resume-se à forma das tigelas, ao modo de assar a carne ou de fritar o peixe, à descrição objetiva dos rituais - o conteúdo de um almanaque de curiosidades. Que conceitos de liberdade, verdade ou direitos terão tido esses povos? Como será que concebiam o amor, o conhecimento, a dignidade?

Um gramático jesuíta escreveu, na década de 1920, que o quíchua antigo, anterior à invasão espanhola do Império Inca, tinha vinte palavras para expressar funções do pensamento (*pensar, imaginar, conceber, criar artisticamente* etc.); mas que, no quíchua falado pelos índios de seu tempo, haviam-se reduzido a duas, *lembrar* e *esperar*, de modo que apenas elas teriam de servir, na língua nativa, à difusão da fé. Observações desse tipo são anedóticas como as lágrimas da visita desastrosa que lamenta ter quebrado um vaso de porcelana da dinastia Ming;

pouco interessavam à Lingüística, que se preocupava em conhecer as línguas sem considerá-las produtoras de sentidos.

Movidos por interesses definidos - descrever para preservar, ensinar para impor, traduzir para apropriar-se do conhecimento - os estudos de linguagem não conseguiam, a rigor, alcançar objetividade científica senão quando trataram dos sons, que são a realidade material da linguagem; aparentavam, por outro lado, neutralidade política, embora cuidassem do material no qual se expressam todas as relações de poder. É certo que posturas ameaçadoras afloraram no século passado (na frase de Schleicher que citamos pouco atrás, por exemplo), quando a onda de historicismo valorizou os estudos de Lingüística Comparada. Estes se centravam no parentesco entre idiomas europeus e o sânscrito, ou cuidavam de compor uma história natural da evolução das línguas, tal que colocasse o homem da Europa bem no alto da pirâmide da civilização. No início deste século, caíram em desuso, em favor da abordagem das línguas como sistema ou estrutura.

Continuaram-se listando regras que permitem ou deveriam permitir empilhar palavras caixas-pretas em sentenças caixas-pretas; regras sempre acompanhadas de umas tantas exceções. O problema com tais modelos teóricos é que eles não conseguiram reunir consistência lógica, correspondência com dados empíricos e simplicidade. Quando fugiam à contradição, não eram adequados ao objeto; quando tentavam restabelecer a adequação além do nível da gramática elementar, adquiriam tal complexidade, ficavam tão monstruosamente deselegantes que não se terminava nunca de retocá-los.

A pesquisa dos significados confinou-se aos dicionários que, nos idiomas com tradição escrita, resultam de cópias, confrontos e atualizações de outros e outros - trabalho meritório, mas inevitavelmente de compilação. E há dois problemas sérios com dicionários: o primeiro é que, por mais que se esforcem os dicionaristas, são incapazes de transmitir as nuances necessárias de aplicação das denominações, tão evidentes aos que dominam uma língua; o segundo que, embora definam palavras umas pelas outras, não permitem que se chegue a elas pelo que se quer dizer - isto é, não possibilitam a alguém, sabendo que A é irmão da mulher de B, afirmar que ele é *cunhado* de B.

Dessas limitações resultou um prejuízo atrás do qual correm lingüistas contemporâneos. As condições objetivas são outras: já não se espera suprimir de um dia para o outro línguas de povos dominados (melhor chamá-los de *clientes*), com tradição literária e suas próprias indústrias de mensagens; lidam-se com mercados que é necessário atingir - e para isso importa, e muito, a variedade de sentidos que se expressam em palavras. Televisão, computadores e suas redes, rótulos de embalagens e manuais de equipamentos precisam falar todos esses idiomas, tornar-se convincentes neles. A tradução é negócio gigantesco, que se espera, em parte ou no todo, automatizar. O que se investiga (por exemplo, Noam Chomsky, mas não só ele) é o padrão universal da

língua humana, sua lógica de representação, que permita o diálogo entre homens e máquinas inteligentes.

Mas isso é muito novo, tem que ver com a visão globalizada do mundo e com a era da informação. Até há pouco, os cientistas das ciências exatas - acostumados a respeitar especialidades - não encontravam respostas para suas dúvidas quanto às línguas naturais como testemunhos da cultura e da natureza; daí concluírem, num primeiro momento, que seriam elas um tema abstruso. Depois, tentaram, eles mesmos, definir a linguagem. Por exemplo, o neurofisiologista russo Ivã Petrovitch Pavlov, em comunicação ao 14º Congresso Internacional de Fisiologia (Roma), em 1932. Descobridor do condicionamento de reflexos, defendia a tese de que as sensações e noções causadas pelo meio circundante são, para nós, os primeiros sinais concretos da realidade: a fala constituiria o segundo conjunto de sinais, os sinais de sinais; representaria uma abstração da realidade, tornando possível a formação de generalizações.

Isto constitui nossa mentalidade superior, suplementar e especialmente humana, que cria um empirismo geral para todos os homens e, então, por fim, a ciência, instrumento de mais elevada orientação do homem quanto ao mundo que o cerca e a si mesmo. O extremo fanatismo, os estados crepusculares das pessoas histéricas e os sonhos de todo homem (...) desligam antes de tudo os órgãos do sistema de segundos sinais - a parte mais reativa do cérebro, que funciona sempre predominantemente nos estados despertos e que regula e, ao mesmo tempo, em certo grau, inibe tanto os primeiros sinais quanto a atividade emocional.

Pelo menos parte dos mecanismos correntes de controle de opinião têm que ver com esse “estado hipnótico emergente” (traduzi da tradução inglesa: “*oncoming hypnotic state*”) - as situações sob as quais se desliga o sistema de segundos sinais (aquele que, na interpretação de Pavlov, controla padrões reativos e atividade emocional): o limiar do sono, o que está fora do foco de atenção, o usualmente despercebido, o aberto à fantasia, os espaços de medo e insegurança.

4.1. A tendenciosidade das palavras

A linguagem em si contém, no entanto, evocações emocionais e analógicas (associadas ao primeiro sistema de sinais) que não podem ser ignoradas - e isso contraria a rigidez do modelo proposto por Pavlov. Não fosse assim, não haveria onomatopéias expressivas nem se descobririam sugestões rítmicas distintas em palavras como *ruir* e *desmornar*. O poema “*Port*”, de Maiakovsky, em que um porto é descrito com expressões que sugerem sensualidade (curvatura, calor, lubricidade etc.), não valeria senão como informação sobre a paisagem. Seria o mesmo chamar Fidel Castro, Presidente de Cuba, de *líder*, *governante* ou *ditador*; não veríamos distância conceitual entre *guerrilheiro*, *terrorista* e *soldado irregular*, nem teríamos porque usar essas denominações para, respectivamente, latino-americanos, árabes e irlandeses católicos,

se fazem todas coisas idênticas; não se deveriam execrar os capangas se toleramos guarda-costas e agentes de segurança - também portando armas e dispostos a proteger seus patrões ou clientes.

Dar nomes é a primeira e mais visível etapa da atribuição de sentido ao que se diz: em muitos contextos, não há diferença objetiva entre indivíduos *perdulários* e *generosos*, *econômicos* e *avaros* ou *pão-duros*; entre *senhoras* e *velhas*; entre *carro antigo* e *calhambeque*; entre *prestativo* e *puxa-saco*. Nada, objetivamente, distingue *ação estratégica de surpresa* e *agressão covarde* (pensem no ataque da esquadra japonesa a Pearl Harbour); *operação militar decisiva, de alta competência tecnológica* e *assassinato radioativo em massa* (as bombas de Hiroxima e Nagasaki).

No Brasil, alguns trabalhadores tinham direito à aposentadoria integral; a maioria aposentava-se com enormes perdas de rendimentos. Argüia-se que estes eram tratados injustamente; era consenso que estavam sendo preteridos, e deveriam lutar pela igualdade. Podia-se até admitir (embora contrariasse o espírito daqueles tempos) que os que se aposentavam com salário integral, ou até um pouco mais do que ele, devessem ceder em parte seus ganhos, em benefício dos demais. Acontece, porém, que os trabalhadores em geral perderam espaço político. Sendo decidido sacrificá-los, passou-se a dizer que a maioria prejudicada era o padrão, e os que se aposentavam melhor os privilegiados. Assim, passou a ser meta proposta pelo consenso reduzir os ganhos do que se aposentavam com salário integral, sem em nada melhorar o dos que se aposentavam pior. Ainda aí, presumia-se a igualdade, mas não pelo topo, sim pela base. Daí pergunta-se: que significado não episódico, não dependente do contexto, resta às palavras *preterido*, *privilegiado*?

Não se sobem preços nas economias inflacionárias, *reajustam-se* (como se antes estivessem frouxos); nas etapas de estabilização, lucros não diminuem mas *emagrecem* (*perdem gorduras*, o que é certamente bom, do ponto de vista da estética contemporânea); trabalhadores não são forçados a trabalhar mais intensamente, mas *instados a aumentar a produtividade*, a se tornar *competitivos*, como se a economia fosse uma espécie de copa do mundo; não se demitem empregados, mas *enxugam-se as empresas* (antes, por acaso, estavam molhadas?). Os ricos são *afluentes* (como os rios?); os bons governos, *transparentes* (invisíveis?); os pobres, *carentes* (de riqueza?) ou *humildes* (de atitudes?); os camponeses, *lavradores*; os pecuaristas leiteiros, *produtores de leite* (vacas?), os produtos estrangeiros, *internacionais*.

O eufemismo é um recurso de *marketing*, tão conforme a prática lingüística que ninguém ri dessas criações. Nada novo. Plutarco escreveu, no século I d.C.:

Costumam os autores modernos dizer que os atenienses, para encobrir sentidos embaraçosos, se valiam de apelidos delicados e nomes enobrecedores, chamando às meretrizes companheiras, aos impostos contribuições, ao policiamento da cidade guarda, à prisão cubículo. Aparentemente, foi

de Sólon o primeiro desses disfarces, quando chamou à abolição de dívidas *sisactia* (despejo de fardos).

No entanto, quando intelectuais americanos tentaram, na década de 1980, impor suas criações *politicamente corretas*, causaram estranheza. Por que? Talvez por desgosto com as ciências sociais, esses acadêmicos ouviram lingüistas da tribo, intérpretes de alguns parágrafos de Edward Sapir, estudioso sensível, discípulo de Boas. As palavras, além do que denotam, transmitem conotações, isto é, sugerem atitudes boas e más, preservando, assim, valores ideológicos; daí concluíram que os preconceitos residiriam nas palavras, não refletindo relações sociais presentes, e que poderiam ser suprimidos mudando-se denominações indesejáveis. A tentativa deve ser vista no quadro da cultura acadêmica dos Estados Unidos; conjuga consciência e fantasia e nisto lembra momentos históricos passados, quando outros intelectuais, dispendo do arsenal teórico possível, tentaram compreender as épocas em que viviam e intervir no desenlace da História.

Viajemos, por exemplo, ao início do Século V da era cristã, quando Estilício vence por duas vezes Alarico, rei dos godos, e bate Radagásio, rei dos Ostrogodos. “Aprendeí, nações insensatas, aprendei a respeitar Roma”, escreve Claudiano. As fortificações romanas (“intransponíveis”, garantem) são restauradas para o sexto consulado do Imperador Honório. “A juventude”, escreve Procópio, “manifesta sua alegria, vendo o Imperador que tem essa idade; os velhos cessam de louvar o passado e bendizem o destino que lhes permitiu viver bastante para ver esse dia”. Um monumento comemorativo é erguido no foro. Honram-se os patronos do Império: “Félix, triunfante, nos convida a alegrar-nos na serenidade, agora que estão dissipadas as trevas de uma guerra atroz”, proclama Paulino de Nola. Foi um tempo rico de reformismos: cristãos e tradicionalistas (São Jerônimo, Rutilio Namaciano) pregavam a austeridade, a moralidade, o fim da corrupção e propunham remédios simples para os males do estado e do povo. O império romano agonizava, mas também poderia ter durado mais mil anos. Mas como podiam esses homens saber?

Os acadêmicos que se propuseram, agora, a reformar o mundo pelas palavras eram, sem dúvida, progressistas, tanto quanto possível e tolerável em sua sociedade. Dialéticos e, em certo sentido, materialistas; professavam uma espécie de marxismo que suprimiu o que é essencial no marxismo, a luta de classes. Sem ela, a contradição histórica se resume à oposição entre categorias arbitrariamente escolhidas - por que não *brancos e não brancos, homossexuais e heterossexuais, mulheres e homens*? Sendo ou pretendendo ser a parte esclarecida da elite, acreditam que vivem numa *democracia* ou *estado de direito*, cujas falhas se devem a excessos da maioria, a silenciosa e a falante. Tratam, portanto, de promover as minorias, não necessariamente numéricas; minoria, para eles, é qualquer segmento social capaz de organizar-se. Acreditam no poder da imprensa, na opinião pública, no sis-

tema jurídico, nas instituições; são bons americanos - tanto quanto os reformistas do Século V eram bons romanos.

O que ocorre de errado com eles? Em primeiro lugar, a ilusão de autoridade que a academia inventa e as salas de aula reproduzem. Em segundo, o particularismo de suas teses. Sustentam que algo une o General Collin Powells, celebrado estrategista da Guerra do Golfo, e o rapaz que teve seu momento de glória quando policiais de Los Angeles o espancaram e alguém gravou a cena; pois não são ambos negros? Confiam em elos invisíveis que colocariam no mesmo espaço político a elegante de Boston e a imigrante clandestina de Miami, o cabeleireiro afeminado de Hollywood e o presidiário que se dá aos colegas mais fortes para sobreviver, descobrindo algum prazer nisso.

Fora desse contexto, a tese é exótica. Que diria minha mulher se eu a chamasse de pessoa afro-brasileira? E o mais branco de meus amigos, se o apelidasse de caucasiano? Perguntariam: Qual África: o Saara, a savana, a floresta, o Kilimanjaro? Cáucaso? Por que não os Urais, os Cárpatos, o reino de Mu?

Até que ponto, no tempo histórico (de que o *marketing* não se ocupa), funcionam neologismos neutros ou simpáticos? É claro que, se a relação objetiva com alguma coisa mudou efetivamente, perdendo conteúdo negativo, e o nome guardou a negatividade original, tem todo cabimento dar-lhe novo apelido. A lepra foi, por muitos séculos, incurável, mutilante e, por isso, despertava horror; descobriram tratamento eficaz, mas o nome manteve a conotação do pavor originário; a nova denominação, hanseníase, não desperta o mesmo sentimento, ajuda o doente a enfrentar o tratamento sem sofrer rejeição e com menos angústia. Valeu a pena homenagear o Dr. Hansen.

Quando, pelo contrário, a coisa nomeada mantém sua imagem odiosa (a segregação e a concorrência por empregos continua gerando racismo, a exploração do trabalho não mudou, e por aí em diante), prevalece a advertência de Michel Bréal, o inventor da palavra semântica: "Dando-se nomes honestos às coisas que não o são, desonram-se os nomes honestos".

No entanto, o que é um nome e a que fragmento de realidade se reporta?

1. Do ponto de vista semântico, nome próprio ou individual é a designação específica de uma coisa, algo que a representa de maneira única no universo considerado: a marca, tipo e número de série de um produto industrial, por exemplo. No ambiente do escritório, o nome de batismo do colega; na sociedade civil, esse mesmo nome (não se pode assegurar mais que seja ele o único a tê-lo), acrescido do nome dos pais, data de nascimento, número da identidade (data, emissor) e outros itens dos formulários de cadastro. No atlas, a designação geográfica, desde que não se duplique no espaço em causa. Nomes próprios, nesse sentido, são a perfeição da univocidade, mas não permitem operações lógicas, exceto "A" (o nome) é A (a coisa nomeada).

2. O processo de abstração que dá origem à linguagem começa com os nomes genéricos. Representam qualidade, estado ou ação do ser nomeado; isso, de certa forma, o desintegra. Quando chamo a árvore do quintal de *caramboleira*, estou priorizando o fato de ela dar carambolas (que são frutas ácidas mas gostosas); considero algumas características físicas da planta, mas desprezo as circunstâncias de que esta caramboleira fica no meu quintal, sustenta o balanço de minha filha pequena, faz sombra para meus descansos. Designações genéricas referem-se a conjuntos de seres de extensão variável (quais são) que têm em comum algo que é a definição intensiva (o que são) do conjunto. O mesmo ser tem uma infinidade de denominações genéricas, as dos conjuntos a que possa pertencer.

3. Nomes genéricos não se reportam apenas a seres; também às demais coisas, isto é, àquilo que pode ser referido no discurso (a amizade, por exemplo, é uma bela coisa, mas não é um belo ser). Entram nessa categoria ações objetivas (o processo e os resultados), qualidades, e, daí, sensações, sentimentos, atos subjetivos e seus resultados. *Canto, queda, bondade, angústia, reflexão, pensamento*: cada um desses referentes (o ato de cantar, o processo de cair, as qualidades do que é bom, o ser angustiado, o ato subjetivo de refletir, o que se pensa) passa a ter existência virtual e age na língua como se fosse criatura física, sujeito e objeto de proposições. É operação lógica difícil, que, em certos casos, dá origem a representações alegóricas, como as parcas (a morte) ou cupido (o amor). Conceitos aparentados pelo teor não correspondem necessariamente a palavras parecidas uma com a outra, embora isso aconteça com frequência: *queda* e *caída* são variantes medievais (de *caeda*), cujo parentesco não se evidencia, hoje, pela forma. Por outro lado, de um mesmo verbo ou qualidade podem originar-se muitos nomes, com sentidos especializados (de cantar: *canção, cançoneta, canto, cantador, cantoria, cantata, cantochão, cantiga, encantar, donde encanto, encantamento* etc.). Num caso e em outro, a relação obedece a necessidade de uso e não corresponde a qualquer regularidade formal. Mas é certo que, por trás de todo significado genérico, existe ação ou oposição (não necessariamente contraditória) - em suma, descontinuidade: o feio se define pelo belo, a cor pelas outras cores.

4. A generalização nominal mais complicada e reveladora de uma cultura é a de conceitos que parecem se libertar da ação, qualidade ou estado originários para ensaiar vida autônoma. Nesse caso, palavras como *liberdade, verdade, juventude* ou *modernidade* tornam-se mais símbolos de valor variável do que signos sobre os quais se possa discutir, apelando para um referente. Quero dizer: se liberdade decorre de libertar-se, então só tem sentido quando se define de que prisão ou opressão se liberta; se verdade deriva de revelação, refere-se a sensação específica para cada natureza de descoberta; e assim por diante. Matéria prima eletiva da discursos de convencimento, essas palavras não podem ser questionadas senão por perguntas estranhas: liberdade de quê?, verdade de qual desvelamento?, modernidade para quem, sob

que condições, em relação a que antiguidade ? com que padrões - biológicos, mentais, estéticos - aferir a juventude?

4.2. Escolha e ordem dos discursos informativos

Há dois mecanismos básicos pelos quais se organizam e dirigem discursos informativos: a seleção e a ordenação das proposições (e dos fatos, reais ou imaginários, a que se referem). Na antiga crônica histórica - registro seqüenciado, geralmente de atos oficiais e rituais de uma corte - , a cronologia era o critério da apresentação; reuniam-se os fatos do conhecimento do autor, em certo universo ou tema. Mas não havia propriamente texto - apenas itens listados.

Informações são matéria prima disponível em quantidade enorme. Se temos poucas, podemos desconfiar que a investigação revelará mais alguma; como acontece com as descrições (da floresta, da cabeça de uma mosca), tudo depende da minúcia da busca que se faça. Colocam-se , então, dois problemas: (1) escolher informações e (2) arrumá-las de alguma forma. Seleção e ordenação realizam-se de modo distinto conforme padrões preestabelecidos de estruturação. Vão interessar-nos, aqui, os mais usuais, que se fixaram melhor no mundo moderno. Deles derivam diferentes formas de enunciados que correspondem à quase totalidade das mensagens sobre as quais formulamos nossos juízos.

4.2.1. *Narrar, contar, filmar*

Narrativa é sucessão de seqüências, adicionadas umas às outras. Começo e fim da narrativa são escolhas arbitrárias, próprias do discurso. No mundo, nada começa e nada termina: para qualquer ponto eleito no passado haverá um passado e para qualquer ponto no futuro haverá, ainda aí, um futuro.

Como as seqüências são justapostas, o efeito de continuidade narrativa é ilusão criada na leitura. Entre uma seqüência e outra, pode mediar lapso de tempo curto ou longo; a segunda pode ser posterior ou anterior à primeira. O espaço referido nas duas pode ser o mesmo, ou outro, próximo ou distante: acrescentando-se um advérbio ou com a simples mudança do tempo do verbo, do presente ao passado (ou do passado perfeito ao mais-que-perfeito), pode-se falar de um amuleto na vitrina de um museu em São Paulo e, na seqüência seguinte, mostrá-lo saindo de uma forja de barro, no Egito antigo. A perspectiva do narrador (se ele participa ou não da história, se é o mesmo ou muda) altera-se com certa liberdade. Exemplifico:

A - Marcos chegou em casa no fim da tarde, correu até o banheiro e vomitou (S1). Deitou-se à meia-noite, puxou o cobertor e o endredon, suou muito e teve calafrios (S2). Acordou de madrugada, percebeu que não conseguiria levantar-se, telefonou para o pronto-socorro (S3).

B - Marcos chegou em casa no fim da tarde, correu até o banheiro e vomitou (S1). No almoço, o peixe lhe parecera mais temperado do que de costume e chegou a comentar com o colega que o tempero deixava na boca gosto de maresia (S2). Deitou-se à meia-noite, puxou o cobertor e o endredon, sentiu frio e suor (S3). Era de novo criança: viu entrar pela porta um vulto, a cama era pequena e tudo balançava (S4). Acordou de madrugada, percebeu que não conseguiria levantar-se e telefonou para o pronto-socorro (S5).

C - Marcos chegou em casa no fim da tarde, correu até o banheiro e vomitou (S1). No almoço, bem que lhe disse para não comer o peixe, mais temperado que de costume e que deixava na boca gosto de maresia (S2). Ele se deitou à meia-noite, puxou o cobertor e o endredon, sentiu frio e suor (S3). Disseram-me pela manhã, no escritório, que a ambulância o removera de casa e fui visitá-lo no hospital (S4).

As narrativas mais comuns são escritas na terceira pessoa, por narrador que está presente em todos os ambientes, sabe o que se passa mas não participa da história (exemplo A). Narrativas em que predomina a primeira pessoa são testemunhos, depoimentos, memórias ou cartas pessoais de personagens (a narrativa epistolar, que o telefone envelheceu e as redes de computadores talvez rejuvenesçam agora). Pode haver, aí, deslocamentos do eixo narrativo (exemplo C), com intercalação de seqüências impessoais.

Nos discursos técnicos e na narrativa histórica, predominam os verbos de ação objetiva (exemplo A); nos discursos ficcionais e relatos romanceados da realidade, aparecem com maior freqüência verbos de ação subjetiva (exemplo B), que dão ao narrador nível sobre-humano de onisciência, acesso à informação tal que penetra nos sentimentos dos personagens, no sentido não evidente dos fatos e na significação histórica ou emocional dos objetos.

As seqüências apoiam-se em verbos de ação (objetiva ou subjetiva); eles formam séries em que um sucede o outro, constituindo o que se chama de núcleos da seqüência (no exemplo A, *chegou, correu, vomitou; deitou-se, puxou, suou, teve calafrios; acordou, percebeu, telefonou*). O conectivo “e”, quando une os núcleos, significa “e depois” (□) e não “e mais” (+).

Uma seqüência, em tese, pode ser dividida em quantos núcleos se queira. Introduz-se, assim, a noção de ritmo, que instaura, na narrativa, hierarquia dramática das seqüências. A primeira seqüência do exemplo A poderia ser:

- Marcos parou junto à porta de casa. Tirou do bolso, um por um, vários objetos: primeiro o isqueiro, depois o maço de cigarros, papéis, níqueis. Encontrou, afinal, o chaveiro. Enfiou a chave na fechadura e torceu para a esquerda, com força. Ouviu o barulho da engrenagem. Empurrou a porta. Deu o primeiro passo em direção à mesa. Parou por um instante. Girou o calcanhar no tapete. Súbito, correu para o banheiro. Seu corpo se contorceu enquanto olhava o fundo do vaso. Vomitou.

A pontuação (ou cortes de imagem, deslocamento da câmara) influi na construção do clima dramático. Se as sentenças fossem longas

(a câmara seguisse os movimentos, estendesse os planos), a mudança estilística seria acentuada, mas o sentido se alteraria menos do que se imagina:

- Junto à porta de casa, Marcos remexeu o bolso, de onde tirou vários objetos, a começar pelo isqueiro, antes do maço de cigarros, papéis e níqueis, até encontrar a chave, que enfiou na fechadura e torceu com força; ouviu o barulho da engrenagem, empurrou de imediato a porta, caminhou, à princípio em direção à mesa, depois, girando subitamente o calcanhar no tapete, para o banheiro, onde se curvou, contemplando o fundo do vaso, e vomitou.

Ao acumular núcleos numa seqüência narrativa, consegue-se torná-la mais relevante do que as outras. É um dos recursos que estabelecem o foco: operando com o domínio da narrativa e das caracterizações, consegue-se que a atenção se centre no que é iluminado - uma história de amor, por exemplo - passando tudo o mais a parecer secundário.

Em relato histórico do final da Segunda Grande Guerra, posso enfatizar o bombardeio de Dresden (cidade-hospital sobre a qual os americanos e ingleses, depois de terem negociado acordo financeiro com os industriais alemães, despejaram em poucos dias as bombas antes destinadas à destruição do parque industrial do Vale do Ruhr) ou o desmantelamento do regime nazista (o distanciamento crescente entre o discurso e a realidade, a mobilização de crianças para o *front*, a fuga dos dirigentes etc.); posso também eleger a perspectiva de quem bombardeou ou de quem foi bombardeado, do salve-se-quem-puder da estrutura de poder ou da perda de referências das multidões mobilizadas - sem cometer, em qualquer caso, falsidade quanto aos fatos. É evidente que a versão subjacente à narrativa (e, portanto, o efeito sobre o leitor ou espectador) difere em cada caso; relatos históricos concretizam teorias da História, por mais que pretendam escondê-lo.

O trabalho de direção, de escolha, amplia-se com os outros níveis de expressão contidos numa narrativa:

- (a) o da informação adicionada sobre os personagens e elementos materiais que atuam na narrativa, os *actantes*;
- (b) o das informações cujo sentido se encontra não na seqüência mas no conjunto do texto, ou na relação texto-leitor - as funções discursivas.

A informação sobre actantes aparece ora como adjetivação expressa (adjetivos mesmo, locuções ou orações adjetivas; advérbios, locuções ou orações adverbiais), ora como descrições que resultam em caracterização do personagem ou objeto; o consumidor avaliará tais descrições (as que funcionam na narrativa) nem tanto por sua exatidão, mas, principalmente, por servirem melhor ou pior à caracterização pretendida. Pode-se traçar perfis psicológicos de personagens (em o-

bras de ficção ou recriações literárias, dizer o que pensam), ou atribuir valor simbólico aos objetos. Essas variantes correspondem a estilos, desde as narrativas psicológicas até o romance realista, cujo mérito está frequentemente na reconstituição de ambientes e situações.

O aspecto verbal das intercalações que informam sobre actantes é imperfectivo (das ações não acabadas); o tempo mais comum o pretérito imperfeito do indicativo. Exemplo tomado por Roland Barthes de um trecho de aventuras de James Bond (em *Goldfinger*), refere-se aos quatro telefones que havia sobre a mesa do agente secreto; o autor precisava indicar o nível de Bond na burocracia do Estado, o estágio de complexidade técnica dessa burocracia, e elegeu o número de aparelhos; no Brasil, provavelmente, escolheria o tamanho da mesa, a secretária voluptuosa ou faria o cabineiro dirigir-se a ele como “doutor”, inserindo o personagem no quadro de arcaísmo tropicalista em que situamos o País. Posso produzir um enunciado típico:

- Marcos chegou no apartamento, fim da tarde. Estava transtornado, com o colarinho da camisa aberto e o nó da gravata desfeito. Empurrou a porta de fórmica fosca, sempre suave nas dobradiças de aço, correu para o banheiro sujando com pó da calçada o tapete artesanal de dois mil dólares, o maior investimento em arte de sua vida. Os espelhos que forravam teto e parede do *flat* refletiam seu vulto curvado sobre o vaso. Vomitou.

O que se diz, além do que é narrado? Que Marcos é sujeito de classe média (a referência ao investimento com o tapete o exclui da categoria-tipo dos ricos), urbano, preocupado com a própria aparência, consumista de gosto duvidoso, e seu apartamento o de um sujeito só que provavelmente o preparou para receber mulheres (ou homens, não se sabe).

As narrativas históricas diferem dos textos de ficção por peculiaridade óbvia: as informações, tanto fatuais (núcleos das sentenças) quanto descritivas (caracterizações) são, presumivelmente, verdadeiras, isto é, conformes com o que aconteceu. Essa é limitação importante, porque qualquer versão terá que se adequar aos fatos e poderá ser desmentida com base nas documentação que os restaura, objeto da investigação histórica. No entanto, convido o leitor a fazer um exercício, com base em episódio bem documentado. Por exemplo, o consulado de Napoleão.

Haverá dados para apresentar Napoleão (a) como militar mesquinho, meio ridículo (era baixo e gordo), maquiavélico (chamado do Egipto pela burguesia francesa, destruiu ou cooptou um a um de seus inimigos), maníaco (o cacoete de pôr a mão entre os botões do casaco), sensual (sua paixão devota pela martiniquenha Josefina), um traidor (levado ao poder pela república, proclamou-se imperador, o que levou Beethoven a dedicar-lhe a marcha fúnebre inserida numa sinfonia), incapaz de reconhecer os próprios limites (a desastrada invasão da Rússia); ou (b) como líder nacional (amado por seu povo, a ele a França deve sua consciência de grandeza), gênio militar (derrotou, um por um, os

melhores gerais da época), talento geopolítico (foi dos primeiros a traçar um projeto de comunidade européia), democrata (desprezou a oficialidade aristocrática e criou um exército popular em que os homens ascendiam por seus méritos a postos elevados da hierarquia) e instrumento da liquidação do *ancien régime* na Europa (nem a Santa Aliança conseguiu restaurar o prestígio das cortes no Continente).

O terceiro nível de expressão numa seqüência narrativa, o das funções discursivas, compreende, por exemplo, *pistas* de uma história policial, colocadas ao longo do texto e que irão ganhar sentido no clímax, que é o desvendamento do enigma; *funções de reconhecimento*, que se obtêm inserindo informações que o leitor provavelmente será capaz de identificar, ou com as quais se identificará (referências a lugares turísticos, filmes, músicas, pontos de vista associados a épocas ou tipos humanos); *funções de real* (número da sepultura no cemitério, manchete do jornal do dia, circunstâncias que sugerem que o fato aconteceu de verdade); *sugestões metafóricas ou citações*, em que se compara a história (ou um elemento dela) com outra já conhecida; *funções de metalinguagem*, em que o narrador se intromete na história para fazer comentários sobre o texto, o estilo, ou convidar o leitor a tomar partido; *funções de continuidade*, em que se sugere o prosseguimento da trama em outro espaço; *funções de descobrimento*, em que se introduzem signos que apontam para um incidente, na expectativa de que sejam descobertos pelo leitor, levando-o a profetizar a surpresa .

4.2.2. Personagens e cenários

Num texto ficcional, os actantes serão imaginários, mas, em geral, verossímeis (escritores costumam construir seus personagens e ambientes com base em um ou vários modelos reais). Em textos que se reportam à realidade, podem refletir alguma forma de diagnóstico ou avaliação - uma versão dos fatos conhecidos. Da teoria que se sustente sobre a Europa, poderá inferir-se, por exemplo, que é o “berço da civilização” ou, como faz o poeta Aimé Césaire, que os prédios de suas cidades são “insolentes”, seus ambientes “crepusculares”, “palmilhados dia e noite por um solzinho sifilítico” (“*arpenée nuit e jour d'un sacré soleil vénérien*”).

Personagens podem conjugar contradições, o que os fará parecer mais complexos ou, em teoria literária, *redondos*. Acredita-se que isso os aproxima da realidade, torna-os mais densos ou humanos. No entanto, ainda aí, o eixo da contradição (ou contradições) que organiza o personagem é eleito pelo autor, com base em atributos que considera relevantes - como o paradoxo de Napoleão ter sido um individualista vaidoso e, ao mesmo tempo, o realizador de vontades coletivas; ter posto uma lápide sobre a revolução francesa e, ao mesmo tempo, plantado a pedra fundamental de sua universalidade.

A carpintaria dramática ensina a valorizar uma característica do personagem contrapondo-o a outro: o delírio de Don Quixote é mais

visível ao conviver com o senso comum de Sancho Pança; a vocação nobre de Romeu para os grandes gestos se exalta diante do pragmatismo burguês de Julieta. Eis porque bons reis têm maus conselheiros e Clark Kent é tão tímido quanto o Super-homem exibido. Se há o herói, haverá o vilão (nas perseguições a cavalo de filmes antigos de *far west* eles se identificavam pela cor do chapéu, branco e negro); se temos mocinhas ingênuas, precisamos de *vamps* exorbitantes. Da mesma forma, se o selvagem é bom, será mal o civilizado, ou o contrário; se o sem-terra tem toda razão, o fazendeiro não terá nenhuma, ou o contrário.

Cristo está para Judas assim como Tiradentes para Silvério dos Reis (que não merecia tal notabilidade). O princípio, aí, é o da proporção ou paradigma, de que deriva o estereótipo, espécie de unidade de percepção que simplifica o entendimento da narrativa. Há estereótipos simples, como o *ditador latino-americano*, o *soldado alemão da Segunda Guerra* ou o *menino de rua* (coadjuvantes, em geral, cabem na categoria dos tipos); e estereótipos complicados, como o *palhaço triste*, o *lutador feroz mergulhado em problemas existenciais* ou o *vagabundo ingênuo e sensível*.

O que caracteriza a narrativa em sua fase industrial não é tanto essas figuras, mas, principalmente, o seu modo de produção. A indústria é diversificada e opera de modo diferente, conforme a natureza do suporte (livro, filme) e o público alvo. Com o mercado ultrasegmentado, há no mundo empresas e instituições interessadas em veicular informação sobre assuntos tão específicos quanto egiptologia ou semântica formal. No entanto, um produto típico de ficção, no qual se investem grandes recursos, - a novela de televisão destinada a grande audiência, o *best seller*, o livro de literatura infanto-juvenil cujo lançamento é precedido de farta distribuição promocional - tem características peculiares: personagens e ambientes baseiam-se em pesquisas de opinião e devem ser reconhecidos pelo público, de modo que a quantidade de informação nova seja reduzida; as funções são claramente assinaladas e de fácil decodificação, e é grande a previsibilidade dos eventos; os comportamentos devem ser coerentes e o tempo preenchido ao máximo, de modo que não haja saltos da narrativa; privilegiam-se conteúdos capazes de despertar identificação e permitir aos leitores representação de realidade que os compense de suas frustrações (daí as histórias que envolvem pessoas muito ricas, aventuras cheias de heroísmo ou grandes amores) sem, no entanto, agredir valores do público em nível capaz de prejudicar a comercialização. Comumente, o próprio enredo é uma alegoria à situação vivida em dada época: trata de catástrofes quando se teme a recessão econômica, da mesma forma que exalta a realização individual quando a recessão se manifesta e o misticismo quando não se oferecem perspectivas concretas para a eliminação de impasses sociais.

Nada, aí, é novo: pelo mesmo critério, no século passado, escolhiam-se libretos de óperas italianas; Alexandre Dumas, filho, autor de folhetins que saíam no rodapé das páginas dos jornais, liderava uma

redação com dezenas de escritores, apoiando-se em mestres de esgrima para descrever com detalhes os movimentos de seus mosqueteiros nos duelos contra os soldados de Richelieu. Já então lançavam-se romances a tempo de serem presenteados no Natal, escreviam-se histórias de aventuras para rapazes, contos de sensualidade discreta para moças e enigmas policiais para as noites de inverno dos adultos - tudo isso despertando a indignação dos críticos.

4.2.3. *A reconstrução da realidade*

Produzir narrativa sobre um evento qualquer da realidade é (a) selecionar fatos e ordená-los em seqüências, atribuindo sentidos aos acontecimentos; (b) escolher qualidades e categorias dos personagens e ambientes, de modo a caracterizá-los; (c) produzir funções que estabeleçam o diálogo com o consumidor da mensagem. Isto significa partir de critérios que não podem ser outros senão o momento histórico de quem escreve, seus valores, preferências ou interesses. Por outro lado, quem lê ou vê uma narrativa a interpreta conforme os mesmos parâmetros pessoais.

Esse conjunto de contingências permite compreender porque muitas narrativas, populares numa época ou para certos públicos, são intragáveis em outras ou para outros públicos. Explica a circunstância de o mesmo período histórico vir sendo contado de maneira diferente, dependendo da realidade vivida pelos historiadores: a Idade Média, que parecia aos renascentistas fase de obscurantismo, surge idealizada no período romântico e, no Século XX, se apresenta como época de grande criatividade, em que se formaram as línguas e técnicas básicas da expansão européia. Em cada caso, elegeram-se dados e características distintas, e principalmente, atribuíram-se a eles sentidos peculiares.

Pergunta-se, frequentemente, se narrativas podem espelhar a realidade. Os que acham que “tudo é ficção” citam às vezes Ludwig Wittgenstein. Ele escreveu, em alemão (Proposição 2.1. do *Tractatus Logico-Philosophicus*): “*Wir machen uns Bilder der Tatsachen*”, “fazemos modelos dos fatos para nós mesmos”; os ingleses traduziram como “*we picture facts for ourselves*”; o verbo *to picture* tem o sentido corrente de imaginar - e é muito diferente fazer modelos e imaginar. A diferença reside nos níveis de arbitrariedade da representação.

Teria mais sentido tomar a citação pelo contrário e perguntar os limites do que se pode imaginar - ou se há como libertar-se da realidade. Não está na moda lembrar isso, mas ficção se explica pela época e pela personalidade de quem a concebe. *Alice no país das maravilhas* é livro de um lógico e, portanto, discurso sobre a Lógica; *A guerra das salamandras*, de Karel Čapek, romance político relacionado ao nazismo, embora trate de uma sociedade de lagartos; *O alienista*, de Machado de Assis, discussão sobre a sociedade dependente em que viveu o autor e sobre a inadequação do racionalismo iluminista à realidade dos homens, coisa que o preocupava como intelectual de seu tempo. Linha-

gens de obras ficcionais decorrem de movimentos de opinião, como a revolução burguesa, o socialismo utópico do Século XIX ou o marxismo; de especulações científicas, como a psicanálise ou as teorias do espaço cósmico. O construtivismo descende do estudo das proporções e a pintura abstrata chamada de *orgânica* segue o desenvolvimento dos microscópios que revelaram configurações minúsculas de tecidos animais.

Há, sem dúvida, a arte do texto, que é *técnica* - no sentido grego do termo, *invenção*. A tensão do código lingüístico permite alguma transcendência - já vimos, em 3.2., que isso pode ser relacionado com o princípio da composicionalidade, de Frege. Mas estamos longe daquele verbo no passado que figura na primeira sentença do “Gênesis” da *Bíblia*: “E Deus criou o céu e a terra”. A palavra criou é, em hebraico, o particípio *barah*, “fez do nada” - e isso, parece, não podemos.

Uma narrativa deve transmitir visão particular da realidade. No caso da narrativa histórica ou jornalística (que se encontra em certas reportagens), o compromisso com os fatos restringe essa particularização; são enunciados presos à aparência das coisas, à maneira como elas aconteceram. Na ficção, situações e personagens podem ser inventadas pela composição de traços da realidade em momentos e pessoas que, de fato, não existiram; ou pela simulação de mundos possíveis - reportando-se, portanto, mais facilmente, a essências ou teorias.

Nem por isso Sherlock Holmes, de Conan Doyle; Carlitos, de Chaplin; Don Quixote, de Cervantes deixam de conter realidade. Não importa que jamais tenha existido a cachorra Baleia que protagoniza um instante dramático de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos; um grupo de bóias-frias como aqueles das *Vinhas da Ira*, de Steinbeck, ou algum Sr. Swann, como descreve Marcel Proust. O fato é que os mundos em que se movem esses personagens não são inteiramente arbitrários nem desprovidos de relações - como não o são a nave Enterprise da série *Jornada nas Estrelas* e a comunidade de astronautas que, no filme russo *Solaris*, bombardeia com léiseres um corpo celeste vivo e é, por isso, castigada com a materialização de suas próprias culpas.

A narrativa alegórica revela aspectos despercebidos da realidade - ainda aí, por analogia, proporção: se o jardim é o mundo, então o inverno é a crise e a primavera a recuperação; a rosa a rainha e os espinhos suas defesas; o pulgão o inimigo e o besouro um aliado... Mundos paralelos possibilitam ver com clareza - nas *Viagens de Gulliver*, de Swift, ou na *Utopia*, de Thomas Morus - relações angustiantes que nos circundam. Com uma condicional - “se existisse..., então...” - All Cap representou, na década de 50, nos quadrinhos de Ferdinando Buscapé (*Lill Abner*), a natureza do poder sob o capitalismo. Fez existir o ximu, bichinho que se transformava em qualquer coisa desejada e se reproduzia infinitamente; em pouco tempo, a ordem política estava subvertida, o poder das corporações ameaçado e o Estado em perigo.

Algumas narrativas fantásticas questionam nossa percepção do mundo operando com a ambigüidade de conceitos: num conto de

Julio Cortázar, o mesmo exemplar de jornal envelhece a cada vez que é lido e se regenera (“sofre metamorfose”, ele escreve) a cada novo leitor que aparece; o bem simbólico e seu suporte (papel) têm o mesmo nome, o que significa que são pensados como se fossem a mesma coisa.

Já a narrativa fundada na realidade serve para que se possa abarcar situação complexa que, no todo, ninguém viveu. O homem que participa de batalha ou enfrenta crise existencial tem visão estreita e particular do que ocorre; sua experiência não permite visão global dos acontecimentos; o relato que eventualmente produz é exemplo que ganha significação diante de um todo reconstruído, como acontece, por exemplo, com diários de vítimas da Segunda Guerra Mundial, como o de Anne Frank.

A narrativa moderna decorre do estilo épico dos gregos. Até o Século XVIII, costumava dividir-se em episódios contados com detalhe; entre um e outro episódio, havia lapsos de silêncio, como se nada acontecesse de notável. Assim, Ulisses, na *Odisséia*, vive dias intensos num lugar (a Ilha de Lesbos, por exemplo), embarca e vai aparecer, tempos depois, em ponto diferente, para viver nova aventura. Entre Cristo menino e Cristo adulto, passam-se muitos anos sobre os quais nada se diz. O compêndio de História elementar encerra o capítulo do Egito nas pirâmides e só volta a falar nele quando uma certa Cleópatra visita Roma. Os fenícios adormecem alguns séculos para ressurgir em Cartago como objeto da fúria de Cícero.

Essa descontinuidade desaparece no romance sentimental e romântico, que tende a ser narrativa extensa e sem intervalos; ressurgem, no entanto, na prática contemporânea do jornalismo e da dramaturgia popular. Ao lado da novela de televisão, que simula um desenvolvimento em tempo real, surgem os seriados, em que personagens e ambientes se repetem. No noticiário, determinados países, políticos e situações ocupam grandes espaços por pouco tempo; depois, desaparecem, como se tivessem ficado, de repente, desinteressantes, até ressurgirem, talvez, num próximo capítulo: um momento é a Líbia, depois o Irã, depois o Peru, adiante Ruanda; a seca no Nordeste, o escândalo no Governo, o crime organizado, as inundações no Sul. Notícias não são estruturadas como textos narrativos, mas o fluxo de notícias simula uma narrativa que descontinua; sua organização num todo compreensível - a estruturação de um sentido - é deixada para outro tipo de texto, a exposição ou análise.

4.2.4. *Relatar, expor, descrever*

A exposição, o relatório, a descrição, a reportagem-ensaio compõem o outro universo de mensagens correntes em nosso tempo. Trata-se, aqui, de admitir dois níveis distintos de expressão: o mais concreto, mais fatural, mais aparente, que vai compor as documentações; e o mais abstrato, mais essencial, mais interpretativo, que comporá os tópicos frasais. A unidade discursiva será o parágrafo lógico (não

necessariamente o parágrafo no texto, gráfico). Parágrafo será a unidade composta por um tópico e pelas documentações que o avalizam.

Explicando: suponhamos que tenho que escrever um texto sobre o mercado de microcomputadores, para os interessados na compra de um. Pesquisando o assunto ou entrevistando entendidos (primeira coisa que, em geral, ocorre aos jornalistas), seleciono essas três versões de fatos ou juízos de valor com os quais concordo ou que, por alguma razão, admito:

- (a) o mercado caracteriza-se pela rápida obsolescência dos produtos;
- (b) o diferencial de preço é muito grande entre os novos lançamentos e os aparelhos de modelos mais antigos;
- (c) a escolha depende do uso que se pretenda dar ao microcomputador.

Formuladas essas três proposições, que são, em tese, os tópicos frasais, parto para documentá-las. No caso da proposição (a), alinharei exemplos de modelos de microcomputadores rapidamente superados por inovações tecnológicas (na linha PC, agora, em 1997, falarei nos de oito bits, os XT, AT, 286, 386, 486, Pentium...), com datas de lançamento e épocas de superação (posso fazer isso mencionando consumidores que utilizaram vários desses equipamentos e se desfizeram deles ainda em condições operacionais boas); no caso da proposição (b), relacionarei preços nos revendedores para marcas conhecidas ou de montagem artesanal; para a proposição (c), exemplificarei com usos comuns (planilhas de cálculo, edição de texto, desenho com suporte em informática) ou aplicativos mais raros (programas de orientação para certos diagnósticos médicos ou cálculos de astronáutica).

As documentações mais freqüentes são exemplares (como no caso acima) ou estatísticas, embora se possa também documentar o tópico com a narração de episódio que o materialize numa situação singular (a firma x comprou n computadores, levou y tempo para montar o sistema e, quanto montou, no mês z , já estavam obsoletos) . Pode-se colocar o tópico antes das documentação (o que é o mais comum e dá ao texto aparência dedutiva), depois (o tópico parecerá induzido das documentações) ou distribuído ao longo do parágrafo lógico. Há casos em que o tópico desaparece, por se presumir que será inferido dos dados propostos (isto é, ficará óbvio para o leitor); ou se transforma em frase incompleta, questão instigante, que a documentação completará ou responderá (isto se usa, às vezes, em tópicos que antecedem documentações, para intimar o leitor a percorrer o parágrafo todo).

A abertura pode ser feita de várias maneiras. Pode-se colocar a questão em termos afirmativos (“Quem pretende comprar seu primeiro computador esbarra com um problema: deve investir muito dinheiro no último lançamento ou adquirir um modelo um pouco mais antigo e muito mais barato”); dizer a mesma coisa em tom intimista (“Se você...”)

ou como pergunta; narrar uma história (de um mal negócio, ou o contrário); citar um autor (talvez autoridade em *marketing* ou tecnologia); desenvolver alguma teoria de mercado (com o risco de aborrecer o consumidor da informação); entrar direto no assunto.

Lendo o que foi exposto acima, é fácil perceber que a orientação de um texto desse tipo depende basicamente da escolha dos tópicos frasais; e que muitos destes tópicos, se documentados com competência, parecerão verdadeiros. A relação entre tópico e documentação é a mesma que vai da versão ao fato; na vida real, é muitas vezes possível selecionar fatos exemplares e estatísticas capazes de sustentar versões contraditórias. Se digo que “a juventude é a melhor época da vida”, documentarei com episódios verdadeiros de deslumbramentos adolescentes, feitos atléticos, genialidades precoces; se pretendo que não seja a juventude a melhor fase da vida, mas a velhice, terei dados também sobre pensadores que se destacaram nessa idade, conquistas da experiência e da sabedoria, valores críticos profundos. Haverá estatísticas para um e para outro casos.

O leque de possibilidades não institui a falsidade de todo texto expositivo; apenas realça a responsabilidade de quem o produz. Centenas de vezes parte-se de hipóteses (no caso, pautas de reportagem ou itens de projetos de pesquisa) para o levantamento de dados e, diante deles, se é forçado a modificar as propostas iniciais. Mas milhares de vezes fatos favoráveis a uma versão são considerados e os desfavoráveis postos de lado - tanto em jornalismo quanto em pesquisas acadêmicas: algumas vezes, por preguiça (dar novo sentido aos fatos é tarefa trabalhosa); outras, por falta de coragem ou impossibilidade prática de desmentir expectativas gerais, teorias prestigiadas; num terceiro caso, por desvio ideológico..

Pode-se argüir que a notícia de fatos (morte de alguém, explosão, incêndio, atentado) é gênero de texto muito comum no mundo contemporâneo e menos sensível à intenção de comandar a opinião alheia. Excluindo-se questões como a escolha de palavras (cada qual comprometida com juízos de valor que diferenciam, por exemplo, o que é *popular* do que é *vulgar*) ou algum critério interesseiro de ordenação, a estrutura padronizada da notícia, iniciada com o *lead* (proposição completa com o relato do fato e de suas circunstâncias), impõe certa neutralidade.

No entanto, a notícia dos fatos é apenas o ponto de partida para a elaboração conceitual de um tema. É comum projetos de controle de opinião pública envolverem a censura de certas notícias, a produção de notícias falsas ou a deturpação fatural de notícias. Mas, fundamentalmente, o que todo projeto moderno desse tipo faz é construir textos convenientes a partir de fatos verdadeiros.

Por que isto é possível? Porque todo texto implica versões ou teorias sobre os fatos; essa é a responsabilidade de quem o produz. Se é assim, se não existe texto descomprometido - exceto, talvez, a sentença simples, nucleada no verbo de ação - não há como evitar a tendenciosi-

dade. Se esta decorre de interesse, de preconceito, de legítima vontade compreender ou da intenção maliciosa de enganar é algo de avaliação complicada. Em qualquer situação, pode ser difícil ao leitor descobrir, diante de um texto bem estruturado, o quanto ele encerra de adequação à realidade. A Lógica, como se verá no próximo capítulo, pode dar alguma ajuda

4.3. Para ler mais

Sobre a história dos estudos de linguagem, KRISTEVA, 1974. Como introdução à semântica, ULLMANN, 1970; SCHAFF, 1968 e PÊCHEUX, 1988. O texto citado de Pavlov é de PAVLOV, 1957, página 285. e o de Bréal de BRÉAL, 1992, página 78 (essa tradução brasileira tem a excentricidade de não traduzir as citações do original em terceiras línguas, particularmente em latim e grego). A citação sobre Sólon está em PLUTARCO, 1963, pag. 55. Sobre os eventos do Século V, COURCELLE, 1955. Quanto à estrutura da narrativa, a melhor leitura é BARTHES, 1972; para estrutura do texto expositivo, o trabalho de GARCIA, 1992. O poema citado de Aimé Césaire é *Cahiers du retour au pays natal*.

5 - AS FALÁCIAS CLÁSSICAS

A arte de convencer pela malícia da palavra é muito antiga. Algumas de suas técnicas dizem respeito à verdade das premissas, que podem ser falseadas; outras reportam-se à estrutura do discurso, nos aspectos sintático, semântico e pragmático - este o que se relaciona com os contextos lingüístico e extralingüístico da sentença.

Um exemplo de falácia de base sintática é a falsa causa, aquela sugestão que resulta da seqüência de duas proposições (“comeu a maçã e desmaiou”, “rezou a novena e ganhou na loteria”); outro, a pergunta complexa, cuja resposta implica admissão de pressuposto (“você abandonou o vício?”). Este tipo de construção aparece às vezes em forma afirmativa, como no caso do concurso de teses para estudantes universitários cujo tema era “por que a administração privada é mais eficiente do que a gestão pelo Estado”.

Entre as falácias semânticas, as mais interessantes são as de acidente, em que uma proposição geral, tida por verdadeira, é aplicada indevidamente a condições particulares de verdade que a modificam. Por exemplo:

- (1) se todos os homens têm direito à liberdade, os condenados devem ser soltos imediatamente;
- (2) se devemos devolver ao dono o que nos foi emprestado, nada impede que entreguemos a alguém louco ou enfurecido a arma que lhe pertence (essa é de Platão, está em *A República*);
- (3) se a defesa da pátria depende de cada cidadão, devemos todos andar armados (esse argumento aparece na tradição jurídica americana);
- (4) se o que compramos hoje comeremos amanhã, será terrível o almoço, com essa carne crua (algo parecido com isso está na *Margarita Philosophica*, escrita por Reisch em 1496; a frase funciona melhor em línguas que designam *carne crua* e *carne alimento* com palavras diferentes).

As falácias de base pragmática são em maior número; ao situar o enunciado em seu contexto, reportam-se não só a tempo e lugar, mas à condição humana e à estrutura das sociedades, tal como os homens a percebem. Não é questão só acadêmica. Imagine que seu filho de sete anos, depois de ver documentário na televisão sobre a construção de Brasília, lhe pergunta: “Papai, esse Oscar Niemeyer é imortal?”. Você provavelmente responderá que não é bem assim: Niemeyer é homem e, portanto, mortal. Agora, suponha que a mesma frase é afirmada

(sem o “papai”, é claro) por crítico europeu de renome. O arquiteto continuará sendo homem e, portanto, mortal; mas você logo concluirá que o orador não fala de Niemeyer, mas da obra dele. Relações concretas de credibilidade - que é uma instância de poder - estão na raiz da especificação de sentido de muitas variáveis lingüísticas.

Certa vez, fiz amizade com o contínuo do jornal em que trabalhava. Quando deixei o emprego, pedi-lhe que apanhasse no Departamento de Recursos Humanos a contrafé da minha dispensa. Veio muito emocionado e me abraçou: “Parabéns! Sem querer, eu vi a quantia. Que bom que você ficou rico.” Minha indenização, férias vencidas, aviso prévio - coisa pouca, realmente - eram, para ele, fortuna apreciável.

Variáveis difusas como muito/pouco, pesado/leve, longe/perto, alto/baixo especificam-se a partir de situações objetivas, qualidades e proporções estimadas pela relação sensível, a ponto de dispensar explicitação mesmo em alguns enunciados técnicos, como cálculos de probabilidade (por exemplo, da incidência de cargas elétricas pequenas/médias/altas em sistemas de transmissão). É que se presume que o usuário (o sistema inteligente) terá percepção adequada da natureza do equipamento (ou do organismo) que será submetido a essas grandezas (as cargas elétricas).

Na maioria dos discursos técnicos, substituem-se variáveis difusas por números ou comparações com grandezas conhecidas; mas mesmo isso (o valor no contracheque, expresso em moeda corrente) não impediu que meu amigo, ao contemplar quantia que mal dava para pagar um ano de aluguel do apartamento de dois quartos, me considerasse rico. A situação, típica de país com absurda desigualdade de níveis de vida, ilustra a circunstância de que o paradigma de valores é a experiência de cada um. Se a experiência é de muita pobreza, qualquer salário razoável parecerá uma fortuna

A essa altura, assalta-me a dúvida: terei escolhido bem o exemplo? Será o leitor uma dessas pessoas, tão comuns hoje em dia, que só se relacionam de modo não imperativo com outras do mesmo segmento social, com padrões parecidos com os seus? Para esse caso, providencio demonstração alternativa: suponha que está viajando de carro pelo campo, e o combustível está acabando. A que distância fica o próximo posto de gasolina? Pergunte a um morador local; ele responderá: “É logo ali”. Provavelmente será longe o bastante para esgotar o tanque de reserva, porque a aferição de distâncias (e a noção de tempo) não se faz da mesma forma por indivíduos urbanos e rurais.

De toda forma, a categoria “falácias de base pragmática” a que subordinamos os gêneros seguintes, neste capítulo, pode ser considerada apenas recurso estratégico na organização de nosso texto.

(a) Argumentos ad ignorantiam - Fundam-se no princípio de que toda proposição é verdadeira (ou falsa) até que se prove o contrário. Por tal raciocínio, deuses, anjos, fantasmas, fadas, bruxas, gnomos, as auras, a mediunidade, a telepatia, lobisomens, vampiros, o judeu erran-

te, o holandês vingador (e outras formas de vida eterna), a alma, o inconsciente, as viagens no tempo, a quarta (quinta, sexta, enésima) dimensão, visitantes de outros planetas existem porque não se pode provar que não existem, ou não existem porque não se pode provar que existem.

Tudo que a falta de provas ao fim de uma investigação sobre fatos pode atestar é a maior probabilidade de eles não terem ocorrido; o grau dessa probabilidade dependerá do esforço feito na investigação, dos métodos utilizados, do grau (e natureza) do envolvimento dos investigadores e do universo que se investigou. Se a pesquisa foi intensa, feita com rigor técnico por pessoal motivado, em campo restrito e acessível, a probabilidade de rejeição da hipótese ou suspeita é máxima. Ainda assim não haverá certeza: restará alguma dúvida (adormecida, talvez, para ser ressuscitada em tempo oportuno), principalmente se a versão proposta na denúncia for coerente com a expectativa dominante no espaço-tempo social.

Por isso, boatos bem concebidos e veiculados são armas terríveis. Campanhas de opinião criam clima propício para eles: a prova disso é o número de envolvidos com subversão quando esse tema esteve em moda e o de supostos “molestadores de mulheres” que surgiram ao se espalhar pelo mundo a voga do neo-fundamentalismo vitoriano.

A aceitação de demonstrações probabilísticas em geral depende da relação entre o que indicam e sistemas de crenças (aquelas a que nos reportamos quando falamos das versões de fatos), fundadas na experiência ou preconceito. Assim, a suspeita (versão) de fonte tendenciosa ou obscura, baseada em poucos indícios (fatos), de que um militante árabe colocou explosivos em avião no Oriente Médio é facilmente aceita; já a comprovação, rigorosa no aspecto formal, de que a probabilidade de existência de vida fora da Terra é muito elevada não convence a maioria, embora apaixone astrônomos e roteiristas de ficção científica.

Os argumentos pela ignorância introduzem conceito peculiar de verdade, a verdade arbitral, cujo espaço é o tribunal e universo o Direito. No caso, o que se coloca é o ônus da prova, que incumbe ao acusador (daí a máxima de que todo réu é inocente até prova em contrário), seja indivíduo ou o Estado (a promotoria). O princípio pode parecer simples, mas se desdobra em complicadas regulamentações que envolvem, por exemplo, a argüição de verdade, quando alguém, acusado de injúria, calúnia ou difamação, defende-se tentando provar o que disse ou mostrando que se apoiou em evidências tais que justificavam a imputação ofensiva; o grau de responsabilidade de testemunhas, cujo depoimento pode ser desmentido ou desqualificado pela sentença; ou a condução do inquérito, decifração de enigma sempre condicionada pela realidade social e que flutua entre a malícia inteligente e a brutalidade legalizada.

O julgamento envolve não apenas os fatos, mas as circunstâncias; não só fatos e circunstâncias, mas ainda o processo em si, entidade monstruosa (o livro de Franz Kafka, *O Processo*, nesse aspecto, é rea-

lista) configurada por códigos cheios de minúcias, cuja violação (em regra, pelos advogados) resulta em prejuízo (para o cliente). A validade da sentença é efetiva, porque atesta a culpa e discrimina o castigo; não se pode, porém, considerá-la isenta de preconceitos, políticos ou morais. As leis mudam, e o pior, em geral mais lentamente do que as sociedades; ou então, como vem acontecendo aqui, são transplantadas de outras culturas, tornando-se estranhas ao meio como um pé de cupuaçu no jardim das oliveiras.

(b) Argumentos *ad baculum* - Apoiam-se na convicção (não destituída de certo fundamento, mas também simplória, pelo automatismo mecânico) de que o poder institui a verdade para muitos fins práticos da vida. O erro mais freqüente consiste na singularidade radical com que se imagina o poder, na imanência que se atribui a ele; na vida real, toda instância de poder tem limites variáveis no tempo-espaço que ela mesma, frequentemente, desconhece. A ação final sobre a realidade resulta de combinação caprichosa dessas instâncias, uma espécie de ordenação transitória e caótica de vontades.

Karl Marx terá respondido a essa questão: o poder é da classe dominante. No entanto, o conceito de classe dominante está no plano das essências, para onde se move a dialética de Hegel. Houve tempo, na juventude da Idade Média, em que senhores feudais eram modestos (a fé impunha, o pouco comércio exigia), analfabetos, de gestos rudes, tinham ação militar limitada ao feudo, dependiam dos padres para assegurar a obediência dos servos; constituíam, no entanto, classe dominante, numa sociedade em que a terra era o meio de produção por excelência e eles a detinham. Esbarra-se com situação similar no sertão do Nordeste brasileiro e, provavelmente, em outras partes do mundo. Aqui, abordamos a questão no nível das aparências, das instâncias sempre visíveis do poder, não daquilo que Friedrich Engels chama de “a última instância da História”, a que se chega pela análise macro-econômica e que se evidencia em reveladores momentos históricos.

O argumento *ad baculum* típico é a ameaça de guerra e, na América Latina, “pôr os tanques na rua” (para meter medo; carros de combate em vielas estreitas e no pé de favelas são o que há de mais vulnerável em conflitos civis, se os opositores são minimamente treinados para combate). Mas também elevar a voz, falar grosso numa discussão; citar, sem propósito, frases em grego antigo numa aula, evidenciando a própria superioridade diante dos estudantes; afetar intimidade com o ministro ou o presidente da companhia, numa situação qualquer de trabalho.

Cada qual põe o poder onde lhe convém: na força; na lei (em decorrência, nos que a aplicam e interpretam); na erudição; no dinheiro (que é aparência, não essência da dominação, como alguns sociólogos fingem acreditar); no povo (“é a voz de Deus”). Esta última modalidade do recurso ao báculo (uma espécie de cetro que os bispos herdaram do poder romano e dos filósofos cínicos) confunde-se às vezes com a argu-

mentação *ad populum*, a jogada para a galeria de que tanto se acusam os políticos e promotores de eventos.

O candidato que se diz católico (suspeita-se que venera apenas a própria imagem) ajoelha-se diante da mãe-de-santo no Pelourinho de Salvador e, constrangido, ergue e beija a criancinha da favela do Rio de Janeiro, para que as câmaras registrem; o tenor barrigudo vai ao campo do Flamengo e bate bola com o artilheiro do time; os maestros da orquestra de câmara famosa assistem à apresentação da bateria da escola de samba e se dizem deslumbrados, embora, para eles, aquilo seja apenas música, a rotineira essência de seu ofício. Todas essas bobagens que brotam da cabeça dos relações públicas para encanto dos tolos são argumentos *ad populum*. Funcionam, embora seja óbvia sua carpintaria.

Há, no entanto, algumas restrições a fazer. A denúncia de que tal conduta ou projeto corresponde a argumentação *ad populum* (a acusação de demagogia, a pecha de populista) tem constituído muitas vezes instrumento de outra falácia, típica da modernidade reacionária: a de que a melhor medida de governo é sempre aquela mais antipática, o melhor empresário o que mais “tem a coragem” de espoliar os empregados (os clientes, os acionistas, dependendo do caso), as mais admiráveis nações do mundo as em que mais se trabalha e menos se (=quem trabalha) ganha.

Nada melhor para distinguir nuances do que perspectiva histórica. Tomemos a figura de Getúlio Vargas, que até hoje ocupa espaços de veneração nas massas brasileiras. Algumas de suas condutas típicas (dirigir-se, sempre diretamente, aos “trabalhadores do Brasil”, desdenhando as estruturas partidárias; promover grandes espetáculos de ginástica ou coro orfeônico juvenil; abrir instâncias de poder à organização sindical que liderava) são citadas como exemplo de apelos *ad populum*. No entanto, as instituições que criou (a legislação trabalhista e institutos voltados para a dignificação do trabalho, como juízos arbitrais e restrições à demissão imotivada; as regulamentações profissionais; o salário mínimo calculado para prover o sustento de uma família de quatro pessoas; as escolas técnicas, na maioria geridas por órgãos de classe empresariais, e o ensino universitário federal; a previdência social atribuída a órgãos dirigidos por colegiados com representação de trabalhadores, empresários e governo; o investimento direto do Estado em siderurgia e no setor energético) permitiram desenvolvimento industrial e urbano sem precedentes; nem golpes de estado, nem operações coordenadas de controle de opinião pública conseguiram, em meio século, demoli-las (ou desmoralizá-las) inteiramente.

Será possível isso tudo ter sido mera jogada demagógica ou representava uma política da qual se pode discordar mas que não se deve desmerecer? Em outras palavras, ao criar essa obra institucional, Vargas pretendia fazer propaganda ou o objetivo de sua propaganda (de seu *populismo*) era viabilizar a obra institucional?

(c) Argumentos ad hominem - Trata-se de substituir o debate da questão em causa pela discussão sobre pessoas ou instituições. Na Justiça, cuida-se fundamentalmente de desmoralizar o processo (como no julgamento de Fernando Collor pelo Supremo Tribunal Federal, em 1994), os investigadores (a polícia é acusada na Justiça, mais vezes do que merece, de violência ou preconceito contra o réu), as testemunhas (quer-se desacreditá-las ou levá-las à contradição). Na política, as campanhas costumam transformar-se em troca de acusações da qual se conclui que são todas pessoas odiosas - e a administração pública algo de que os honestos devem se afastar. Na vida familiar ou social, quando convém, há sempre que lembrar infidelidades, mentiras, deselegâncias, ingratidões passadas.

Esmiuçam-se aspectos supostamente negativos dos criadores e divulgadores de idéias: Marx levava vida de pequeno burguês encalacrado (que outra vida deveria levar?), não se opôs à espoliação de terras mexicanas pelos Estados Unidos (pudera: era correspondente de jornais americanos, o universo de sua ação política estava na Europa). Lênine aceitou a ajuda dos alemães para retornar à Rússia (ou terá usado dos meios possíveis para alcançar o objetivo?); Voltaire era banqueiro (teria traçado retrato mais cruel de burocrata de estado no personagem Pangloss, do *Cândido*, se fosse, porventura, alfaiate?).

Pode-se inverter a questão, pondo em debate não a figura atacada, mas fatores talvez relevantes na apreciação de uma causa. Teriam sido os operários Sacco e Vanzetti condenados à morte (é em homenagem a eles que se comemora o Dia do Trabalho a 1º de maio em quase todo o mundo, não nos Estados Unidos) se não fossem imigrantes? Condenariam o Tenente Dreyfuss se não fosse judeu? E Oscar Wilde: chegaria ao cárcere de Reading se, em vez de homossexual, fosse denunciado por traficar ópio para a China ou usar metralhadoras contra as lanças do exército zulu?

A promoção de escândalos que misturam no mesmo contexto vida pública e vida privada é outra prática do gênero. Em alguns casos, uma atrapalha a outra: o risco de desfalque é certamente maior quando o contador joga pesado em cassinos; médicos submetidos a fortes tensões emocionais podem ser levados a cometer erros graves numa ação cirúrgica. No entanto, em que a hipótese (ou certeza) de que o herdeiro do trono da Inglaterra teve uma amante interfere no desempenho de suas funções (se é que sobra alguma relevante aos príncipes, nas monarquias constitucionais)? O que importa se o Ministro da Fazenda prefere ler, antes de dormir, *El dogma socialista*, de Esteban Echeverría, ou *O manual do Tio Patinhas*; se bate na mulher, apanha dela ou vivem arulhando como dois pombinhos?

Por trás desses estranhamentos há o integrismo infantil que exige das pessoas que se conformem a estereótipos idealizados: o virtuoso deve ser sempre virtude e o desviante sempre delito. Os modelos perseguidos e o grau de tolerância variam de uma sociedade para outra; o que é escandaloso na moralidade que se impõe hoje ao mundo pode

não o ser em comunidades do Extremo Oriente ou latinas, em particular aquelas que sofreram influência africana ou ameríndia. Se o presidente está envolvido com a moça de capa da revista erótica, bom para ele, pensam muitos brasileiros, dentre os mais pobres e desinformados; a elite tradicional lhe exigirá que case com a moça (ou pelo menos que morem juntos), porque, para esses, é a forma, não a essência da relação, o que importa; os “novos cristãos” e a nova elite, seduzidos pela modernidade transnacional, pedirão que renuncie ao cargo, em nome de Jesus ou da imagem internacional do País. Dessas reações, nenhuma - ou talvez só a primeira - pertence ao universo da razão.

Variante do mesmo gênero de argumento *ad hominem* consiste em coagir alguém a assumir posições (ou condená-lo se não assume) não por seu valor de verdade, mas por se adequar a alguma situação da qual se infere estereótipo impositivo: “como você, sendo branco, defende este negro?”; “estranho muito que um professor universitário freqüente rodas de samba”; “se o deputado da oposição apoiou a proposta do governo é porque foi pago para isto”. No último caso, a especulação pode fazer sentido - mas depende do deputado, da proposta, do governo e do contexto parlamentar.

(d) Argumentos *ad verecundiam* - São os argumentos de autoridade. Citar os sábios é amparar-se neles. Embora não haja certeza de que uma idéia é melhor ou pior apenas porque foi enunciada por alguém notável, é certo que este é argumento forte, obedecida uma série de condições:

1. O autor citado deve ser especialista na matéria, manter com ela relação sensível (ou intelectual) reconhecida. A opinião de físico ilustre sobre poesia ou de grande poeta sobre o preparo de feijoadas pode ser interessante, mas não vale para orientar críticos literários nem cozinheiros, salvo se o físico é também respeitado como apreciador de versos e o poeta também notório *gourmet*;
2. A citação deve respeitar o contexto lingüístico e histórico do original. A palavra socialismo tem significados (e implicações) diferentes no livro citado de Echeverría, de 1838, no *Manifesto Comunista de 1848* ou em *O socialismo*, do General José Ignacio de Abreu e Lima, de 1852; na encíclica *De rerum novarum*; no prefácio de *Volta a Matusalém*, de Bernard Shaw e num documento da CIA. A intervenção de personagens de romance (digamos, o vilão da história), bem como tese e antítese de exposições dialógicas não expressam necessariamente posições partilhadas pelo autor.
3. A citação deve respeitar os condicionamentos circunstanciais sob os quais foi feita. Palavras de arrependimento atribuídas a ateus moribundos, retratações no tribunal da Inquisição, gritos de desespero no quadro de tragédias não devem ser

levados isoladamente em conta. A linguagem oficial avalia isso quando considera formas de tratamento opacas o que originalmente foi mera bajulação imposta aos postulantes - os “vossa excelência”, “ilustríssimo senhor” e “meritíssimo juiz”.

4. Para ter algum valor de verdade, a origem da citação deve ser localizada. A referência a “técnicos do mercado”, “cientistas nucleares”, “observadores diplomáticos” pode resultar de uma situação em que a fonte da informação não deve ser identificada (será prejudicada se o for) ou de desonestidade (a fonte não existe, ou, se existe, sabemos que não merece crédito); de toda forma, a comprovação de veracidade da declaração é, pelo menos de imediato, impossível. Comumente, são as fontes mesmas (políticos, empresários e *lobbies*) que falsificam o dado ou constroem a apreciação sobre a realidade para, usando o recurso da conversa *off the record*, atingir algum fim prático, seja estabelecer dúvida sobre certo tema, testar reações (o *balão de ensaio*), afastar concorrentes ou dar a adversários o trabalho de promover desmentidos. Volta-se à questão do boato e ao debate sobre fatos e versões.

5. Citações forjadas por malícia são mais comuns do que se pensa. Há casos famosos: o de um livro atribuído a Nietzsche, *A vontade da potência*, em que se falseiam pensamentos do autor (que já estava morto quando saiu a primeira edição), objetivando instrumentá-los para fins políticos; ou versões diferentes de textos clássicos, resultado da intervenção de copistas movidos por algum interesse momentâneo. Não há país, religião ou doutrina que não tenha seus documentos apócrifos: um suposto manuscrito do Duque de Caxias, guardado em Buenos Aires e que aparece quando se quer promover tensões na América do Sul; a Carta Brandi, usada contra Vargas; o protocolo dos sete sábios do Sião, citado contra os judeus...

(e) Argumentos de generalização - Consistem na exemplificação pelo excepcional ou na ampliação do particular contraditório. Pode-se, por exemplo, mostrar imigrantes nordestinos que enriqueceram em São Paulo, ou escolher outros que passaram humilhações terríveis e terminaram catando lixo ou esquecidos no xadrez de uma delegacia.

Universos grandes não podem ser abarcados de maneira sintética; em alguns casos, nem mesmo a estatística (quando ela é possível) dá boa indicação de verdade. De uma pesquisa sobre sexualidade e crimes passionais, pode-se concluir que o sexo é extremamente perigoso, da mesma forma que um levantamento sobre acidentes de trânsito poderia apoiar a proposta de se proibir as viagens de fim de semana. A questão contamina praticamente toda argumentação que procura legitimar-se em fatos singulares; é que se pretende dar a impressão de que

a versão ou síntese proposta resulta desses fatos quando, na verdade, ela é a hipótese que originou a pesquisa fatural.

Consideremos o caso específico das reformas urbanas experimentadas pelo Rio de Janeiro no começo do século, sob a administração do Prefeito Pereira Passos e os cuidados do sanitarista Osvaldo Cruz. Se vou escrever a respeito, posso afirmar:

- (i) que a cidade foi inteiramente reformada, teve grandes áreas reconstruídas, abriram-se avenidas largas e procedeu-se ao saneamento em larga escala, drenando mangues e instalando serviços de esgotos sanitários que, ao lado da vacinação em massa, eliminaram epidemias antes frequentes;
- (ii) que dezenas de milhares de pessoas foram expulsas de suas casas, com a demolição dos imóveis do velho centro; provocou-se tal comoção social que parte da população revoltou-se contra o inimigo aparente, a vacina, e se firmaram as bases de uma ruptura entre estado e cidadania que teve seu papel histórico por toda primeira metade do Século XX, e deixa marcas ainda hoje.

Encontrarei evidências abundantes para sustentar uma e outra versões, até porque a verdade não está lá nem cá, mas lá e cá, talvez também mais adiante. Lamentavelmente, isso repugna à vocação plebiscitária da cultura, o desejo de formar juízo linear (bom/mau, certo/errado) sobre acontecimentos e personagens. Não se encaixa ainda na compartimentação dos saberes e das vocações que os indivíduos se atribuem: engenheiros sanitaristas ou profissionais da área biomédica tenderão para a versão (i), que contempla mentes executivas e soluções técnicas; sociólogos ou militantes políticos para a versão (ii), que sugere ações indiretas e condução comunitária dos problemas.

(f) *Argumentos ad misericordiam* - Apela-se à piedade, à compaixão, à solidariedade humana. Pretende-se, não afirmar a inocência, mas obter o perdão; não reclamar direitos, mas ganhar compensações por terem eles sido sonogados. Essa forma de chantagem, em que se deslocam livremente conceitos abstratos, como o de culpa, e relações complexas, como as indivíduo-sociedade, compõe um capítulo importante da representação retórica do mundo.

Tomemos um criminoso jovem. Se ele é pobre, foi a pobreza a culpada de seu crime; a culpa da pobreza é da organização social e, portanto, da sociedade; sendo da sociedade, é de cada um e, portanto, minha; devo absolvê-lo. Se é rico, foi a riqueza que lhe sonegou valores éticos que impediriam o crime; a culpa jamais é dele (será dos pais, que não o educaram mas não estão em julgamento, ou então dos bajuladores, que jamais coibiram seus intentos anti-sociais, mas também não receberão sentença); condená-lo é vedar-lhe o caminho de um futuro feliz, assegurado pela mesma riqueza que o teria empurrado para o crime; o sofrimento, expresso em seu olhar cabisbaixo, nas lágrimas da mãe arrependida, na ausência da namorada que o rejeita embora tanto a amasse, no tom grave dos preceptores que o lastimam, é de comover

um frade de pedra; colocado entre bandidos, será ainda mais bandido; devolvido à sociedade, poderá redimir-se dando destino nobre à sua fortuna; absolvo-o.

Chama-se a isso estruturação dramática. *Dramatis personae* (pessoas dramáticas) são aquelas para as quais se aponta o *spot* luminoso, ocultando na sombra circunstâncias e circunstantes. Quase todos podem ser *dramatis personae*: velhos, grávidas, mendigos, milionários, revolucionários de revoluções perdidas, pais de filhos pequenos (“pensem no futuro dessas crianças!”), recém-casados, ex-presidiários, aleijados, gente muito bonita ou excepcionalmente feia, doentes, prostitutas, virtuosas, crentes, descrentes, mal-amados, os desprezados pelas mães e os superprotegidos por elas.

O conto é sentimental. O recurso sempre existiu (até Sócrates apelou para ele, falando ao tribunal que o condenou sobre os três filhos, dois ainda pequenos), é parte da estrutura de novelas populares. Ganhou, porém, rigor técnico com a escola sentimentalista, que precede o romantismo na história literária européia. A partir de livros a que não se atribui, hoje, maior importância (como *Manon Lescault*, do Abade Prevost), o sentimentalismo deixou herança formidável e fórmulas consagradas no artesanato e indústria da cultura - a tal ponto que a mensagem dos melodramas (aquilo que o autor quer efetivamente dizer) desloca-se da ação dramática central para o cenário e caracterizações. As histórias de amor, ódio, ciúme ou sacrifício são mais ou menos as mesmas, só que se passam ora num país em guerra, ora no palácio de um império decadente, ora no bairro proletário, num momento qualquer do passado ou do futuro; configuram-se diferentemente ambientes, vilões e canalhas que ali estão para fazer contraponto aos heróis. Entre lágrimas que explodem na catarse - o efeito moral purificador que resulta da identificação com protagonistas e situações - , espera-se que o público (de novelas, peças de teatro, filmes) aprenda algo, reaja ou se conforme a alguma situação que lhe empurram goela abaixo.

Do ponto de vista dessa construção, o que importam os mortos em combate, aqueles que o herói metralhou, furou com a espada, detonou com explosivos ou esmurrou até a concussão cerebral? Quanto vale a vida dos índios americanos dizimados pelos colonizadores que invadem seu território, munidos de títulos de propriedade que valeriam para terras que conseguissem tomar das tribos? Dos soldados alemães e japoneses, se perderam a guerra? E as moças preteridas pela heroína na disputa do galã?

Da mesma forma, o que valem os direitos da vítima, se o cliente é o criminoso? E dos garimpeiros, se elegemos os índios heróis? Dos índios, se heróis são os garimpeiros? E dos doentes que buscam socorro, se é aos médicos que pagam mal no hospital público? A justiça é particular, exerce-se à luz e não na sombra, exigimos que se faça onde nos parece e não no que nos ocultam.

(g) Argumentos fundados em *ignoratio elenchi* - Nesse caso, o argumento é bem construído, mas a conclusão irrelevante. Empreiteiros de obras públicas podem argüir com razão a crescente demanda de energia elétrica para promover a construção de novas usinas hidráulicas; mas disso não se conclui que se deva pôr de lado reserva imensa e disponível de gás natural.

Muitas vezes argumentos desse tipo - em que são deliberadamente esquecidos itens relevantes do elenco de fatores que devem ser considerados - revestem-se de apelo emocional. Assim, as virtudes da estabilização dos preços (década de 1990, América Latina) foram exaltadas com a celebração das catadrais do consumo, o fetiche da modernidade, a entrega coletiva à sedução do anúncio, a drenagem do senso crítico na autocomplacência. Socializadas as culpas (o Estado as assumiu, em contrição, no purgatório), cada indivíduo remediado julgou-se merecedor de prêmios: automóveis, televisões, viagens ao Caribe...

De repente, no Brasil, uma só questão, a monetária, passou a explicar males que decorriam da História ou da conjuntura; governar não era mais abrir estradas, nem se colocava o dilema de acabar com a saúva antes que ela acabasse com o País, nem as eleições diretas assegurariam ao povo a felicidade, nem a reforma agrária importava, nem a agricultura era destino histórico, nem a industrialização o caminho, nem a educação única saída, nem a *constituição cidadã* libertaria os miseráveis, garantindo o salário dos libertos e a riqueza dos ricos. O salvacionismo era outro, fundado nas etiquetas de preços. Como quase sempre, não se cuidava de traçar uma política para a sociedade, mas de refazer a sociedade conforme os dogmas de uma política.

5.1. A questão lógica da ambigüidade

Ambigüidade define-se, em geral, como o duplo (ou múltiplo) entendimento possível de uma sentença. No entanto, a maioria das sentenças que se usam correntemente seriam ambíguas, pelo critério da possibilidade. Não é do senso comum que sanduíche seja o apelido de um tarado na frase “sanduíche fez mal à moça”; ao saber que “a embaixatriz saudou a primeira dama com a mão enluvada”, acreditamos piamente que foi a embaixatriz quem usava luvas (terá sido uma gafe?); seria surpreendente, mas não impossível, entender “todo homem é mortal” como “todo ser humano macho e adulto é capaz de matar”.

Ambigüidades semânticas envolvem palavras homônimas, em que há confluência de duas formas não aparentadas (*como* do verbo *co-**mer* e *como*, conectivo das comparações), ou polissêmicas, em que uma forma é estendida para significar conceitos considerados afins (o amor *sexual*, *platônico*, *fíli**al*, *fraterno*). Ambigüidades sintáticas relacionam-se com estruturas de frase: “Helena deixou a cidade indignada pelos constantes assaltos” (quem se indignou?); “embrulhada num velho lençol, levou a estátua mais valiosa da exposição” (o que estava embrulhado no lençol?).

Ainda assim, nas frases acima, a ambigüidade desapareceria, provavelmente, no contexto: se Helena é amiga nossa que se mudou para o campo depois de sofrer vários assaltos, ou se descrevemos o *happening* que envolve apreciadora de arte um tanto excêntrica; não resistiria à filtragem pragmática. A ambigüidade que importa é aquela que encerra dois ou mais sentidos tidos como prováveis. A avaliação dessa probabilidade depende do universo de referência, mas também do grau de malícia de quem recebe a mensagem ou dos interesses envolvidos.

Na prática, alguns discursos são mais sensíveis à questão da ambigüidade do que outros. As frases sintéticas das conversas domésticas, em torno das quais costumam-se montar comédias de situação. No plano institucional, as falas que se desenvolvem em clima tenso, entre maliciosos profissionais - como os discursos jurídicos e diplomáticos. De modo geral, juristas procuram resolver o problema (quando lhes convém resolvê-lo) carregando os enunciados de redundâncias e recuperando arcaísmos que, por serem empregados raramente, têm menor extensão de sentido; constróem, assim, a sua linguagem técnica.

A linguagem diplomática, pelo contrário, costuma ser lacônica, presa a número restrito de fórmulas tradicionalmente aceitas no meio; nessas condições, pequenas alterações (chamar um encontro de *cordial* ou de *amistoso*, distinguir *troca de opiniões franca* de *produtiva*) adquirem significados importantes nos contextos em que são utilizadas. Para agravo de seus cuidados, diplomatas são obrigados a lidar com mais de um idioma, o que os leva a confrontar-se com diferentes estruturas de sentenças e expansões de sentido.

Outro tipo de enunciado muito atento à ambigüidade é o das ordens de comando. Tudo aí conduz a padronização ainda mais radical: não se trata apenas de duplo sentido semântico, mas de equívocos decorrentes de mal entendimento (mais questão de canal de comunicação do que de código, portanto), como na anedota em que a ordem “não bombardeie” foi telegrafada “não, bombardeie”.

Finalmente, os positivistas lógicos se ocupam deste assunto porque a inadequação da linguagem corrente para uso científico tem sido proposta frequentemente em seu meio. Bertrand Russel afirma, no artigo "*Logical positivism*", de 1950, que "as questões que não podem ser resolvidas sem apelo à experiência ou são matemáticas ou lingüísticas" - e a ambigüidade era, para ele, a questão lingüística por excelência.

É discutível que a ambigüidade não possa ser evitada em um enunciado. Análise atenta do léxico mostra que as palavras (ou suas formas de uso) se distribuem em dois grupos (ou situações): quando se associam à produção, tendem a ser precisas (ou podem ser substituídas por outras palavras ou locuções com essa qualidade, num contexto dado); quando se utilizam no discurso de convencimento, são necessariamente ambíguas.

Não há dúvida sobre o que significa *educação* quando se planeja um programa de educação física na rede municipal de ensino ou de educação para o trânsito, destinado a pedestres, numa cidade como

o Rio de Janeiro ou São Paulo. Há toda dúvida do mundo quando se diz que *falta educação*: significará isso que as pessoas não se comportam adequadamente no meio social, são inconvenientes, malcriadas; ou que desconhecem a geografia, a matemática, não entendem o que lêem, se é que lêem?

A ambigüidade pode combinar-se com outras formas de falácias. É o caso do Governo quando anuncia que vai “priorizar a educação básica” sobre a educação superior que, diz ele, consome alta porcentagem das verbas públicas. Ora, educação é sistema integrado, já que as universidades formam os professores dos níveis abaixo dela e dependem, para sua qualidade, de alunos preparados nesses mesmos níveis. O *ignoratio elenchi* (a omissão desse argumento relevante) compõe-se com a mágica ambivalência da palavra educação, conhecida por contextos tais como a legenda dos botequins: “Moço educado não cospe no chão, não pede fiado, não diz palavrão”.

Ninguém é contra a melhoria do ensino básico, menos ainda da educação básica, como prefere o espertalhão, ciente de que “seja educado”, no Brasil, tem o mesmo sentido enfático e crítico do “*soyez gentil*” francês. Mas a prioridade radical, o antagonismo exclusivo que ela encerra, decorre da convicção de que o país não precisa de centros de pesquisa e de excelência científica, porque lhe cabe, na divisão internacional do trabalho, comparecer com mercado e mão-de-obra.

A ambigüidade é instrumento-chave das estratégias de dominação, a tal ponto que palavras como *democracia* servem tanto para nomear *lobbies* de fazendeiros (a União Democrática Ruralista) quanto para serem gritadas por ativistas da ocupação de terras. O golpe militar de 1964, no Brasil, foi *democrata* e também o movimento civil que o sucedeu, liderado por políticos tradicionais; dos dois estados em que esteve dividida a Alemanha no pós-guerra, um, o oriental, se intitulava República Democrática Alemã e o outro, a Alemanha Federal, gastou rios de dinheiro para proclamar que democracia de verdade era a sua. Países sabidamente subordinam imensos arsenais ofensivos a “ministérios da defesa”, massacram populações em “missões de pacificação” e apelidam de “ajuda externa” suas estratégias de conquista de mercados: conclui-se daí que, no discurso do poder, defesa pode significar agressão, pacificação extermínio e ajuda bons negócios (para quem a oferece).

O mundo vive em tempo de “modernização conservadora”, contradição em termos que se resolve entendendo a modernidade como aparência e o conservadorismo como essência. Este é um caso sutil de falácia de ênfase, porque se trata, com maior rigor lógico (colocando-se a essência do núcleo da locução e a aparência no que a adjetiva), de “conservadorismo modernizador”, expressão que conota, ou sugere, algo (para mim) menos entusiasmante. O processo é conhecido: conta-se que os nazistas, ao ocuparem Paris, cuidaram de substituir a denominação “Federação dos Trabalhadores Franceses”, na fachada de um prédio (e, evidentemente, em outros lugares, como nos timbre dos papéis de ex-

pediente), por “Federação dos Franceses Trabalhadores”. Sabiam que não é a mesma coisa.

Falácias de divisão e de composição operam com modelo próprio de ambigüidade. Trata-se de estender às partes o que é propriedade do todo ou ao todo o que é propriedade das partes. Dizer-se, pois, que o povo brasileiro tornou-se mais próspero nas últimas décadas porque o produto nacional (ou a renda *per capita*, que é a divisão desse produto pelo número de habitantes) cresceu bastante, ou que o Brasil caminha para se alinhar entre as nações paupérrimas do mundo porque há muitos favelados nas grandes cidades ou a mortalidade infantil no Nordeste é extremamente elevada. O todo (o Brasil) não pode ser compreendido como soma das partes (os brasileiros), mas o produto dessas partes e de seus mecanismos de composição (a distribuição social e geográfica de renda, no caso).

O caso mais sério de ambigüidade é aquele induzido pela língua. Sendo a língua a estrutura mental que organiza os conceitos, a ausência de discriminação cria, aí, a total opacidade da diferença. Os japoneses precisam de muito treinamento para distinguir o *r* brando (linguo-palatal) do *l* português (linguo-dental): os alemães para distinguir o *j* (sonoro) do *ch* (surdo); da mesma forma, o falante de uma língua em que não haja conceituações distintas para deus e o diabo terá dificuldade de em medir a distância entre o céu e o inferno. Vimos os casos de *meaning* e *language*; podemos, em contrapartida, citar *tempo*, que recobre, em português, os sentidos ingleses de *time* e *tense*.

A questão se colocou, em nível diplomático, quando dos entendimentos de Helsinki, etapa do processo de superação da guerra-fria e do sistema de bi-polaridade aparente do poder mundial. Os negociadores soviéticos, apoiados por seus peritos em Lingüística, afirmaram a diferença conceitual entre a palavra inglesa *peace* e as palavras russas *mir* e *svet*, que designam “paz” (no nominativo, *mir* também “mundo”, *svet* também “luz”). Os russos, argumentaram eles, acostumados a séculos de guerras em seu território, considerariam paz não a cessação de hostilidades, mas uma relação durável de desarmamento dos espíritos, tal que “*mir s drujbam*”, ou “paz é com amizade”. Já os americanos e ingleses, experimentados em ações militares expedicionárias, que não têm historicamente atingido suas cidades - salvo em raras ocasiões, como quando do bombardeio alemão a Londres - admitiriam paz (ou *peace*) como estágio diplomático de conflito, marcado ainda pela tensão e desconfiança. Por isso, os acordos firmados na capital finlandesa foram chamados de *détente* (em francês, *gatilho*, *descanso*, *calma tensa*).

5.2. A estrutura do silogismo típico

As proposições categóricas típicas, em lógica clássica, afirmam ou negam que uma categoria de coisas (os sujeitos das sentenças) esteja incluída em outra (os predicados), no todo ou em parte; o verbo de cópula (ligação) indica pertinência. Admitem-se quatro formas, segundo a

qualidade (afirmativa, negativa) e quantidade (se a inclusão abrange todos, a proposição é dita universal; se alguns, a proposição é dita particular). Há, assim, quatro formas típicas de proposições categóricas:

Forma A, universal afirmativa, *Todo S é P*

Forma I, particular afirmativa, *Algum S é P*

Forma E, universal negativa, *Nenhum S é P*

Forma O, particular negativa, *Algum S não é P*

(As letras A, I, E, O correspondem a vogais das palavras latinas *affirmo* e *nego*).

Proposições existenciais são aquelas que afirmam a existência de alguma coisa. Por exemplo, *há fantasmas*. Essa proposição seria verdadeira em vários universos simbólicos (por exemplo, naquele em que se efetuam as transações de compra e venda de castelos ingleses); ou poderia ser afirmada como hipótese para a construção de um mundo possível que existiria se houvesse fantasmas. Contos da carochinha, histórias de terror e de ficção científica podem construir sistemas lógicos consistentes a partir de proposições existenciais bizarras, tais como “houve tempo em que os bichos falavam”; “há lobisomens” ou “há máquinas do tempo”.

A lógica booleana (de George Boole), atribui conteúdo existencial às proposições I e O, particulares afirmativas e negativas. *Algum* é entendido como “pelo menos um”, de modo que, se a classe S é nula (o conjunto que designa é vazio), então as proposições “algum S é P” e “algum S não é P” são falsas. Se não existem dragões, então não é verdade que alguns dragões sejam ou não sejam seres perigosos.

Na interpretação de Boole, as proposições A e E, universais positivas e negativas, não têm conteúdo existencial. “Todo” é entendido como “qualquer um” (note que escrevi todo, não todos os, em que, em alguns usos, em português, se embute proposição existencial). Newton, quando formulou a lei segundo a qual “todo corpo não submetido à ação de forças exteriores conserva o seu estado de repouso ou movimento”, não estava afirmando a existência de corpos em tal situação.

Pressupor a existência de uma classe de que se afirma algo é cometer a *falácia da pressuposição existencial*. Posso dizer que “todo unicórnio é um quadrúpede parecido com o cavalo e que tem um chifre no meio da testa” (os lógicos ingleses adoram exemplificar com unicórnios porque eles figuram no brasão da casa imperial), sem afirmar que existam unicórnios.

Legislações de efeito retumbante costumam cometer essa falácia. Quando se diz que, no Brasil, “todo cidadão culpado de racismo é punido com prisão”, não se assegura que algum cidadão, aqui, venha a ser culpado (não sei se algum o foi, em instância conclusiva), porque falta caracterizar adequadamente racismo (esse crime se resume, na prática dos tribunais, a barrar alguém na entrada do restaurante, ou no

elevador social do prédio; os acusados são porteiros ou guardas de segurança de supermercados) e aferir responsabilidades em casos específicos de discriminação. Trata-se de modismo: legislar sobre crimes de difícil tipificação, como “exploração de menores” ou “assédio sexual” - conceitos imprecisos em que se misturam abuso de trabalho infantil e necessidade de sobrevivência, violência e galantaria, moralidade e moralismo.

Promessas igualmente tonitruantes induzem à mesma falácia, que se confunde com aquela da pergunta complexa. Quando um demagogo garante que “nenhum professor analfabeto ficará nos quadros da universidade”, as pessoas são levadas a crer que existem na universidade professores analfabetos; se jura que “todo marajá devolverá aos cofres públicos o que recebeu a mais”, pressupõe-se não só a existência de marajás mas também alguma definição desse conceito (talvez se aplique ao desembargador velhinho que, ao fim de meio século de trabalho, ganha tanto quanto uma garota de programa, dessas que as empresas contratam para corromper demagogos).

As proposições universais referem-se à totalidade das classes que correspondem aos sujeitos das sentenças; diz-se que distribuem os termos sujeitos. As proposições negativas, universais ou particulares, referem-se à totalidade das classes que correspondem aos predicados das sentenças; diz-se que distribuem os termos predicados. Assim, os termos sujeitos estão distribuídos em:

Todo deputado é político
Nenhum deputado é analfabeto,
(porque as proposições se referem à
totalidade da classe dos deputados e
à totalidade da classe dos analfabetos).

Já os termos predicados estão distribuídos em:

Nenhum presidente latino-americano é estadista
Alguns grandes políticos não são estadistas,
(porque as proposições se referem à totalidade da
classe dos estadistas)

O princípio básico do silogismo - estrutura composta de duas proposições, a premissa maior e a premissa menor, de que se extrai uma conclusão -, é que ele é válido ou inválido segundo sua forma, qualquer que seja o conteúdo. Sendo válido, a verdade da conclusão dependerá da verdade das premissas. Combinando proposições categóricas em séries como AAA, AAE, AEA, AEE, AEI etc, chegamos a 64 combinações possíveis. Cada uma delas admite quatro configurações (ou figuras), conforme a posição do termo médio (o único que aparece nas duas premissas): ele pode ser sujeito na premissa maior e predicado na menor (configuração 1); predicado nas duas (configuração 2), sujeito nas duas (configuração 3) e predicado na premissa maior e sujeito na menor (con-

figuração 4). Multiplicando 64 por 4, temos 256 formas possíveis de um silogismo de forma típica - entre válidas e inválidas.

Tomemos uma dessas formas, AAA-1, chamando de M o termo médio, S sujeito e P predicado:

Se todo M é P
e todo S é M

todo S é P

Se P = grego
M = homem
S = ateniense,
Se todo grego é homem
e todo ateniense é grego

todo ateniense é homem

O argumento é obviamente válido (se houvesse dúvida, isso poderia ser verificado pelo diagrama de Venn - aquele que se aprende no ginásio, quando se estuda Teoria dos Conjuntos -, marcando-se as interseções dos círculos correspondentes a S, M e P). Logo, qualquer argumento com a mesma forma será válido. Por exemplo:

Se P = brasileiro
M = latino-americano
S = nissei nascido no Brasil

Se todo brasileiro é latino-americano
e todo nissei nascido no Brasil é brasileiro

todo nissei nascido no Brasil é latino-americano

O leitor talvez ache estranha a conclusão: pode um descendente direto de japoneses ser latino-qualquer coisa? No entanto, a argumentação é válida e, como as premissas são verdadeiras, a conclusão também é verdadeira. A estranheza expõe a distância cultural que nos afasta do sistema de denominações que impôs esta, *latino-americano*.

Antes éramos pacificamente sul-americanos, porque nosso continente é a América e a porção que ocupamos fica ao Sul; não há dúvida de que nosso compatriota nissei é sul-americano. Foram os americanos do norte que impuseram essa outra denominação que, sobre ser incongruente (transforma em não latino-americanos os canadenses francófonos e nomeia como latino-americanos os descendentes de holandeses, africanos e indianos de expressão holandesa do Suriname, os guaranis do Paraguai, os teuto-brasileiros, teuto-chilenos etc.), mistura categorias da etnologia e da geografia física.

Quais as condições de verdade para a correspondência entre mapas políticos e expressões culturais implicada no nome latino-americano? Em primeiro lugar, é preciso que se atribua certa estabele-

dade às etnias (a segregação, a não-miscigenação como regra); em segundo, que se sustente conceito de nação cultural e racial, como aquele que separa tchecos de eslovacos ou sérvios de croatas. Quando se diz que todo nissei nascido no Brasil é brasileiro, o conceito de nacional aí embutido é o de estado político e ocupação territorial, o pressuposto é de pertinência a uma unidade simbólica; o povo desta nação (deste conceito de nação) é algo que se produz idealmente da noção de solidariedade e concretamente no sincretismo dos discursos culturais. Curiosamente, os Estados Unidos têm essa característica; no entanto, exportam seus problemas de auto-imagem.

Mas o raciocínio desenvolvido nos dois últimos parágrafos fará sentido? Não afirma Saussure, e em geral se aceita, que os nomes das coisas são arbitrários, convencionais, de modo que nada no nome *gato* sugere um gato? Sim, mas a arbitrariedade a que se referem os lingüistas é estabelecida na relação entre o item léxico e a coisa que denomina, não necessariamente entre o item léxico e outros itens léxicos que com ele constituem o sistema da língua.

Da mesma maneira que formas nominais (o gerúndio, por exemplo) podem ser aparentadas com as demais formas do verbo, itens léxicos derivados de outros usam guardar por algum tempo relação de parentesco reconhecida por quem fala, de modo que, embora estrela-da-manhã e estrela-da-tarde sejam o planeta Vênus, não seria adequado chamá-lo de estrela-da-manhã à tarde nem de estrela-da-tarde pela manhã; ao ouvir falar em lâmina de barbear e não conhecendo o objeto, posso supor que é uma lâmina relacionada de alguma forma, agora ou no passado, ao ato de barbear, no paradigma de *copo de água, faca de bolo, casa de armas* ou *dança do ventre*.

5.3. Formas para-silogísticas das falácias

Silogismos eventualmente fogem à forma típica. Por exemplo:

- (a) um dos termos pode estar expresso por estruturas lingüísticas sinônimas; neste caso, se escolherá a mais precisa e/ou abrangente delas (em tese, não há sinônimos perfeitos: cada denominação se refere a um conjunto de conceitos, que podem um abranger o outro, mas não coincidir exatamente);
- (b) uma das premissas pode estar obvertida, isto é, resultar da substituição de “nenhum S é P” por “todo S é não-P”, ou vice-versa;
- (c) pode haver proposições singulares, do tipo “este quadro é uma imitação” ou “Sócrates é um homem sábio”. Consideram-se esses nomes próprios (*este quadro, Sócrates*) como designativos de conjunto de um só elemento no universo considerado (dos objetos que estão próximos do falante, aqui e agora; dos filósofos clássicos gregos);

- (d) o predicado pode ser um adjetivo, que designa propriedade. A tradução se faz a partir da constatação de que toda propriedade designa uma classe (essa é a definição de *classe*). Assim, se “algumas flores são *belas*”, “algumas flores são *coisas belas*”. O núcleo do predicativo (“coisas”) deve ser o mais amplo a que se aplique o adjetivo;
- (e) as quantidades podem não ser as da forma típica: □ □ (*todo, qualquer um*); □ (*que existe, algum*). Deve-se converter. *Todos os* pode embutir, em português, componente existencial; *cada* equivale geralmente a *todo*; *um*, quando indefinido, significará *todo*; quando numeral, *algum*. Importa ver o sentido no contexto - se a proposição se refere a qualquer coisa que esteja em dada condição (□) ou a alguma coisa cuja existência se afirma (□).
- (f) A verificação de sentido também é necessária em sentenças em que aparece a expressão *somente*: “somente os amigos do rei podem entrar” estabelece uma igualdade entre *amigo do rei* e *aquele que pode entrar*, de modo que “todo aquele que for amigo do rei pode entrar” e “todo aquele que pode entrar é amigo do rei”; já “somente os pobres são generosos” equivale a dizer que “todo generoso é pobre”, mas não que “todo pobre é generoso”. Agregado a *se*, no termo antecedente de uma proposição condicional, *somente* torna a condição exclusiva: “se beber, ele morre”, significa que ele morrerá se beber, mas poderá eventualmente morrer sem beber: “somente se beber, ele morre”, significa que, se não beber, ele ficará vivo (o que ninguém, certamente, pode assegurar).

Construídos os silogismos em forma típica, podem-se evidenciar uma série de falácias, que vão reduzir bastante aquele número (256) de formas admissíveis, quando se pretendem conclusões corretas. Eis algumas dessas falácias:

a. *Quaternio terminorum*, ou dos quatro termos, quando são quatro, e não três, os termos envolvidos. Com frequência é o termo médio ambíguo que estrutura o raciocínio falacioso, de forma AAA-1:

* Se todo esforço para impor a paz é ação digna de apoio
e toda ação militar é um esforço para impor a paz

toda ação militar é ação digna de apoio

“Esforço para impor a paz” tem sentidos diferentes na premissa maior e na premissa menor, passando a incluir, nesta, a guerra em si. A ambigüidade é comum quando está em jogo a noção de fim, que ora expressa “meta”, “objetivo”, ora simplesmente “término”. A paz é o *fim* (término) da guerra, não seu *fim* (objetivo). O mesmo acontece com as noções de poder (“o que é concretamente possível”, “o que é permiti-

do”, “o que é potencialmente possível”) e de dever (“o que é moralmente obrigatório”, “o que é imposto”, “o que tem grande probabilidade de ocorrer”).

b. Termo médio não-distribuído. O termo médio deve estar distribuído em pelo menos uma das premissas. Como as proposições afirmativas não distribuem seus predicados (não se aplicam a todos os elementos do conjunto referido pelos predicados), pode-se exemplificar com a forma AAA-2:

* Se todo militante comunista é admirador da obra de Marx
e todo estudante de sociologia é admirador da obra de Marx

todo estudante de sociologia é militante comunista

A categoria dos admiradores da obra de Marx inclui militantes comunistas, estudantes de sociologia (ao menos deveriam) e mais outros conjuntos humanos, incluídos aí os melhores críticos de Marx..

c. *Processos ilícitos*. Acontece quando há na conclusão termo distribuído que não está também distribuído nas premissas. Chama-se de *processo ilícito do termo maior* se o termo não distribuído está na premissa maior. Na forma AEE-1:

* Se todo campeão de Fórmula 1 é causa de orgulho nacional
e nenhum campeão de Fórmula 1 é personagem histórico

nenhum personagem histórico é causa de orgulho nacional

Chama-se de *processo do ilícito menor* se o termo não distribuído está na premissa menor. Na forma IAA-3:

* Se nenhuma crítica é uma ameaça ao poder
e toda crítica é uma prova de inteligência

nenhuma prova de inteligência é uma ameaça ao poder

Mesmo no universo em que nenhuma crítica ameaça o poder (aquele para o que tendem as *democracias* modernas) e ainda que toda crítica seja prova de inteligência, é possível existir alguma prova de inteligência que ameace o poder.

6.3. Outras formas de silogismos e de falácias

Além dos *silogismos categóricos*, dos *entimemas* (em que uma parte do argumento é suprimida ou pressuposta) e dos *sorites* (situações em que o desenvolvimento de um raciocínio exige o encadeamento de silogismos), há silogismos complexos: os *disjuntivos* e os *condicio-*

nais. O silogismo disjuntivo (ou...ou) não afirma a verdade de um ou de outro de seus componentes (ou disjuntos), mas que um deles é verdadeiro, ou ambos o são. Tomemos uma disjunção do tempo em que a economia brasileira era considerada exclusivamente da perspectiva agrícola (esse era condição de verdade do universo da disjunção):

Ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil
o Brasil não acaba com a saúva

a saúva acaba com o Brasil.

No entanto,

* Ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil
o Brasil acaba com a saúva

a saúva não acaba com o Brasil.

A razão do segundo raciocínio ser falso é que podem acontecer uma coisa e outra, isto é, o Brasil acabar com a saúva e a saúva acabar com o Brasil. É como num duelo de *far west*: o xerife pode matar o bandido, o bandido matar o xerife, ou os dois se matarem.

O silogismo condicional ou hipotético tem as duas proposições (silogismo condicional puro) ou uma delas (silogismo condicional misto) com o conectivo lógico *se...*, *então*. Dentre os silogismos condicionais mistos, existem duas formas válidas com nomes (e importância) especiais:

(a) *modus ponens*, em que a proposição categórica afirma o antecedente da proposição condicional e a conclusão seu conseqüente:

Se Machado de Assis escreveu *O alienista*, então é um grande escritor.
Machado de Assis escreveu *O alienista*

Machado de Assis é um grande escritor.

O antecedente é o condicionante e o conseqüente o condicionado da primeira premissa. Inverter os termos na conclusão é cometer a falácia de afirmar o conseqüente:

* Se Euclides da Cunha escreveu *O alienista*, então é um grande escritor.
Euclides da Cunha é um grande escritor

Euclides da Cunha escreveu *O alienista*

(b) *modus tollens*, em que a premissa categórica nega a proposição conseqüente da premissa condicional e a conclusão nega sua antecedente:

Se D. Pedro II escreveu *O Alienista*, então é um grande escritor.
D. Pedro II não é um grande escritor

D. Pedro II não escreveu *O Alienista*

Inverter os termos é cometer a falácia de negar o antecedente:

* Se Luís de Camões escreveu *O Alienista*, então é um grande escritor.
Luís de Camões não escreveu *O Alienista*

Luís de Camões não é um grande escritor.

Há alguns anos, a esquerda francesa, ao defender a extensão do direito de voto aos imigrantes, argumentava que eles pagam impostos: “Se o morador paga impostos, deve votar”. A direita respondeu dizendo que, ao aceitar essa tese, teria que suprimir o direito de voto dos muito pobres, porque “estes não pagam impostos”.

* Se o morador paga impostos, deve votar
O morador não paga impostos

O morador não deve votar

Tomava, assim, o argumento condicional como exclusivo: “Se e somente se paga impostos, o morador deve votar”. Pagar impostos deixava de ser um critério válido e passava a ser o critério único para se conceder a um morador o direito de voto. O mecanismo de construção de fraudes com argumentos desse tipo costuma envolver, em algum momento, a ambigüidade entre a condicional ou hipotética *se..., então* e a condicional exclusiva *se e somente se..., então*.

Outro exemplo:

Se a política recomendada pelo Banco Mundial é adequada ao México, então a política recomendada pelo Banco Mundial é adequada aos outros países latino-americanos

Esse argumento, proposto em certa época, funcionou enquanto a política do Banco Mundial pôde ser apresentada como adequada ao México, isto é, enquanto não ocorreu desastre indisfarçável (o caos aparente) na economia do México. Os vendedores de papéis foram mobilizados para convencer os investidores a aplicar dinheiro na América Latina; os vendedores de políticas saíram em campo para fazer os demais países latino-americanos adotar a política do Banco Mundial. Em ambos os casos, utilizaram como argumentos de venda versões otimistas dos resultados obtidos na economia mexicana. (Dependendo dos dados e termos de comparação que se escolham, podem-se traçar versões otimistas sobre qualquer economia em estado não aparentemente caótico; se alguém duvida, procure os noticiários de porta-vozes de Wall Street dias antes do *crack* de 1929, leia relatórios soviéticos sobre o último plano quinquenal do País ou as manifestações entusiásticas sobre os *tigres asiáticos* que precederam a crise das bolsas da Ásia em 1997).

“Se vocês aplicarem dinheiro nos países da América Latina que seguem a política do Banco Mundial, terão os mesmos lucros que A e B tiveram ao aplicar no México”, disseram aos gerentes de capital. “Se

vocês seguirem a política do Banco Mundial, terão tantos capitais quanto o México”, disseram às elites dos países da América Latina.

A insistência no México criou situação dramática tal que ficou implícito o caráter exclusivo da condicional. No entendimento de qualquer investidor ou jornalista econômico, *se e somente se* a política do Banco Mundial fosse adequada para o México seria adequada também para os demais países da América Latina. O México passou a ser igual à América Latina; foi proposto como país precursor, um protótipo da teoria econômica.

No entanto, a política do Banco Mundial não deu certo no México. No primeiro momento, os investidores mais ágeis fugiram das aplicações na América Latina. A reação foi de autodefesa e também emocional (isso existe, mesmo nessa área) porque, embora houvesse capitais em excesso e a necessidade urgente de abrir novos mercados, todos acharam que foram enganados. Os países da América Latina demoraram a reagir (mudar de política pressupõe, no mínimo, mudar o partido no poder; no caso, mais do que isso), mas certamente, nas suas esferas de poder, alguém terá lembrado que a condicional, exclusiva ou não, jamais assegura que inexistam outros caminhos para a América Latina senão a política do Banco Mundial.

Tratava-se de fazer com que esses países seguissem a política do Banco Mundial, antes que essa possível subversão prosperasse. Qual o argumento, então? Foi que o México, antes tido como igual, era diferente dos outros países da América Latina: seus pobres mais pobres, seus guerrilheiros com mais razões para lutar, seus empresários menos dinâmicos, seu partido único menos encantador, sua elite mais corrupta. Naturalmente, havia que socorrer o México - com dinheiro público dos Estados Unidos, é claro - e se desenvolveu outra série de argumentos destinada a impedir que os contribuintes reclamassem dessa liberalidade: solidariedade continental, segurança nacional, a mitologia do mocinho generoso historicamente consolidada no povo americano, a justificativa das ações de política imperial com o disfarce dos ideais nobres e libertários. Os mexicanos, que pagaram caro para fingir que eram ricos, pagariam mais ainda - e deveriam ficar muito gratos por terem sido salvos, não se sabe bem do quê. Afinal, pensa Mr. John Doe, cavalheiro que ganha muito e gasta muito mais, tira férias de uma semana por ano, mora em casa hipotecada e se deslumbra com seu carro japonês comprado a prestação: “Que mais podem esperar *cucarachos* escondidos debaixo de *sombreros*?”

5.5. A estrutura do dilema

Certa combinação de argumentos disjuntivos e condicionais cria o dilema, arma fantástica de convencimento por sua aparência consistente. B. F. Skinner, comportamentista que fez sucesso há algumas décadas, convenceu muita gente com um dilema. Pretendendo que a mente humana não deveria ser estudada, ele admitia, por hipótese,

que os estados mentais interferiam na relação entre estímulos externos e respostas do comportamento. Daí situava duas possibilidades: ou esses estados mentais agiam conforme uma lei, e os teóricos poderiam dispensá-los, considerando apenas suas regras de atuação; ou agiam de maneira errática e, neste caso, não poderiam ser abarcados pela ciência. O erro desse raciocínio é que os cientistas não objetivam apenas estabelecer as regularidades das coisas do mundo, mas conhecê-las.

Pode-se dizer de qualquer plano de estabilização de uma economia inflacionária:

Se contém a demanda de produtos, é recessivo e politicamente inaceitável; se estimula a demanda, cria escassez e alimenta a inflação que pretende combater. Então, ou é politicamente inaceitável ou estimula a demanda. De toda forma, ou é prejudicial ou inútil.

Pode-se sair do dilema refutando sua disjunção, sem refutar qualquer uma das proposições que a compõem. No caso, aceitando os efeitos recessivos ou inflacionários da reforma. O que se dirá é que esses efeitos podem ser compensados por políticas específicas, como o estímulo ao aumento da competitividade dos setores produtivos estratégicos ou a correção da baixa oferta de produtos pela importação. Em todo caso, os prejuízos e utilidade dependem da correta gestão da economia durante a aplicação do plano.

Pode-se refutar ao menos uma das premissas da disjunção. Argumentar que a economia, vinda de período de expansão inflacionária, irá beneficiar-se da recessão; ou que a escassez gerará estímulos ao investimento de capitais na expansão das empresas. Pode-se, ainda, contrapor à disjunção outra, que lhe seja contrária:

Se a estabilização contém a demanda de produtos, irá corrigir a inflação que se alimenta do consumo excessivo; se estimula a demanda de produtos, irá acelerar a circulação de riquezas na economia. Ou é anti-inflacionária ou desenvolvimentista. Em ambos os casos, trará benefícios.

A realidade, como se vê, está muito longe. Onde ficou mesmo a realidade?

5.6. Para ler mais

O texto deste capítulo segue, em linhas gerais, a metodologia de COPI, 1974. Foram consultados também LANGER, 1972, ALWOOD, ANDERSEN, DAHL, 1977, e HEGENBERG, 1973, entre outros.

6 - MANEIRAS HUMANAS DE PENSAR

Tópico 1: **Juízos humanos são históricos.**

Quando se formula a questão “quais os limites da lógica”, geralmente se pensa em até onde serve a lógica como instrumento para levar à verdade. Seria preferível pensar primeiro em onde ela ancora, quais os sistemas de referências que amarram o processo de raciocínio. Quanto a isso, podem-se considerar I - a determinação histórica do significado, ou II - a determinação histórica do sentido:

I - Leibnitz construiu um *possilologismo* - um *sorites* - para demonstrar que a alma humana é imortal. Nas etapas da demonstração, afirmava que a alma é íntegra, incorpórea e incorruptível. Partiu de um axioma: "a alma humana é algo cuja atividade própria é pensar". No entanto, quem hoje sustentaria, sem dúvidas, que a atividade própria da alma é pensar? Quem hoje não supõe que o pensamento, o que quer que seja, é atividade do cérebro, não da alma?

O erro de premissa de Leibnitz, seu *próton pseudos*, evidencia que o raciocínio se aplica ao significado consensualmente aceito na língua (ou em um código gráfico, matemático, um sistema qualquer de conceitos), em dado tempo. O que era certeza - algo tautológico para ele, ser o pensamento atividade da alma - torna-se, hoje, superstição.

Como poderia Leibnitz prever que a metafísica - sistema de referência a que aplicou a lógica - seria dispensada da ciência, e que esse pressuposto alteraria o significado da palavra alma, suprimiria funções da alma?

II - Na primeira metade do Século XV, o Cardeal de Cusa, Nicolas Krebs, escreveu, no livro *Sobre a douta ignorância*, que a Terra se move, embora não pareça, "porque não podemos captar o movimento senão graças à comparação com um ponto fixo". Daí concluiu que qualquer observador no Sol, na Lua, na Terra ou Marte, se imaginaria no centro imóvel do universo. E completou: "A máquina do mundo tem, por assim dizer, seu centro em todas as partes e sua circunferência em nenhuma".

De Cusa era diplomata e comandava a política da Igreja no pontificado de seu amigo, o papa Pio II; morreu em 11 de agosto de

1464 e foi sepultado em frente ao Moisés de Michelangelo. Entre seus leitores, figuraram Giordano Bruno e Copérnico.

Por que Bruno, Galileu e Copérnico foram perseguidos e De Cusa não, se sustentaram idéias semelhantes? Pode-se argumentar que as situações políticas de um e dos outros diante da corte vaticana eram distintas. Mas o motivo central deve ser buscado em outro ponto.

Na verdade, a Terra ser ou não o centro do universo, estar imóvel ou em movimento, importava pouco, na prática, para a tecnologia dos séculos XV e XVI, pelo menos da perspectiva dos clérigos. De Cusa e Bruno disseram, nesse ponto, praticamente a mesma coisa. A diferença é de sentido, isto é, de relação que se estabelece, em dado tempo e circunstâncias, entre o significado de uma proposição e outras preexistentes. No caso, atribuiu-se à questão valor teológico e, na essência, político.

De Cusa, em seu livro, exercita livremente o raciocínio, demonstrando, por exemplo, que o círculo infinito é uma reta e um triângulo, do que decorre que as figuras da Santíssima Trindade, tendo dimensão infinita, poderiam estar, simultaneamente, em qualquer parte e no mesmo ponto. Mas a Igreja não estava sob ameaça de forças interessadas em acentuar suas contradições doutrinárias - o que aconteceria no tempo de Bruno e Galileu. Em poucas décadas, o que era, no mínimo, um brinquedo da inteligência e, no máximo, uma abertura para nova dimensão da fé, tornou-se heresia. O adequado passou a inadequado e, como vimos, a adequação é geralmente assimilada à verdade.

O último ponto: De Cusa não costuma ser citado nem conhecido; Bruno, Galileu, Copérnico são. É que a História se escreve com o registro de fatos, mais que idéias; preocupa-se em destacar nos eventos o que há de incomum, peculiar, dramático; os critérios de seleção, quando existem, são muito amplos. Trata-se de convencer, não exatamente de demonstrar. Na estrutura narrativa desse romance, perseguição e julgamento oferecem melhores atrativos do que as reflexões de um bem sucedido chanceler do Vaticano.

Os episódios que envolveram Bruno, Galileu e Copérnico confirmam tanto a mitologia heróica burguesa quanto a dialética *prêt-à-porter*, aquela em que o certo ou o bom enfrenta o errado ou o mal, opostos radicais, visíveis e necessários, coerentes em si e contraditórios entre si. De Cusa não é um herói da Igreja, porque, de certa forma, contestou valores que a Instituição sustentaria depois, com grande desgaste; príncipe da mesma Igreja, não faz o tipo do herói burguês; embora sendo filho de pescadores, também não cabe no perfil de herói proletário, porque ascendeu no sistema e, se o contestou, foi em plano cultural, sem objetivos políticos ou riscos físicos aparentes.

Heróis enfrentam dificuldades terríveis, são vítimas da ingratidão, da traição e da intolerância; pagam caro pelas próprias idéias; ou morrem por elas e são mártires, ou vencem e, como diz Machado de Assis, ficam com as batatas (na alegoria de Machado, os homens lutam por um campo de batatas); depois, vestem o traje de domingo ou o

uniforme de gala e posam para a posteridade. Mudam um pouco nesse processo: o próprio Machado, que é herói literário, era negro e virou mulato. (Vi, no arquivo do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, a fotografia dele feita na rua, quando o escritor teve um ataque epiléptico, e não publicada; dava para notar quanto o clarearam nos retratos oficiais).

Tópico 2: *Não há jogos inocentes*

Os gregos costumavam inventar, em suas disputas filosóficas, pequenas fábulas (ou enigmas), algumas das quais tiveram profundas conseqüências políticas - coisa típica da civilização grega. Eis adaptações de duas delas :

- (a) Uma tribo odiava estrangeiros e sempre que capturava algum o executava. Mas a cultura determinava regras para a execução. O estrangeiro capturado deveria enunciar uma proposição; se ela fosse verdadeira, seria enforcado; se falsa, queimado na fogueira. Eis que um homem é preso no território da tribo e levado ao conselho tribal para ouvir a sentença. Informado sobre as regras, declara: “Sou mentiroso”. Coloca-se o problema: se o homem é, de fato, mentiroso, disse a verdade, e não deveria ser queimado; se, pelo contrário, não é mentiroso, então mentiu, e não deveria ser enforcado. Segue-se que o homem sobrevive, enquanto a tribo mergulha em profunda crise de valores.
- (b) O dono de uma tartaruga desafiou Aquiles, o dos pés ligeiros, para competir com seu animal. Pediu, porém, alguns metros de vantagem na partida. Atendido, passou a demonstrar: “Digamos que Aquiles tenha o dobro da velocidade da tartaruga; enquanto ele andar um metro, a tartaruga andará meio metro; enquanto, em seguida, ele andar meio metro, a tartaruga andará 25 centímetros; enquanto ele andar 25 centímetros, a tartaruga andará 12,5 cm; enquanto ele andar 12,5 cm, a tartaruga andará 6,25 cm; e assim por diante. Por mais que se esforce, Aquiles jamais passará a tartaruga.”

A primeira dessas histórias - a antinomia do mentiroso - conduziu à descoberta da metalinguagem, isto é, da capacidade que a língua tem de falar de seus próprios enunciados, de modo que a afirmação de verdade ou mentira de uma proposição não pode ser apreciada no mesmo nível que a proposição em si. A segunda, atribuída por Aristóteles ao eleata Zenão, discípulo de Parmênides, gerou o conceito matemático de infinitésimo, de limite, daí o de derivadas. Mas, em ambos os casos, isso aconteceu muitos séculos depois.

Em 1736, Euler imaginou um quebra-cabeças. Tratava--se de percorrer, num mapa, as pontes de Königsberg (sete pontes, unindo duas ilhas aos lados de um rio e uma ilha à outra) sem tirar o lápis do papel e sem passar duas vezes sobre a mesma linha; provou que era impossível. Em 1859, William Rowan Hamilton propôs questão parecida: percorrer as arestas de um dodecaedro regular, de modo que cada vértice fosse tocado uma única vez. Em 1977, Appel e Haken provaram,

em artigo numa revista de matemática, que qualquer globo representando um planeta poderia ser colorido com quatro cores, de modo que nunca duas regiões fronteiriças ficassem com a mesma cor. Essas experiências - em seu tempo, jogos sem sentido ou questões práticas de aplicação restrita - dão origem e fundamento à Teoria dos Grafos, que se aplica em campos tão diversos como a Logística, os sistemas e redes de comunicação, a Genética, a Economia, a Física, a Química, a tecnologia de computadores e a Lingüística.

Cada época tem a ilusão de responder a todas as perguntas. Para questões sem solução, costuma reservar espaços degradados - o das crendices, da mágica, do não-confiável, do insensato ou inútil. Lembro-me que nesse lugar obscuro estavam, quando eu era jovem, o hipnotismo, a telepatia, as viagens espaciais, o vôo supersônico, o mais-valia e a caneta esferográfica. Em homenagem ao autor (não me lembro quem) do meu primeiro livro de ciências - onde se dizia que os quatro elementos eram o fogo, o ar, a terra e a água, embora se desmentisse páginas adiante, sem maiores explicações, essa suposição do filósofo grego Empédocles - eis um problema para o qual, ao que tudo indica, não existe resposta. László MÉRÖ, professor do Departamento de Psicologia Experimental da Universidade de Budapest, dedica a ele duas páginas de seu livro *Ways of thinking*; desfila explicações que vão desde a ótica até a psicologia da Gestalt para concluir que nenhuma satisfaz à questão, pelo menos da maneira como está formulada e de algum ponto de vista permeável ao senso comum:

Tomemos um espelho. Sem dúvida, ele reverte a imagem: o que está a nossa direita fica à esquerda. Um texto aparecerá com as letras não apenas em posição contrária (os parágrafos à direita) mas também invertidas. Por que essa inversão ocorre apenas no sentido horizontal, isto é, por que o espelho não inverte também a imagem verticalmente, de modo a mostrar a página de cabeça para baixo? Como ele sabe qual é o lado de cima?

Tópico 3: O pensamento obedece a esquemas

O preconceito é parte da economia geral do pensamento. Tradição cultural, experiência prévia e treinamento determinam comportamentos e processos mentais (aquilo que, no conjunto, apelida-se, aqui, de *esquema*) - atalhos que tornam mais fácil e rápido perceber situações, embora conduzam, eventualmente, a erros de julgamento. Observa Bertrand Russel:

No reinado da Rainha Vitória, os macacos eram monogâmicos virtuosos, mas nos dissolutos anos 20 sua moralidade mergulhou em deterioração desastrosa ... Animais observados pelos americanos correm freneticamente até encontrarem, por acaso, uma saída; animais observados por alemães sentam-se e coçam a cabeça até que extraem a solução de sua consciência.

É claro que macacos e cobaias não agem diferentemente quando muda a moralidade vigente entre os homens, se estão em um continente ou em outro. A diferença entre as observações científicas anotada por Russel reside na maneira de ver as coisas, na tendenciosidade que informa os observadores, sempre prontos a ver o que esperam ver. Os juízos que se formam sobre países estrangeiros são desse tipo: simplificações tais como a fleugma dos ingleses, a disciplina alemã, a elegância francesa - diante das quais sempre surpreenderão a brutalidade dos torcedores de futebol de Liverpool, a euforia *africana* das cervejarias da Baviera e a displicência parisiense.

A formação profissional consiste, basicamente, em propor esquemas adequados à percepção e solução de problemas específicos do ofício. Esses esquemas (os psicólogos chamam de *esquemata*) compreendem não apenas a linguagem, mas valores éticos, grau de precisão das representações, circuitos preconcebidos de causa e efeito, maior atenção e sensibilidade para certos problemas, desprezo por outros - até mesmo estética e postura particulares.

O exercício do jornalismo permite observar bem isso. Primeiro, olhando para nós mesmos: a superficialidade, a ilusão de poder que resulta da redução do universo aos acontecimentos que a imprensa cobre - do *iceberg* à ponta. Depois, contemplando outros profissionais: a rigidez militar, de sujeitos treinados para separar radicalmente o certo (aquilo por que lutam) e o errado (aquilo por que luta o inimigo), num mundo em preto-e-branco, sem espaços cinzentos; a eloquência excessiva dos advogados (*quod abundat non nocere*, “o que é demais não prejudica”, dizem eles), capazes de ver o cinza em toda parte e de construir argumentos atraentes para qualquer causa, unidos que são apenas pela sua mesma, a do Direito; a prepotência dos professores (a palavra pedante vem do francês *pedant*, que quer dizer “mestre-escola”), que se defendem assim da imensidão, às vezes só por eles suspeitada, da própria ignorância. Quem quer que tenha tentado demonstrar a um técnico ou cientista da área de ciências exatas que a precisão de qualquer enunciado é relativa - e é - percebe a importância desses condicionamentos.

Transitar de um esquema de pensamento para outro é tarefa complicada - justifica, por exemplo, programas de *trainee* de executivos em grandes corporações. Mas se revela claramente em certos problemas sociais. A relação entre dedicação ao trabalho assalariado e padrão de vida (aperfeiçoamento técnico, progressão funcional, habilitação no mercado de mão de obra) parece-nos óbvia no mundo moderno, mas não é para quem vive no meio agrário, onde predominam valores herdados da servidão; aí, o esforço é descontínuo - obedece ao ciclo de plantio e colheita -, há uma rede de solidariedade organizando a vizinhança e valoriza-se a fidelidade ao patrão, do qual se espera retribuição sob a forma de bens ou serviços.

O que o migrante encontra, quando transita de um tempo para outro numa viagem de algumas horas ou dias, são coletividades em

que as pessoas mais prósperas - muitas - parecem ser as que menos esforço fazem: planejadores, controladores, intermediários de negócios, prestadores de serviços inimagináveis fora do contexto urbano. A nova situação institui sentimentos simultâneos de liberdade e de abandono. Logo descobre que as relações são impessoais, a demanda de consumo sem limites, os salários baixos para as novas condições de vida (quando todas as coisas têm preço, não apenas algumas) e a colocação difícil. Sabe-se pouco habilitado; a própria idéia de treinamento é nova e lhe parece pouco confiável.

Coisa parecida ocorre com os programas de alfabetização. Alfabetizar-se (aprender a ler, escrever e contar) é resultado de esforço pessoal maior do que, para um indivíduo de instrução superior, aprender os ideogramas de uma língua como o chinês, algumas teorias complexas e abstratas, filosofias de referencial remoto (digamos, adentrar-se no pensamento Zen) - tudo ao mesmo tempo. É naturalmente possível, mas envolve decisão e vontade persistente. Se a tradição familiar não valoriza esse tipo de conhecimento, se ele não promete claramente diferenciais de cidadania, prestígio ou ganho financeiro, é certo que a evasão escolar será grande - ainda que os professores façam malabarismos para chamar a atenção, a merenda seja bolo de chocolate e os companheiros uma ótima turma.

Tópico 4: **O fundamento da inteligência é a analogia**

Tomemos um cão de rua, desses sarnentos e desconfiados. Atravessa a rodovia. Aprendeu a fazê-lo; um cão doméstico jamais conseguiria. Para ter êxito, deve antecipar e calcular com base em experiências que jamais se reproduzem de maneira idêntica: discernir e generalizar. Qualquer que seja o mecanismo do aprendizado, a realidade não é notada como se apresenta: total, diferente e única. É decomposta, conhecida e, portanto, sofre uma fatoração cujo resultado o cão seleciona e ordena conforme sua condição e intenção. No veículo em movimento, não importam, para o cão de rua, o *design* ou os odores, se é um caminhão de entregas ou um carro de combate; velocidade, aceleração, dimensão, direção formam o conceito do objeto; o sentimento é de perigo, a sensação de medo, o animal decide se corre para a frente, para qual lado, se salta, se pára, se recua, quanto esforço fará nesse cometimento. Tem, pois, percepção das próprias possibilidades: o lagarto espera o momento ótimo para o bote e captura do inseto. Este tem chances: pode desviar-se; é questão de competência e sorte. Leõezinhos que brincam na floresta deixam a jugular a um milímetro dos caninos pontudos do colega: *sabem* que a luta é uma simulação. Existirá inteligência no cão, no lagarto, no inseto, na jovem fera?

Até há pouco, podia-se sustentar que a inteligência é algo estritamente humano, ligado à linguagem e à matemática, operando com símbolos em cadeias lógicas. Hoje, percebe-se inteligência como propriedade de sistemas físicos, deduz-se a inteligência de comportamentos -

da natureza, das plantas, dos animais, dos homens desde antes de nascer. A inteligência lógico-simbólica é apenas parte do conjunto, embora importante para nós; ela se insere sobre uma base inferencial anterior, que instaura a percepção e a sensibilidade: exploração ativa, seleção, captação do essencial, simplificação, análise e síntese, totalização, conexão, comparação - pelo menos. Antes, durante e depois de se produzir e expressar numa linguagem - gerar, portanto, uma cultura - a inteligência realiza operações, evoca situações vividas, talvez arquétipos.

O significado que atribuímos às palavras *percepção* e *sensibilidade* não é o mesmo que se aplica na avaliação de um microfone, um gravador de som ou de imagem: nos limites da normalidade, pouco importam, aqui, o número de linhas do quadro ou o registro de frequência dos sons. O fato é que não usamos ainda máquinas capazes de, por si só, buscar o ângulo que interessa de alguma coisa, selecionar essências conforme necessidades ou objetivos (os nossos; os *delas*, máquinas) e comparar com padrões da memória, determinando respostas.

O motorista que atravessa um cruzamento em tráfego intenso avalia conjunto de variáveis relacionadas com os outros carros, paradigmas de comportamento, sinais de trânsito, desempenho do próprio automóvel. Não faz contas de cabeça, nada explica a si mesmo: poderá fazê-lo depois - digamos, em depoimento à polícia -, mas com as imprecisões e racionalizações que se encontram nos inquéritos sobre acidentes. Compõe, ainda assim, uma equação espaço-temporal com variáveis probabilísticas e a resolve rapidamente; organiza os dados dos sentidos em uma representação pré-lingüística do espaço, da qual resulta sua decisão.

Posso tocar um instrumento ou, mesmo, compor, sem conhecer música, menos ainda os princípios físicos que determinam sua produção. Quando escrevo no computador, concentro-me no sentido do que vou propondo; quanto à digitação, formatação, arquivamento etc., os comandos são ícones: apontado para o local x tenho a resposta y que inibo com um toque no ponto z. Faço tudo - penso - automaticamente. No entanto, há pessoas que desenvolvem tal habilidade com esses dispositivos e comandos convencionais que penetram em redes protegidas, roubam segredos... Não são matemáticos ilustres, não leram Alan Turing nem Norbert Wiener - às vezes não conseguem formular em alguma linguagem o que aprenderam; são micreiros.

Pretensão e relações de poder mudaram o sentido das palavras ensinar (em latim, *insignire*), que originalmente significava “assinalar, distinguir”; e aprender (do latim *a+praehendere*), com valor ativo de “tomar para si, agarrar”. A função ativa no aprendizado é a de quem aprende, não de quem ensina. Em linhas gerais, o aprendiz, tendo um objetivo a atingir, baseia-se em habilidades herdadas (localização dos centros cerebrais; reflexos inatos; provavelmente alguns princípios lógicos ou paralógicos); informações recebidas; avaliação externa; experiência. Nem sempre a língua ou o cálculo com símbolos formais são, a bem dizer, indispensáveis: pode-se receber informações por imitação ou

demonstração; ser avaliado pela atribuição de castigos ou prêmios; experimentar por observação ou tentativa. Ainda assim, aprendizagem é mais que resolução de um problema; é a capacidade de resolver uma classe de problemas ou a mobilização de recursos disponíveis para resolvê-los (o *insight*), o que significa, sempre, analogia. Aprende-se com treinamento (experimentação reiterada em situações distintas) e convicção, que é a consciência da necessidade; mas a analogia é a matéria prima que nos permite estruturar o novo conhecimento com outros já adquiridos, produzir modelos, simplificá-los e transferi-los.

A analogia é pouco estudada, mal conceituada e tem má fama. No entanto, não é por acaso que os recursos mais elementares do controle de opinião se baseiam nela, a começar por alguns preceitos simples: (a) *repetição* - reiteração da experiência sensível; (b) *fundamento* - as mensagens devem apoiar-se em valores e atitudes existentes; (c) *relevância* - ligadas aos sentidos e à vida emocional, as mensagens são capazes de combinar-se com dados da memória do receptor e gerar novas informações que ele tem por idéias próprias.

Tópico 5: **O pensamento opera com proporções**

O fato de que raciocinamos a partir de comparações com situações conhecidas tem sido constatado de várias maneiras e é bastante genérico para abarcar reflexões de correntes de pensamento sob outros aspectos contraditórias. Ela abriga, por exemplo, a afirmação de Marx de que os homens vêm os acontecimentos novos pelas formas antigas (“Justamente quando parecem empenhados a revolucionar-se a si às coisas, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado”); e a condenação de Augusto Comte “os vivos são e sempre e serão cada vez mais governados pelos mortos”.

Sejam *a* e *b* fatos, versões, teorias, situações complexas entre as quais estabelecemos uma relação qualquer (de causa, pertinência etc.) e seja *c* uma terceira condição emergente que comparamos a *a*; presumimos, então, *d*, de modo que *a* está para *b* assim como *c* está para *d*. Nada mal: a busca de paradigma é, em geral, o primeiro passo para se atribuir sentido às coisas. A proporção é a base de hipóteses tais como se choverá ou não, faremos ou não bons negócios, devemos ou não aceitar a proposta de emprego. O errado começa quando paramos por aí, isto é, imaginamos que o semelhante é igual, ou que a relação indicada pelo sinal de igual (assim como) eqüivale à identidade.

Se Roma, em seu apogeu, dominava os mares conhecidos e os Estados Unidos também, ao fim da Segunda Guerra Mundial, então os problemas de Roma foram tomados como similares aos dos Estados Unidos. Sobraram, pois, na década de 50, estudos romanos, símbolos romanos, filmes sobre Roma - onde, como observa Roland Barthes, os senadores eram americanos de franjinha discutindo problemas americanos em inglês meio arcaico. Se os bárbaros vinham do Oriente europeu e ameaçavam Roma, então o primeiro disco *long-playing* que com-

prei, editado em Nova York EM 1950 com música russa (o Oratório Opus 124, *Em guarda pela paz*, de Serge Prokofief, gravação VRS 6003), trazia no selo, em lugar de tímboles, que eram a marca habitual da gravadora, uma silhueta do cavaleiro de Átila. Se o Império Romano ruiu minado por uma doutrina religiosa vinda do Oriente Médio e que penetrou, com seu projeto de redenção moral, nas camadas mais pobres da população, o grande perigo atual é, sem dúvida, o islamismo.

No entanto, o mundo do pós-guerra e o apogeu romano só em raros aspectos - como a hegemonia marítima momentânea - se pareciam. Nem os Estados Unidos eram uma cidade de 500 mil habitantes, nem os oceanos eqüivaliam ao *mare nostrum* (o Mediterrâneo), nem se podiam considerar como províncias os países de economias arrasada pelo conflito. Por igual, o fundamentalismo moderno é fragmentado, manifesta-se mais pela essência mística do que como confissão religiosa e, portanto, está onde o Islã não chega. Vê-se, por aí, que é a partir da semelhança instauram-se as diferenças, o que é mais uma virtude da proporção.

Tópico 6: O conhecimento novo e as idéias antigas

As “ciências humanas”, nos últimos séculos, têm construído metáforas com base em teorias da Física (o mecanicismo), da Biologia (o biologismo) e da Psicologia (o psicologismo). As leis de Newton, o evolucionismo de Lamarck, a seleção natural de Darwin, a genética das moscas de Watson, as neuroses dos pacientes de Freud, os reflexos e a cibernética - tudo o que pôde ser simplificado até o nível de compreensão de intelectuais médios - gerou correntes e movimentos que se dispuseram a explicar o conteúdo de poemas, lendas e mitos; a antecipar o avanço da História; a prever o comportamento das sociedades e justificar programas partidários.

Essa constante importação pretendeu preservar o caráter holístico, totalizante, dessa área de conhecimentos, cujo poder se instaura na Justiça, na política dos estados e das grandes corporações. São modas sucessivas, construções que, em geral, procuram justificar com novos argumentos antigos valores e atitudes. Se o leitor considera exagerada ou injusta a interpretação, pode-se lembrar como o comportamentismo deformou a teoria dos reflexos; ou ainda os textos atuais em que se confundem possibilidades técnicas de comunicação com livre fluxo de idéias. O novo (os reflexos, a telemática) expressa o discurso consagrado (o empirismo, o liberalismo). Eis um caso exemplar:

(a) Pouquíssima gente leu a *Origem das Espécies*, de Charles Darwin. A grande maioria das pessoas teve acesso às idéias do autor através de versões que as integravam em algum projeto cultural, religioso ou político. Por exemplo, o livro de Ernesto Haeckel, *História da criação natural*, *best seller* do início do Século XX que expõe a postura típica do evolucionismo europeu pós-darwiniano. Entre outras imbecilida-

des, Haeckel escreve que “nenhum povo de carapinha teve história verdadeira” e que “os tipos humanos mais elevados, os mais dotados, tendem forçosamente a multiplicar-se, a ganhar terreno à custa dos grupos inferiores, pouco numerosos e retardatários”. É esse tipo de literatura que alimenta a superioridade natural dos *caucasianos* - Haeckel prefere *mediterrâneos*, pensando, naturalmente, em Grécia e Roma; estariam eles “sempre à frente das outras espécies” (observem o trânsito entre os conceitos de *raça*, *cultura* e *espécie*). E é também Haeckel que adverte para o perigo oriental: “Só a espécie mongólica pôde, até certo ponto, lutar contra a mediterrânea”.

(b) Como Darwin ficou famoso, foi sendo conhecido como “o evolucionista”, quando, na verdade, houve muitos evolucionistas antes dele. O primeiro terá sido o Empédocles, mencionado algumas páginas atrás: afinal, se eram quatro os elementos básicos, a diversidade atual do mundo deveria provir deles por algum mecanismo. No final da vida, ao escrever a última edição de seu *Sistema da Natureza*, Linneu, o naturalista do Século XVIII que classificou as espécies, indagava se não seria possível a transmutação de uma para outra. Goethe, o poeta, que era também cientista (escreveu *Esboço de uma teoria das cores*), propunha um tronco comum de que proviriam todas as espécies. Em 1809, saiu o livro de Lamarck, *Filosofia zoológica*; nele ele expõe a tese de que os organismos mais simples evoluíram no sentido do mais complicado, num processo “nunca interrompido por revoluções violentas”. Contra isso se levantou outro naturalista, Curvier, para quem a criação se refez várias vezes, interrompida por catástrofes (é interessante observar a relação dessa tese com a lenda bíblica do grande dilúvio e como retorna nas hipóteses que se formularam, em nosso século, sobre a desaparecimento de espécies como os dinossauros);

(c) Darwin estabeleceu o mecanismo da seleção natural partindo basicamente da experiência dos criadores e jardineiros; tendo lido Malthus e influenciado por sua tese de que o crescimento da população tendia a superar irremediavelmente a oferta de alimentos, acrescentou a idéia de luta pela vida. Enquanto na seleção artificial interferia a vontade do homem (escolhendo sementes de milhos mais produtivos, ou de plantas de flores mais belas), o que funcionaria na natureza seria a capacidade de melhor adaptar-se às condições objetivas da existência.

(d) Descolada do contexto de sua produção, a teoria de Darwin enfrentou a oposição dos religiosos, que, a bem dizer, não tinham que opinar no assunto. Foi amplamente usada para promover auto-estima nacional, no quadro de uma crise econômica européia séria, que gerou intensa emigração, principalmente para a América, e desembocou em duas grandes guerras; para justificar a exploração dos colonizados; para inocentar, aqui e ali, a ajudazinha que se pretendeu dar à natureza, exterminando *raças inferiores*; para explicar por que alguns estudantes são mais aplicados do que outros; para condenar a incompetência das faxineiras; e por aí em diante.

(e) Em todos esses procedimentos, ignoraram-se aspectos fundamentais: 1. a teoria se reporta à história da natureza, que é incensuravelmente lenta; 2. sendo biológica, não se aplica a outra coisa que não à biologia; 3. sendo teoria, bastante ampla, deve ser confirmada ou desmentida, passo a passo; 4. a seleção de que fala a teoria, por ser natural, age sem mérito ou demérito, sem instância moral ou ética; 5. a desaparecimento ou surgimento de espécies não é coisa que se possa louvar ou lamentar, no âmbito de uma teoria biológica; 6. A existência de Deus, o sentido das coisas ou a noção de equilíbrio-desequilíbrio são questões que têm sentido para o homem, não para a natureza.

(f) Quanto à relação estabelecida por Malthus entre disponibilidade de alimentos e crescimento de populações (geralmente citada no mesmo contexto), não se confirma literalmente, pelo menos para o homem. Malthus fala em progressão geométrica de indivíduos e progressão aritmética dos insumos alimentares. Desequilíbrio desse tipo - não na mesma proporção - acontece em algumas partes do mundo (certamente quando ocorrem grandes secas ou inundações), mas a fome endêmica até hoje observada resulta de fatores de mercado, relacionados com custos e incentivos à produção. A área cultivada da Terra não chega a dez por cento do que é possível explorar com a tecnologia atual e a produtividade mantém-se muito abaixo do possível. Por outro lado, comunidades urbanas e prósperas procriam menos, ainda que não se façam campanhas pelo controle de natalidade.

Tópico 7: **Há espaços em que a contradição se anula**

Diante da pergunta “Posso passar?”, um brasileiro educado dirá, indiferentemente, “pois sim” ou “pois não”; nesse contexto, são sinônimos. Pode-se dizer que o primeiro “pois” é consecutivo e o segundo equivale a uma pergunta sem a entonação; como se sabe, conseguimos explicar quase tudo. Mas por que *formidável*, que queria dizer *terrível*, passou a representar *magnífico*? Como situação e sorriso transformam desaforo em gentileza e palavrão em expressão carinhosa? Como podem *numeroso* e *inumerável*, que são, a rigor, conceitos opostos, indicar a mesma quantidade, isto é, *muitos*? Em certas línguas, qualidades opostas podem ser expressadas pela mesma palavra; menciona-se o antigo egípcio, onde *ken* podia significar forte ou fraco. Na linguagem coloquial, há forte tendência de chamar de *branco* o incolor e de considerar o preto a mais densa das cores, embora seja a ausência de cor. Uma pessoa *sem caráter* tem *mau caráter*. A forma verbal reflexiva, em português, é a mesma usada em construção passiva, de modo que uma sentença como “amam-se as mulheres” tanto pode aplicar-se aos sentimentos de um bando de machos pouco seletivos quanto à prática de um grupo de lésbicas.

Por mais absurdos que esses eventos pareçam, eles escondem a percepção de aspectos da relação entre o pensamento humano e a realidade. Em primeiro lugar, a contradição é atribuída tanto a conceitos

que não admitem senão condições extremas (como *verdade/inverdade* ou *móvel/imóvel*), quanto a situações que pressupõem escalas gradativas (entre o *grande* e o *pequeno*, o *forte* e o *fraco* etc.) de um atributo (*grandeza*, *força*). Depois, reporta-se à supressão de algum gênero de coisa (*rico/pobre*), à oposição entre uma coisa e todas as outras de seu universo (*o vermelho/as outras cores*) ou à condição de contraposição ativa ou antonímia recíproca (*ir/vir*, *dar/receber*); em suma, corresponde a relações do tipo 1/qualquer outro número, 1/0 e 1/-1.

Situações limites conduzem a inversões de conceitos ou respostas - algo e seu contrário parecem, aí, indiferentes ou indiscerníveis. Ao ciumento coloca-se a opção de adular ou hostilizar o objeto do ciúme; um comportamento e outro têm o mesmo sentido, indicam o mesmo sentimento. A criança que teme ser rejeitada utiliza, para chamar a atenção sobre ela mesma, comportamentos que sabe ser positiva ou negativamente aceitos: não há diferença. Uma pessoa em crise financeira tende a gastar com o supérfluo ou a poupar com o necessário, às vezes a fazer as duas coisas. Comunidades desesperadas reagem com abulia ou revolta; produzem mitos heróicos ou justificativas para a autodestruição. O mais profundo ódio é a face oculta do servilismo. Como dizia o argumento de venda da edição popular de um romance de Somerset Maughan, “a distância entre o amor e ódio é mais estreita que um fio de navalha”.

Costuma-se dizer, então, que há perda de referência; talvez fosse mais adequado atribuir o fenômeno ao deslocamento da referência. A questão objetiva - observação comum em *marketing* - é que, quando se instauram oposições do tipo bandido-mocinho, cria-se um universo de referência (como um campo de luta, um *ring*), no qual se valorizam desempenhos técnicos e se impõem padrões de semelhança; no caso, são pessoas armadas, que desenvolvem um jogo de esperteza e violência que as distingue das demais. No contexto, o que se destaca é o brilho, a ousadia, o desempenho; assim, Elliot Ness e Al Capone se equívalem. E Lampião, lendário cangaceiro, seria candidato imbatível das forças populares numa *eleição livre* ao Governo das Alagoas. Ou da Paraíba.

De toda sorte, como escreveu Niels Bohr, descobridor da estrutura do átomo, “o oposto de uma proposição verdadeira é uma proposição falsa. Mas o oposto de uma verdade profunda pode muito bem ser outra verdade profunda”.

Tópico 8: A verdade pode ser imposição ou deslumbramento

O conceito clássico de verdade, derivado de Platão, é o que se aplica aos enunciados conformes com a realidade. Isaac Isareli, no Século IX, definiu: *‘veritas est adaequatio rei et intellectus* - “a verdade é a adequação entre a coisa e o enunciado”.

Esse conceito, antes tranqüilamente aceito, vem sendo objeto de discussão tensa, a começar pela questão do axioma ou postulado, isto é, daquilo que se toma como verdade para iniciar uma demonstração. Frege insistiu nessa expressão - *tomar como verdade*; Husserl propôs noção diferente, de auto-evidência (ou desvelamento), e acusou Frege de relativismo.

Na análise de Husserl, a existência da verdade independe de ser ela percebida por qualquer entidade racional; nenhuma outra espécie inteligente, não constituída de homens como nós, poderia dispor de lógica diferente. Por outro lado, ele atribui um único sentido à auto-evidência: aquele no qual, “para cada verdade como tal, corresponda, ideal e ou conceitualmente, um julgamento possível de inteligência humana ou não humana em que tal verdade seja experimentada como auto-evidente”. Estamos, sem dúvida, no clima do Século XX, este mesmo em que se começam a planejar máquinas pensantes e a buscar no cosmo outras formas de vida.

Uma das principais objeções levantadas à concepção de Husserl é a de que ele confundiria discurso e realidade, situando verdade e lógica em espaço mítico. Um dos críticos, Sigwart, escreve:

Só uma opinião, o relato de um fato, pode ser falsa. O fato está simplesmente lá... Quando nenhum juízo se formula, então nada há que se possa predicar como verdadeiro ou falso. Certamente, os planetas se moviam, antes mesmo de Newton, de maneira conforme a lei da gravidade. Contudo, antes de Newton formular sua teoria, não existia no conhecimento humano proposição sobre estes movimentos. Após ter Newton formulado a lei da gravidade como proposição, esta se tornou, devido a seu conteúdo, verdadeira também para o passado.

Não tem cabimento discutir aqui os aspectos filosóficos da questão: importa, sim, constatar que o pensamento de Husserl tem imensa influência nas elites intelectuais do mundo de hoje. Num estudo bem posterior a sua discussão com Frege, ele proporá que, se algo é auto-evidente (nos moldes descritos dois parágrafos acima), então será verdadeiro em dado tempo, embora o que é verdadeiro possa não ser evidente em tempo algum. Admite outra abordagem, que considera a experiência como fonte de verdade para juízos sobre categorias individuais (do tipo “isto é amarelo”), derivando os demais por composição lógica. Mas não concede inteiramente ao empirismo: acredita que todo julgamento deve repousar na “harmoniosa unidade da experiência possível”, em bases universais tais que “cada coisa tem que ver materialmente com as outras” - uma espécie de estética transcendental que, na filosofia alemã, provém de Kant.

Heidegger, discípulo de Husserl, faz análise mais ampla do conceito de verdade, decompondo em duas vertentes opostas o enunciado de Isaac Israeli. De um lado, o entendimento convencional - adequação do enunciado à coisa, ou *adaequatio intellectus ad rem*; de ou-

tro, a adequação da coisa ao enunciado, ou *adaequatio rei ad intellectum*.

Com o avanço das técnicas, número crescente de coisas podem (já podem) ser adequadas ao desejo expresso de homens que detêm poder - vontade e meios - para isso; é a dimensão imperativa da verdade - tal como a conformidade do bolo de cenoura com a receita da cozinha ou da decisão da massa de consumidores com a competente campanha publicitária. Heidegger pretende mais: constrói um sistema; reporta-se a Kant, para quem os objetos se conformam ao conhecimento; refere-se à tradição cristã, dos entes terem sido criados a partir da concepção divina. “O intelecto”, escreve, “somente é conforme a idéia porque realiza a adequação do que pensa com a coisa, tendo esta que ser conforme a idéia”. E adiante, advertindo de que não se trata de um jogo de palavras: “A essência da verdade é a verdade da essência”.

E qual será a “verdade de essência”? Poderia ser a criação no sentido bíblico; em última análise, Deus. Mas, em Heidegger, não há Deus. Nem em Jean-Paul Sartre, que responde à pergunta recorrendo a outro conceito, o de produção:

Consideremos um objeto fabricado, como por exemplo um livro ou um cortador de papel: tal objeto foi fabricado por um artífice que se inspirou em um conceito; ele reportou-se ao conceito do corta-papel, e igualmente a uma técnica prévia de produção que faz parte do conceito, e que é, no fundo, uma receita. Assim, o corta-papel é ao mesmo tempo um objeto que se produz de certa maneira e que, por outro lado tem uma utilidade definida, e não é possível imaginar um homem que produzisse um corta-papel sem saber para que há de servir tal objeto. Diremos, pois, que, para o corta-papel, a essência - quer dizer, o conjunto de receitas e de características que permitem produzi-lo e defini-lo - precede a existência: e assim a presença, frente a mim, de tal corta-papel ou de tal livro está bem determinada. Temos, pois uma visão técnica do mundo, na qual se pode dizer que a produção precede a existência.

A imagem utilizada por Sartre nessa palestra no Club Main-tenant (publicada com o título “O existencialismo é um humanismo”), era já anacrônica quando foi concebida: o ato de produzir, na sociedade industrial madura, é mera repetição, desligada da criação (ou da “verdade da essência”) e do sentido de utilidade. “Se não existe Deus”, advertia ele, “a responsabilidade é do homem”, reportando-se, justamente, à criação e a seus resultados.

De fato, inexistindo Deus, todo homem poderia conformar o mundo - os seres inertes e vivos, os estoques humanos e de conhecimento - não apenas para explorá-lo (o que supõe algum contrato ou concessão), mas para dispor, usufruir dele. Todo homem não são todos os homens, como talvez imaginasse Sartre (daí o humanismo); só alguns, os que podem. Os instrumentos técnicos ampliam-se enormemente neste sentido e a concentração de recursos torna factível essa conformação.

Sistemas de produção pressupõem, agora, sistemas de controle - dos recursos, conceitos e fins -, os quais, no discurso corrente, se arrogam o lugar da verdade. O que terá Husserl a ver com isso? Talvez nada. Só que, ao combater o relativismo lógico, admitiu extrema relativização do conceito de verdade; e, negando o psicologismo, fundou a fenomenologia, que definiu como psicologia descritiva, oposta à psicologia empírica. Esta foi confinada a contemplar os atos de nossos cérebros desprivilegiados de meios - instrumento, ela mesma, dos sistemas de controle. Heidegger talvez tenha visto adiante; por isso terá apoiado o partido nazista. Sartre era um intelectual francês na tradição de Émile Zola; homem público de vida devassada, cavalgava na onda das boas causas, das nobres intenções.

O terceiro conceito de verdade a coexistir em nosso tempo tem que ver com a revelação ou deslumbramento. É ligado, por tradição, à fé, mas alimentou, no Século XVIII, a convicção iluminista de uma ciência verdadeira que, exposta de modo compreensível, seria impositiva por si mesma ao homem racional. O erro de perspectiva desses pensadores residiu em que o deslumbramento não é nem objetivo (o reconhecimento) nem subjetivo (a indução), uma vez que não está no homem nem no mundo exterior: requer uma unidade inseparável que os junte.

Para o pensamento místico, razão e análise conduzem inevitavelmente à ilusão: os acontecimentos - os bons e, principalmente, os maus - são mera aparência e, portanto, irrelevantes. Existe união profunda de contrários, que se compõem de modo a não permitir divisão ou confronto; os opostos são ambos verdadeiros. O tempo é negado: passado e futuro são ilusórios. A chave da revelação é o mistério, que não se pode conhecer ou refutar, embora esteja aberto à experiência. O mistério é para ser vivido.

Esse gênero de verdade, única e complexa, capaz de superar e discorrer sobre todos os esquemas cognitivos, é própria dos sonhos, dos estados hipnóticos, de um afastamento da realidade e de si mesmo que se persegue pela reflexão, pela oração, pelo isolamento ou pela obediência coletiva; pela autoflagelação, renúncia a bens e a identidade; ou por atalhos que existem em quase todas as culturas, incluindo, ou não, uso de drogas. Valoriza o transe, o silêncio, o ritmo, a configuração de espaços rituais, cores e formas.

Tópico 9: **A contradição dos sistemas perfeitos**

Kurt Gödel propôs, em 1931, que, num sistema complexo, se toda verdade que pode ser expressa por meio dele também pode ser provada, de alguma forma, dentro dele, então o sistema é necessariamente contraditório; se um sistema formal não é contraditório, então existe alguma proposição dele que não pode ser provada verdadeira ou falsa. Em decorrência, sistemas consistentes têm que incluir proposições cuja verdade ou falsidade não podem logicamente provar.

O Teorema de Gödel é de formulação matemática difícil e de demonstração laboriosa. Trata de sistemas de axiomas que expressam séries de integrais infinitas, tais que cada integral é seguida por outra diferente. O fato é que, existindo tais condições, podem ser formuladas proposições no sistema sobre a verdade ou falsidade de outras proposições do sistema, e algumas destas não podem ser provadas ou desmentidas. As conseqüências são abrangentes. Tomemos um caso:

Um russo, Lobachevsky, (o húngaro János Bolyai teve a mesma idéia, na mesma época; menciona-se ainda o prussiano Bernhard Rieman) resolveu subverter o axioma euclidiano e tomou como verdade que, por um ponto fora de uma reta, pode-se traçar mais de uma paralela a esta reta. Isso aconteceu há século e meio, mas nunca se conseguiu provar matematicamente que a geometria dele estava errada - a não ser recorrendo à experiência objetiva de que, em nosso mundo, não se consegue traçar mais de uma paralela a uma reta. Claro que Lobachevsky não ignorava isso.

O problema consiste em que tanto a geometria de Euclides quanto a de Lobachevsky são logicamente possíveis, porque não se pode provar, dentro do sistema de cada uma delas (ou confrontando uma com a outra), a verdade ou falsidade da proposição relacionada com as paralelas. O positivismo condenava especulações não apoiadas na constatação empírica, decidindo, assim, pelo lado de Euclides, da geometria que dá certo. A realidade contingente aparentemente fechava a questão - até que surgiu a Teoria da Relatividade, que se aplica a dimensões distantes da nossa, seja o muito pequeno, ou subatômico, ou o muito grande, os espaços estelares. Na relatividade de Einstein, a geometria euclidiana não tem suporte, o que significa que já não se pode recorrer à experiência objetiva para afirmá-la.

Modelos gödelianos têm sido localizados nos mais diferentes lugares. Douglas Hofstadter dedicou-se ao estudo do tema, aplicando o teorema à arte de Maurits Escher e à música de Johan Sebastian Bach. Escher, gravador e pintor holandês, celebrou-se por desenhar escadas que, embora aparentemente subam sempre, terminam onde começaram - sem que se consiga localizar o ponto exato em que ocorre a ilogicidade do trajeto. Da mesma forma, suas cachoeiras caem *para cima* (o jogo é de perspectiva) e seus animais sofrem metamorfoses imperceptíveis, de modo que os pássaros viram insetos, depois répteis e peixes, sempre de modo aparentemente harmonioso.

Os recursos que Escher utiliza não se baseiam em ilusões de percepção como aquelas que resultam da seqüência de imagens rápidas na edição de videoteipe. Pode-se olhar com calma: é impossível descobrir onde exatamente ocorre a fraude da expectativa lógica que, num passo do desenho, conduz ao passo seguinte. A mesma coisa, diz Hofstadter, ocorre com fugas de Bach (cita o "*Canon per tonos*", da *Musikalischer offer*): a melodia transita de uma escala para outra, sem saltos, sem efeitos que disfarçam esse transporte, mantendo uma harmonia

cuja lógica aparente é perfeita. Desloca-se, assim, de um sistema de referência (o tom) para outro (outro tom).

Hofstadter utiliza a imagem de um fabricante de gravadores tão apaixonado pelo som que levasse ao extremo a capacidade de reproduzir vibrações sonoras. Em tese, ele poderia fazer um aparelho capaz de tocar qualquer disco ou fita, mas também poderia produzir um disco ou fita que vibrasse um pouco mais, destruindo o aparelho. Sempre seria possível - substituindo peças, pesquisando materiais - produzir gravador mais resistente e sensível; mas, aí, nada impediria a produção de uma gravação com vibrações ainda maiores ou mais freqüentes do que as que ele pudesse suportar.

Há muitos sistemas desses no mundo. Quem quer que seja capaz de produzir um antivírus de computador é também, em tese, capaz de conceber o vírus que o engane (muita gente acredita que os produtores de antivírus fabricam, assim, seu próprio mercado). Quem faz a engrenagem do segredo de um cofre de segurança tem mais condições do que ninguém para saber como abri-lo. Quem arma um sistema militar inexpugnável de defesa (os detentores da tecnologia que o sustenta) deve ter condições de inventar dispositivo que o supere. Não há records definitivos em esporte, nem limites para a ambição - salvo as possibilidades do corpo e da fantasia que, de um jeito ou de outro, vão sendo alargadas. A natureza produz novos agentes infecciosos e mecanismos que os eliminam, cadeias de DNA que destroem as células quando elas tentam reproduzir-se e processos de reconhecimento e eliminação dessas mesmas cadeias.

Um modelo à maneira de Gödel tem sido proposto para a História: o sistema que garantisse o bem-estar de todos resultaria em profundo mal-estar para alguns, não diferentes dos demais. Isso torna a vida contraditória, abre caminho à dialética e ao fluxo. Não é falso, em tese, mas dá conta apenas parcialmente da realidade, alimentando a variante mais sofisticada do ceticismo contemporâneo. Seu aspecto verdadeiro é o que torna toda unanimidade contraditória, uma vez que não se pode comprovar a perfeição de nenhum sistema. Qualquer sistema que seja proposto sobre n axiomas - tais como, por exemplo, o de que o mercado tende ao equilíbrio ótimo - jamais poderá provar a verdade dos axiomas que propõe. E o que se propuser com axioma contrário será tão válido, ou inválido, quanto o próprio sistema perfeito.

A falsidade do modelo reside na simplificação dos sistemas de referência envolvidos no processo histórico. Em primeiro lugar, não se pode colocar no mesmo plano todas as instâncias do que chamamos de *bem-estar*. É certo que as necessidades variam com as circunstâncias, de modo que um automóvel pode ser necessário aqui ou agora e dispensável ou inútil daí a pouco, ou um pouco distante. As moças podem precisar manter a virgindade para conseguir marido ou, então, emagrecer até quase a caquexia com o mesmo objetivo - imaginando, em todo caso, que seu sacrifício tem todo sentido. No entanto, milhões de pessoas matam e morrem para ter água, comida, habitação, trabalho (não

apenas a renda, mas um sentido para a vida); e não se conhecem, como observa Ernest Mandel, passeatas de milionários disputando o acesso às praias particulares das Bahamas nem ondas de suicídio geradas pelo fracasso da coleta de caviar do Mar Cáspio. A disputa por esses privilégios e excentricidades é violenta, sem dúvida, mas surda, discreta, criminal ou envergonhada porque parte da consciência de sua ilegitimidade.

Pode-se ser infeliz na Suécia ou na República Centro-africana, mas as infelicidades são diferentes, não apenas porque têm registros diferentes (no primeiro caso, os filmes de Ingmar Bergman; no segundo, os documentários mundo-cão que fazem a glória da tevê alemã), mas porque nenhum habitante de país nórdico trocaria a sua infelicidade pela outra, embora a compreenda perfeitamente, e nenhum infeliz centro-africano deixaria de fazer a troca, até por não compreender a infelicidade nórdica. Talvez o frio...

Os interesses envolvidos na História são imediatos, concretos, ou então simbólicos, ideais. Podem-se reconhecer pelos menos esses dois tipos de contestação: a dos agentes que buscam solucionar problemas seus, de sobrevivência ou bem-estar próprio; e de outros agentes que, embora não tendo demandas pessoais legítimas e igualmente imperiosas, solidarizam-se, até certo ponto, com os primeiros. Tomemos os socialistas utópicos: Saint Simon era conde; Fourier, filho de comerciante; Robert Owen, um dos maiores capitalistas de seu tempo. Marx poderia ter desenvolvido todo seu trabalho teórico (sua intenção era científica, não humanista ou filantrópica) sem se envolver em lutas operárias, não fosse a convicção - com viés romântico - de que, se os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabia-lhe transformá-lo.

Tópico 10: **É a democracia um sistema godeliano?**

Mussolini tocou com precisão numa questão central. “O povo”, disse ele, num texto curioso, “jamais governa”. Perguntou quantas guerras e sacrifícios foram decididos por plebiscito, e respondeu que nenhum. São sempre pequenos grupos, pequenos interesses, políticos, partidos... Daí, já que não há “governo do povo”, pleiteava que o pusessem a governar ...

Podem-se imaginar decisões tribais, ou mesmo, talvez, democracia direta de alguns milhares de cidadãos, como nas cidades gregas; o interesse coletivo pode, aí, parecer evidente. Mas não é possível, nas complexas sociedades modernas, gerir um estado, um clube ou qualquer grupamento coletivo, por pequeno que seja, sem definir finalidade ou intenção. Isso pressupõe um contrato de liderança, em que cada grupo participante silencia alguns interesses particulares seus em nome da satisfação de outros interesses julgados prioritários.

A democracia que conhecemos - não o ideal dos sábios, dos heróis e dos mártires, mas o regime político real, vivido - é um invento

da modernidade, que se pode datar do Século XIX, com base em ideais do Século XVIII. Nela, a estabilidade pressupõe elevado grau de despoli-tização da maioria e tecnologia avançada de controle de opiniões. O passado grego que lhe atribuem é uma farsa, como aquela que institui a continuidade entre as olimpíadas helênicas e as competições contempo-rânea.

O povo que governava, para os gregos antigos, era constituído de cidadãos, isto é, criaturas que extraíam sua identidade da relação com o coletivo, a cidade, *polis* (πόλις), organização social e política de um território limitado, que podia compreender vários conjuntos popula-cionais. A cidade gerava cidadania; era uma unidade política que, na origem, tinha expressão religiosa e que mobilizava, em seu proveito, a cultura. A função da arte era embelezar a cidade, da filosofia aprimorá-la, da literatura congregar, exaltar e dar sentido à cidadania.

No entanto, a cidade grega era povoada também por indiví-duos não cidadãos, sejam estrangeiros ou escravos. O cidadão estava para a cultura assim como o escravo para a natureza. Aristóteles consi-dera escravo “aquele que só tem a oferecer o corpo e seus membros à cidade”; é “o que tem tão pouca alma e tão poucas qualidades que se sujeita a colocar-se na dependência de outrem”. Como sempre acontece, a culpa da opressão é, aí, atribuída ao oprimido.

No estrangeiro reconhecia-se cultura diferente, por definição inferior e ameaçadora; embora estando na cidade, não pertencia a seu universo cultural e, por isso, era chamado de *bárbaro* (βάρβαρος), palavra que deriva de uma onomatopéia relacionada com o sotaque es-tranho, “bar-bar”. A palavra que designava o indivíduo singular, isolado do contexto da cidade, ganharia sentido revelador: era o *idiota* (ἰδιώτης).

Os filósofos mais antigos, do tempo em que a cidade grega se constituía, ocupam-se de impor uma lei comum sobre as tradições co-munitárias de organizações que antecederam essa forma de organização política: famílias, tribos, aldeias. Sustentam a tese de que o primado da lei é a única garantia de uma vida política sã; confrontam a lei da cida-de com as crenças, o fanatismo, o atraso das tradições familiares, tri-bais ou aldeãs. A lei (νόμος) da cidade será justificada pela harmonia dos números, em Pitágoras, pela inteligência, em Heráclito, e pela or-dem cósmica, em Eurípedes.

A palavra democracia (δημοκρατία) surge no Século V; é utilizada por Péricles na oração fúnebre a Tucídides, em oposição à ti-rania e à anarquia. Ela é definida pela *isonomia* (igual lei), *isegoria* (i-gual participação) e *isocracia* (igual poder) dos cidadãos; deve enfrentar a *híbris* (abuso da força) dos poderosos e a *pleonaxia*, abuso dos apetites de cada cidadão ou grupo de cidadãos. A democracia corresponde, por essa concepção, no plano político, à *sófrosine* (σωφροσύνη) a moderação que, para Aristóteles, deve conter os abusos éticos e morais do comportamento.

A eleição ocupava lugar mais que secundário na democracia grega. A maioria dos magistrados era escolhida por sorteio, ou seja, “pelos deuses”; só eram eleitos os estrategos, comandantes do Exército, com base na competência militar e nos programas administrativos. A eleição era defendida pelos partidários da outorga do poder às elites, como Hipódamo de Mileto; argumentavam que só elas teriam capacidade técnica para governar - e que os mais competentes seriam os eleitos. Mas os democratas discordavam: consideravam que um sistema de pleitos criaria dissensões na assembléia e terminaria gerando apropriação do poder pelos incumbidos de executá-la.

Nada havia que se parecesse com parlamento - partidos políticos, fundos de campanha. Reunidos na *ágora* (praça), os cidadãos atenienses eram soberanos para formular as *nomói* (leis). A base do regime era “a obediência às leis na igualdade”: “As leis”, escreve um grego, o Pseudodemóstenes, “são invenções e dádivas divinas. Pretendem o justo, o belo e o útil. Ao contrário da natureza, que não tem regras e varia de um homem para outro, a lei é comum, regulada e idêntica para todos”. Cabia aos ocupantes de cargos aplicar a legislação, não interpretá-la ou modificá-la conforme seus interesses; o mandato eletivo lhes daria condições para pretendê-lo.

Houve quem quisesse opor as leis da assembléia, recentes, humanas às leis tradicionais, mais antigas, consolidadas pela religião e nascidas no □ □ □ □ □ (a origem). As *nomói* seriam menos impositivas ou legítimas. Para contestar essa tendência, formulou-se a tese de que os cidadãos, reunidos na assembléia, estavam habilitados pelos deuses para fazer as leis. “Os homens receberam dos deuses técnicas, justiça e pudor”, teria escrito Pitágoras, segundo Platão. Zeus dera essa incumbência aos humanos, através de Hermes, um deus menor, “para que não se matassem uns aos outros”.

Não havia constituição. A palavra grega correspondente (□ □ □ □ □ □ □ □, politéia) ~~gnaí~~ o regime mais a legislação, opondo-os sempre à tirania, pelo primado das leis sobre o poder pessoal. E, apesar do poder legislativo amplo deferido à assembléia, era nela vedado argumentar em contrário às leis vigentes; cassava-se a palavra de quem pretendesse fazer uma *grafe paranomon*, ou “discurso paralegal”.

A crítica da democracia grega é feita pelos proprietários de terras e pela aristocracia, para quem a política democrática beneficia armadores, comerciantes e, só eventualmente, cidadãos despossuídos. As comédias de Aristófanes representam os cidadãos da democracia como palradores e interesseiros. Isócrates pretende generalizar a eleição, para que “os cidadãos votem e os notários governem”. Xenofonte acusa a democracia ateniense de divisão, indisciplina e incompetência. Defendendo a monarquia constitucional, advoga por uma tirania em nome do bem comum, por um despotismo esclarecido; exalta Esparta, de onde a aristocracia banira indústria e comércio, organizando a sociedade com base na disciplina e na restrição auto-imposta do consumo.

Não se conhece o nome do mais lúcido dos críticos. O Pseudo-xenofonte (os textos foram atribuídos inicialmente a Xenofonte) relaciona democracia e situação da sociedade ateniense. Observa que Atenas é cidade marítima, dependente do comércio, dos armadores e marinheiros que, naturalmente, postulam o poder. A única forma de abolir a democracia, diz ele, é, portanto, demolir sua base social, uma vez que não se conseguirá reformá-la.

A crise da democracia ateniense resulta, na verdade, das guerras médicas que, instituindo a crise econômica, abalam a base social que a sustentava. A culpa será atribuída aos sofistas, que, à maneira grega (argumentando por parábolas, sempre situando os problemas em contextos muito amplos) pretenderam criar uma *politiqué techné* ou “ciência prática da política”, fundada no controle de opinião. Platão, que vive por essa época, considera que a filosofia “é o refúgio das almas bem dotadas que não quiseram, não se dignaram ou não puderam fazer política”. Ele define a democracia como “o reino dos sofistas que, em lugar de esclarecerem o povo, se limitam a estudar-lhe o comportamento e a transformar em valores morais seus apetites”, de modo que sua política “é o simples reflexo das paixões das multidões”.

Na visão platônica, o determinismo conduz da *timocracia* (governo dos guerreiros) à *oligarquia* (governo da minoria rica), desta à *democracia*, à *anarquia* e à *tiranía*, pela qual “o excesso de liberdade conduz ao excesso de servidão”. Na república concebida por Platão, a cidade seria governada por donos de partes iguais de terras, isolados do mar para evitar o comércio. As atividades econômicas e o artesanato caberiam aos escravos. Não se poderia viajar ao estrangeiro. Os guardas seriam desprovidos de bens para se associarem diretamente ao Estado. Aristóteles, que sucede a Platão, acredita que a estabilidade do Estado depende da classe média, que respeita as leis e desconfia de movimentos impulsivos, o que a destina a gerir assuntos políticos. A virtude, para ele, é mediana e depende do controle das paixões. Acredita na igualdade pelo mérito, defende o controle da natalidade, o eugenismo e se ocupa longamente da boa alimentação e educação das crianças, combinando ginástica e estudos. Acredita, finalmente, na massa: “Embora não seja formada por homens de bem, é suscetível, em seu conjunto, de superioridade coletiva”.

As vicissitudes vividas pela sociedade grega - incorporação ao império de Alexandre, o grande, e depois, submissão a Roma - não destruiu a forma da política grega, que se manteve por séculos em cidades cuja independência era apenas uma representação. Numa primeira etapa, o patriotismo das cidades foi substituído pelo helenismo, que incluía a Macedônia de Alexandre. Depois, sob domínio romano, surgiram correntes epicuristas, defendendo a introjeção da liberdade (“a liberdade está dentro de nós”) e cínicas, marcadas pelo desprezo às instituições e pelo culto da natureza e da vida selvagem. Mas a corrente de pensamento mais influente foi a dos estóicos, que combinaram uma visão cósmica (“a cidade se amplia por todo o mundo: a cidade cósmica é a

cidade dos homens bons”) ao fatalismo, a crença na defesa da ordem como bem primário e na importância de atuar para o esclarecimento dos monarcas ou poderosos. Com essa fundamentação, conseguiram influir na formação do pensamento da elite de Roma mesmo nos primeiros séculos do cristianismo.

Tópico 11: *A quem interessa converter*

Em qualquer época, em todo canto, entre os sujeitos históricos potenciais e os objetivos históricos há dois tipos de intermediários: o que formula as demandas de maneira conseqüente e o que corporifica ou interpreta essas demandas no processo da execução. Esses dois personagens - o intelectual, o líder - são o objeto prioritário de mecanismos sociais de controle. Constituem camadas diferenciadas: os projetos pessoais dos formuladores de teorias incluem desejos de realização profissional e reconhecimento; líderes precisam de canais de comunicação, instrumentos técnicos de liderança e, principalmente, de liderados ou clientes. Fragmentam-se: há biólogos e médicos, clérigos e políticos, juristas e advogados, matemáticos e engenheiros, revolucionários e sindicalistas, jornalistas e poetas. São relativamente poucos, de onde se pode pretender corrompê-los ou envolvê-los com o estudo caso a caso de suas fragilidades.

Se queremos saber o que é relevante para cada uma dessas pessoas, precisamos, primeiro, de uma definição de relevância. Tome-mos essa: informação relevante para A é aquela que, somada aos conhecimentos de A, permite-lhe produzir informação que não tinha. Trata-se de processo cognitivo pelo qual tomo conhecimento da informação nova, aprecio suas circunstâncias, aciono a memória, seleciono determinados registros, combino-os com a informação nova, realizo algum tipo de relação lógica e concluo alguma coisa. Por exemplo, a partir da queda da maçã, Newton formulou a Lei da Gravitação; a partir da miséria circundante e das lutas operárias na Europa do início do Século XIX, Marx inferiu sua tese do materialismo histórico.

Conhecendo a cultura de um grupo de indivíduos, o controlador pode imaginar que tipo de conclusão são capazes de tirar de uma informação. Conhecendo seus interesses fundamentais, pode providenciar prêmios adequados aos que se conformam ao modelo que propõe. Conhecendo os valores que os indivíduos prezam, pode orientar seu discurso de modo a nutrir-lhes a auto-estima. Assim, intelectuais altruístas, potencialmente revolucionários, podem ser levados a abandonar causas mais amplas em favor das necessidades agudas de um pequeno grupo, digamos, de aborígenes australianos; terão recursos abundantes para essa pesquisa, publicação e convites para falar a outros auditórios de intelectuais envolvidos com a questão aborígene; em toda parte, lutar pela causa aborígene será louvado como feito nobre e de vanguarda. As generosas criaturas visitarão aldeias aborígenes, comerão da comida aborígene, experimentarão as crenças aborígenes, se sentirão, por al-

guns minutos, aborígenes e talvez até namorem algum (ou alguma) aborígene. É claro que os aborígenes (ou os ianomânis, as vítimas de uma guerra na África Central, as baleias, os mico-leões) servem, aí, como derivativo: a preocupação com eles permitirá que permaneçam na sombra legiões bem maiores de injustiçados, sobre os quais ninguém irá discurrir e em nome dos quais nenhuma ação será proposta.

Não é muito diferente com as lideranças operárias. É uma política arriscada (porque se corre o risco de uma catástrofe), mas costuma-se fomentar a recessão toda vez que o poder se transfere para o capital financeiro: penaliza-se a produção, amplia-se o lucro dos bancos e investidores porque o dinheiro se torna muito caro (os juros sobem) e suprimem-se as demandas salariais dos trabalhadores. Calados pelo medo de perder o emprego, eles tendem a se afastar de suas organizações sindicais. Abre-se aí o espaço para “campanhas contra o desemprego”. Se há canais abertos para esse discurso, os sindicalistas o assumirão, ainda que percebam que se trata de uma farsa: afinal, é preciso manter ativos os sindicatos, dar aos filiados a sensação de que alguém se preocupa com eles. O tema do desemprego substituirá todos os demais que se propõem à classe trabalhadora; não se tratará efetivamente de combatê-lo, mas de apresentá-lo como inevitável. As soluções *criativas* poderão ir da sopa para os indigentes à remuneração mínima temporária dos desocupados; turmas especiais se formarão para transformar metalúrgicas em rendeiras, estivadores em confeitores de bolos, serventes de pedreiro em bailarinos de *show*; engenheiros em vendedores de *lingerie* ... Soprarão ventos de generosidade. E, sobretudo, não estará em jogo a questão do poder.

6.1. Para ler mais

Sobre a douda ignorância está em DE CUSA, 1948. Vale a pena ler MERÖ, 1990, WEINER, 1990 e HOFSTADLER, 1979. Há apropriações no texto de HAAPARANTA, 1994 e RABUSKE, 1992. Citam-se, aqui e ali, trechos de RUSSELL, 1956. Procurando, ainda se encontram em lojas de livros usados edições do livro de Haeckel, *História da criação natural ou Doutrina científica da evolução*; a edição de que disponho é HAECKEL, 1930. Ernest Mandel está em MANDEL, 1991. Há reproduções dos textos de Heidegger (“Sobre a essência da verdade”, pag. 325) e Sartre (“O existencialismo é um humanismo”, pag 7; “A imaginação”, pag 39; “Questão de método”, pag 115) em HEIDEGGER-SARTRE, 1973. Sobre a democracia grega, TOUCHARD, 1959 e MOSSÉ, 1985.

7 - A ERA DOS FATOS E DOS NÚMEROS

Vejo uma reportagem de televisão, em outubro de 1995, sobre a invasão de uma fazenda no Oeste do Estado de São Paulo por um grupo do Movimento dos Sem Terra. A primeira imagem é uma vista aérea da região invadida. Depois, a chegada da líder dos invasores ao presídio de Carandiru, na Cidade de São Paulo. Uma de suas declarações me chama a atenção: “O povo trabalhador não recuará diante de pessoas que recebem dinheiro dos fazendeiros para nos mandar prender”. Penso:

. Quem ordenou a prisão preventiva foi o juiz da comarca . (*)

. A moça acusa o juiz da comarca de receber dinheiro dos fazendeiros.

. Juiz de comarca do interior pertence provavelmente à classe dos fazendeiros.

. As pessoas assumem provavelmente os valores de sua classe

. É provável que o juiz tenha decidido conforme seus valores.

. Se se conhecem as leis e circunstâncias de um processo, pode-se avaliar o comportamento do juiz.

. Não conheço as leis e as circunstâncias do processo

. Não posso avaliar o comportamento do juiz.

. Acusar um juiz de receber dinheiro para determinar uma prisão é acusá-lo de corrupção

. Se se tem provas, acusar um juiz de corrupção é ato corajoso

. Se não se tem provas, acusar um juiz de corrupção é ato temerário.

. Se a moça tiver provas, a acusação é ato corajoso; se não tiver, é ato temerário.

. A moça diz que não tem provas. (*)

. A acusação da moça ao juiz é ato temerário.

. Se a moça não tem certo nível de instrução, ela pode não estar medindo as conseqüências do que diz.

. A moça usa o jargão das ciências sociais.

. Quem usa o jargão das ciências sociais tem certo nível de instrução.

. Provavelmente, ela está medindo as conseqüências do que diz.
. Se ela está medindo as conseqüências do que diz, seu ato temerário pode ser um ato político.

. Se a Justiça é instituição corporativa, a acusação a um juiz atinge toda a Justiça.
. A Justiça é instituição corporativa.

. A acusação atinge toda a Justiça.
. Provavelmente, a moça tem intenção política
. Provavelmente, a moça tem consciência do que diz.
. Se a moça tem consciência do que diz e a acusação atinge toda a Justiça, então a intenção política dela é afrontar a Justiça.
. Se a moça tem a intenção de afrontar a Justiça, então não faz questão de ser ou não ser libertada

. Se a moça não faz questão de ser ou não ser libertada, então ou não faz diferença para ela estar presa ou livre (o que é improvável), ou pretende tirar proveito político de sua libertação ou não libertação.
. Se a Justiça a mantém presa, então a moça dirá que a Justiça age assim porque recebeu dinheiro dos fazendeiros.
. Se a Justiça a liberta, então a moça dirá que os sem-terra venceram a Justiça

. Se Justiça liberta ou não liberta a moça, sairá politicamente enfraquecida em sua imagem pública.
. Se a Justiça é politicamente enfraquecida em sua imagem pública, isso é uma ameaça aos direitos da cidadania em geral.
. Os direitos da cidadania em geral são referencial mais amplo do que a questão de terras no Oeste de São Paulo.

. Se a acusação atinge referencial mais amplo do que seus objetivos, então a acusação é um ato político temerário.
. Se a moça tiver muito espaço nos veículos de comunicação, o enfraquecimento político da Justiça será acentuado
. A moça tem hoje muito espaço nos veículos de comunicação.

. Se a moça continuar tendo muito espaço nos veículos de comunicação, o enfraquecimento político da Justiça será acentuado.
. A invasão de terras foi um fato jornalístico importante.
. A declaração da moça foi feita logo depois da invasão de terras.
. Se uma acusação ligada a um fato jornalístico importante ocorre logo depois do fato, então ela é atual ou oportuna
. Se uma acusação é atual ou oportuna, tem provavelmente muito espaço nos veículos de comunicação.

. Se passar certo tempo da invasão de terras, a moça terá provavelmente menos espaço nos veículos de comunicação.

. A moça ter menos espaço nos veículos de comunicação é algo de interesse para a Justiça como corporação.
. O que é de interesse da Justiça como corporação é de interesse do Tribunal de Recursos.

. O Tribunal de Recursos deve deixar passar algum tempo antes de apreciar o relaxamento da prisão.

. O Tribunal de Recursos deu prazo de um mês para apreciar o pedido de relaxamento da prisão.(*)

. O adiamento aumenta a probabilidade de serem verdadeiras as hipóteses que formulei sobre a estratégia da moça, a estratégia do Tribunal e o procedimento dos veículos de comunicação.

O raciocínio semi-formalizado acima contém alguns dos elementos básicos da maneira humana de ampliar uma informação (os dados transmitidos pelos noticiários - que ingressaram, portanto, no meu sistema - são os assinalados por asteriscos à direita da linha), percorrendo caminhos lógicos sem saída, introduzindo suposições de causalidade, tomando por certo o provável e recorrendo a dados da memória, de modo a construir a visão particular de um fato - uma versão, afinal, que se reafirma ou desmente. Trata-se de operação mental que se repete milhares de vezes ao dia e que se alonga toda vez que algo nos chama a atenção e nos interessa pessoalmente. A exposição a volume crescente de informação e o envolvimento em tramas cada vez mais complexas de interesses tornam o processo mais rico e diferenciado. É grande a margem de erro. No entanto, adestrar as pessoas no aprimoramento desse processo reflexivo, acostumá-las a recorrer a ele e nesse jogo encontrar prazer deve ser o objetivo de todo ensino.

7.1. Proximidade, atualidade e empatia

O que torna um enunciado interessante? Os fatores que influem nisso variam com a idade, o lugar em que o sujeito vive, seu conhecimento de algum tema, a classe social e grupo em que se insere; finalmente, suas idiossincrasias. Considerando essas variações como pressupostos (que Fulano adora política e Beltrano não tolera o assunto, por exemplo), pode-se assegurar, empiricamente, que as pessoas se interessam por informações sobre fatos a partir de combinações de um elenco geral de categorias:

a. *Proximidade* - As pessoas se interessam pelo que é mais próximo, em relação a seu espaço atual, a um espaço onde estiveram anteriormente ou onde pretendem ou pretenderiam estar. Se a proximidade fosse medida em quilômetros, acompanhasse estradas ou cursos de rios, esse seria dado definitivo em favor das vizinhas faladeiras e da mídia local - o jornal urbano e o jornal de bairro, as rádios e televisões comunitárias. É, realmente, o fator de mercado mais considerável para essas senhoras e esses veículos, mas não os livra de concorrência. É que a idéia de proximidade, como tudo mais nesse campo, é ideológica - confunde-se com os conceitos de dependência ou integração em sistemas de trocas simbólicas.

Desde que se criaram os estados, a vida das pessoas depende de decisões e informações que provêm de locais, eventualmente distan-

tes, onde moram reis (ou presidentes) e seus conselheiros; os potentados econômicos; os sumos sacerdotes e os sábios. A migração, as trocas de mercadorias e de informações foram criando centros supranacionais, em torno dos quais giram esferas de interesse. Sendo intenso o fluxo de mensagens, alguns países e regiões despertam curiosidade especial pela qualidade tradicional de seus produtos (a filosofia alemã, a culinária chinesa), pela mitologia que cerca seu acervo histórico (o Egito, a Itália), pelo elevado padrão de vida (os países nórdicos da Europa) etc.

Esses mecanismos de trocas simbólicas *normais* ou *espontâneas* são, porém, cada vez menos o caso diante da indústria da informação. O que se pretende (o que define o mercado) são relações de confiança, de solidariedade e de simpatia. Não se trata, em última instância, apenas de vender mercadorias ou serviços: o objetivo é alterar comportamentos, atitudes e, finalmente, valores - o que representa o grau de intervenção mais elevado. A ênfase na mudança, no desenvolvimento, é contrária à sociedade de vizinhança, que tende à estabilidade e à conservação.

Por mais que a vizinha faladeira se empenhe em valorizar cada fofoca e o jornalismo de um bairro, cidadezinha ou região rural capriche na cobertura, raramente poderão oferecer grandes emoções. A oratória expressiva da vizinha geralmente não compete com a dramaturgia profissional; acontecimentos muito emocionantes são poucos no mundo e, portanto, improváveis nas coberturas em pequena escala. Produtores locais dispõem de menos dinheiro, equipamentos e nem sempre sabem tirar deles o melhor proveito; além disso, subordinam-se a interesses paroquiais. Parece previsível que não possam apresentar mensagens de qualidade comparável com as de megaorganizações.

É pouco provável que algum criador de mensagens ou bens consiga ser reconhecido além de sua comunidade sem integrar-se em um núcleo de produção externo - um grande centro; mesmo na vizinhança, tenderá a ser pouco prestigiado ou confiável (*se é bom, porque só é conhecido aqui?*). Para um compositor popular ou inventor de um sabor de refrigerante que viva em Bagé, o caminho mais adequado até Pelotas, que é uma cidade próxima (ambas no Rio Grande do Sul), passa por Porto Alegre (a capital), por São Paulo ou, melhor ainda, por Nova York.

Acontece que, no estágio atual de integração dos sistemas de informação, os grandes centros são cada vez menos numerosos. A atividade econômica e cultural das comunidades (das regiões, dos países) reduz-se progressivamente à repetição e reprodução de pacotes de informações - eventualmente subcategorizada, como os trajes de *cow boy* e a *country music*. A cópia nem sempre é fiel (as adaptações e desvios sistemáticos são resíduos de regionalismo) e a reprodução transforma-se, involuntariamente, em simulação, contrafação ou representação, como acontece com os conjuntos de *rock* e as *disk dances* dos lugarejos do interior: como fenômeno social, a música associa-se, na origem, a padrões urbanos da sociedade industrial e as discotecas a um nível de

solidão neurotizante que não se observa fora das metrópoles. O tema é constante na literatura: num romance de Manuel Puig, *A traição de Rita Haiworth*, os moradores de uma pequena cidade argentina vestem-se e comportam-se, a cada semana, como símiles ou caricaturas dos atores do filme que passa no cinema local.

Outro fato interessante, este relacionado diretamente à tecnologia de comunicação, é que os grandes centros podem deixar de ser o local onde se reúnem criadores e produtores de mensagens; em alguns casos, sequer existirão, senão como espaços virtuais. É o caso de inovação desenvolvida por universidades européias e asiáticas, cujos direitos são adquiridos por uma empresa com sede no Caribe, do qual resulta aperfeiçoamento que é incluído numa peça fabricada em Taiwan para o equipamento que se monta, por exemplo, na Tailândia. A campanha de vendas é organizada por uma firma de Los Angeles e distribuída por uma agência de Boston. Mas quem quiser informação a respeito - e procurar, na Europa, no Caribe, em Taiwan, em Bangcoc, em Los Angeles ou Boston -, será encaminhado a uma central de informações que ninguém sabe exatamente onde fica e que, provavelmente, não passa de banco de dados instalado num computador qualquer - digamos, um servidor de empresa financeira da bolsa de Tóquio.

b. *Atualidade/opportunidade* - As pessoas se interessam mais pelos fatos recentes ou por anúncios que antecipam acontecimentos imediatos. Na história dos meios de comunicação, confundiu-se *atualidade* com velocidade de produção e veiculação das mensagens - até o ponto em que se atingiu a instantaneidade ou quase instantaneidade. A partir de então, o conceito se reformulou; trata-se hoje, principalmente, de *oportunidade* - analogia ou encaixe (a partir de um evento gerador de interesse) que estipula critérios de seleção diante de matéria prima abundante, as informações novas ou atualizáveis.

Atual, sob esse aspecto, é o que é contingente ou iminente: o desemprego nas épocas de recessão, o poder aquisitivo do salário em tempo de equilíbrio; as políticas de moradia, de tributos, de juros, de previdência; as inovações tecnológicas e os avanços do conhecimento científico; as tensões internacionais; festas sazonais e campeonatos desportivos; os produtos culturais, as idéias relacionadas com esses produtos. Fatos importantes geram surtos de interesse por assuntos que lhes são correlatos: a ida do homem ao espaço atualizou temas da Astronomia, da Psicologia, da Física, especulações filosóficas...

Notícias são rapidamente consumidas - a voracidade da cobertura de reportagem moderna conduz logo à saturação - e rapidamente esquecidas. Prolongam-se (adquirem sentido, passam a ser citadas como exemplos) quando revelam uma situação duradoura que se vinha ocultando ou da qual, pelo menos, não se falava. Para ficar em exemplos brasileiros, o crime do Sacopã - assassinato de um bancário por um tenente da Aeronáutica (na época, a arma tecnológica), numa ladeira de Ipanema, então novo bairro elegante do Rio de Janeiro, docu-

mentou, na década de 1950, pelo cenário e personagens, o surgimento de nova classe média assalariada, em oposição à antiga classe dos comerciantes, fazendeiros e bacharéis; o caso Cláudia, o caso Araceli, o caso Ana Lúcia - morte de uma jovem (Cláudia, no Rio de Janeiro) e de duas meninas (Araceli e Ana Lúcia, esta em Brasília), em surtos de violência e corrupção envolvendo *playboys* milionários ou ligados a estruturas políticas, indicaram o nível de corrupção dos novos ricos e novos poderosos que surgiram com a concentração de renda e de poder, no Brasil da década de 1970.

Esse tipo de abordagem, no entanto, é mais implicada do que explícita. Poucas vezes, falando dos Beatles, se disse, nos veículos de comunicação, que eles foram, na origem, expressões da cultura universalizada que surgiu, na década de 1950, da pobreza de uma cidade portuária como Liverpool; ou se localizou nos *halligans* da década de 1980 o sintoma do desnorreamento das massas sob a nova ordem da economia renunciada pelo governo conservador da Sra. Thatcher. Os Beatles, os *halligans*, Jack o estripador, bandoleiros rurais como Lampião, assassinatos em série são apresentados como fenômenos - por definição, inexplicáveis. O discurso dominante adora os fenômenos, cultua o fantástico, que sugere sempre algum tipo de magia.

Eventos sucessivos do mesmo gênero são acompanhados como lances de uma narrativa, ou temas que se desdobram em falas de uma discussão. São *ameaças*, como a violência (a criminalidade crescente, difusa ou organizada); *polêmicas*, como as drogas; ou *tragédias*, como o terrorismo. Criam-se, assim, categorias fora da história - sem passado e sem futuro (a cessação da História, escreveu Roland Barthes, é fundamento da mitologia contemporânea). A explicação dessas ondas não convém (é, portanto, descartada como radical), porque expõe problemas sensíveis de estrutura da sociedade, e, de uma perspectiva pragmática, termina sendo inútil, porque não há condições políticas de resolvê-los. Daí serem apresentadas como impasses, males sem remédio - ou diante dos quais as soluções moderadas propostas (liberar ou reprimir; aparelhar a polícia ou convocar o exército) são ineficazes ou paliativas.

A estratégia dos promotores de atualidade consiste em descobrir e trabalhar dramaticamente histórias que levam ao envolvimento emocional e à catarse - alívio da tensão causada pelos perigos da vida na sociedade industrial, pós-moderna, ou que nome lhe dêem. Nesses contos, os drogados são sempre jovens inocentes, vítimas dos traficantes; estes, os criminosos e os terroristas são homens maus, como foram, em outros tempos, os alemães, os japoneses, os comunistas de qualquer nacionalidade, os *gangsters* italianos de Chicago, os caçadores de cabeças, os búlgaros (de cujo nome, em francês, provém a palavra *bugre*), os nacionalistas romenos do Príncipe Vladimir (o vampiro), os cavaleiros de Átila (os orientais), os persas (os primeiros bárbaros).

No entanto, certa vez, produzindo diário para cobertura interna de um festival de cinema, hospedei-me no quarto dos fundos de

um hotel em São Conrado, Rio de Janeiro. Pela janela, acompanhava a rotina do fim de tarde nos pontos de venda de drogas. Formavam-se filas de carros novos, de onde saíam os compradores - homens bem vestidos, eventualmente uma mulher elegante, um ou outro chofer particular. Os vendedores também se viam: eram adolescentes miseráveis, de pés no chão. Ficava difícil acreditar que aqueles pobres, tão desprovidos de meios, estivessem enganando ou corrompendo os endinheirados fregueses, frutos evidentes dos maiores cuidados, melhor alimentação e melhor educação que o dinheiro pode comprar.

Os motivos que levam ao tratamento evasivo de temas sensíveis são os mais diversos, mas há sempre interesses envolvidos. Consideremos ainda as drogas, tema atual nos últimos 20 anos: são o investimento de alta escala com maior lucratividade (e alto risco) que se oferece aos detentores de capital. Sua difusão em escala empresarial relaciona-se com o uso militar (consumo pela tropa, financiamento de operações secretas) e o envolvimento de serviços de estado no tráfico, a partir da Guerra da Coreia e, sobretudo, na do Vietnã. A mitificação do uso associa-se a interpretações ocidentais de filosofias do Oriente, desde a tradição romântica até *O admirável mundo novo*, de Aldous Huxley. A produção e revenda no varejo sustenta a economia de populações que não têm outro meio de sobrevivência. Oferecem oportunidade de contestação sem risco para o sistema - e já foram, por isso, toleradas, numa etapa fundamental para a criação do mercado consumidor. Têm antecedentes constrangedores: a aguardente de cana foi fabricada durante séculos para submeter marinheiros, corromper negros e índios; a Inglaterra guerreou a China para impor aos mandarins o vício do ópio. Muitos usuários são hedonistas e auto-destrutivos; nesse contexto, os perigos que as drogas encerram (exaltados nas campanhas educativas para combatê-las) podem ser sua maior atração. O comércio une pelo extremo duas pontas - os muito pobres e os muito ricos - num circuito que lembra a imagem godeliana da cobra que morde o próprio rabo.

O assunto aids beneficia-se da supressão da História; é raro exemplo de algo que dispensa essa disciplina incômoda. Parte da campanha de opinião que se faz em torno da doença deve-se a circunstâncias objetivas, digamos, *legítimas*: é moléstia nova (pelo menos, constatada há pouco tempo) e mortal; relaciona-se com a imunologia, área da biologia que ganhou atualidade com o desenvolvimento das técnicas de transplantes de órgãos; atingiu, no início de sua difusão publicitária, grupos influentes ou muito conhecidos (gente do *show business* e do *jet set*) da fatia rica do mundo.

Outra parte se deve a juízo equivocado sobre o comportamento da maioria da população na sociedade moderna: a superestimação da variedade de parceiros nas relações sexuais das pessoas comuns e o escândalo do homossexualismo (resultado, em ambos os casos, do alarmismo moralista das elites) fizeram imaginar difusão mais rápida e ampla do que a que realmente ocorre, desde que se adotaram medidas

de controle do sangue para transfusões. A associação entre sexo e morte é recorrente na cultura ocidental; sugere o castigo de um deus impiedoso; retoma o terror medieval da peste - e o fascínio do *Decameron*, de Boccaccio.

A deficiência imunológica adquirida causada pelo vírus HIV ocupa espaço central, quase único, na informação médica destinada a amplas camadas do público - uma informação à maneira do horror *trash*. Trata-se de campanha considerada socialmente positiva (boa para a imagem de empresas e instituições) e sem riscos políticos: a aids não é atribuída a estruturas de poder da sociedade, ao contrário do que acontece com a fome, as disenterias ou as doenças tropicais, que provavelmente seriam há muito tempo prevenidas ou curadas, se se investisse mais em pesquisa, saneamento e fosse outra a distribuição de riqueza. Embora seja relativamente fácil de evitar, em oposição ao que acontece com a maioria dos cânceres ou com a arteriosclerose, nada melhor do que a aids serve, no momento atual, à tese genérica (mística, portanto) de que todo prazer é arriscado. Trata-se de refrão clássico no controle de comportamentos.

Em todo caso, lida-se com o medo, que é poderoso fator de coesão em qualquer sistema. O medo real, substantivo, da morte; mas a morte pode ser associada à exclusão, a estar fora do mundo dos vivos, ou, por extensão, de qualquer mundo que conhecemos: o da família, do emprego, da nacionalidade. Administrar doses adequadas de medo é exercício de poder. Mas o perigo insistentemente mostrado com clareza - a marginalidade dos drogados, a caquexia dos aidéticos - pode gerar naqueles mais vulneráveis um dos comportamentos do pânico, confundido, às vezes, com a coragem: a rejeição do reconhecimento, a supressão da ameaça. Por isso, se se pretende mesmo que as pessoas - grupos de risco - não usem drogas nem se contaminem, o discurso terrorista adianta pouco. Ao generalizar a insegurança, ele serve melhor ao controle difuso dos comportamentos do que a qualquer finalidade específica.

De modo geral, informação superficial e prescrições - mobilizando pressão social, como nas campanhas antifumo, ou alguma ameaça policial, como na imposição do cinto de segurança aos motoristas - servem ao poder de maneira muito clara: acostumam as pessoas a confiar num *grande irmão* sábio e poderoso, que controla suas vidas. Abrem mão de saber mais, porque o grande irmão sabe, e de avaliar os riscos, porque o grande irmão os avalia. Pouco importa que o mesmo grande irmão, em outras circunstâncias, tenha difundido o hábito de fumar cigarros industrializados associando-os à sedução, *glamour* e alívio de tensões; tenha confundido velocidade nas estradas e potência vital; tenha ensinado as gestantes a substituírem seu leite pelos leites em pó, em nome da elegância, da *modernidade*... Isso foi há muito tempo, ninguém se lembra nem é oportuno lembrar-se.

c. *Empatia* - A identificação com pessoas ou situações decorre de semelhança real, embora com alguma fantasia (*gente com a gente*); pretensão, aspiração ou desejo (*ídolos e modelos*); ou contradição diante de personagem ou realidade abominável (*a antipatia, a rejeição*).

O primeiro ponto a considerar é o óbvio: a preferência individual se manifesta diante do que é oferecido. Por mais que se vendam refrigerantes em garrafas, eles não eram reclamados pelas gerações que bebiam, provavelmente com maior proveito, água e refrescos artesanais. Antes de cada produto (ou idéia) chegar ao mercado, houve alguém que o concebeu; a oferta precede a procura.

O segundo ponto preliminar é que, embora se teorize sobre o quanto o conceito de necessidade é elástico, existem algumas demandas essenciais. Em suma, existem a fome, o frio, o calor, o cansaço, a carência afetiva, a solidão e o desprestígio social. É sobre tais necessidades difusas que se estabelecem as outras, específicas, que em algum tempo foram tidas como supérfluas. Dessa nova perspectiva, a procura precede a oferta: a sede vem antes do refrigerante.

Em publicidade, as coisas que dão certo são repetidas integralmente e se tornam regras de comportamento. É difícil dizer o que realmente funciona nesse sistema retórico - por exemplo, se conceitos-chavões, como *proteção* (estar protegido), *segurança* (estar seguro), *desempenho* ou *descontração* são realmente palavras mágicas no processo de convencimento. Pode ser que não sejam, ou que tenham sido eficazes em outra época ou outra cultura (outra língua: *descontração* traduz, por exemplo, o inglês *relax*); mas também pode ser que sejam ainda eficazes e por isso os publicitários, que odeiam correr riscos, as reproduzem incessantemente.

O mundo dos anúncios, dos *slogans* e das palavras-de-ordem é uma simplificação na qual se simula a realidade suprimindo suas imperfeições. Os ambientes são reproduzidos em estúdio (ou as imagens submetidas a varredura técnica) para que fiquem inteiramente limpos; maquiagem, iluminação e traje são cuidados como se contivessem, em si, o argumento de venda. Não há gestos sem intenção, nem distrações, nem acasos, nem falas inúteis - o que, pela via do ultra-realismo, introduz o nível adequado de idealização.

A publicidade faz efetivamente *pedrear* as pedras: desloca-se o pano de fundo da arquibancada para que o cabeçada do jogador de futebol pareça ainda mais portentosa; os carros que se amontoam na avenida em perspectiva são apagados e redesenhados de modo que pareçam distribuir-se pelo asfalto com o equilíbrio das proporções do vaso grego. Porções de creme cobrem a marca da vacina contra varíola na perna da modelo; maquiador e iluminador copiam na pele da moça os tons e matizes da *Maya desnuda*.

Identificamo-nos com personagens que são como somos ou como imaginamos que poderíamos ser, para atender a uma demanda íntima. O rapaz, então, se identificará com o lutador valente, com o astro que todos aplaudem no palco ou no estádio, com o descobridor bem

sucedido de alguma coisa que lhe rende a admiração geral; já o homem adulto valorizará a liderança, as formas patrimoniais de riqueza ou poder, a estabilidade e a sabedoria reconhecida. Por detrás de cada imagem dessas, uma insegurança.

A identificação não resume toda carga de empatia de que somos capazes: podemos simpatizar com uma representação não porque se parece conosco ou é como gostaríamos de ser, mas porque guardamos relações afetivas com aquilo a que se refere. Tais relações decorrem, em princípio, de desejo, fraternidade, sentimentos de dependência filial ou de proteção. A criação de modelos simpáticos pressupõe, além da simplificação, a humanização, e adequação a estereótipos.

O ponto de partida importa pouco: entre os bichinhos adoráveis dos desenhos animados, há mais ratos e ursos - que, na natureza, são hostis ao homem - do que cães ou ovelhas. A raça ou o estilo das mulheres da capa importam pouco (se raramente são não-brancas, deve-se a preconceito mesmo, não a outra coisa), desde que satisfaçam parâmetros ideais de erotismo, com a carga exata de desafio e cumplicidade. Ursinhos de pelúcia, cãozinhos, pintinhos; crianças (sempre espartas, transgressoras; ou então desvalidas), bebês, as barbas de Papai Noel, o curvo, o simplório, o fofo, o gordo, o ingênuo.

Nada, no entanto, supera a identificação com um personagem. A produção do ídolo de massas é mais demorada e incerta do que a de um modelo; daí, num segmento de atividade em que o risco é abominável, a tendência de aproveitarem como *alavancas de persuasão* (a expressão é de Clide Miller) personagens que se destacam em algum campo exposto à curiosidade pública - artistas populares, desportistas ou líderes - ou figuras dramáticas associadas a algum incidente policial ou escândalo.

O conceito de herói tem que ser reconsiderado: antes, aplicava-se ao homem notável por seus feitos guerreiros, valor ou magnanimidade; era de se presumir que se confinasse ao mundo real, limitando-se o herói fictício ao universo de ficção em que foi criado. No entanto, há em Baker Street, Londres, um museu com pertences e memórias de Sherlock Holmes, personagem de Conan Doyle que jamais existiu; na Filadélfia, cidade histórica americana cujas praças são vigiadas por estátuas de generais e senadores de casaca, existe, entre elas, um bronze com a figura de um atleta de calção que representa Rocky, o lutador, que é cara e músculos do ator Sylvester Stallone.

Trata-se, via de regra, de associar o objeto de identificação ou o modelo (tipo humano, objeto ou paisagem) a um bem, serviço ou idéia que se pretende impor. A associação pode ser explícita ou, mais frequentemente, analógica, por contigüidade. De toda forma, a mensagem não se dirige a alguém em particular, mas a um grupo, já que a decisão de compra ou aceitação é tomada em função de uma representação social. Este é o motivo de se anunciarem automóveis caros para públicos que jamais poderão comprá-los: o comprador precisa que o carro tenha suas qualidades (e preço) reconhecidas socialmente.

Modas costumam ser introduzidas pelo vértice superior da pirâmide em que representamos a sociedade. O que os mais bem situados adotam, os demais tendem a adotar, progressivamente, e na medida de suas possibilidades - que limitam, em geral, os sonhos de ascensão. Se se pergunta ao homem comum, na sociedade de consumo, o que é luxo exagerado, ele responderá exatamente com as coisas que não pode comprar; o senso comum sobre o que é o supérfluo confunde-se com o coletivamente inalcançável, o que é raro (um Rolls Royce) ou desmedido (a mansão).

No entanto, não há uma pirâmide única, que se estabeleça, por exemplo, com base na renda familiar: cada grupo da sociedade constrói uma pirâmide ideal, colocando no ápice aqueles que lhe parecem ser os mais notáveis. Daí resulta que um ciclo de moda (por exemplo, o de riscar as paredes dos muros nos chamados *grafittes*) pode percorrer a sociedade de alto abaixo sem a adesão da maioria das pessoas.

A atuação dos especialistas em *marketing* na política - onde os procedimentos do ramo têm tido resposta espetacular, como qualquer leitor de Platão poderia prever -, vem sendo responsabilizada pela padronização dos discursos e, em decorrência, pela eliminação aparente de contradições. A regra, numa campanha, é dizer “o que o público quer ouvir” - sem considerar que os desejos revelados nas pesquisas de opinião resultam das soluções previamente oferecidas pelo mercado de idéias. As pessoas podem ser contra ou a favor, digamos, de leis penais mais rigorosas, mas não são capazes de, coletivamente, conceber outras receitas eficazes contra a criminalidade.

O rigor penal é a solução, a criminalidade o problema proposto. Ele e ela respondem a uma necessidade difusa; a insegurança do eleitor. Mas essa insegurança pode resultar, num exemplo comum, do temor econômico, do medo de perder o emprego, da ameaça de miséria, representada como um invasor que entrará por nossas casas a dentro, provavelmente por onde não se entra normalmente (pela janela), e nos tomará tudo que temos com violência, deixando-nos desprovidos; ou pelo assaltante que nos espera na esquina, e nos humilhará, nos submeterá a arbítrios impensáveis.

As mesmas imagens (do crime contra o patrimônio, da lesão da pessoa) têm claro viés sexual e agressivo; servem, por outro lado, a intenções políticas definidas. Os ameaçados são possuidores de algo que podem perder; põem a felicidade na preservação do que têm, não na conquista do possível. Estão entrincheirados, não avançam. Seu conselheiro é o medo, que suprime a razão e estreita o horizonte. O passo adiante é risco impensável - e esta atitude é conservadora.

O mecanismo efetivo de controle não se realiza, assim, numa campanha eleitoral em si, mas no período entre as campanhas, figurando uma representação de realidade diante da qual as posições vão sendo assumidas e consolidadas. Se há fluxo contínuo de informações em sentido único (centradas, por exemplo, na corrupção da administra-

ção pública) e supressão do contraditório (a medida do que se perde com essa corrupção em relação aos custos globais da máquina pública), reduz-se muito, na época da eleição, a possibilidade de propor outro eixo de debate. A disputa se trava em torno de posições preestabelecidas e rotuladas (de dicotomias do tipo 1 e 0) e tende a ser, portanto, um jogo de cartas marcadas: não se podem culpar por isso apenas as técnicas de *marketing* eleitoral.

7.2. Quantificação, ineditismo e recordes

Introduzir a questão das quantidades no quadro da avaliação de interesse (continuamos, neste subtítulo 7.2., a enumeração iniciada em 7.1) significa lidar, ao mesmo tempo, com números - cuidadosamente suprimidos por Aristóteles de sua Lógica - e com categorias lógicas modais - as idéias de possibilidade, permissibilidade, desejo e crença.

Uma coisa é lógica ou pragmaticamente necessária se sua negação é impossível: depois de q vem u porque é impossível, no sistema da grafia portuguesa, que depois de q venha outra letra que não u ; o *highlander* morre porque é impossível que não morra - as regras são claras, tem-se que lhe cortar fora a cabeça. Uma coisa é possível se sua negação não é lógica ou pragmaticamente necessária: depois de um número pode vir outro consecutivo porque a série de números é, por definição, infinita; pode ser que chova se não é certo que não chove - por exemplo, se não estamos debaixo de telhado seguro.

Há certa semelhança entre o mundo das coisas possíveis e necessárias e o das coisas permitidas ou obrigatórias por força de lei ou código moral. Uma coisa é permitida se sua negação não é obrigatória (pode-se beijar a moça em público se não é obrigatório não beijar) e algo é obrigatório se o contrário não é permitido (por exemplo, deve-se seguir em frente se não se pode retornar). No entanto, há diferenças. A principal delas lembra que o mundo real é lógico, mas não é o ideal, do ponto de vista das leis civis ou da ética. Assim, coisas logicamente necessárias acontecem de fato, mas coisas moral ou legalmente obrigatórias nem sempre acontecem, porque a transgressão dos códigos é freqüente; da mesma forma, se uma coisa acontece é porque é possível; mas muito do que acontece não é o permitido: a maior atração do beijo pode ser roubá-lo.

Estabelecem-se, aí, algumas das ambigüidades mais interessantes do modo de pensar dos homens: os sistemas éticos e jurídicos foram concebidos a partir da implicação lógica e esta a partir da implicação material. Daí decorre que, em muitas línguas, palavras como *pode* e *deve* se aplicam indiferentemente às esferas do que é razoável, do que é materialmente possível e do que é permitido. Uma frase como “todo homem pode viajar” pode ser entendida como “é permitido a todo homem viajar” (não se proíbe), como “é possível a todo homem viajar” (os homens são, por definição, criaturas ambulantes) ou ainda como

“todo homem tem possibilidade concreta de viajar” (tem dinheiro para pagar passagens e hospedagens, por exemplo).

Atitudes proposicionais (certezas, suposições, desejos, crenças, esperanças, medos etc.), estabelecem relações entre pessoas e proposições. Trata-se de algo diferente da possibilidade concreta (relação entre um ser e o mundo físico), da possibilidade lógica (entre o mesmo ser e a razão) ou possibilidade jurídica, ética (entre o ser e um código de comportamento). A ambigüidade que se aplica ao sistema dos possíveis/necessários lógicos e concretos e ao sistema do permitido/obrigatório, repete-se, no entanto, na relação entre o que se supõe/sabe (o da lógica epistêmica) e o que se deseja/confia (o da lógica bulomaica). “Suponho que este ano será bom” pode expressar algum raciocínio (por exemplo, “estamos saindo de uma crise cíclica”) e, portanto, uma probabilidade alta, em meu juízo; ou significar, meramente, um desejo - contradição que se expressa no tão ironizado aforismo castelhano “*creo que si, pero supongo que no*”.

Quando ouvimos uma proposição fatural verificável (por exemplo, “está chovendo”), o que fazemos é constatar se é ou não verdadeira (se está ou não chovendo). Frequentemente, baseamo-nos na credibilidade da fonte (se um cientista nos diz que tal enzima é responsável pela nossa ansiedade). Ficamos, então, na expectativa de que alguma outra fonte habilitada confirme a informação; se mais duas fontes independentes uma da outra confirmam (completando-se, então, três cientistas que isolaram a tal enzima e, com ela, tornaram suas cobaias ansiosas), é presumível, pela lei das probabilidades, que a informação seja verdadeira. Esse, pelo menos, é o critério clássico dos repórteres.

Quando ouvimos uma proposição não fatural, uma versão (por exemplo, “o mundo caminha para o socialismo”), o que fazemos é imaginar como o mundo seria, factualmente, se a proposição fosse verdadeira (isto é, se o mundo caminhasse realmente para o socialismo): o que confrontamos são os fatos logicamente decorrentes da hipótese (digamos, organização crescente do trabalho, subordinação da iniciativa individual a tramas de interesses globais, crise difusa do individualismo) e os fatos observáveis do mundo real, para concluir de sua probabilidade.

Jaakko Hintikka, lógico finlandês, constata ambigüidade essencial em toda proposição que expressa crença: ela pode referir-se ao fato (em latim, *de re*) ou ao enunciado (em latim, *de dicto*). Assim, se um autor propõe que “os ditadores dos dois maiores países da América do Sul na década de 40 eram pró-nazistas”, ele pode estar-se referindo às ditaduras (acredita que, se alguém foi ditador na década de 40, nesses países, então esse alguém era pró-nazista), portanto, *de dicto*; ou aos ditadores reais (a Perón e Getúlio), portanto, *de re*.

Dito isso, voltemos à enumeração das condições sob as quais se avaliam a importância e interesse de informações:

d. *Ineditismo* - O fator essencial, aqui, é a improbabilidade da informação. O assunto é tratado na Teoria da Informação. Fundamentalmente, ela divide os sistemas em *sistemas de energia*, que correspondem, na língua, aos verbos de ação (como *levar, carregar, fabricar, bater* etc.) e *sistemas de controle*, que correspondem, a grosso modo, aos verbos chamados de *causativos* e a outros de sentido assemelhado (*deixar, mandar, fazer* - antes de verbo de ação; *ordenar, determinar* etc.). Num sistema de energia, importa a quantidade de energia disponível (quando se tem que correr a maratona, ou realizar um trabalho físico); no sistema de controle, importa a capacidade de reter e processar informações - no caso do computador, a memória randômica, residente, imediata; e a mediata, recuperada de arquivos. Assim entendida, memória é poder.

As primeiras apropriações da Teoria da Informação para o estudo da psicologia humana foram feitas no âmbito de uma escola particularmente redutora, o comportamentismo, na qual a informação é encarada como estímulo para uma resposta. Para os comportamentistas, que rejeitavam a possibilidade de introspeção e negavam qualquer conteúdo não-físico para as mensagens, toda informação pretenderia intenção, digamos, egoísta, ou estratégia para a obtenção de um resultado. Assim, uma garota chamaria a atenção do namorado para a maçã numa árvore por pretender que ele trepasse na árvore para apanhar a maçã - e nada mais.

O comportamentismo tornou-se, afinal, uma ideologia, objeto de muitas piadas (como aquela do psicólogo que, tendo completado o ato sexual e desacreditando da possibilidade de introspeção, comenta com a parceira: “Para você, eu vi, foi bom. E para mim, como foi?”) e suporte adequado para o esquema de pensamento dos publicitários. No entanto, ele é incapaz de explicar porque alguém se anima a informar o caminho a um viajante se com isso em nada se beneficia.

Pode-se definir melhor informação como qualquer dado ou série de dados que, armazenado, estruturado e combinado com outros, pode ser capaz de relevância em algum contexto - isto é, de contribuir para o processo de produção de enunciados novos ou para uma decisão operacional. Do ponto de vista da Teoria da Informação, afere-se o fluxo de dados de várias maneiras: a variação de freqüência na unidade de tempo, ciclo ou *logon*; a quantidade métrica ou *metron*; ou, em termos de informação seletiva, no sistema numérico binário, o *bit*.

O *bit* (dígito binário; menor quantidade de informação que um sistema pode transmitir) é sem dúvida a estrela desse elenco, que tem outros coadjuvantes. Um deles, pelo menos, deve ser apresentado, a incerteza ou *entropia*, que avalia a dificuldade de se chegar a cada solução, proporcional à grandeza do conjunto de hipóteses. Vamos imaginar que tenho que escrever um texto escolhendo conteúdos entre todos os possíveis, incluídos os sentimentos mais sutis; e palavras dentre todas as da língua portuguesa, incluídas as expressões arcaicas e as muito técnicas; todos os tempos, modos e pessoas verbais:. Meu trabalho

mental (minha incerteza) em cada item, é x , o que significa que demoro um tempo t e me canso ao fim de uma jornada j . Para reduzir esse desgaste e tempo, limito os conteúdos aos fenômenos observáveis, restrinjo as palavras às mais usuais, escrevo na terceira pessoa, repito certas estruturas-padrão, utilizo parte dos recursos sintáticos, limito a extensão das sentenças. Meu trabalho é menor do que x , gasto menos tempo do que t e me canso numa jornada maior do que j . É o que se chama de técnica de redação - para cartas comerciais, notícias de jornal e escrituras em cartório, variando os recursos conforme a necessidade e abrangência do gênero de mensagem.

Em linhas gerais, quanto mais restrito um código (quanto menos letras tenho no teclado da máquina, por exemplo), mais rápida é a construção da mensagem (se houvesse só duas ou três teclas, digitaria muito mais depressa), mas, em compensação, o conteúdo referido se empobrece (não haveria como substituir as letras suprimidas). Notícias, cartas comerciais e escrituras de cartório são estruturas de sistemas especialistas da linguagem, que servem perfeitamente aos fins para que foram projetados (ao comércio, à informação de fatos, ao registro cartório) mas não se prestam à transmissão de outros tipos de informação (notícias não tratam de sentimentos subjetivos, cartas comerciais não contêm mensagens pessoais ou filosóficas, escrituras não cuidam dos fatores humanos ou psicológicos envolvidos numa transação).

A taxa de informação de um evento, expressa em *bits*, é diretamente proporcional à improbabilidade do evento; numa situação equiprovável, é definida como o logaritmo de base dois do inverso da probabilidade do evento (ou do número mínimo de escolhas binárias que se tem que fazer para localizar o evento em um universo). A utilidade da aplicação dessa fórmula (e de outras, para situações não equiprováveis) é, no entanto, relativa, em nosso mundo de padrões difusos. Não apenas porque a maioria das escolhas se realizam entre elementos que se superpõem (no relato de um crime, A matou B é a forma mais neutra ou abrangente: A estrangulou ou esfaqueou B variações modais ou instrumentais; A assassinou B e A executou B implicam distintos juízos de valor quanto à responsabilidade do agente da ação etc.) e não é tarefa simples estabelecer os coeficientes de ponderação para cada escolha. A questão central é outra: qual o universo da probabilidade?

Digamos que um tijolo cai do alto de um prédio em construção sobre uma calçada apinhada de gente, sem espaços vazios. A probabilidade de atingir alguém é de cem por cento (cem sobre cem igual a um) e a taxa de informação seria zero (o logaritmo de um é zero). No entanto, o fato de o tijolo ter caído justamente quando a multidão estava lá já propõe taxa de informação variável. Imaginemos, agora, que determinado cidadão está na calçada e o tijolo o atinge (poderia atingir qualquer outro); qual a probabilidade de ser ele o atingido? Desprezando-se as questões relacionadas com a trajetória do tijolo (massa, velocidade do vento etc.), poderíamos calculá-la como um sobre o número de pessoas da multidão - logo, taxa de informação bem maior.

Um repórter, naturalmente, registrará o acontecimento tomando-o pelo ângulo em que apresenta mais informação: será a história do infeliz que, estando na multidão, levou com o tijolo na cabeça. Dentro dessa narrativa, estabelecem-se outros referenciais de improbabilidade: se a vítima perdeu o emprego e a namorada dias antes, a acumulação de fatos negativos potencializa a improbabilidade; se, pelo contrário, ganhou a sorte grande na loteria do sábado, tem-se extremada contradição vista como igualmente improvável. Finalmente, da perspectiva do editor da página, a notícia será confrontada com outras; poderá ser a principal, ou ocupar lugar secundário se, por exemplo, um comerciante enlouqueceu e anunciou que presentearia os clientes com as mercadorias da loja, causando o abandono do serviço pelos empregados da subestação elétrica, o que resultou em *black-out* de hora e meia na cidade: a abrangência do fato (a falta de luz) combina-se aí com a causalidade inesperada para criar um *fait divers* irresistível.

Não se deve imaginar que a informação como função da probabilidade se limite aos *faits divers* - acontecimentos sem passado ou futuro, pequenos contos que se explicam por si mesmos. Ela funciona também nos eventos que extraem seu interesse de universos de conhecimento como a economia, a política ou a arte. A deposição de um presidente africano é menos relevante do que a deposição do Presidente dos Estados Unidos não apenas porque o país africano é pobre, não tem bomba atômica nem autorização para fabricar dólares sem lastro, mas porque a instituição eleitoral nos Estados Unidos torna um episódio desses extremamente improvável - para o consumidor, digamos, medianamente informado.

O denominador final na avaliação da improbabilidade - e, portanto, da taxa de informação - é, de fato, o universo de referência do consumidor. Desconhecer esse universo é erro palmar para qualquer narrador. Uma história mostra o quanto isso é complicado. Um antropólogo mostrou a um índio do Parque do Xingu, em Goiás, as fotos dos primeiros astronautas a chegar à Lua e lhe deu a notícia do feito. O índio não pareceu emocionar-se. “Mas você não acha fantástico pisar na lua?”. E o índio, apontando para o céu: “Nada demais. Vocês não têm aviões?”

Se os cálculos estabelecidos na Teoria da Informação nos parecem menos relevantes - no estágio atual do conhecimento -, a situação é diametralmente oposta quando a consideramos do ponto de vista conceitual. Se, por exemplo, tenho um acontecimento cuja improbabilidade tende para zero (por exemplo, “amanhecerá amanhã” - coisa de que não posso ter certeza, mas que presumo com base no fato de que têm amanhecido todos os dias, até hoje), o enunciado não tem valor como informação. Se reduzo a probabilidade até o nível de um atropelamento e morte numa grande cidade, chego ao limiar do que é publicável num jornal metropolitano. Reduzindo ainda mais a probabilidade (aumentando a taxa de informação), chego ao acontecimento jornalisticamente notável (não diria espetacular porque, em nossa era audiovi-

sual, o espetacular é, em grande medida, o que permite imagens espetaculares). Por exemplo, o assassinato do Presidente de Israel, Isaac Rabin, cercado por seus agentes de segurança, no final de 1995: impossível não publicar.

Imaginemos que reduzo ainda mais a probabilidade, elevando a taxa de informação de modo a fazê-la tender para o infinito. É o caso (para a média referencial do público) das notícias sobre discos voadores, o fim do mundo ou a volta do messias. A primeira reação será de incredulidade: as pessoas desconfiarão de quem dá a notícia - razão pela qual a mídia não trata esses temas a sério. Admitamos, porém, que dada conjuntura faz com que o incomum se torne banal (as notícias veiculadas pelo rádio sobre a guerra na Europa, no final da década de 30, contradiziam tanto as expectativas que simulavam esse efeito): o veículo será então acreditado. E a reação, neste caso? Ela variará entre o pânico e o riso, naquela exata fronteira em que se anulam as oposições e se aproximam os contrários (essa a explicação do comportamento contraditório dos novaiorquinos quando Orson Welles encenou, num programa radiofônico com o formato dos noticiários, no limiar da Segunda Grande Guerra, a invasão da América por naves marcianas).

A mesma linha de raciocínio se aplica a eventos formais: na primeira apresentação em Paris da *Sagração da Primavera*, de Igor Stravinsky, para um público seletivo de melômanos, o som em falsete do instrumento que propõe o primeiro tema da obra provocou vaias, aplausos e risos. Esse efeito, de grande eficácia mercadológica, vem sendo perseguido por artistas e promotores de eventos (como as peças do teatro de absurdo ou do teatro de agressão) para *épater les bourgeois*, “escandalizar os burgueses”.

Quando se criam expectativas muito positivas, por exemplo, sobre a realidade econômica (coisa que as relações públicas fazem, eventualmente com irresponsabilidade, como aconteceu na promoção do *milagre brasileiro*, no início da década de 70), uma simples crise cíclica (quanto mais a crise estrutural de meados daquela década, a crise do petróleo) pode determinar explosão de insatisfação ou catástrofe em termos de credibilidade. Esse tipo de resposta faz parte do processo de muitas transformações súbitas de natureza política ocorridas neste século. A frustração de expectativas (seja de prosperidade, na república de Weimar, seja de padrões desejáveis de consumo, na União Soviética de Leonid Brejnev) cria condições para mudanças radicais (a ascensão de Hitler, no primeiro caso; a derrocada da estrutura socialista, no segundo). O sentimento de frustração que acompanha esses processos tem sido definido como consciência de ter sido enganado ou indignação diante da intenção de mentira atribuída ao grupo ou pessoa no poder.

Por isso, os estrategistas da informação aconselham que, diante de fato ameaçador altamente improvável (a improbabilidade, como vimos, é aferida em relação a expectativa social difusa: a conquista do espaço não era improvável para quem acompanhava o desenvolvimento dos foguetes e a bomba atômica era previsível para o pequeno círculo

dos físicos nucleares), desenvolva-se estratégia gradual de divulgação, de modo a absorver o impacto da surpresa.

e. *Intensidade* - Em termos gerais, episódios que envolvem grandezas maiores têm maior capacidade de despertar interesse. O número é, na história da aquisição de conhecimentos de cada homem, a primeira abstração universal, em que se separa uma categoria - a quantidade - aplicável a todas os seres, quer sejam contáveis, como pessoas ou laranjas, ou incontáveis, como água, farinha ou distâncias. Para estes, recorreremos a novas categorias, como volume, peso ou dimensão linear; inventamos unidades e aplicamos o princípio da proporção, ou da analogia, para estabelecer os valores numéricos - tantos litros, quilos ou metros.

Um pouco pela experiência (o uso da moeda, principalmente), um pouco porque ocupamos boa parte do tempo cuidando de nossos estômagos (que são notáveis contabilistas), um pouco porque os matemáticos construíram sólida imagem pública da confiabilidade de seu ofício, acreditamos muito nos números - razão suficiente para que eles sejam instrumentos preferenciais de toda argumentação, da enganosa também.

A intensidade pode ser analisada em três aspectos distintos: as *coincidências numéricas*, os *recordes* e as *quantidades*.

As coincidências remetem ao conceito de improbabilidade. A morte de mil crianças de inanição ao longo de um ano parece menos impressionante do que a morte das mesmas mil crianças numa colônia de férias ou num circo. Nessas duas últimas situações, principalmente na última, a coincidência de estarem no mesmo local, à mesma hora, combina-se com a situação de *cúmulo* - já que estavam ali para se divertir; com a expectativa de alegria, a morte parece mais surpreendente, mais inexplicável.

O caráter ideológico dessa representação se evidencia quando consideramos que, do ponto de vista humano, a morte é experiência absoluta que, portanto, não se quantifica. Como espetáculo, por outro lado, nenhuma violência é tão terrível quanto a da inanição, com sua lenta acumulação de quadros de desesperança, até à caquexia. O número de mortos num evento singular não é considerado, de fato, como potência do absoluto, que é a morte, nem somatório de desesperos: é um índice, valor referencial, pelo qual se medem as *baixas*, não os *defuntos* - expressa não-comprometimento, fruição intelectual (e só numa segunda etapa emocional) do fato.

Os recordes sustentam-se na representação competitiva de qualquer realidade considerada - o enfoque lúdico da existência, tão elementar que o jogo é competência animal, anterior à cultura. A possibilidade de avaliar resultados comparativamente (muitas vezes, usando números) cria distorção peculiar, que se manifesta de várias formas:

(1) *a produção de resultados superlativos pela redução do universo*. O campeão de cem metros rasos na disputa interna

de um clube pode ser nadador de poucos méritos; o maior prédio de uma cidade pode não ser grande; o mais alto dos pigmeus é um homem baixo.

- (2) *a produção de resultados superlativos sem expressão.* A manifestação mais anedótica dessa distorção é o livro Guinness, onde se relacionam recordes de coisas estranhas, como o número de soldados sobre uma única motocicleta ou de horas de permanência numa jaula com cobras venenosas. A celebridade momentânea perseguida nesses casos resulta mais da excentricidade da competição do que do desempenho do competidor.
- (3) *a preterição dos melhores pelo melhor.* Numa disputa plural, os derrotados não parecem ser os que chegam nos últimos lugares, mas, dentre os primeiros, os que não chegam em primeiro. A amargura do vice-campeão é intensa, porque ele esteve quase em primeiro lugar. Disso resulta que atletas notáveis, artistas sensíveis, escritores primorosos sejam injustamente punidos, numa cultura de recordes, pelo simples fato de haver algum melhor do que eles, em seu tempo, conforme aferição feita por algum critério.
- (4) *a comparação do incomparável.* Em muitas situações, as regras da competição ou os critérios de aferição escondem restrições prévias e preconceitos. É o caso das medidas-padrão e dos traços genéricos do rosto (supostamente o de estátuas gregas) nos concursos de beleza que, desde que respeitados, darão sempre a vitória a mulheres brancas, de biótipo europeu. Ou do conceito de poesia, que exclui formas como mantras e *hai-kais*. Ou das convenções de guerra que excluem dos benefícios da condição de prisioneiro o combatente não-convencional, ainda quando realiza o único tipo possível de ação militar eficaz numa situação em que é insuportável a dominação e grande a desproporção de meios.

7.3. Distorções típicas das quantidades

As quantidades, em geral, sofrem algumas distorções típicas quando são usadas com sentido retórico:

- (1) *Do zero.* Ele é ora considerado um não-valor (quando vejo se tenho laranjas em casa e não as encontro), ora valor intermediário (nas escalas de temperatura e nas contas-correntes, em que se contra-põem débito e crédito, ativo e passivo, lucro e prejuízo). São interpretações diferentes, sobretudo se se consideram as conotações: de um lado, o zero conota solidão, morte, silêncio; de outra, equilíbrio, balanço, mediação. Por mais científica que seja nossa formação, jamais esquecemos

essas imagens - a que se dirige, sempre, o discurso propagandístico, que é para ser sentido, mais que interpretado.

(2) *Dos dados relativos e absolutos.* Países em industrialização apresentam porcentagens espetaculares de aumento no produto fabril porque partem de quase zero. Nações grandes e populosas têm produção bruta gigantesca (daí o quanto é pouco expressivo proclamar que o Brasil tem “a nona economia do mundo”); países com grande desigualdade na distribuição de renda (como o Brasil e, entre os mais ricos, os Estados Unidos) apresentam renda *per capita* que se contrapõe ao espetáculo de pobreza de parte de suas populações (em comparação, por exemplo, com países do Norte da Europa).

Tomemos, para fim de exemplo, uma situação real - o rebanho bovino brasileiro. Imaginemos que, em dado momento, há interesse em apresentá-lo como muito grande - para obter, por exemplo, a liberação das exportações, se o preço internacional é favorável e o Governo está preocupado com o abastecimento interno. O que se dirá é que o Brasil tem o terceiro maior rebanho do mundo, com presumíveis 170 milhões de cabeças. Pode-se produzir um dado relativo: se distribuído o rebanho pela população, caberia a cada brasileiro mais de um boi, relação maior do que a de qualquer outro grande produtor (Rússia, Estados Unidos e Índia são países mais populosos).

Se, noutro momento, há interesse em evidenciar que o setor está em crise (porque se pretendem melhores preços internos, menores impostos ou algum subsídio), pode-se apresentar a questão de outra maneira. Diremos, então, que o rebanho vem crescendo menos do que a população; que a criação é extensiva, com poucas cabeças por unidade de área, e que a disponibilidade de terras está próxima do limite, dada a ocupação agrícola do território e a política de preservação de florestas. Tudo isso, é claro, pode ser demonstrado com números. E acrescentaremos o dado final: a produtividade, em termos de peso de carne por hectare, é x vezes menor do que na Noruega, y vezes menor do que nos Estados Unidos. Não teremos dito, por hipótese, nenhuma mentira.

(3) *Das unidades inconcebíveis.* As pessoas dimensionam conforme sua escala de valores - coisa de que os políticos se utilizam quando comparam, por exemplo, o custo de um programa de saúde com o preço de n automóveis ou outros bens desejados pelos eleitores. Ao denunciar funcionários como “marajás do serviço público”, divulgando o quanto ganham, o Governo sabe que a aferição dos valores será feita pela população com base nos seus próprios rendimentos, que são, para a maioria, extremamente baixos. Diante de mercadoria em oferta, a pergunta que o consumidor se faz é “posso comprar?”; essa prioridade permite aos lojistas embutir juros elevadíssimos em vendas a prazo, sem que a grandeza desses valores fique evidente.

Conceitualmente, unidades como milivolt ou joule pouco significam; no máximo, guarda-se delas definição escolar, sem parâmetros na realidade. Nesse caso, o número tende a ter valor impressionista; é

medido por sua imponência, de forma que pequenas prefeituras sempre se saem bem calculando em metros quadrados a superfície asfaltada de ruas e estradas vicinais. Embora o quilowatt não se preste para medir a capacidade de grandes hidrelétricas (para elas usa-se o megawatt, mil vezes maior), pode ser preservado nas matérias destinadas ao grande público porque, do ponto de vista publicitário, um milhão de quilowatts é mais do que mil megawatts .

Outro aspecto da leitura impressionista dos números é a perda do sentido de proporção. Uma comissão de dez milhões de dólares num negócio de um bilhão e meio (como é o caso do contrato negociado em 1995 para a instalação de radares na Amazônia) parece muito grande; não pareceria se se estabelecesse a proporção: equivale a dez dólares, em relação a um salário de 1.500.

(4) *Da leitura decimal.* A leitura habitual dos números decimais leva as pessoas a considerarem o que está à direita como desprezível. Assim, os preços se organizam em faixas de dez, vinte ou trinta reais; um valor como R\$ 19,99 parece bem menor do que outro, de R\$ 20,01, embora a diferença entre eles seja mínima (dois centavos) - coisa de que bem sabem os comerciantes quando fixam o preço promocional dos produtos.

(5) *Do método estatístico.* Índices de inflação e custo de vida variam conforme os produtos e serviços considerados. Sendo médias, não corresponderão à realidade particular de qualquer pessoa (não há consumidor médio, nem preço médio em loja alguma); sua utilidade se resume a termos comparativos ou a usos legais, quando oficializados. Se a cozinheira enfia os pés no *freezer* e a cabeça no forno, a temperatura média do cadáver será perfeitamente normal para mulheres vivas. Por isso, pode-se ganhar bom dinheiro vendendo ações em alta em dias de queda do índice médio das bolsas e perder dinheiro na venda quando a média se eleva.

Estatísticos costumam expurgar índices de fatores sazonais ou constantes perturbadoras: dependendo da consistência e amplitude do expurgo (o que é uma questão ética), ocorrem distorções. Alguns números aceitos por instituições a que se dá credibilidade são meras extrapolações ou analogias, que desconsideram fatores relevantes: a importância da alimentação na incidência de cardiopatias é geralmente estimada com base em números dos Estados Unidos, onde é tradicionalmente gigantesco o consumo gorduras polissaturadas, e é possível que não se aplique a certas regiões do Brasil, onde acontecem dietas menos gordurosas e há disponibilidade de verduras e frutas frescas, a baixo preço, o ano todo. Há ainda dados de metodologia inexplicável: quem contou o número de dentes cariados de brasileiros, que aparece sempre no material promocional dos congressos de Odontologia? E os ecologistas, em que se baseiam para estimar, com grau de certeza que chega a unidades, quantos micos-leões existem no mundo?

Em 1997, a expectativa de vida dos brasileiros andava pelos 64 anos, o que era muito constrangedor porque o Governo queria que

as pessoas se aposentassem aos 65. Assim, os porta-vozes governamentais - a começar pelo Ministro da Previdência - diziam que, *para quem tem 50 anos*, a expectativa de vida era de 68; *para quem tem 55*, de 72; e *para quem tem 65*, de 78. Aboliam assim a mortalidade infantil, toda a mortalidade do Nordeste (onde a vida média não chega a 50 anos), os acidentes do trabalho e pós-parto, quase todas as mortes no trânsito etc. É claro que os jornais não repararam na falta absoluta de sentido de tais estimativas.

(6) *Da fonte*. Na medida em que é difícil desmentir números atribuídos a alguma coisa, inventá-los pode ser ocupação sem riscos. O quantitativo de manifestantes numa passeata costuma ser convencionado pelos repórteres, tirando a média entre o que diz a Polícia e o que anunciam os promotores da manifestação - valores com discrepância fantástica ou concordância suspeita. Não que não se possa medir com exatidão quantas pessoas participaram. Pode-se: usa-se para isso técnica de amostragem semelhante à contagem de glóbulos do sangue; mas é trabalho demorado, que se apoia em fotos aéreas e dimensões exatas de praças e ruas. Quem se daria a esse esforço, num clima de paixão? E de que adianta dizer que, na “Marcha dos cem mil com Deus pela democracia”, em 1964, não havia mais do que 40 mil pessoas - se ela continua sendo a “marcha dos cem mil”?

7.4. Para ler mais

Uma exposição sobre fatores de interesse de notícias encontra-se em LAGE, 1979. Sobre a Teoria da Informação. EDWARDS, 1971. Sobre *fait divers*, há um artigo fundamental (“*Structure du fait divers*”) em BARTHES, 1964.

8 - A DIALÉTICA DO CONTROLE DE OPINIÃO

Os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, de Karl Marx, foram escritos no começo da década de 1840 e publicados 90 anos depois, no início da década de 1930, quando o marxismo já era uma espécie de religião, *O Capital* seu livro sagrado, o *Manifesto Comunista* a primeira versão do catecismo. Sendo, para os fiéis, uma espécie de profeta, exigia-se do homem e do estudioso que foi Marx nada menos do que a perfeição - e mais: a perfeição segundo os cânones europeus da década de 1930.

Ora, os *Manuscritos* mostram um Marx anterior à concepção da História que só iria formalizar (tanto quanto possível, com os meios da época) anos depois. Um Marx que filosofava à maneira romântica, tomando como referência a humanidade do homem e fundando algumas idéias-chaves que retomaria adiante. Foi uma espécie de escândalo quando se descobriu que Marx não havia criado seus axiomas do nada, mas partira de representações denunciadas, então, como *antropologismo filosófico*.

Esse escândalo - e o debate que suscitou - teve o mérito de deixar claro que o marxismo do Marx maduro não pode ser considerado, afinal, um humanismo. Em suma, Marx, quando atribuiu à classe operária o papel de portadora da antítese do capitalismo - conduzindo à síntese do comunismo - não o fez por solidariedade humana ou por achar que os operários estavam sendo injustiçados, embora concordasse, certamente, que era esse o fato. Ele sustentava a contradição burguesia-proletariado como essência do processo histórico a que assistia; as questões éticas - a injustiça social - eram evidências disso. Pretendia fazer ciência e, para isso, utilizava a mais sofisticada das ferramentas teóricas de seu tempo, a dialética de Hegel, de cuja eficácia e adequação estava plenamente convencido.

Há indicações preciosas nos *Manuscritos*. Por exemplo, o modo como o autor caracteriza o dinheiro. A maneira convencional seria partir da história das trocas de mercadorias ou escambo, até chegar à complexidade de representações que o sistema monetário já tinha no

Século XIX. Mas Marx faz outro percurso. Toma uma fala de Mefistófeles, no primeiro ato do *Fausto*, de Goethe, para celebrar o dinheiro como objeto por excelência porque tem a propriedade de comprar tudo: “Se posso pagar seis cavalos”, escreve Goethe, “não são minhas suas forças? Ponho-me a correr e sou um verdadeiro senhor, como se tivesse 24 pernas”. E acrescenta 31 versos do quarto ato do *Timão de Atenas*, de Shakespeare. Aí, o dinheiro é celebrado como aquilo capaz de tornar “o preto branco, o repugnante belo, o errado certo, o vil nobre, o velho jovem, o covarde valente”; de “fazer a viúva desgastada casar-se novamente”; e “levar ladrões ao banco dos senadores, dando-lhes título, reverência e aprovação”.

Pode uma teoria com pretensão científica fundar-se em poesia? Realmente, pode. Uma das características mais importantes da ciência é a busca de rigor (que se sabe jamais ser perfeito e absoluto); isso pode suprimir o apelo à intuição metafísica, mas não à imaginação. As imagens ideais de que partem os cientistas são frequentemente situadas no tempo, em um mundo real ou possível - como aquele das coisas essenciais, em que o dinheiro se caracteriza por sua universalidade e onipotência, não pela aparência das moedas e estampania cuidada das cédulas.

8.1. As ciências do eu e as ciências dos outros

Do *Capital* até as teorias modernas de educação, onde se medita sobre o *sujeito histórico*, o marxismo sofreu um processo de alienação. Em primeiro lugar, - e apesar dos esforços de alguns estudiosos - não se enriqueceu com o tempo, não aprendeu com a experiência nem soube interpretar os avanços tecnológicos; permaneceu na letra dos documentos originais. Em segundo lugar, foi chamado a explicar todas as coisas, desde a genética até o aprendizado da tabuada; universalizou-se e se tornou uma verdade revelada diante da qual só cabia deslumbramento. Foi incapaz de estabelecer fronteiras para seu determinismo, definindo em que medida as relações materiais objetivas condicionam os fatos e a maneira como os homens os representam.

O resultado é que, onde o marxismo vulgar influi (e influi bastante, por adesão ou contradição), o sujeito histórico é objeto quase inerte, meramente reativo linear, da História. Estuda-se a sociedade como algo exterior ao que ela é materialmente: os protagonistas de seus eventos são abstrações que dirigem o comportamento dos homens (sempre *os outros, eles*). As forças que se confrontam - chamam-se, por exemplo, *Feudalismo* e *Capitalismo*, mas poderiam ser *Poder* e *Vontade* - são representações a que esses homens-outros obedecem e a que falta apenas um pouco mais de fantasia para serem representados como deuses.

Todos sabemos que as ciências sociais desenvolveram-se cuidando basicamente do controle dos homens-outros por algum poder. Por isso foram incentivadas: um estudo da década de 1970 concluía que

as pesquisas de controle absorviam 20 por cento dos recursos mundiais aplicados em ciência. Incapaz de materializar o conceito de sujeito histórico, dotá-lo de autonomia e poder e definir seus interesses reais por sobre as ambições menores da burocracia, o marxismo deixou de ser uma alternativa para essa linha de estudos, principalmente para a corrente chamada de funcionalista.

Pelo contrário, o marxismo esforçou-se, na sua fase publicitária, em tornar-se aceitável por inteligências lineares. Para isso, suprimiu as instâncias intermediárias entre aquilo que considera determinante de um fenômeno (as relações econômicas) e o fenômeno em si (os níveis da religião, dos códigos, das turbulências e paixões) conseguindo, de fato, dar ordem ao caos, mas à custa de ignorá-lo onde ele, de fato, existe. Passou a transitar pela sociologia marxista, em particular da Escola de Frankfurt (Adorno, Benjamin, Habermas, Marcuse), profundo pessimismo quanto à possibilidade de transformar o homem-outro em homem-eu do processo histórico.

Aspecto particular desse culto é a fetichização dos processos industriais de comunicação. Ao denunciar que a obra de arte, ao ser reproduzida, perdia sua aura, Walter Benjamin estava, sem notar, inculcando não apenas as indústrias fonográfica, da fotografia e do filme, mas também a indústria do livro, que há 500 anos multiplica em tiragens sucessivas os produtos do pensamento. Nele e em muitos outros autores respeitáveis de nosso século, nota-se o temor de intelectuais de cultura letrada diante dos veículos audiovisuais, a que atribuem poder mágico e maligno.

Essa demonização das técnicas modernas aparece de muitas formas, algumas literariamente atraentes, como a metáfora que representa o homem moderno contemplando, na tela do televisor, tal qual Narciso, a “realidade deformada pelo espelho da ideologia”. Por mais que isso pareça capaz de explicar muitos fatos, a deformação de que se acusa a tevê sempre existiu, ainda quando não havia como reproduzir imagens ou impressos; e sempre se mostrou imperativa.

Diante da omissão do pensamento marxista, o único conceito existente para os homens-eu é o das “ciências humanas”, que os apresenta sempre muito complicados, densos, cheios de uma realidade interior que ninguém sabe bem o que é ou onde fica. O tema da majestade do indivíduo, a certeza de sua misteriosa complexidade, percorre a psicologia, a antropologia e as tentativas de se propor uma sociologia não-funcionalista. Ele aparece também numa outra história - a dos heróis, gênios e artistas - que jamais deixou de ser contada.

O homem-eu é soberano, criativo, comandado pela própria vontade e transforma o mundo como um deus; o homem-outro é vassalo, reage ao meio e aos discursos sociais segundo padrões pré-estabelecidos, comporta-se como máquina. O homem real é contraditório: dependendo das circunstâncias e da tendenciosidade do observador, comporta-se como um ou outro - talvez possa ser uma síntese dos dois, o que o tornaria uma entidade dialética.

8.2. A comunicação para a massa dos outros

Quase todos os autores que tratam da indústria de bens culturais, em particular aqueles que inventaram a expressão *comunicação de massa*, pertencem à categoria dos estudiosos do homem-outro. Nenhum, que eu saiba, inclui a si mesmo nessa *massa*, conceito que omite contradições de classe e cultura encontradas efetivamente nas populações; no máximo, admite que está imerso em imensa *pasta* humana conformada por mensagens ditadas pelo Poder. O dilema consiste em que ou todos, nas nossas sociedades, são *massa*, ou a categoria não é consistente, senão como instrumento teórico de projeto de dominação.

As ciências que tratam dos homens-outros expressam a confusão corrente no mundo contemporâneo entre informação e conhecimento. Sabe-se tudo (pelo menos, existem fontes onde se pode descobrir) sobre a vida das comunidades de operários, favelados, monges tibetanos ou indígenas (os que vivem na selva). O conhecimento delas, no entanto, se faz reduzindo-as a condições irremediáveis: ou são aqueles que se pode sempre enganar, ou ameaça que deve ser controlada e contida, ou relíquias que devem ser preservadas, ou heróis incorruptíveis, perfeitos e sábios.

O diálogo, aí, apresenta dificuldade já registrada pelos filósofos escolásticos, na Idade Média; embora uma palavra, como *operário* ou *índio*, designe algo concreto sobre que se tem consenso, a conceituação de operário ou índio pode ser muito diferente - tanto quanto um javali para o ecologista que cultua a biodiversidade e para o lavrador que vê o bicho destruir suas plantações. Exaltar ou depreciar o homem-outro contribuem de maneira igual para afastá-lo do homem-eu, cuja grandeza imanente consiste não caber em categorias lineares.

8.3. O modelo social da opinião manifesta

Que fatores atuam para a formação de opinião, desde que o homem-outro é inserido no contexto social? Em primeiro lugar, sugerem as pesquisas funcionalistas, a estabilidade. Gente procura manter opiniões coerentes com as do grupo a que pertence, selecionando informações das mensagens (ou as próprias mensagens) a que se expõe; assim, dá atenção àquilo com o que previamente concorda e se priva do que a desagrada.

A explicação não se reduz a conjecturas sobre o *conformismo* ou a *rebeldia* dos indivíduos; a preservação das mesmas atitudes básicas é fonte de satisfação, serve para evitar e minimizar conflitos e desacordos com amigos, parentes ou colegas, preservando a identidade e auto-estima. É instrumento, assim, de garantia do sentimento de segurança individual.

Ao mesmo tempo que desprezam mensagens contrárias às atitudes do grupo, os homens vêm essas atitudes reforçadas em seus

contatos com os companheiros, que exibem tendências seletivas similares. Isso não significa que todos se exponham exatamente à mesma quantidade e tipo de informação, ou que sejam influenciados pelos mesmos aspectos da vida social: cada um tem seu fundo particular de experiências e seu catálogo privado de dados, embora selecione e julgue esses itens de acordo com padrões coletivos. No processo de interação, os membros do grupo trocam informações e experiências em apoio às atitudes grupais, de modo que estas se reforçam.

A pesquisa sociológica (no caso, de Lazarsfeld, Merton, Gaudet, Kennedy, Berelson) não se desenvolveu livre de intenções. Objetivava principalmente *fabricar o consentimento* (a expressão é de Walter Lippmann; data da década de 1920) para o progresso, o consumo, a aceitação de níveis elevados de organização do trabalho e alienação da produção etc. Era, pois, essencial estudar em que condições atitudes amplificadas pela dinâmica de grupo perdem sua estabilidade e se transformam.

Isso, concluíram os pesquisadores, depende da ativação de idéias, crenças, valores ou experiências que as pessoas mantêm em recesso, exatamente porque contrariam escolhas ou interesses do grupo a que pertencem em dada época. Circunstâncias como crises pessoais, afastamento ou rejeição do grupo, submissão a propaganda contrária intensiva e impossível de ser desconsiderada podem levar à reestruturação de atitudes e, talvez, a novas afiliações - situação que ocorre, normalmente, na adolescência.

Mudanças são mais comuns em pessoas submetidas a pressões cruzadas. Os homens, nas sociedades modernas, não pertencem a um grupo só; têm, certamente, algumas adesões maiores, à classe social, à cultura nacional e regional, a padrões que decorrem da faixa etária; participam ainda de comunidades, como os locais de trabalho e as famílias, em que desenvolvem uma política de identificações e rejeições. O problema é determinar quais das posturas prevalecerá no caso específico em que se instaura o conflito.

De modo geral, quando isso ocorre, a primeira conseqüência é a demora na tomada de uma decisão; outros padrões registrados são indecisão continuada - a efetiva incapacidade de decidir - ou produção de soluções racionalizadas que, quase sempre, representam alguma composição entre argumentos contraditórios. As decisões individuais tendem a ser tomadas caso a caso, o que significa que podem ser incoerentes, se comparadas umas às outras.

Considerar apenas o indivíduo e seu meio social é, no entanto, simplificação excessiva, já que o meio também se compõe de gente. Tratou-se de averiguar por qual mecanismo ou processo um grupo desenvolve atitudes comuns. E isso conduziu ao estudo das lideranças de opinião.

Em todo grupo social há pessoas particularmente ativas e capazes de expressar-se; são mais sensíveis do que as outras aos interesses do grupo e mais ansiosas de se manifestar em momentos importan-

tes. Uma das funções desses líderes é a mediação entre os meios de comunicação e os demais componentes do grupo.

Os estudos funcionalistas partiram do pressuposto de que a maioria se informa pelos noticiários e criações dramáticas similares à realidade (por exemplo, a *novela das oito*). Descobriram que isso não é exatamente verdade: os indivíduos pesquisados provaram adquirir a maior parte das idéias que sustentam no contato com líderes de opinião e outros membros do grupo; estes atuam, mesmo, selecionando fontes sociais de informação (em sentido amplo: também gêneros de música ou lojas de roupas) julgadas mais confiáveis.

A influência do grupo se exerce não apenas quanto ao conhecimento dos fatos, à fruição de mensagens e adoção de hábitos, mas também quanto à aceitação de versões e a exteriorização de opiniões que expressam juízos de valor. Estas, na verdade, compõem a opinião pública, isto é, a opinião publicamente manifestada.

Associa-se normalmente liderança a poder ou influência, atribuindo-se aos líderes o lançamento de modas que os outros imitam; no entanto, líderes operam também sem distinção hierárquica, formulando sínteses, críticas e adotando práticas que os demais do grupo levam em conta. A liderança horizontal é tão importante quanto aquela associada a pessoas notáveis (*olimpianos* - habitantes do Olimpo - da cultura de massa: artistas, modelos, sábios, políticos, atletas...) e a certas profissões, como sacerdote, professor ou médico.

Algumas situações sociais exigem a adoção rápida de atitudes que envolvem representação perante a comunidade, ainda quando não haja lideranças confiáveis a que se possa recorrer; as interações entre os membros do grupo terminam, nesses casos, por reforçar sentimentos vagos de cada indivíduo, gerando nova distribuição de opiniões expressas - considerações tidas como verdadeiras e pertinentes - e atitudes ostensivas. Trata-se de reforço que não se põe a serviço de crenças preexistentes, mas é capaz de se *crystalizar* (a imagem é de Lazarsfeld) em atitudes imediatas e firmes, ou em sensações como as de simpatia, antipatia, adesão ou repulsa.

Tal emergência foi estudada inicialmente no comportamento das multidões em situações de pânico ou motivação coletiva como, por exemplo, num quebra-quebra. No entanto, ela ocorre em outros casos, sem conduzir à ação turbulenta: quando uma torrente de propaganda inunda a comunidade, acontecimento importante ocorre, decisão do grupo está para ser tomada ou a emergência de fatos coloca em xeque valores estabelecidos.

A opinião pública resulta de interação entre os indivíduos. Logo, não pode ser explicada por suas ações ou opiniões prévias; na verdade, da troca de informações e de influências, que se acelera diante de fatos novos, resulta concepção da realidade que não existia antes.

As mudanças de opinião (quanto a escolhas definidas, por exemplo, numa eleição ou situação de consumo) ocorrem, assim, em onda, às vezes rápida, que percorre a sociedade gerando a inflexão de po-

sições antes julgadas estáveis. Atitudes podem ser tomadas coletivamente com base em opiniões não homogêneas; diante de tendência coletiva, cada pessoa busca em seu passado argumentos que justifiquem sua adesão, e tais argumentos podem diferenciar-se bastante.

A coerência de opiniões é pouco considerável para a tomada de posição; as pessoas têm, por exemplo, respostas *reacionárias* ou *egoístas* a algumas perguntas e *progressistas* ou *altruístas* a outras. A formação de todo coerente - a adesão por inteiro a um grupo de opinião consistente - é processo lento, em que se deve considerar a flexibilidade das posições.

De modo geral, atitudes fundadas na vivência da luta de classe ou conflitos de cultura são mais estáveis e resistentes à mudança. No entanto, essas respostas situam-se em cenários definidos, situações concretas; não dão conta de realidades novas. O diálogo entre grupos e classes, em situações normais, passa-se como interlocução pública entre opostos irreduzíveis; em situações extremas, transforma-se em processo de inter-reação (uma interação tensa) de que resulta a formulação de novas sínteses.

Um exemplo: as aristocracias européias perderam poder no Século XIX, em quase todo o Continente; o antagonismo com a burguesia triunfante levou alguns nobres a buscar interlocutores no meio proletário, propondo versões - e até sistemas inteiros, teorias - que tiveram importância na história das lutas operárias. Mas a maior parte da reação aristocrática centrou-se na repulsa ao modo burguês de ser; isso gerou um tipo de contestação formal a que até hoje adere a antielite burguesa, que se propõe ser aristocracia do espírito.

8.4. A fita métrica da vida social

A pesquisa funcional em sociologia utiliza a mesma arma que avaliza as técnicas de *marketing*. No último século, houve desenvolvimento fantástico dos métodos estatísticos aplicados às ciências sociais. Utilizando quase sempre pequenos segmentos tomados como amostragem, a estatística permite aferição precisa das respostas imediatas a estímulos e possibilita a investigação de comportamentos e tendências.

O planejamento de uma pesquisa estatística pressupõe a formulação de objetivos (a partir de um objetivo geral, seja estabelecer o perfil dos funcionários de uma empresa, partem-se para perguntas específicas, tais como “que nota você daria para o ambiente da fábrica?”); a coleta de dados e definição das variáveis a serem pesquisadas; a preparação do questionário e decisão sobre as formas de sua aplicação; e, finalmente, a codificação dos dados.

A amostragem permite economizar recursos e tempo, oferece alta confiabilidade (pode-se aplicar questionário mais preciso) e operacionalidade (reduz-se o trabalho de controle dos entrevistadores). Pode

ser aleatória (simples; dividindo a população em estratos, tais como nível de instrução ou setor de trabalho; ou considerando conglomerados como representativos do todo) ou não aleatória (por quotas proporcionais ao tamanho dos grupos; pela indicação dos elementos considerados típicos; ou comparando grupos que se distinguem por alguma característica).

Toda amostra pressupõe erro, mas ele pode ser previamente estimado por uma fórmula matemática que parte das leis da probabilidade. Por exemplo; numa amostra simples do universo de 200 mil pessoas, a pesquisa feita em 399 delas tem margem de erro de 5%; se se pretendesse margem de erro de 2%, a amostra subiria para 2.469 pessoas. O erro amostral, no entanto, não inclui distorções que decorrem da má aplicação da pesquisa. Por exemplo, quando se limita a pesquisa a pessoas acessíveis; ou quando parte dos entrevistados se recusa a responder ou mente deliberadamente (isso pode acontecer, sem má-fé, se o entrevistado imagina que o entrevistador gostaria de ouvir resposta diferente da que sinceramente teria a dar). O questionário deve ser feito de modo a prever essa hipótese (repetindo, talvez, a mesma pergunta de várias maneiras). A substituição de entrevistados indicados por outras pessoas, numa pesquisa, pode conduzir a distorções sérias.

Mas há centenas de casos conhecidos de distorções deliberadas em pesquisas. Certa vez, quando um programa de auditório muito popular (*A buzina do Chacrinha*) era retransmitido por uma emissora, em Brasília, constatou-se, ali, audiência baixíssima, enquanto programa similar de outra emissora, em horário diferente, dava audiência elevada. Uma investigação mostrou que o instituto que media a audiência fazia a pesquisa do programa de uma emissora no quarteirão onde moram os senadores (que certamente pouco vêm esse tipo de espetáculo), enquanto, para o outro, a amostra selecionada residia numa cidade-satélite de população operária.

Admite-se que, em regra, institutos de pesquisa, ainda quando deformam os resultados que apresentam, cuidam de preservar a inteireza estatística dos resultados. Mas podem existir duas tabelas - uma verdadeira, que é entregue ao cliente (que encomendou a pesquisa) e outra distribuída ao restante dos interessados, com valores diferentes, que o pagante gostaria de divulgar. Em versão atenuada (e menos aética), a pesquisa é sigilosa e só divulgada quando o cliente autoriza, ou as partes que o cliente autoriza.

Reter informação estatística é considerada forma legítima de atuação do poder, razão pela qual alguns legisladores defendem a tese de que os órgãos estatísticos oficiais deveriam ser controlados por instâncias não político-partidárias. Os governantes, de modo geral, pensam o contrário.

Observação corrente é que, em pesquisas pré-eleitorais, o único resultado confiável é aquele último, da boca-de-urna, que o instituto de pesquisa costuma usar como portfólio de seu trabalho. É que, então, não há mais vantagens em apontar resultados diversos do real; por ou-

tro lado, como o resultado da pesquisa é como um instantâneo fotográfico, não há risco de alteração súbita das tendências. Certa vez, porém, em que se planejava fraudar as apurações da eleição (eleição de Leonel Brizola governador do Rio de Janeiro, década de 1980 - caso Proconsult), alguns resultados de boca-de-urna parecem ter sido alterados para validar a fraude.

Erros mesmo (involuntários) ocorrem com maior freqüência na análise dos dados. A comparação entre homens e mulheres com doenças cardíacas pode indicar, em dada situação social urbana, que elas são mais freqüentes no sexo masculino, o que conduziria a estudos relacionando os males do coração e a hereditariedade sexual. No entanto, a mesma comparação feita em outro contexto pode sugerir que a incidência maior entre homens deve-se mais à maneira de viver (trabalho externo, alimentação rápida e muito gordurosa, *stress* contínuo) do que ao sexo. O exemplo corresponde, em linhas gerais, à experiência recente, quando se passaram a comparar não homens com as mulheres em geral mas homens com mulheres que trabalham fora de casa, em funções equivalentes.

8.5. A História como processo caótico

Vistas de longe, e embora enfoquem o fenômeno humano de maneira antagônica - quando se trata do *eu* ou do *outro* -, as especialidades acadêmicas que se aplicam a estudar o homem parecem formar um todo homogêneo; matemáticos falam respeitosamente da vida interior inacessível de cada indivíduo e também de uma *vida interior* das sociedades. Em ambos os casos, haveria percursos não lógicos, regidos por senhores misteriosos como o Acaso e a Paixão.

A imagem do caos é a que melhor se aplica à perda de energia sem objetivos aparentes em que se passa a vida para o homem, comparada por Heráclito de Éfeso às águas de um rio que nunca são as mesmas. O mesmo Heráclito considerava “o conflito pai de todas as coisas” e a guerra “o que revela a uns como deuses e outros como homens”, “a uns faz escravos e a outros livres”.

No entanto, o caos é hoje objeto das ciências de base matemática. Tomemos o primeiro capítulo de um compêndio de 1978, escrito para estimular a aplicação da Teoria das Bifurcações e das Catástrofes, do físico francês René Thom (1972), a novos campos de pesquisa aplicada. Escrevem Tim Poston e Ian Stewart, em *Catastrophe Theory and its applications*:

A Física clássica (de Newton à Relatividade Geral) é essencialmente a teoria de vários tipos de comportamentos uniformes; antes de mais nada, o reverente curso dos planetas em torno do Sol, tranqüilo e completamente regular. Mesmo o balanço que destronou a rotação da Terra como relógio padrão ocorre regularmente. (...) Outras coisas, no entanto, saltam. A água subitamente ferve. O gelo derrete. Terras e luas tremem. Dizem-nos que as costas de um camelo são estáveis ao peso de N plumas, mas se partem de repente ao peso de $N+1$. Mercados de capitais entram em colapso. (...) Li-

damos aqui com um contexto matemático particular que cobre largo espectro de tais fenômenos de maneira coerente.

A matemática é, assim, levada a cuidar de fenômenos de fluxo até hoje enfocados pela dialética - a dar conta do instante de ruptura na regularidade de um fluxo. Não será exatamente como concebia Hegel (e, em decorrência, Marx); afinal, em seu tempo não havia definição de números irracionais, nem de continuidade, nem método adequado para lidar com o paradoxo dos números infinitos. Os fundamentos da geometria euclidiana eram dados como demonstráveis e as proposições em que se fundavam os cálculos diferencial e integral eram falaciosas. Mas Bertrand Russel, crítico áspero da dialética de Hegel, depois de relacionar tantos pré-requisitos que faltavam ao filósofo alemão, atribui “a especial Providência” o fato de ter ele chegado a conclusões “mais ou menos verdadeiras” (“*more or less true*”).

Abre-se, aqui e ali, o caminho para a percepção da descontinuidade (qualquer uma) não apenas no plano das qualidades, mas também no das quantidades. O conhecimento que daí advier sobre o processo caótico da subjetividade dos homens não terá que eleger uma só motivação (a sexualidade, por exemplo). Da mesma forma, se puder ser aplicado às sociedades, não lidará com apenas uma variável (a economia, em Marx), embora seja ela realmente determinante principal ou em última análise (como escreveu Friedrich Engels, em 1890, em carta a Joseph Bloch) do processo histórico. Isso pela mesma razão que o sentido das águas de um rio (o de Heráclito, por exemplo) pode defini-lo mas não é capaz de explicar suas turbulências.

Engels é geralmente considerado pelo pensamento marxista convencional como pensador menor, que estaria para Marx assim como o Dr. Watson para Sherlock Holmes. No entanto, a concepção da História como processo caótico está implicada no texto da carta a Bloch. Engels fala dos “aspectos políticos da luta de classe e seus resultados, as formas jurídicas”; agrega “as teorias filosóficas, concepções religiosas e o seu desenvolvimento posterior em sistemas dogmáticos”, para concluir que esses fatores interagem, de modo que o movimento econômico acaba por abrir caminho “como uma necessidade através da multidão infinita de acasos”. E conclui que, se não fosse assim, a aplicação da teoria do materialismo histórico a qualquer período seria, para ele, “mais simples do que a resolução de uma mera equação do primeiro grau”.

Dizer que a História transcorre em caos não significa, hoje, dizer apenas que ela é confusa, complicada e, muitos menos, que é inacessível à compreensão humana. A teoria de Thom define o caos como uma ordem extremada, isto é, uma combinação de organizações que se superpõem no mesmo lapso de tempo, podendo haver um sentido claramente dominante - como quando a água sob pressão sai em turbulência de uma torneira. No modelo que ele desenvolveu, os saltos que se registram na realidade (de um sistema físico) podem ser percebidos em um sistema de controle e sistematizados como bifurcações. Esse modelo

talvez dê idéia do processo de transformação em sociedade complexas como aquelas em que vivemos. E é possível que a representação dialética seja uma forma de abordagem do fenômeno histórico em sua essência: teoria parcial e imperfeita, mas com grande poder explanatório, da mesma forma que a propagação da luz em linha reta, a partir da Física de Newton, explica mais claramente a formação do arco-íris do que a Teoria dos Quanta, mais moderna, mais adequada, mas muito mais difícil de entender.

8.6. O homem, segundo a matemática

O cérebro é um sólido constituído de bilhões de *neurônios* (células nervosas) que formam alinhamentos com a dimensão que se queira. Como as ligações entre neurônios se fazem em diferentes direções (os neurônios têm um corpo celular; um eixo, o *axônio*; e outras ramificações ou *dendritos*), e mudam continuamente, vão formando planos que se redobram (basta uma reta e um ponto para definir um plano). O cérebro é, portanto, funcionalmente enorme, e opera em uma, duas e três dimensões. Um objeto complexo cuja definição, do ponto de vista físico, provavelmente se relaciona com a Teoria das Dimensões Fracionárias, ou dos fractais, de Benoit Mandelbrot (1980).

O trânsito de um estímulo pela cadeia de neurônios se faz mediante o fluxo de pulsos elétricos de frequência variável (máximo de mil por segundo), com velocidade de até cem metros por segundo. Esses pulsos correspondem a migrações de íons de sódio e potássio de um para outro lado da parede dos neurônios, revestida de uma substância chamada *mielina*; quando chegam na extremidade do axônio, ou eixo, eles são transformados em *quanta* de energia e levados por neurotransmissores (endorfina, serotonina, acetilcolina, noradrenalina) pela *sinapse*, espaço entre uma célula e outra. Os neurotransmissores fundem-se a receptores da parede celular como chaves numa fechadura e transferem a informação do pulso a *mensageiros*, substâncias intracelulares que se responsabilizam pelo prosseguimento do fluxo. A maioria dos medicamentos modernos usados em psiquiatria atua sobre os neurotransmissores e receptores; os sais de lítio, de utilização clássica, (por exemplo, no tratamento de certos quadros esquizofrênicos), modificam o comportamento dos mensageiros.

Mensagens distintas chegam a diferentes dendritos do mesmo neurônio na forma de disparos em módulos de frequência que lembram os códigos de barra dos computadores; ali são processadas, num mecanismo de decisão ou integração que se pode realizar de muitas maneiras: inferências possíveis, lógica difusa, algoritmo genético, soma simples, mínimos quadrados, “o vencedor leva tudo”, gradiente descendente, regra delta, função radial média etc. Para que ocorra o disparo elétrico e o fluxo prossiga, o resultado deve atingir um limiar. Neurônios formam redes neurais, atuando em mecanismos de processamento igualmente variados. Essas redes operam com dois códigos: o digital, que dá

conta de objetos e conexões lógicas, e o analógico, que extrai da variação do intervalo temporal entre os disparos (a frequência) nova fonte de codificação.

A primeira rede neural artificial, simulando o modelo biológico, foi apresentada em 1943 por Warren McCulloch e Walter Pitts. Entre 1958 e 1961, Frank Rosenblatt e outros pesquisadores criaram uma grande classe de redes neurais chamadas de *percéptrons*. Por essa mesma época, Bernard Widrow e Marcian Hoff pesquisaram redes conhecidas como *sistemas lineares adaptativos*, ou *adaline*. Houve desenvolvimentos posteriores, mas o assunto só passou a despertar maior interesse na década de 1980, não apenas pela ampliação da potência dos computadores, mas também pela descoberta de métodos de treinamento das redes de várias camadas e pela comprovação de que é possível fazer essas redes operarem não apenas com os conectivos lógicos básicos, mas também com outros, como o “ou exclusivo” (“uma coisa ou outra, não as duas”).

Hoje há redes artificiais de vários tipos. As mais utilizadas (95%) são as do tipo *backpropagation*, estáticas, diretas (o fluxo elétrico segue numa só direção), não lineares e de aprendizado supervisionado - isto é, aprendem com o auxílio de um professor, segundo regras (a principal deve-se ao fisiologista Donald Hebb, em 1949) calcadas na memória associativa biológica. Mas há modelos dinâmicos, baseados em realimentação, na competição e na cooperação entre neurônios, os que aprendem sozinhos.

Tais como as redes biológicas, redes neurais artificiais processam sinais, efetuando cálculos lógicos complexos; dispõem de memória associativa e são capazes de reconhecer padrões. Uma rede múltipla do tipo *backpropagation* (Golomb, 1991) provou ser capaz de reconhecer o sexo de pessoas mostradas em fotografias (sem jóias, adereços ou barba) com índice de acerto de 93%, para um equivalente humano (cinco observadores) de, em média 88,4%. Atualmente, desenvolvem-se sistemas de reconhecimento similares para identificação automática, por exemplo, de tumores cancerosos em chapas de raios-X.

O pouco que se sabe do cérebro - que ele tem metade predominantemente lógica e outra predominantemente analógica; que os centros sensitivos e motores são localizados mas podem mudar de endereço, se necessário; que é grande a capacidade de adaptação das áreas de processamento central etc. - permite, graças à modelagem matemática, o entendimento de uma série de processos; alguns desses, como a locomoção, a audição e a visão, pode-se dizer que são bem conhecidos.

Em artigo publicado em 1995 na revista *Mind*, o lingüista americano Nohan Chomsky, matemático e filósofo por formação, saúda a iminente fusão entre a neurofisiologia e as teorias matemáticas da mente. Ele não considera provável que tal incorporação ocorra como reducionismo (esse é um argumento comum no esforço das “ciências humanas” para preservar a especificidade de seu discurso), mas acredita que, no paradigma do que ocorreu com a física nuclear e a química, o

estabelecimento de pontes entre as duas áreas se fará de maneira a ampliar notavelmente a profundidade e exatidão do estudo.

Chomsky é um dos principais teóricos contemporâneos do mentalismo, corrente de pensamento que afirma a existência de algo - a mente - responsável, diz ele, pela competência lingüística de todo homem; defendendo a capacidade da linguagem como faculdade estritamente humana, vem procurando descrever uma *gramática universal* que seria o ponto de partida, geneticamente herdado, para o aprendizado da língua materna em certa fase da infância.

8.7. O homem, à semelhança do computador

A compreensão do que se passa dentro do homem quando ele pensa é um problema intrincado. Na verdade, dispomos de modelos para o deslocamento (*o vetor*), para os sistemas de produção de alguma coisa (um *input* que se transforma em *output*), para as enunciações (um emissor transmite a mensagem a um receptor, por um canal, em um código etc.); os fatos observáveis recaem numa dessas três categorias: do movimento, da transformação, da enunciação. No entanto, não dispomos de nenhum modelo para a subjetividade.

No século passado, quando os europeus inventaram para si mesmos um passado helênico, tornou-se moda explicar o mundo mental do homem com interpretações de mitos gregos. Mitos, como diria Popper décadas depois, não podem ser empiricamente refutados. Sigmund Freud, em particular, construiu, de modo engenhoso e convincente, alegorias fundadas em mitos como o de Édipo e Electra. No entanto, um contemporâneo dele, Ferdinand Saussure, o fundador da Lingüística moderna, deixou breves fragmentos anotados sobre a lenda dos Niebelungen que sugerem a arbitrariedade desses esforços de decifração de histórias antigas:

A identidade de um símbolo não pode nunca ser fixada desde o momento em que ele é símbolo, isto é, derramado na massa social que lhe fixa a cada instante o valor. ... nenhum símbolo existe senão porque é posto em circulação - é neste instante mesmo absolutamente incapaz de dizer em que consistirá sua identidade no instante seguinte

Outros modelos para a mente humana foram tentados: ela foi comparada a estruturas estáticas (o estruturalismo) e a mecanismos (o mecanicismo). O comportamentismo simplesmente ignorava ou negava sua existência. A comparação moderna é naturalmente cibernética, e vem sendo proposta com algumas vantagens interessantes. A primeira delas é que, ao contrário das antecedentes (e concorrentes: o comportamentismo, o estruturalismo) não jura ser capaz de dar conta de todos os fenômenos desse campo (admite a existência dos que não poderá explicar). A segunda, que sua referência (o computador, a informática) é mais adequada ao objeto (a mente) do que um boneco mecânico ou a arquitetura de uma sentença. O terceiro, que não se recusa a abordar a

questão da subjetividade, nem a transfere ao universo ambíguo dos mitos.

A ciência da cognição partiu de uma comparação entre o cérebro (em particular, a córtex cerebral) e a máquina de Alan Turing, modelo teórico computacional com fita de *memória-input-output* tão extensa quanto se queira, do qual decorrem os computadores digitais modernos. Concebido como *hardware* de um aparelho cibernético biológico, o cérebro precisaria, para funcionar, de sistemas operacionais, capazes de localizar, por exemplo, centros de fala e de memória; programas agregados permitiriam mobilizar coordenadamente recursos para, por exemplo, decodificar, codificar e comunicar mensagens.

Conceituou-se, então, a mente, não como entidade metafísica, mas como conjunto algorítmico, que não se confunde com o elemento (placa, disquete, molécula, tecido) em que pode ser registrado. A metáfora do *software* conferiu realidade tangível à objetividade abstrata da mente: ela seria constituída de signos e operadores.

Se o cérebro é como o *hardware* de um computador e a mente é como o *software*, então esse sistema inteligente é capaz de processar informações tanto lógicas quanto analógicas, transitando dados de uma para outra modalidades. Suas características físicas e programas básicos viriam da herança genética: com eles, elementos a serem mobilizados, por exemplo, para a organização do espaço ou o a possibilidade de adquirir uma língua natural. Isso explicaria a enorme diversidade (e, ainda aí, aspectos idênticos, porque as diferenças se estabelecem a partir da semelhança) do gênero humano, embora permaneça obscuro o que exatamente se herda e o que se adquire. Nossa constituição seria, em linhas gerais, similar - própria da espécie -, mas cada um de nós pensaria diferentemente dos outros porque teria herança genética e experiência de vida próprias.

Tomemos, por exemplo, o fenômeno da visão. Ele é executado corriqueiramente pelo conjunto olhos-nervos-cérebro, mas é extremamente difícil de explicar. Os especialistas em computação partem, em sua tentativa, de um processo de análise típico de sua especialidade: procuram (a) uma teoria do que é computado (qual o *input* do processo, o que dele se registra); (b) uma teoria de como o sistema faz a computação; e (c) uma teoria do *hardware*, no caso, neurofisiológica. Propõem que o cérebro registra não “as imagens”, mas uma representação delas, que lhe permite situar o indivíduo em relação aos objetos vistos; prevê o curso de movimentos; identifica o que já conhece e, por critério de semelhança, o que é similar ao que já conhece.

Tanto a construção da imagem visual quanto a noção de profundidade ou a adaptação dos olhos ao movimento sinuoso do andar, sustentam os teóricos da cognição, depende de instruções herdadas geneticamente. O mecanismo da visão localiza os contornos em que há contraste de luz (realizando um cálculo de derivadas espaciais); combina as imagens de dois olhos e utiliza diferenciais de percepção de áreas da retina para captar a noção de profundidade; recorre à memória

para identificação por um elenco de características; relaciona tudo isso com os sensores de equilíbrio, os registros afetivos etc. - mas não se afasta do que é conceitual para um sistema cibernético aprimorado.

A interpretação simbolista (símbolos e regras) da mente evoluiu para outra interpretação, a conexionista, baseada na função de reconhecimento de conexões dinâmicas entre objetos. Mas a mente, usuária do cérebro, deve ser algo mais: ela representa a realidade e nos situa nela; guarda as lembranças recentes numa memória de curto prazo, que é localizada, e as antigas numa memória de longo prazo, que é difusa; “legenda” as imagens imediatas e as memorizadas em proposições; raciocina; pensa; emociona-se e assume atitudes proposicionais; aprende e usa pelo menos uma língua humana; estabelece a interface entre o cérebro, a sociedade e o meio natural. É possível que as funções superiores dentre essas decorram de sincronismo de frequência de disparos dos neurônios, gerando associações eventuais ou duráveis de elementos não-contíguos e, portanto, realidades virtuais. Ou que haja, na base, um processo quântico, fundado em última instância no caso

As “ciências humanas”, preocupadas ultimamente com a constante invasão de seu território pela cultura científico-tecnológica que lhe é estranha, apegam-se muito a esse fiapo de mistério. No entanto, quando não se conhece alguma coisa, a especulação é livre. Da mesma forma que se constata a consciência como algo espiritual, que nenhuma máquina poderá reproduzir ou simular, pode-se supor que ela seja a resposta não-linear gerada em sistemas simbólicos de alta complexidade fortemente motivados pelo instinto de conservação - ou pela auto-estima; ou pode-se ainda concebê-la como resposta dialética à oposição com o meio ambiente, projetada em nível simbólico superior.

Jamais ofendeu a alguém o fato de se comparar, nos livros de ginásio, os sistemas que aferem níveis de glicose, oxigênio ou gás carbônico no sangue a equipamentos automáticos, compostos de válvulas hidráulicas, termostatos ou disjuntores de carga elétrica. Parece evidente, aí, que coisas diferentes podem guardar entre si as mesmas relações; a partir da identidade estabelecida, parte-se para fixar as distinções. Com o que se passa no cérebro, no entanto, é diferente. Se não fosse por isso, as “ciências humanas” nada teriam a contestar: os teóricos da cognição têm preferido, até agora, confirmar a vocação para a individualidade dos estudos do ser pensante, o *eu mesmo*. Em geral negam-se a teorizar sobre o problema da constituição histórica das sociedades; argumentam que o método (analítico, heurístico) dos estudos de História lhes é estranho. Nada, no entanto, em tese, os impede de, em algum momento, avançar também por aí.

8.8. A síntese das ciências do eu e das ciências dos outros

A questão, para uma teoria do controle de opinião, não é fornecer a receita de “como exercê-lo” (o que sempre dependerá do acesso a instâncias de poder) ou “como defender-se dele” (o que não se conse-

gue de modo absoluto). Trata-se de outra coisa: de cobrir o fosso entre as *ciências do eu* e as *ciências do outro*, entre o mundo interior complicado e protegido de nós mesmos e o mundo objetivo dos outros homens, aferido com a simplicidade das conclusões operacionais expostas no item 8.3. O campo das linguagens é interessante nesse aspecto não só porque são elas o conduto da influência de um homem sobre outros, como porque as vemos no limite entre o subjetivo e o objetivo.

Há certas expressões que não se deve usar. Uma delas é, referindo-se a fato histórico, dizer que ele “não poderia acontecer” de outra forma. É claro que se algum fato humano fosse precisamente determinado (se o problema da causalidade estivesse integralmente resolvido), sempre se poderia prever a História, e não se pode. Argüir a inevitabilidade do já sucedido parece-nos fraude. Ainda assim, arriscamos supor que as linguagens “não poderiam deixar de ser” campo de luta decisivo nos confrontos do Século XX.

Há forte razão para se suspeitar disso: os antecedentes históricos, por exemplo. Diplomatas e sacerdotes sempre disputaram a palavra antes e depois do embate dos exércitos; com mais razão o fariam agora, que as guerras se mostram ou impossíveis ou não conclusivas. Volume e velocidade de fluxo das informações tornam evidente a prioridade dos discursos como instrumento das relações de poder.

Se atribuímos à filosofia, como fez Marx, a tarefa de transformar o mundo, há séria advertência no que Mikhail Bakhtin constata, em 1929: “A filosofia burguesa contemporânea está se desenvolvendo sob o signo da palavra”. Não apenas a palavra, mas também signos não verbais viriam ser as grandes armas estratégicas da disputa ideológica da década de 1930 e, depois, da guerra fria; nesta, em determinado momento, se enfrentavam o discurso-espada, cada vez mais pesado e desprovido de significação da URSS e o discurso-florete, ágil e penetrante, dos países capitalistas, que condensa velhos idealismos e “o materialismo antigo”, cujo ponto de vista, ainda segundo Marx, “é a sociedade civil”. Como na Itália medieval, ganhou o florete.

A consciência não se constitui da realidade, mas de representações (ou versões) dela. Uma teoria do controle de opinião deve ser parte, derivar ou englobar uma teoria dos discursos sociais (não apenas de palavras, mas também de imagens e símbolos); partirá de relações sociais objetivas (que não costumam ser exatamente as proclamadas como reais); considerará as formas de comunicação possíveis e praticadas; não dissociará a produção, consumo e forma das mensagens das relações econômicas. Até aí, estamos com Bakhtin.

No entanto, quando leio, em autores marxistas (como o próprio Bakhtin), que a consciência “é fato sócio-ideológico”, “é toda ideologia”, assaltam-me algumas dúvidas: admitiriam que a consciência deles mesmos, que os levou em alguns casos a sacrifícios e renúncias, está neste caso? E também a consciência-cenário de perseverança e coragem na produção de todo conhecimento, ciência e arte? Estarão empregando a palavra ideologia em que sentido?

Se ideologia é “sistema de idéias”, a questão se transfere para o que sejam *idéias*; se é “sistema de signos”, será algo neutro quanto à possibilidade de expressar a realidade, porque pode, ou não, referir-se a ela com a exatidão historicamente possível. Se é, porém, “proposta teórica que se desenvolve sobre princípios abstratos sem reconhecer como determinantes os fatos concretos que os determinam”, então nem toda consciência será ideologia (presumo que a minha não seja, todo o tempo); se é “sistema de concepções abstratas que se opõe à ciência” ou “conjunto de falsas proposições sobre falsos objetos”, então deverá haver uma consciência não-ideológica da proposição verdadeira sobre fatos verdadeiros ou essa consciência é vedada aos homens.

Os funcionalistas, estudiosos do homem-outro, classificam os produtos sociais em três grandes grupos: *idéias*, *práticas* e *objetos tangíveis*. Subdividem as idéias em *crenças*, ou percepções de coisas concretas, verdadeiras ou não, sem avaliação de mérito; *atitudes*, que pressupõem juízos positivos ou negativos; e *valores*, conceitos gerais sobre o que é certo ou errado. A informação conduz à crença; a propaganda pode gerar atitudes imediatas, como o voto, a compra de alguma coisa ou a participação em um movimento. Valores, no entanto, são poucos e difíceis de modificar; geram práticas sociais estáveis; deles decorrem, provavelmente, sentimentos íntimos de culpa, juízos críticos duráveis das atitudes e crenças próprias e alheias. Chamar isso tudo de ideologia adianta alguma coisa?

E o que diz Marx, especificamente, da consciência e da linguagem? Obviamente, Lingüística e Psicologia tinham acervos de conhecimentos muito diferentes hoje e em sua época. No entanto, na *Ideologia alemã*, dele e de Engels, há referências interessantes:

1. A linguagem é tão antiga quanto a consciência - a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens... A consciência, portanto, é, desde o início, um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens.
2. A produção de idéias, representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo.

Os autores marxistas recentes que conheço não vão além disso - e quando avançam é no sentido de conceder a correntes de pensamento momentaneamente dominantes. Adam Schaff, por exemplo, admite a divisão entre a comunicação emocional e a comunicação inteligível - algo que instaura a clássica cisão entre aspectos afetivos e intelectivos do pensamento. As paixões seriam *contagiosas*; a música, em que pese sua extrema racionalidade, algo para se consumir em êxtase emo-

cional; a abstração plástica, ainda quando se apoia em valores culturais de equilíbrio e movimento, como no construtivismo, ou combina elementos com alta taxa de improbabilidade (e elevada taxa de informação formal), como no surrealismo, não passaria de “verdadeira transmissão de estados emocionais”. Estamos no plano da “magia da arte”, da “sensibilidade espiritual” - e o que isso tem a ver com Marx?

Outro autor, Michel Pêcheux, critica Schaff pelas concessões ao pensamento lógico-semântico, mas, tendo que buscar apoio para abordar a questão da subjetividade, recorre à vertente psicanalítica do estruturalismo. A natureza exótica dessa composição, que esteve em moda na década de 1970, evidencia-se em parágrafos e parágrafos de efeito barroco, que talvez comovam, pela profundidade, quem conseguir entendê-los.

Surpreende-me que a literatura marxista disponível não venha abordando três hipóteses teoricamente produtivas e que são desdobramentos possíveis das proposições de Marx nesse campo:

(a) Em toda produção significativa atuam a inteligência lógica e a inteligência analógica dos homens, referidas à sua experiência e ao que ela incorpora do passado da cultura. A sensibilidade é uma sabedoria que se educa e aprimora. Em decorrência, ao contrário do que supõe Bakhtin, signos não verbais dispensam apoio necessário em palavras: é desnecessário buscar explicações, companhia ou justificativa para fugas de Bach, quadros de Van Gogh, páginas diagramadas com base no equilíbrio definido pela relação média-extrema razão ou seqüências de *suspense*: são obras conscientes, tecnicamente elaboradas e que afloram, mudas, à consciência de quem aprendeu a entendê-las.

(b) A linguagem (os sistemas de signos verbais e não-verbais) não só decorre da vida social, das necessidades de trabalho (no sentido mais abrangente do termo), mas é o mais tipicamente humano dos instrumentos de atuação social e de trabalho. Com ela (com a língua, com inferências construídas sobre signos) o homem opera as funções que lhe são próprias e o distinguem: a representação e idealização da realidade, a pressuposição da tarefa e de seus resultados, o planejamento e organização eficiente da ação, a mobilização individual e coletiva dos meios.

(c) A linguagem humana decorre da necessidade de intercâmbio (não existe linguagem formada fora do estímulo da vida social); mas, com suas características - entre as quais a construção da consciência -, é a resposta exclusivamente humana a essa carência. Isso significa que só o homem está aparelhado a dar tal resposta, em tal nível de complexidade; esta é a sua natureza, que se abre, exatamente aí, para a cultura.

8.9. As contradições da mídia e de seus funcionários

Críticas totalizantes tais como “os repórteres querem vender jornais” ou “a publicidade é a responsável pela degradação dos costu-

mes” são, na essência, duplamente falsas. Por um lado, a tiragem é geralmente o que menos preocupa os repórteres e a ética e moral têm outros condicionantes além dos anúncios. Por outro, a produção de informações numa sociedade é algo mais complicado do que a feitura de um jornal, a edição de programa de rádio ou televisão, a concepção de um *clip* de 30 segundos; de fato, confunde-se com a própria estrutura de poder, na medida em que sociedades são conjuntos ordenados por hierarquias.

Jornalistas devem transformar, processar, codificar informações segundo padrões técnicos consensuais (sem o que as mensagens correriam o risco de não ser aceitas ou compreendidas) e obedecendo a valores éticos admitidos pela sociedade, embora não necessariamente por todos os grupos que a compõem. São, nesse aspecto, como os professores: transmitem mensagens tidas por verdadeiras que só excepcionalmente eles mesmo descobriram ou inventaram.

No entanto, o mundo não é como gostaríamos que fosse e precisamos apontar rapidamente culpados por isso. Se há gente morrendo de fome, pode-se sempre acusar quem nos mostra os famintos de explorar a miséria alheia; o que nos incomoda são as fotos de cadáveres semelhantes a nós, não os de uma guerra passada ou em lugar remoto; vivendo numa época em que tudo é objeto de negócio, desde sangue, rins e córneas até amantes viris e companhia para solitários, tudo fica mais fácil quando nos indignamos com os anúncios, cartazes e revistas que revelam tais transações. Ainda assim, embora ninguém anuncie pontos de venda de cocaína e a mídia em peso desaconselhe a compra de produtos contrabandeados, na sociedade cada vez mais se cheira o pó e compram-se muambas.

Atribuir à polícia a culpa exclusiva da repressão brutal é uma forma de inocentar o Estado; culpar os veículos de informação pelas mazelas sociais a maneira de suprimir responsabilidades que envolvem questões políticas maiores. Entidades religiosas e instituições jurídicas gastaram muito dinheiro em pesquisas, usando todo arsenal conhecido de metodologias científicas - e jamais comprovaram relação causal estatisticamente significativa entre o que é informado nos veículos de comunicação e os comportamentos anti-sociais das pessoas. Por toda parte, gigantescos mecanismos de corrupção (como as redes de prostituição e tráfico de drogas) se formaram sem que se falasse publicamente sobre eles. Sistemas organizados de desvio de dinheiro público estruturaram-se seja em ditaduras latino-americanas seja no período de declínio do regime soviético, beneficiando-se do silêncio, não da divulgação.

Será mais correto pensar que o sistema de informação pública é constituído não apenas pelos jornais, revistas, rádio e televisão, produtoras de audiovisuais e editoras, agências de publicidade e de notícias, mas também pelas fontes profissionais - destacadamente órgãos de governo, institutos de pesquisa, especialistas em vários campos de conhecimento, bancos de dados, bibliotecas, hemerotecas; departamentos de divulgação, relações públicas e comunicação de associações, ins-

tituições e empresas. No conjunto, esse sistema, com seus dispositivos de estímulo e censura à divulgação de fatos e versões, encaixa-se de várias maneiras em estruturas maiores, que correspondem em certa medida à distribuição da riqueza e do poder na sociedade.

É certo que várias das principais empresas brasileiras de comunicação pertencem a famílias cuja fortuna de origem se assenta, direta ou indiretamente, em interesses tradicionais do comércio exterior, isto é, estão integradas com o mercado internacional e suas estratégias. As que mais prosperam mantêm algum tipo de associação com grupos multinacionais, sejam com bancos ou detentores de tecnologia. Os canais de rádio e televisão foram concedidos a representantes das oligarquias regionais e a políticos conservadores. Tudo isso, porém, reflete as estruturas de dependência ou de arcaísmo político do País; espelha, portanto, sua realidade.

Os exemplos mais notáveis de jornalismo progressista que temos em nossa história consideraram inevitavelmente essa dependência e o atraso das elites. Assim, o movimento abolicionista foi desenvolvido com o argumento hipócrita da piedade, não do direito dos negros de serem livres. Da mesma forma, Euclides da Cunha, ao descrever a resistência heróica dos sertanejos de Canudos às expedições do Exército, refere-se a eles como *pólipos*, como *selvagens* ou como *autômatos*, embora, afinal, deixe claro que eram magníficas figuras humanas.

Críticos extremados dirão que não dão atenção ou acreditam nos jornais, no rádio e na televisão. Mas tais críticos, para serem coerentes, terão que concordar agora, em 1998, que ainda existem a União Soviética, a Iugoslávia e a Tcheco-Eslováquia, Hong Kong continua sendo uma possessão inglesa e permanece incerto o resultado das últimas eleições. Quem, senão jornais, emissoras de rádio e televisão, afirmou o contrário, se são fatos ainda não tratados, hoje, em textos escolares de História? E quem foi que disse que textos de História, currículos e escolas são mais confiáveis?

A relação com a realidade é essencial para os veículos. Eles não podem negar os fatos; seu nível de interferência restringe-se, em geral, às versões e à hierarquização das informações que apresentam. Ainda assim, essas versões deverão ser verossímeis e a hierarquia - destaque de uns assuntos, preterição de outros - conformada a valores aceitáveis para o público. Afinal, o leitor, espectador ou ouvinte, ao contrário do que acontece com os estudantes numa escola, não está ali compulsoriamente: pode deixar o jornal na banca, desligar o rádio ou a televisão e ir fazer outra coisa, sem sentimentos de culpa e sem que alguém o repreenda.

Isso complica bastante a condução da opinião pública via sistemas de comunicação. As estratégias partem da situação vivida pelo público, de suas aspirações difusas (desejos de ascensão social, sentimentos de revolta, estados de solidão, depressão ou entusiasmo) e das representações socialmente existentes. Manobras grosseiras (distorções comprováveis, mentiras e insultos) podem funcionar a curto prazo, em

situações peculiares (domínio estatístico da audiência, fontes oficiais, clima de tensão). Mas o que é eficiente em condições normais e períodos mais longos é um conjunto de estratégias sutis que envolve formas de coerção - como políticas salariais e de mercado - além do alcance da mídia e de seus funcionários; alinhamentos traçados por especialistas em *marketing*, economistas, cientistas sociais e psicólogos situados nos centros de poder .

É essencial não confundir esses mecanismos de controle (os grosseiros e os maquiavélicos) com erros de angulação e perspectiva que jornalistas e publicitários costumam cometer - desvios técnicos que decorrem do esquema de pensamento dessas profissões, de questões que envolvem a formação profissional ou de avaliações erradas do meio social. A diferença fundamental é que os desvios são desordenados, não têm direção comum, não traduzem interesse amplo e definido: são algo que se pode corrigir, temas para discussões de natureza ética e técnica.

Os erros publicitários mais comuns decorrem da priorização da estética - o anúncio artístico, moderno ou agressivo - ou do fato de os produtores partilharem de valores não admitidos por outros segmentos da sociedade; em ambos os casos, pode-se estar ultrapassando os limites de tolerância do público ou de parte dele.

Uma característica da publicidade é que ela é unilateral, apresenta os fatos da perspectiva que convém ao cliente. Essa unilateralidade está a um passo da falsidade absoluta. Certas técnicas geralmente aceitas - como a dramatização de testemunhos sobre algum produto ou serviço, a produção de bestialógicos em que se abusa da linguagem técnica ou científica - agravam o caráter falso da mensagem e, em certas circunstâncias, induzem o público a agir contrariamente a seus interesses. São questões que interessam - ou deveriam interessar - à legislação comum.

Alguns desvios típicos do jornalismo envolvem a relação entre a linguagem jornalística e a expressividade da língua falada. Em ambos os casos, é comum fórmulas ampliarem desmesuradamente o sentido de locuções e sentenças. As pessoas estão *mortas de fome* antes do almoço, não têm *um tostão* no dia do pagamento, ficam *arrasadas* com a derrota de seu time de futebol e *dão a vida* por um feriado. Correspondentemente, milhares de acontecimentos políticos já foram apontados como os mais importantes do século e a todo momento algum setor da vida humana entra numa nova era porque tal ou qual coisa aconteceu.

Em geral, no jornalismo impresso, a busca de expressividade se concentra nas manchetes, que são como anúncios do texto, e se corrige adiante, já no *lead* da notícia. Assim, “o maior espetáculo da terra”, logo se vê, é a exibição de um circo e a “tragédia do Vaticano” é o atropelamento de algumas pessoas na Praça de São Pedro. É da natureza dos títulos ampliar o sentido das palavras, generalizando denominações de objetos e ações. Quando, no entanto, a técnica das manchetes é transferida para a produção dos textos, suprimindo-se o relato em si dos fatos, temos situações como a do *flash* televisivo que anuncia, so-

bre o vídeo-teipe de uma inundação: “Tempestade arrasa o Novo México”. O problema se agrava se, depois dessa frase de efeito, o redator, apaixonado pelos lugares comuns de sua retórica, colocar, em lugar dos dados (20 mortos, dez desaparecidos, duas mil casas destelhadas), formulações impressionistas como “os prejuízos são *incalculáveis*”, “há *várias* cidades submersas”, “as equipes de socorro *reviram a lama em busca de cadáveres*” etc.

Muitas vezes o exagero pode refletir erro de perspectiva. Diante das fotos das enchentes no Rio de Janeiro, em 1966, editores tiveram sinceramente a impressão de que a cidade estava sendo muito mais afetada do que realmente foi, e traduziram isso em seus textos. Na verdade, as habitações destruídas ou interditadas, nas favelas, corresponderam a menos de 0,5 por cento e, na área urbanizada, dois prédios desabaram, num universo de centenas de milhares. Resultado do papel que as imagens desempenham na informação contemporânea (e da crença de que elas *são* a realidade), a grandeza superlativa sugerida pelas fotografias espetaculares pode coincidir, como foi o caso, com interesses locais, reforçando o erro inicial. No caso, prefeito e homens de negócio cuidaram de ampliar os danos, em busca de verbas e benefícios fiscais.

Outra questão associada à percepção da realidade pelos jornalistas é a circunstância, registrada por Marx, de que os homens vêm o novo com as formas antigas; e isso os leva a desconsiderar, numa primeira análise, o que há de peculiar em um fato. De modo geral, o observador arma-se com estereótipos, de modo que o que é novidade como que se desfaz diante do que já se sabe ou pensa saber; o *conhecimento* torna-se um *reconhecimento*”.

Um terceiro aspecto relevante é a característica do jornalismo de tomar a parte pelo todo, a angústia de ampliar o fato, dando-lhe um sentido, sem, necessariamente, atentar para a adequação desse enquadramento - o risco de generalização do que é raro ou excepcional.

Jornalistas apressados ou preguiçosos adoram ouvir fontes oficiais (dispensam-se de confirmar informações); detestam ler textos longos, como os de processos judiciais; exageram na apuração de matérias por telefone, não costumam conversar com os entrevistados e desprezam informações que não podem publicar imediatamente.

Pelos modelos propostos, pode-se constatar que os desvios a que estão sujeitos relatos jornalísticos e textos publicitários fazem parte do elenco das falibilidades humanas. Correspondem aos erros e tendenciosidade de outros profissionais, como médicos e advogados. Podem ser ocasionalmente úteis a um projeto global de controle de opinião (ou utilizados por ele), mas não estão no seu núcleo.

8.10. Para ler mais

Há várias edições disponíveis de obras de Marx, em particular dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e da *Ideologia alemã*. Uma repro-

dução parcial dos *Manuscritos*, fácil de encontrar, é a de MARX, 1979. Sobre teoria da ciência, GEYMONATT-GEIRELLO, 1989. O subtítulo 8.3 (“O modelo da opinião manifesta”) resume, fundamentalmente, LAZARFELD-BERELSON-GAUDET, 1948 e LAZARFELD-MERTON, 1949. Sobre pesquisa estatística aplicada, BARBETTA, 1994. O Popper citado está em POPPER-ECCLES 1967. O livro básico sobre a Teoria das Catástrofes é THOM, 1972; é citado POSTON-STEWART, 1979. O texto da carta de Engels a Joseph Bloch encontra-se em ENGELS, 1961. A citação de Bertrand Russell a propósito de Hegel foi extraída de RUSSELL, 1956, pags. 368-369. A Teoria das Dimensões Fracionárias está em MANDELBROT, 1982. O artigo citado de Chomsky em *Mind* é CHOMSKY, 1995. Sobre ciência da cognição, leia-se JOHNSON-LAIRD, 1988. Sobre redes neurais, REILLY-COOPER, 1997. Ampla exposição sobre a mente e o cérebro está em DEL NERO, 1997. O texto citado de Bakhtin é BAKHTIN, 1992. A tradução portuguesa de *Introdução à Semântica* é SCHAFF, 1968. Para que o leitor tenha idéia do que acontece quando se combina marxismo e estruturalismo psicanalítico, eis dois parágrafos da obra de Pêcheux (PÊCHEUX, 1988): 1. *“Sabemos que toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. Essas formações discursivas mantêm entre si relações de determinação dissimétricas, de modo que elas são o lugar de um trabalho de reconfiguração que constitui, segundo o caso, um trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição ou um trabalho politicamente e/ou cientificamente produtivo.* 2. *...o funcionamento dos elementos lógico-lingüísticos de um enunciado depende das formações discursivas no interior das quais cada um desses elementos pode tomar um “sentido”, de modo que, em última análise, será a configuração das formações discursivas no interior das quais se inscreve uma subjetividade dada que determinará o “sentido” que esse enunciado tomará com o caráter necessário ou contingente, disjunto ou integrado etc., dos objetos e propriedades que nele se manifestam*”. Sobre marketing, indicam-se COBRA, 1989; KOTLER-ROBERTO, 1992 e SIMÕES, 1978.

9 - A ARQUEOLOGIA DO CENÁRIO I

Para se traçar o cenário de uma época (a atual) e um país (o Brasil) - fundamentalmente econômico, mas atento também à produção simbólica - não basta dispor dos fatos. São necessárias versões, interpretações, um esboço de teoria. Vamos considerar três hipóteses:

- (a) Em escala internacional, o imperialismo se expande dispensando bandeiras. Não é mais americano, inglês ou ibérico: seus interesses são agora propostos como “os interesses da humanidade”. No processo dessa expansão, deslocam-se eixos de produção e finanças, alteram-se as relações de trabalho, existe moeda em abundância e há, portanto, necessidade de abrir mercados e impor a todo custo o consumo de bens. Tal situação conformou e mantém sob permanente estímulo os sistemas de informação e de controle de opinião, que se concentram crescentemente.
- (b) No Brasil, a industrialização é marcada por discursos contraditórios e feita em nome de intenções que, na prática, se frustram: o nacionalismo (nação, aqui, não é um conceito étnico; compreende-se como estado nacional, território nacional, língua nacional); a distribuição de riqueza; a criação de uma elite moderna, desligada das tradições coloniais. Para viabilizar alguns desses objetivos, construiu-se um sistema de comunicação não estatal centralizado.
- c) Esgotado o projeto de desenvolvimento independente, que pretendia lançar as bases de uma potência regional, o Brasil integra-se, em condição subalterna, ao sistema internacional gerido pelo Banco Mundial e subordinado a *centros frouxos* que podem estar em qualquer parte. Politicamente, é satélite dos Estados Unidos. As contradições sociais e regionais aguçadas pelo processo de mudança congelam-se com a relativa estagnação da economia na década de 80. Mas já não se trata de um país típico de Terceiro Mundo.

9.1. Quando o mundo é americano

O acordo de Bretton Woods (1944), que tornou o dólar moeda internacional, pode ser tomado como explicação para a hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra; era o que alegava o General Charles de Gaulle quando, presidindo a França na década de 1970, propunha a volta do padrão-ouro.

Ao terminar a Segunda Grande Guerra, o grande problema era a escassez de moeda com liquidez internacional: de um lado, os Estados Unidos possuíam grandes excedentes de mercadorias e, de outro, os mercados tradicionais, depauperados pelo conflito, dispunham de limitadas reservas de ouro e prata - e quase nenhum dólar - para comprá-las. O resultado seria o retorno à recessão dos anos 30, caso não fosse tomada alguma providência.

Dentre as soluções possíveis, o Plano Marshall foi escolhido no quadro de uma estratégia geopolítica fundada no temor da expansão do socialismo. No final da Primeira Guerra, na esteira da Revolução Russa, a classe operária agitou-se por toda a Europa e pelo mundo; com mais razão, isso aconteceria após 1945, com fortes partidos comunistas vitoriosos não só no Leste europeu, ocupado pela União Soviética, mas também na Itália, França, Alemanha, China e Sudeste asiático.

Tratava-se de definir uma fronteira entre os regimes políticos e de isolar o socialismo. Foi aí que o sistema de Bretton Woods começou a funcionar, na prática: durante o Plano Marshall, os Estados Unidos enviaram mais de 12 bilhões de valoradíssimos dólares à Europa, enquanto o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, criaturas do novo sistema financeiro, contribuía, juntos, com US\$ 3 bilhões. Os gastos totais com o prosseguimento da guerra fria, grande motor do processo, atingiram, entre 1948 e 1952, US\$ 84 bilhões em empréstimos e concessões, isto é, cerca de 15 vezes o saldo original, em dólares, do FMI.

O Brasil contribuiu para a reconstrução da Europa em escala significativa em relação à dimensão de sua economia, na época. Por força do acordo de pagamentos firmado com a Inglaterra, em 1940, os saldos acumulados durante a guerra em libras não foram convertidos em dólares, ficando os pagamentos das exportações brasileiras bloqueados em conta especial. Entre 1946 e 1948, o Brasil exportou US\$ 1,55 bilhão para os países de moedas não livremente conversíveis em dólares e importou dessas áreas US\$ 850 milhões - o que significava, na prática, financiar a Europa devastada.

Ao mesmo tempo, o País correspondeu com avidez à necessidade americana de exportar excedentes. As reservas acumuladas em dólares rapidamente se esgotaram com a importação de mercadorias dos Estados Unidos. Ao lado de bens de capital, cuja demanda se reprimira nos anos de conflito, ingressaram no País itens de toda sorte:

carros usados (muito usados, nos anos de guerra) vinham com seus sistemas de calefação aqui inúteis, ônibus *gostosões* traziam os primeiros freios de ar comprido, camelôs apregoavam nas esquinas toda sorte de quinquilharias de plástico. A ingenuidade nas compras tornou-se evidente: os petroleiros comprados no Plano Salte navegaram por poucos anos e vários deles se partiram no mar. Na onda dessa importação de modernidade, chegaram ao Brasil os transmissores das primeiras estações de televisão.

Acreditava-se que o Brasil, fiel aliado dos Estados Unidos, receberia parte da distribuição de dólares promovida na época por Washington. Comissões mistas projetaram obras de infra-estrutura que permitiriam o desenvolvimento industrial do Brasil. Foi trabalho sério, que resultou na transferência aos brasileiros de tecnologia de planejamento econômico. O custo dos projetos aprovados - a maioria de infra-estrutura - somava US\$ 500 milhões em aplicações do Governo americano, com recursos suplementares em cruzeiros: não era muito, comparado com os montantes destinados à Europa e a ex-inimigos recentes. Esse total foi, depois, reduzido para US\$ 300 milhões. Finalmente, nada veio.

As explicações para esse desfecho são várias. O Brasil tinha pouca importância estratégica no quadro da guerra fria e os interesses americanos corriam pequeno risco aqui, reduzido ainda mais quando o Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) ordenou a repressão ao Partido Comunista; o Presidente Eisenhower iniciava seu mandato em 1953, comprometido com exportadores americanos que perderiam mercado com a industrialização do Brasil. Razão talvez mais consistente deve ser encontrada no fato de que, a partir de 1950 (e até hoje), os Estados Unidos apresentaram (com exceção de um único ano) déficit em sua balança de pagamentos.

Em relação ao ouro, o dólar, como moeda internacional, oferecia a vantagem de poder acompanhar o volume do comércio em expansão entre países - caso os Estados Unidos resistissem à tentação de emití-lo em excesso, o que obviamente não foi o caso. As emissões para o Plano Marshall, somadas ao custo do orçamento militar (Guerra da Coreia, sustentação de bases no exterior, desenvolvimento e produção de novas armas) logo tornariam a anterior escassez uma inundação de dólares. Esse fenômeno, que atingiu seu ponto de não-retorno na década de 60, era novidade em 1952.

A política econômica do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) foi a mais ortodoxa: conduzida pelo Ministro da Fazenda Horácio Lafer, concentrou-se, nos dois primeiros anos, em equilibrar contas e acumular recursos. Apenas quando constatou que não viriam os prometidos empréstimos em condições especiais, o Presidente optou por levar adiante, com verbas públicas (e US\$ 200 bilhões obtidos do Bird e do Eximbank, em condições não favorecidas), os projetos de desenvolvimento que haviam sido traçados com o auxílio dos técnicos americanos; aumentou o imposto de renda, ativou um banco de desenvolvimen-

to, o BNDE. Da mesma forma, somente ao evidenciar-se que não havia investidores interessados em explorar petróleo no Brasil, decidiu fundar a Petrobrás, empresa petrolífera estatal.

Não havia como reverter essa política, o que ficou evidente no governo de transição de Café Filho, apoiado pelas forças mais conservadoras do País; acuadas, elas não conseguiram (embora tentassem) impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Este não só manteve a política de investimentos em infra-estrutura (metalurgia, mineração, transportes, energia), como a ampliou, adotando postura deliberadamente inflacionária: argumentava, à maneira de Keynes, que as emissões de moeda funcionariam como empréstimo, a ser coberto pelo rápido aumento da produção real - tese que contrariava o FMI .

Por essa época, grupos europeus, desejosos de recuperar mercados perdidos em consequência da guerra, dispunham-se a montar indústrias no exterior; atraídos para cá, foram logo seguidos por grupos americanos, dispostos a não perder de todo os mesmos mercados. Juscelino retribuiu o interesse desse capital de risco (na verdade, o risco era nenhum) com favores fiscais e nenhuma concessão política decisiva - se é que lhe pediram alguma.

Os resultados foram espetaculares: já em 1962, no Governo de João Goulart, a produção doméstica provia 98 por cento dos bens de consumo e 91 por cento dos bens intermediários. O setor bancário mantinha-se praticamente à margem desse processo, já que menos de três por cento da poupança nacional era canalizada pelo sistema financeiro, para média latino-americana entre dez e 15 por cento.

Os planejadores do golpe de 1964, atentos a esse aspecto, deram ênfase à reforma das finanças e da moeda, ao inaugurar, com a dupla Otávio Gouveia de Bulhões-Roberto Campos, a estirpe de czares da economia que marcou os governos militares.

9.2. As bases da modernidade

O período entre 1950 e 1964 foi uma espécie de *idade média* no processo de modernização do Brasil. Nele não apenas se implantou a base física da industrialização (a infra-estrutura mínima necessária) como se construíram algumas das estruturas que dariam caráter conservador à modernidade.

Durante a ditadura Vargas, que terminou com o fim da Segunda Guerra Mundial, a imprensa do País esteve sob controle do Departamento de Imprensa e Propaganda. Sob essa tutela, favorecida pelo estado de guerra, os empresários do setor tinham lucratividade garantida mas seu papel como agentes políticos foi praticamente suprimido. Mesmo a participação no processo político de mudança do regime, quando este já agonizava, limitou-se à publicação de raras entrevistas em alguns jornais.

No rádio, vigorava um sistema de pluralidade, com a hegemonia, a partir de 1940, da *Rádio Nacional*, emissora incorporada ao pa-

trimônio da União por sugestão de Lourival Fontes, diretor do DIP, com o propósito declarado de manter a integração territorial do País, numa época em que as comunicações (telégrafo, telefones, correio) eram precárias, havia poucas rodovias e ferrovias e o transporte marítimo era ameaçado pelos desdobramentos navais da guerra. Seus transmissores estavam em quinto lugar entre os mais possantes do mundo.

A Nacional, fundada em 1936 por um capitalista americano, Percival Farquhar, foi concebida no modelo das rádios *broadcasting*. A partir de sua encampação, o modelo foi aprofundado (a revista do DIP publicava artigos de teóricos como Lazarsfeld) e ela assumiu rapidamente padrão de qualidade inalcançável pelas demais, impondo programação original que ia da música clássica aos programas humorísticos e de auditório. Desdenhava a indústria fonográfica: raramente tocava discos e quando o fazia dava preferência a gravações próprias. Com a maior parte dos programas ao vivo ou pré-gravados em estúdio, o domínio dos músicos nacionais era absoluto. Reunia elenco espetacular (entre 1945 e 1955, chegou a empregar simultaneamente 15 maestros, 33 locutores, 124 músicos, 94 radioatores, 96 cantores, 18 produtores, cinco repórteres, 13 plantonistas e 24 redatores) e, operando como emissora comercial, foi rentável quase todo tempo.

A política da rádio era de integrar não apenas as regiões do País mas também as classes sociais e grupos em situação de conflito. Nas noites de domingo, que tomamos aqui como exemplo, depois do longo programa de auditório da tarde, ia ao ar *Tancredo e Trancado*, série cômica em que um personagem, o urbano Tancredo, dialogava com outro, o rural Trancado, descaracterizando pelo humor situação comum na época: o encontro de culturas em época de intensa migração. Seguia-se musical de meia hora, com orquestra e cantores populares de todo o País. Depois, *Nada além de dois minutos*, informação cultural e jornalística em *sketches* breves. *Piadas do Manduca*, radioteatro cômico em uma sala de aula onde, numa caricatura de muitas salas reais do intenso processo de escolarização da época, encontravam-se pessoas de diferentes regiões, origens e idades. No fim de noite, concerto com a sinfônica da rádio, seus regentes ou convidados.

As novelas vespertinas (a primeira, *Em busca da felicidade*, foi ao ar em 1943, quando a rádio era dirigida por Gilberto Andrade) tinham audiência universal; podia-se acompanhá-las caminhando pelas calçadas das ruas de subúrbio e ouvindo o som que escoava das casas. Eram histórias sentimentais, muito ajudadas pela característica que o rádio tem de permitir ao ouvinte construir na imaginação o cenário (e a figura dos atores) para os diálogos. Os ambientes eram pouco descritos, as situações de pobreza e riqueza muito exageradas, e isso, no geral, permitia a cada um conceber a trama em seu próprio ambiente.

No programa *PRK-30*, outro sucesso de audiência, o esquema cômico da aceitação (o humor é a primeira etapa de reconhecimento do outro) de *Tancredo e Trancado* e de *Piadas do Manduca* repetia-se, só que aplicado à relação entre um indivíduo nacional e um imigrante - no

caso, português. Quando, no lugar de *PRK 30*, entrou no ar o *Edifício Balança, mas não cai*, em novembro de 1950, o humor de tipos ganhou grande elenco e inaugurou-se o bordão cômico: com um nome que registrava a crise de moradias no Rio de Janeiro do pós-guerra e a novidade que era conviver em condomínios de apartamentos, o *Balança* comentou, na oposição primo rico/primo pobre, a tragicomédia do desencontro de destinos numa etapa de desenvolvimento em que uns enriquecem rapidamente e outros nunca.

A *Nacional* inaugurou o texto noticioso feito especialmente para o rádio. Seu *Repórter Esso*, patrocinado por multinacional e produzido por agência estrangeira, não veiculava declarações - só fatos, na terceira pessoa, com tal confiabilidade que, quando a guerra acabou, os foguetes só estouraram, os sinos só bateram quando a *Nacional* deu a notícia.

Em suma: a *Rádio Nacional* ocupava lugar correspondente ao que ocuparia, a partir da década de 70, a *Rede Globo de Televisão*, mas sua ideologia era distinta. Em lugar de impor o padrão de comportamentos e gostos de uma elite urbana, cosmopolita e moderna, cuidava de suprimir e amainar contradições, concedendo às culturas regionais e aos grupos dominados da sociedade.

Com o papel subsidiado - o subsídio não terminou com a extinção do DIP - havia muitos jornais em cada cidade. No Rio de Janeiro, eram mais de uma dezena de diários, disputando segmentos de mercado: vários veículos da grande imprensa, ligada ao comércio e à agricultura; os jornais populares, ideologicamente conservadores; os jornais partidários. Entre as revistas nacionais, pontificava *O Cruzeiro* (tiragem média de 750 mil exemplares, de 1954 a 1955), magazine ilustrado dos *Diários Associados*, do magnata Assis Chateaubriand.

Tecnicamente, a década de 50 foi um período de renovação das comunicações no Brasil; politicamente, a etapa em que se deram os primeiros passos para sua inserção progressiva no sistema internacional. A primeira mudança notável ocorreu com produção de discos fonográficos. Até então, esse segmento era repartido entre empresas nacionais e estrangeiras (os primeiros *longplaying* brasileiros foram prensados por uma pequena gravadora, a Rádio, de Petrópolis, em 1950); os discos de 78 rotações por minuto saíam com selo preto, a preço mais baixo, geralmente para gravações nacionais, incluídas versões em português; selo azul, um pouco mais caros; e selo vermelho, os de maior custo, para prensagens de matrizes estrangeiras.

As versões, principalmente de canções latino-americanas, e réplicas de músicas de grandes orquestras (como as de Glenn Miller e Tommy Dorsey) representavam mercado importante para músicos brasileiros. Contra elas ergueu-se uma campanha de desmoralização, baseada no pressuposto de que o público deveria *ter direito* aos intérpretes originais. A escala de preços foi suprimida, a reprensagem de matrizes importadas tornou-se regra e o setor terminaria sendo integralmente multinacionalizado.

Algo similar aconteceu com o cinema, quando empresários paulistas investiram em companhias produtoras (Vera Cruz, Maristela) e construíram um grande estúdio (da Vera Cruz), contando com equipes de cineastas e técnicos vindos da Europa, entre eles o diretor brasileiro Alberto Cavalcanti. A campanha de imprensa movida contra o produto dessas empresas foi devastadora: críticos (na maioria empregados ou dependentes de distribuidoras estrangeiras) e empresas jornalísticas (mediante acertos publicitários) lançaram toda sorte de acusações e suspeitas sobre os filmes, que eram mal programados nos circuitos de cinemas controlados ou associados às mesmas distribuidoras. Esforço suplementar foi concentrado na tarefa de impedir que o Governo criasse sua própria distribuidora internacional, como haviam feito países da Europa e o México (a Pelmex), diante da hegemonia americana. Os filmes da Vera Cruz e da Maristela nem sempre tiveram acesso ao mercado externo nas condições adequadas, o que talvez garantisse a sobrevivência das empresas; sob qualquer ponto de vista, no entanto, eram boas produções.

Para se ter uma idéia dos argumentos suscitados nessa campanha, tomemos o caso de um filme estrelado por Procópio Ferreira, ator de grande prestígio na época. O protagonista fazia o papel de um juiz de futebol acusado de beneficiar um dos times em jogo decisivo. Foi o bastante para que se orquestrasse forte reação, envolvendo dirigentes e cronistas esportivos. A acusação: “desmoralizar o esporte nacional”.

A modernidade chegou à imprensa brasileira (também a televisão, pelas mãos de Assis Chateaubriand, mas só depois ela se tornou fenômeno cultural importante) na década de 50. Primeiro, com o lançamento de *Última Hora*, em 1951. O jornal, fundado por Samuel Weiner com 156 milhões de cruzeiros emprestados pelo Banco do Brasil por ordem de Getúlio Vargas - que pretendia contrabalançar a pressão da imprensa conservadora -, introduziu no País o planejamento gráfico: suas páginas, em particular a primeira, eram previamente desenhadas, com títulos, textos, fotos e fios - largos (12 pontos) e azuis. Movimentado do ponto de vista estético (conforme o estilo argentino de diagramação, que Weiner importou), o jornal procurava conquistar o grande público: mas os artigos, as crônicas (de Sérgio Porto, Octávio Malta, Marques Rebelo, Moacir Werneck de Castro, Néelson Rodrigues, Antônio Maria), muitas das reportagens e do noticiário de artes e espetáculos destinavam-se a leitores com pretensões intelectuais: o governo trabalhista não podia dispensar a simpatia de frações da elite.

Ao longo da década, *Última Hora* se expandiu, formando uma rede que dispunha de gráficas em várias capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife), editando perto de 750 mil jornais diários em edições regionalizadas para regiões do interior e outros estados. Foi alvo de várias campanhas: uma delas, que se desdobrou em ações judiciais, por ter sido financiada pelo banco oficial (embora outros grupos jornalísticos obtivessem dinheiro da mesma fonte: os *Diários Associados* deviam ao Banco do Brasil, em 1951, 162 milhões de cruzeiros e *O Glo-*

bo, de Roberto Marinho, obteve, entre 1950 e 1952, financiamentos de importação no montante de mais de um milhão de dólares): outra, contra *Última Hora* paulista, no início dos anos 60, por ter publicado, às vésperas da Copa do Mundo, uma *charge* em que os traços de Nossa Senhora da Aparecida lembravam o rosto de Pelé, o camisa 10 da seleção nacional. O jornal chegou a ser excomungado por isso e sofreu forte abalo, principalmente na receita publicitária.

Outro passo adiante na renovação técnica da imprensa ocorreu quando o *Jornal do Brasil*, fundado como jornal monarquista no segundo ano da República e já há décadas pertencente à família Pereira Carneiro, decidiu fazer uma reforma editorial. Era veículo acanhado, de tiragem insignificante, com a primeira página tomada por anúncios classificados; a viúva Pereira Carneiro (condessa, porque seu marido, o conde, armador e dono de empresas de exportação-importação, havia comprado o título do Vaticano) queria relançá-lo como grande jornal. Para isso, foi contratado o projeto gráfico com o escultor construtivista Amílcar de Castro, e procedeu-se a uma revolução na forma de produzir o texto. Era tão grande a mudança que durante anos o jornal, edição após edição, teve que ser quase inteiramente rescrito pelos redatores do *copy desk*.

O parâmetro para essa revolução, que introduziu no Brasil a técnica das notícias com *lead* (primeiro parágrafo com uma proposição completa que informa o fato ou fatos principais) desenvolvida nos Estados Unidos e na Inglaterra, foi a experiência de um pequeno jornal do Rio de Janeiro, o *Diário Carioca*. Nele, dois professores de jornalismo, Danton Jobim e Pompeu de Souza, realizaram, com o auxílio de uma equipe de jovens (como Jânio de Freitas, Evandro Carlos de Andrade ou José Ramos Tinhorão), criteriosa adaptação dos modelos estrangeiros. A mudança atingiu não apenas a estruturação do texto das notícias, mas, de maneira radical, a linguagem, que se tornou mais próxima do português falado no Brasil e incorporou inovações lançadas pelo movimento literário modernista, a partir da década de 20. Por exemplo: as pessoas deixaram de morar *à* rua X para morar *na* rua X; a *esposa* de fulano passou a ser *mulher* de fulano e eventualmente perdeu até o *dona* antes do nome.

Essa reforma do *Jornal do Brasil*, que antecedeu em mais de dez anos a de outros grandes jornais (como *O Globo*, do Rio de Janeiro, e a *Folha* e *O Estado*, ambos de São Paulo), gerou forte reação da concorrência. O *Jornal do Brasil* foi pressionado por ter entregue a redação a “esses jovens comunistas”. Por muitos anos, Nélson Rodrigues, colunista e autor teatral que migrara de *Última Hora* para *O Globo*, onde se tornou um dos porta-vozes de Roberto Marinho, cauterizou em sua coluna diária “os idiotas da objetividade” do *copy desk* do *Jornal do Brasil*.

A elevada taxa de informação (a natureza abrupta das inovações) das novas técnicas jornalísticas, bem como a novidade de movimentos culturais daquela época, como a bossa nova na música popular (uma adaptação de formas rítmicas e melódicas brasileiras a padrões

estéticos do *jazz*) e o cinema novo, se explicam como resultado das transformações ocorridas na elite da sociedade com o processo de acelerada industrialização e modernização gerencial. São fenômenos que, embora sem grande repercussão popular, passaram a ser característicos do tempo exatamente pela natureza seletiva do público neles envolvido e pelo papel particular que esse público ocupava nas estruturas modernizadoras da sociedade.

9.3. A mecânica do golpe de 1964

As origens do golpe de 64 ligam-se aos interesses da tradicional burguesia mercantil, originalmente exportadora de bens primários e importadora de produtos industriais, de que o setor bancário era ramo tradicional; os bancos pareciam instrumento adequado para controlar e conter os componentes transformadores da nova situação que se criara.

A conspiração latente desde 1950 se alargou num clima de agitação social que pode ser em parte atribuído às rápidas mudanças econômicas ou, pelo menos, à impressão que elas causaram nas pessoas: passou a incluir fazendeiros, ameaçados pela reforma agrária; segmentos das classes médias urbanas, assustadas com a modificação dos referenciais de vida nas cidades; empresas estrangeiras, que viam na política riscos a seus investimentos; e o sistema financeiro internacional, cujos parâmetros vinham sendo frontalmente desafiados. No plano político, a revolução cubana tornou a questão Brasil importante para o Governo americano e ampliou a área de suporte à intervenção militar.

Sob vários aspectos, no entanto, o que aconteceu em 1964 não foi um golpe sul-americano típico. Trouxe pelo menos algumas novidades, se comparado aos movimentos similares anteriores da história brasileira. A República, em 1889, resultou de um golpe militar de ideologia positivista que se tornou viável graças à perda, pelo império, de seu apoio nas oligarquias regionais. A Revolução de 1930 - que faz retornar, muito mais elaborada, a plataforma do positivismo republicano - foi longamente preparada, no movimento dos tenentes, e se tornou possível com a crise econômica de 1929, que afetou dramaticamente a exportação de produtos primários em que se baseava a economia (Washington Luís, o último presidente da república velha, comentou esse fato parodiando Eça de Queirós para dizer que os fazendeiros do café o apoiaram até o fim dos 500 milhões de contos de réis do Tesouro). O golpe de 1937 foi obra política de Vargas, e decorreu do movimento de 1930, no contexto da incerteza do pré-guerra. A deposição de Vargas, em 1945, era previsível desde que ele, ao resistir (e, depois, negociar com vantagens) à participação brasileira no conflito, contrariou frontalmente os interesses dos Estados Unidos, a grande potência vencedora. De toda sorte, as condições que haviam dado origem ao regime de 1937 - o Estado Novo - já não mais subsistiam, e não havia meios legais de substituí-lo.

Em 1964 foi diferente. A situação econômica era boa; o capitalismo expandia-se, o padrão de vida das populações melhorava a olhos vistos, não se contestava o regime, as reivindicações das bases sindicais iam pouco além da habitual luta pela melhor participação no reparte do bolo da economia. Nada parecia justificar o radicalismo (dos golpistas, de um lado, e do governo e seus aliados, de outro) nos meses que precederam a deposição do Presidente João Goulart. O clima de extremismo foi a alavanca que permitiu o golpe; resultou de uma operação política na qual, com a melhor tecnologia da época, fizeram-se apelos diretos à opinião pública, chamada a participar do processo.

Essa operação tem também a sua história, que se confunde, em parte, com a da União Democrática Nacional, partido oposicionista gerado no sistema concebido por Vargas. O governo se apoiava, desde o fim da guerra, na coligação de dois partidos, o Social Democrático e o Trabalhista Brasileiro, a que se agregavam outros, de base estadual, como o Partido Social Progressista, de São Paulo. O PSD representava basicamente oligarquias rurais; o PTB, a estrutura trabalhista urbana organizada em sindicatos. O cimento dessa aliança era a não-contradição entre os interesses da agricultura e as reivindicações salariais dos trabalhadores, já que estes constituíam a reserva de mercado da agricultura - um mercado em permanente expansão e livre das flutuações de preços internacionais graças aos mecanismos de intervenção na economia, como os institutos do café e do açúcar e do álcool.

Percebendo que o jogo de forças praticamente a excluía do Governo central, a UDN - partido que unia oposições regionais e com ampla base na burguesia e pequena burguesia urbanas - desenvolvia, desde muito, relações internacionais que, em termos de imagem, a caracterizavam como partido *entreguista*, em oposição ao *nacionalismo* da coligação no poder. Isso explica a ênfase colocada na reforma agrária pela Aliança para o Progresso - programa institucional dos Estados Unidos para a América Latina -, em sua atuação no Brasil. A reforma agrária - a expropriação de terras no campo - era exatamente o tipo de proposta a que Vargas sempre se esquivara e que representaria fator decisivo de ruptura entre o PSD e o PTB.

Já se vê quanto a sombra de Vargas (que se suicidou em 1954) ainda governava o Brasil quando a UDN, aconselhada por especialistas em estratégia eleitoral, lançou às eleições de 1960 não um político de seus quadros, mas Jânio Quadros, estranha figura paulista, de prestígio regional, que, com sua magreza, caspa e gramática fora de moda, reunia condições ideais para o confronto. A análise era a seguinte:

- (a) mantida a contradição A (PSD-PTB) contra B (UDN), a derrota era inevitável; a solução seria dar à eleição caráter plebiscitário, pondo em cheque a política (os políticos), não o governo (que era o que se disputava realmente); mobilizar todo tipo de inconformidade com uma candidatura revolu-

cionária, que se propusesse *contra o sistema* (portanto, contra A e contra B), já que a maior parcela do eleitorado, numa sociedade de massas, é apolítica, e tem, por motivos variados, alguma razão de descontentamento;

- (b) o candidato deveria ser jovem (o eleitorado era), ideologicamente não-marcado (seu discurso seria antiideológico), radical (tipicamente populista), carismático e com desempenho espetacular em comícios. Esse perfil e a estratégia seriam reproduzidos (o domínio da televisão altera o processo de construção de imagem), três décadas depois, com Fernando Collor e, feitas algumas adaptações, com Fernando Henrique Cardoso;
- (c) a campanha caracterizou-se pelo uso intensivo de símbolos (a vassoura de Jânio) e pelo pragmatismo, que fez vitoriosa uma estranha dupla - ao lado de Jânio, como vice-presidente, exatamente quem a UDN mais queria evitar na presidência, João Goulart, pessoa ligada diretamente a Vargas, de quem fora ministro do Trabalho.

A renúncia de Jânio, sete meses após a posse, indicou a natureza dos riscos que se corre com tal estratégia: a baixa confiabilidade do presidente eleito, que passa a incorporar, na imagem pública, anseios de renovação que não correspondem ao projeto das forças que o elegeram; a intensa cobrança que se passa a fazer sobre o presidente, sua vida pessoal, sua desconhecida personalidade; a probabilidade de o homem incorporar efetivamente o discurso de campanha, isto é, se avaliar como taumaturgo, acima da política, dono de carisma e força pessoal bastante para *ser* o poder.

A partir da posse de Goulart e fracassado o movimento para impedi-la - graças à resistência do Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola - a ação golpista definiu seus objetivos e passou a agir coordenadamente. Já nas eleições de 1962 para o parlamento nacional, estava constituída uma estrutura de grandeza sem precedentes para a conquista de votos; ao lado da fraude tradicional e da compra de eleitores (o voto secreto não a impede, nas comarcas do interior, nas regiões mais pobres, na periferia das grandes cidades), as técnicas mais modernas de *marketing* foram utilizadas. A tradicional ajuda aos candidatos - doações distribuídas pelas empresas sem maior preocupação com os partidos, mas pretendendo estar bem com o vencedor - transformou-se em fluxo ideologicamente determinado.

Para coordenar essa operação, foram montadas sociedades civis - o IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, e o IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática. O primeiro deles, de quem era secretário-geral o Coronel Golbery do Couto e Silva, desenvolveu trabalho intelectual importante no planejamento (por exemplo, durante a discussão, pelo Congresso, do Código de Telecomunicações) das medidas que seriam tomadas de imediato e das que viriam a médio prazo, após a con-

quista do poder. Financiado pelas gerências locais de empresas transnacionais e por grupos nacionais, principalmente paulistas (o número foi crescendo, a medida que a conspiração avançava), o IPES traçou o esquema de integração nacional pelas telecomunicações que iria permitir a montagem de redes nacionais de televisão com uma só geradora permanentemente *on line*. Da comissão que tratava dessa matéria participou o General Luís A. Medeiros, representando *O Globo*, de Roberto Marinho.

A preparação do golpe teve aspectos que extrapolam as operações de controle da opinião pública. A infiltração de agentes foi a base para quebrar, um por um, os apoios do governo, estimulando, no Nordeste, a agitação pela reforma agrária imediata e radical, ou promovendo, nas Forças Armadas, particularmente no Exército e na Marinha, movimentos sediciosos de praças, destinados a convencer os oficiais da ameaça real de desmonte da instituição pela quebra de disciplina. Um desses agentes, o Cabo Anselmo, da Marinha (jovem, bonito, apresentado como estudante de direito) ficou famoso; outros apareceram mais tarde, cumprindo provavelmente missões similares em grupos pré-guerrilheiros da década de 70.

A sabotagem na área militar envolveu até a desaparecimento de estoques de combustível para carros de combate no Rio de Janeiro. O apoio externo configurou-se no deslocamento da frota norte-americana do Atlântico para as costas brasileiras. A base, porém, foi realmente o que se chamava de *relações públicas*: agentes ocupavam postos-chaves em quase todas as redações de jornais e de noticiários de rádio e televisão, coordenados por serviços de assessoria de imprensa (no Rio de Janeiro, principalmente pela assessoria da Light, companhia de energia elétrica de capital canadense).

9.4. Em busca do capital inexistente

Para execução da política financeira, a Lei Bancária de 1964 criou o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional, como órgão normativo, adotando a divisão dos bancos (tal como na lei americana de 1933) em comerciais e de investimento. No ano seguinte, saiu a Lei do Mercado de Capitais. No entanto, a decisão que mais influenciou na vida brasileira, dentre as tomadas naquela época, foi a adoção da correção monetária: por um lado, ela manteve elevada a renda fiscal do Estado (os impostos atrasados já não perdiam seu valor real) e permitiu a captação de recursos no mercado com títulos reajustáveis do Tesouro, as ORTN; de outro, viabilizou o financiamento de bens de consumo duráveis (como casas, por exemplo), contornando a Lei da Usura, que limitava os juros a 12 por cento anuais. O Brasil tornava-se laboratório para experiências de gestão econômica - coisa que não deixaria mais de ser. O pressuposto era o de que a situação inflacionária não seria superada em prazo previsível.

A inflação, agravada com a liberação do câmbio no início do efêmero Governo Jânio Quadros (1961) - medida tomada em favor dos mesmos segmentos exportadores de produtos primários que se integrariam no processo do golpe -, estava anulada em seus efeitos sobre os instrumentos bancários tradicionais de garantia, como a reserva de domínio e a hipoteca. Em prazo brevíssimo, a partir de 1967, o Brasil veria surgir um sistema nacional de poupança que se comparava aos maiores do mundo. A gerência da economia se complicava, com a introdução, mesmo nas transações mais simples, dos conceitos de *taxa real* e *taxa nominal* de juros. O Governo adquiria novos instrumentos de controle: elevando os juros ao tomar empréstimos internos, podia atrair para si capitais, reduzindo os investimentos privados. Respeitadas as fantásticas diferenças, podia-se simular, assim, uma economia capitalista no estilo clássico.

A nova estrutura tributária - foram criados os impostos sobre circulação de mercadorias e produtos industrializados e reestruturado o imposto de renda - contribuiu para a concentração de renda e a expansão do grande capital. A dupla Bulhões-Campos cuidou de resolver contenciosos com investidores estrangeiros (casos da American Foreign Power, da Amforp e da Hanna), cedendo além da melhor expectativa dos credores. A Lei de Remessa de Lucros foi contornada, elevando-se o montante permitido de transferências.

Com a vida sindical praticamente em suspenso (os sindicatos foram o único alvo realmente atingido pela ação repressiva em 1964), iniciou-se o processo de redução gradativa do valor do salário mínimo, que atingira seu mais alto poder de compra no Governo Kubitschek; e extinguiu-se a estabilidade dos trabalhadores, através de um mecanismo de opção em que ninguém, efetivamente, optava: simplesmente, ao empregar-se, assinava um papel a mais - o *termo de opção*, sem o qual não teria o emprego.

A instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em troca da qual a estabilidade ao fim de dez anos de trabalho foi praticamente extinta - embora o princípio da estabilidade (a "integração do trabalhador na vida e no desenvolvimento da empresa") ainda figurasse na Constituição - representou lesão de direito que os tribunais, sob as circunstâncias especiais da época, deixaram de considerar. Mas não os melhores juristas.

Num país em que a maioria da mão-de-obra se compunha de empregados não qualificados que envelheciam precocemente, a estabilidade (na verdade, proibição de demitir empregado sem falta grave, que configurasse motivo justo) era tida como necessária. "Uma coisa é evidente e só não a vê quem não quer", escreve Délio Maranhão, no seu tratado sobre Justiça do Trabalho. "O empregado, sem a garantia da estabilidade, principalmente o empregado não qualificado e que já atingiu certa idade, deixa de fazer valer seus direitos, porventura violados pelo empregador, com medo de perder o emprego."

Trata-se de ponto de vista sustentado pelas maiores autoridades mundiais em relações de trabalho. Depois de se referir à importância da estabilidade, que, “em sua acepção moderna, tende a assegurar a permanência das relações de trabalho por tempo indeterminado e não de maneira simplesmente fictícia”, escreve Toshio Yamaguchi: “Esse esforço para conseguir a estabilidade das relações de trabalho com duração ilimitada faz parte da tendência do Direito do Trabalho moderno no sentido da integração dos trabalhadores na empresa, cujo fim último é o reconhecimento do direito ao emprego como direito real sobre o bem jurídico incorporal”.

Em outra medida relevante na área trabalhista, patrões e empregados foram afastados da gestão dos fundos da previdência social, sob o argumento de que se eliminava assim a base econômica dos partidos de base operária, jugulando a ameaça de uma “república sindicalista”. A solução adotada foi fundir os fundos de pensão (institutos de previdência), que funcionavam por categoria sob gestão colegiada (patrões, empregados e governo) numa gigantesca estrutura estatal.

Mais tarde, os benefícios da previdência seriam estendidos a categorias não contribuintes, como empregados rurais, pessoas idosas sem relação de emprego, deficientes etc.; isso eliminaria qualquer consistência atuarial do projeto de seguridade (o fundo deixou de ser gerido como tal) e o colocaria em risco de crise permanente, ainda que fosse bem administrado e o governo perdesse o hábito de recorrer a ele para negócios desastrosos ou empréstimos a fundo perdido. Paralelamente, grandes empresas estatais e privadas organizaram seus próprios fundos de pensão, utilizando os recursos ali acumulados para financiar projetos de expansão - utilidade suplementar que os fundos costumam ter, com sua vocação para o investimento a longo prazo.

Em tese, as grandes alterações nas relações de trabalho e na seguridade social deveriam atrair recursos externos; não ocorreu porém, o prometido afluxo de investimentos diretos estrangeiros. O estudo dessa etapa da vida brasileira - e também do surto de inversões do Governo Juscelino Kubitschek - permite supor que os aplicadores estão mais preocupados com oportunidades de obter lucros do que com peculiaridades legislativas locais ou com obstáculos - sempre superáveis - ao recebimento dos lucros. Na verdade, as legislações variam acentuadamente, mesmo entre os países ricos, e as empresas multinacionais estão habituadas a lidar com essas variações.

A retração dos investidores na década de 60 reflete o estado da economia mundial na época, caracterizada pela acumulação de dólares em mãos de bancos, principalmente europeus. Melhor sorte teria, por este motivo, a captação de empréstimos. A legislação abriu às empresas estrangeiras e às estatais (os bancos estrangeiros preferiam tomadores publicamente garantidos) o acesso ao capital externo. Bancos nacionais foram autorizados a contrair dívidas no exterior a longo prazo e repassá-las a curto prazo às empresas brasileiras.

Os ingressos de recursos de empréstimos e financiamentos (mais de dois bilhões de dólares em três anos) revelaram-se, no entanto, insuficientes para atender à demanda de investimento em infraestrutura. E lá se viu a dupla Bulhões-Campos, mantendo a retórica privatista, fundar as bases da retomada do processo de estatização. Tal como no segundo governo de Vargas, a fundação de companhias do Estado não foi escolha, mas imposição das circunstâncias: simplesmente, não haveria outro jeito.

Com a reforma administrativa de 1968, as empresas estatais foram postas fora do controle parlamentar, em categoria privilegiada com a relação aos investimentos em serviços públicos (saúde, educação, previdência social, principalmente). Liberadas - senão por inteiro, ao menos no plano das decisões estratégicas - do clientelismo e do peso dos interesses regionais, essas organizações desenvolveram cultura tecnocrática e passaram a desempenhar com agilidade seu papel de motor da expansão da economia.

A eficácia do sistema estatal não pode ser medida apenas em termos de lucratividade (o regime de economia mista rescreveu o conceito clássico de empresa, no sentido de que o lucro não é finalidade básica), mas por outros parâmetros: a participação das companhias do estado na formação bruta de capital fixo iria elevar-se de 13 por cento, em 1965, para 29 por cento, em 1979; ao fim desse período, respondiam por mais de dois terços das encomendas do setor privado em matéria de bens de capital.

Graças à correção monetária e à elevação dos impostos, a receita do Governo aumentou na segunda metade da década de 1960 e o déficit público caiu de 4,23 por cento para 1,6 por cento do produto nacional. Com o crédito sob controle rígido (exercido principalmente pelo Banco do Brasil, que representava metade da disponibilidade total da economia), a inflação atingiu 244 por cento ao ano; o poder de compra do salário mínimo caiu 34 por cento e o do salário médio 10 por cento, em três anos. Dada a redução da atividade econômica, diminuíram as importações, permitindo saldos na balança comercial (só em 1967 houve déficit).

A queda da produção industrial e o clima de insegurança criado pela recessão minavam as bases de sustentação do Governo, difundindo a contestação em segmentos da classe média urbana. Estava a caminho nova medida de força, o Ato Institucional nº 5, promulgado já com a economia sob gestão menos ortodoxa de nova dupla, Hélio Beltrão-Delfim Neto.

Ao impacto da crise que percorreu todo o ano de 1968, a idéia de planejar a economia foi sendo abandonada, em favor de providências imediatas reclamadas pelos fatos. Uma das conseqüências disso é que a linha traçada por Bulhões e Campos terminou sendo a única coerente ao longo dos anos seguintes, em que ocorreu o processo do chamado milagre econômico

9.5. O milagre dos eurodólares

Os bancos americanos tornaram-se dependentes, a partir de 1970, de suas rendas no exterior. E, de 1971 em diante, os Estados Unidos passaram a apresentar déficits não apenas no balanço de pagamentos (que inclui patentes, juros, fretes etc.), mas também na troca pura e simples de mercadorias. O euromercado tornou-se fornecedor por atacado de dinheiro, distribuindo dólares a bancos de toda parte. Eis números de 1986: para um comércio mundial de serviços que faturava anualmente US\$ 3 trilhões, o mercado londrino movimentava US\$ 300 bilhões a cada dia útil, o que significava, por ano, US\$ 75 trilhões, ou 19 vezes (talvez um pouco menos por causa das superposições) o produto nacional bruto americano.

O processo de acumulação de dólares em centros financeiros fora dos Estados Unidos pode ser acompanhado passo a passo, desde quando, ao fim da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética, temendo eventual confisco pelo Governo americano, depositou em Londres substancial volume em dólares. Pode não ser causa estrutural - é, ele mesmo, consequência direta dos déficits contínuos da economia americana - mas está na raiz do ciclo econômico característico do pós-guerra.

Em junho de 1963, o Banco Central americano (FED) criou um imposto (de equalização de juros), com o objetivo de desestimular empréstimos a tomadores estrangeiros e, assim, reter dólares nos Estados Unidos. Cinco anos depois, o Presidente Lyndon Johnson obrigava as empresas com subsidiárias no exterior a repatriar mais intensamente seus lucros, na suposição de que, assim, traria de volta os dólares exportados. Em ambos os casos, os resultados foram contrários ao que se pretendia: diante das medidas restritivas, os bancos passaram a emprestar através de filiais no estrangeiro.

Já em 1968, ano da intervenção de Johnson, 26 bancos do Estados Unidos tinham 375 agências no exterior, com ativo de US\$ 23 bilhões; três anos depois, eram 79 esses bancos, 536 as agências e US\$ 52 bilhões os ativos. A preocupação com o controle exercido pelos bancos centrais criaria dois institutos peculiares: o banco de consórcio internacional, que captava dinheiro americano para compra de títulos em mercados europeus, e as agências insulares, que se propagaram pelos paraísos fiscais do Caribe, com preferência pelas Bahamas, Caimã e Panamá: de 1969 a 1979, lá se instaram 177 agências de bancos americanos, movimentando perto de US\$ 120 bilhões em ativos.

Foi exatamente em 1968, ano crucial nesse processo de extração de dólares, que o Brasil entrou firme no endividamento externo: a dívida, que se elevava de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 3,8 bilhões nos oito anos precedentes, pulou em 1969 para US\$ 4,4 bilhões e, em 1973, já alcançava US\$ 12,6 bilhões. Como a retomada da expansão da economia brasileira coincidiu com fase de espetacular crescimento no comércio internacional, esses recursos não serviram, certamente, para financiar importações: o Brasil exportou bem mais do que importou, no perí-

odo. Nem seriam necessários para cobrir custos de transporte, seguro e compra de tecnologia: entre 1969 e 1975, o déficit nessas contas não passou de US\$ 2 bilhões, que se reduzem à metade considerando a entrada de US\$ 1 bilhão em investimentos externos como capital de risco.

Por que, então, o Brasil se endividou no Governo do General Emílio Garrastazu Médici, quando Delfim Neto pilotava a economia de seu gabinete no Ministério da Fazenda? Basicamente porque, havendo crédito fácil no mercado internacional, entraram em operação os mecanismos engendrados pela dupla Bulhões-Campos.

O *milagre econômico*, promoção que nos legou, entre outros prolongamentos, o padrão de qualidade da *Rede Globo*, apoiava-se, portanto, na conjugação de uma série de fatores (o *boom* do comércio mundial, o excesso de dólares nos mercados internacionais, a retomada do crescimento interno após a recessão provocada dentro da perspectiva clássica de gestão econômica) e atendia ao objetivo político de ampliar o apoio ao governo militar, isolando os setores descontentes da classe média.

Quanto ao modelo de desenvolvimento, correspondia ao reconhecimento que se fazia na época dos êxitos alcançados pelo estado soviético (e por organizações americanas como a NASA) na rápida expansão de projetos econômicos e tecnológicos; por outro lado, resultava da constatação de que só forças exteriores às oligarquias regionais poderiam provocar mudanças em estruturas produtivas. As grandes burocracias refletiam, sobretudo, a concepção de eficiência sustentada, na época, pelos financiadores externos.

9.6. O consumismo moreno

A expansão da economia deu curso à tendência, já perceptível em 1968, de aumento do consumo de bens duráveis, principalmente eletrodomésticos, veículos e casas - que alimentava a ilusão de estar o Brasil se integrando ao rol dos países capitalistas desenvolvidos. Só que, nestes, o consumismo, cujas conseqüências culturais caracterizam o período de pós-guerra, responde ao excesso de meios de pagamento gerado pela superprodução de dólares: trata-se de tentativa de elevar a circulação de bens (portanto, sua produção) de modo a restabelecer o equilíbrio com o volume de moeda.

A economia de mercado, em tais circunstâncias, irá apoiar-se crescentemente em estratégias de *marketing* que investigam e se apoiam na subjetividade do indivíduo consumidor. Embora o conceito de *capitalistas empreendedores* se mantenha, quase sempre, no plano do mito (eles são substituídos por equipes gerenciais treinadas e doutrinadas), prevalecem múltiplas combinações dos fatores de produção relacionadas por Joseph Schumpeter:

- fabricação de bens ainda desconhecidos pelos consumidores (por exemplo, televisores coloridos, videocassetes, computadores pessoais, discos a laser),
- utilização de novas técnicas de produção (linhas de montagem, automação industrial, gerência de qualidade, montagem *just on time* etc.),
- ampliação do mercado (ingresso de novos consumidores, montagem de indústrias para satisfazer demandas locais ou regionais),
- conquista de novas fontes de matérias primas (sintéticos, petroquímicos, exploração de recursos na Amazônia ou na Antártida),
- constituição de novas organizações (cartéis, aglomerados, *holdings*).

Acirra-se a disputa em torno desses fatores. Mas o que melhor explica a sociedade de consumo, com a prioridade que nela adquire a indústria cultural, é a associação da economia com a psicologia, pronunciada por Gössen, mas que só adquiriu notoriedade com a obra de Karl Menger, publicada em 1871, na Viena em que o adolescente Sigmund Freud preparava-se para sua primeira vitória acadêmica - a aprovação *summa cum laudae* numa prova de conclusão de segundo grau na qual lhe coube, entre outras tarefas, traduzir 23 versos do *Édipo rei*, de Sófocles.

Para a Teoria da Utilidade Marginal, de Menger, “as necessidades humanas emergem dos instintos e têm raízes na natureza do homem”, que deve, para este fim, ser considerado “fora das cadeias da sociedade”. Postas em prática essas idéias, as coletividades humanas são atomizadas e os comportamentos grupais explicados pelos dos indivíduos. Como as cadeias da sociedade não podem ser inteiramente ignoradas, têm sua dialética suprimida mediante a categorização descritiva em faixas de renda (a, b, c, d, e) ou comportamentos culturais (*blue collars*, *white collars*) - isto é, são postas no nível das aparências, que corresponde aos dados inquestionáveis, axiomáticos. Essenciais, objeto de discussão e análise dos estrategistas do mercado, passam a ser os desejos e aspirações dos consumidores que se pretende seduzir.

Diante dos apelos da sociedade de consumo, os trabalhadores redobram seus esforços, de modo a se habilitar ao atendimento de necessidades sempre ampliadas e renovadas. Em tais circunstâncias, o aumento dos salários, na média, é não só previsível como desejável, principalmente quando se relaciona a maior engajamento voluntário no esforço produtivo.

No caso do Brasil de 1969, as vias para o *welfare state* e o sindicalismo de resultados estavam bloqueadas. Na verdade, a acumulação de capital iria beneficiar-se justamente da elevação da demanda de bens sem o correspondente acréscimo do poder individual de compra

dos salários. Esse fato extraordinário resultou da conjugação de dois fatores:

- (a) extensão gradual do crédito direto ao consumidor, que impulsionou as vendas, manteve-as elevadas e fortaleceu o capital bancário em setor até então pouquíssimo explorado; e
- (b) ampliação da força de trabalho empregada, que fez crescer a massa salarial (o volume de dinheiro globalmente disponível em mãos dos consumidores), apesar da contenção de salários.

O êxodo das populações rurais para as cidades foi grandemente estimulado: mão-de-obra não especializada ou de rápido treinamento, elas seriam incorporadas à multidão de trabalhadores ocupados em obras públicas ou na construção de residências, para as quais se mobilizaram recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criado em 1966 e, então, com elevada disponibilidade de caixa. Punha-se em marcha o Sistema Financeiro de Habitação, concebido em 1964.

A mobilização do exército de reserva de trabalhadores estendeu-se às mulheres, crescentemente incorporadas à produção: o salário mínimo que, pela legislação de 1938, deveria permitir a sobrevivência da família, foi substituído pelo conceito (perverso, porque baseado na média e, portanto, excludente dos que ficam abaixo dela) de renda familiar (famílias de quatro pessoas), o que avalizou a política de rebaixa dos ganhos individuais. O salário mínimo, que atingira seu poder máximo de compra no Governo Kubitschek, decaiu continuamente, tendendo a valores irrisórios.

A massificação do ensino, oficialmente adotada no final da década de 60, começava a multiplicar a oferta de pessoal qualificado (embora com níveis de competência menos confiáveis) e tinha a vantagem suplementar de romper a tradição de militância dos universitários; de toda forma, conseguiu-se manter o nível de qualidade das universidades públicas e de algumas confessionais (religiosas), enquanto rebaixava-se mais e mais o padrão das de primeiro e segundo graus, provavelmente por falta de tecnologia e pessoal especializado na transmissão de conhecimentos às multidões que procuravam alfabetizar-se, com vistas à obtenção de empregos no novo modelo de sociedade. No ensino superior, a massificação fez-se principalmente com as faculdades isoladas e universidades de baixo padrão mantidas por empresários de ensino sob o rótulo mentiroso de “instituições sem fins lucrativos”.

No regime do FGTS e com os sindicatos ainda entorpecidos, demitir empregados tornou-se rotina sem custos; admiti-los, ato magnânimo. Somando-se a tudo isso o fato de que a reforma agrária prevista no Estatuto da Terra, em novembro de 1964, não estava sendo implementada em escala apreciável, contentavam-se os interesses imediatos de todos os setores do grande capital. Por isso eles se mantiveram

solidários com o Governo, quase sem dissensões, embora fosse evidente a agressão às formas jurídicas que tradicionalmente vinham regulando o sistema de dominação política no País.

Não houve reação, por exemplo, quando a reforma administrativa enfraqueceu o sistema federativo, reduzindo pela metade as transferências de recursos tributários a estados e municípios; prefeituras e governanças estaduais, sempre tão disputadas pelas oligarquias, tornaram-se muito mais dependentes do poder central. Ou quando a Lei Bancária foi agredida para incentivar a conglomeração dos bancos, sob o argumento de que esta era a via para a modernização do capitalismo brasileiro. Ou ainda diante dos dispositivos bizarros da lei que disciplinou o mercado financeiro, dando ao Banco Central atribuições antes consideradas privativas da Justiça.

Controlando as taxas de juros internos, os preços dos setores oligopolizados e, principalmente, dos insumos providos pelas estatais, o Ministro Delfim Neto manteve a inflação em torno dos 20 por cento ao ano, índice baixo para os padrões brasileiros, sobretudo considerando as emissões decorrentes da conversão em moeda nacional de empréstimos externos.

Esses resultados, combinados com a agressão a algumas instituições do poder tradicional, alimentavam a ilusão de modernidade. Mas o que havia de errado com o capitalismo à brasileira era tão evidente quanto as barreiras montadas nas ruas com homens que enfiavam metralhadoras pelas janelas dos carros, à cata de possíveis terroristas e assaltantes de bancos. Atropelado pelos mecanismos de incentivo aos empréstimos, tratado com o sensacionalismo das liquidações de lojas de departamentos, o mercado de capitais não só não atingiu a dimensão esperada como se prestou à mais desenfreada especulação. Em 1971, após um período de altas artificiais, a bolsa de valores desabou; os danos mínimos ao sistema produtivo evidenciaram o quanto a ruidosa atividade delas corria alheia à vida das empresas.

9.7. Os dólares e o sonho

A equação que se armava para o Governo do General Ernesto Geisel, em 1974, continha contradição insanável: de um lado, a ligação umbilical da economia com o capital financeiro externo; de outro, a ambição do projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que pretendia concluir a implantação da indústria pesada e completar o parque industrial de insumos básicos, tornando o País, em curtíssimo prazo, quase independente de importações no setor.

A economia mundial enfrentava naquele ano a sua mais aguda crise desde a Segunda Grande Guerra. Articulavam-se, na verdade, três crises distintas: a estrutural, contínua, que dá o tom às angústias de nosso tempo; um processo cíclico de recessão, próprio do capitalismo, a partir dos Estados Unidos; e a conjuntura provocada pela eleva-

ção dos preços do petróleo, no final de 1973, com a cartelização dos países produtores.

Pode-se perguntar até que ponto o desastre militar do Vietnã, muito mais contundente do que o da Coreia, contribuía para o clima de insegurança. Ou se teriam alguns países árabes, acompanhados de outros também subdesenvolvidos, condições de impor preços no mercado internacional de combustíveis, se fossem outras as circunstâncias. Mais do que responder a essas perguntas, importa aqui considerar os fenômenos gerados pela crise.

Em primeiro lugar, evidentemente, a contração do consumo global de matérias primas pelos países desenvolvidos, tanto porque sua produção interna diminuiu quanto porque, diante dos déficits da balança de pagamentos no primeiro semestre de 1974, trataram de reduzir suas importações, reativando o protecionismo. Em segundo lugar, a redução das encomendas também dos países subdesenvolvidos não-produtores de petróleo, que tiveram suas receitas diminuídas por não terem a quem vender matérias primas e produtos agrícolas.

A terceira conseqüência interessa ao Brasil mais de perto: tornou-se ainda mais fantástica a acumulação de dólares nos bancos que se incumbiam de reciclar os saldos depositados pelos produtores de petróleo. O Tesouro dos Estados Unidos estima que, entre 1974 e 1980, os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP, colocaram perto de US\$ 117 bilhões na ciranda do euromercado. Havendo muito dinheiro para emprestar e com o comércio internacional deprimido, é claro que o dólar, em 1974, tendia à desvalorização e os juros eram baixos. Começava a temporada de caça aos tomadores de empréstimos.

Exatamente aí entrou o II PND. O governo brasileiro achou que era bom negócio financiar não apenas as importações (o preço do petróleo importado quadruplicara em 1973) mas também uma série de projetos de longa maturação, a cargo principalmente das empresas estatais. Pode-se defender até certo ponto essa política. Tomar empréstimos era atração (ou imposição) irresistível para países de economia intermediária, com a Argentina, o México ou a Polônia; dentre todos, o Brasil de Geisel terá sido o que melhor buscou a perspectiva do desenvolvimento continuado. Preferiu isto a, por exemplo, comprar armas modernas ou abrir as alfândegas a bens de consumo.

Termina aí o elogio. São muitas as críticas, feitas em particular às estratégias do czar econômico de então, Mário Henrique Simonsen. Os produtos das estatais, no modelo brasileiro, tinham por definição preços deprimidos para sustentar o simulacro interno de economia capitalista; não haveria, portanto, como as empresas tomadoras pagarem os juros e o principal dos empréstimos contraídos - considerando ainda a demora do retorno em setores como a siderurgia ou a geração de energia elétrica. Talvez fosse possível aumentar as exportações, remunerando assim os bancos internacionais (se os juros não disparassem, como aconteceu, ou se as condições contratuais não se tornassem

tão desfavoráveis ao devedor - isto é, se a economia fosse estrutura estática, não processo dinâmico, dialético); mas a contrapartida seria a elevação rápida dos preços internos - mais inflação, portanto. O recurso aos subsídios - o que sempre se tentou, de uma forma ou de outra -, além de onerar as contas públicas, afastaria cada vez mais o Brasil do modelo capitalista perseguido pela retórica de Simonsen.

Cabe aí, ainda, uma questão crucial. Teria o Brasil condições políticas de desenvolver, com recursos de empréstimos, política que o tornaria, em poucos anos, detentor de tecnologia própria em setores sensíveis como a energia nuclear e a indústria aeroespacial? Seria tão fácil deixar o remanso do Terceiro Mundo e alinhar-se entre os projetistas e fabricantes de armas, computadores, eletro-eletrônicos, equipamentos de telecomunicações? Haveria lugar para as ambições de uma potência regional, intermediária, no mundo que se estava gestando? De 1974 a 1976, em meio à evidente deterioração dos termos de intercâmbio do Brasil e à aguda crise do balanço de pagamentos brasileiro, o que se prometia era a aplicação consciente da *poupança externa* (o eufemismo é magnífico) objetivando uma economia desenvolvida e relativamente autônoma. O resultado é que, nesses três anos, só os juros elevaram-se a US\$ 4 bilhões ao ano, o triplo da média registrada entre 1969 e 1973. Os investimentos de risco estrangeiros mantiveram-se na grandeza de US\$ 1 bilhão ao ano, mas, em termos globais, houve queda das aplicações no setor privado. O Estado consolidou-se como o grande cliente da indústria nacional (particularmente a de bens de produção), alimentando-a com os recursos do endividamento.

Em 1977 e 1978, melhorou o quadro da economia mundial e elevaram-se os preços dos produtos brasileiros, como o café e a soja. Ainda assim, a dívida externa cresceu no ritmo de 30 por cento ao ano, correspondendo a mais de três vezes o déficit global das contas de mercadorias e serviços - ou até quatro vezes, se descontarmos os ingressos de capitais de risco.

Nova crise do petróleo e do comércio mundial sobreveio em 1979, com a elevação do déficit do balanço de pagamentos brasileiro. Só que, desta vez, os juros internacionais subiram, ao invés de cair. As condições de pagamento da dívida se agravaram, o que, para o Brasil, representava clara indicação de fim de festa.

9.8. À cena, os militares

Pelo roteiro do senso comum, os militares foram os grandes vilões: afinal, eles é que se expuseram, prendendo, matando e arrebatando, como dizia o General João Batista Figueiredo. Mas quem pode confiar no senso comum? Militares não constituem classe social e dificilmente conseguem desenvolver por si mesmos ações historicamente duráveis. Para não ir longe, está aí mesmo o exemplo da Revolução dos Cravos, na década de 70, em Portugal, ou, alguns anos antes, a experiência do Governo Velasco Alvarado, no Peru.

Ao longo do processo histórico dos governos militares, a defesa da Pátria desdobrou-se em duas vertentes: a perseguição aos comunistas (a palavra, neste universo em preto-e-branco, abarca todas as nuances do *inimigo*); e a conquista de condições estratégicas para que o Brasil atingisse, pelo desenvolvimento de sua economia, a condição desejada de potência regional. Este segundo caminho configura um nacionalismo com perfil intelectual-militar incrustado em setores do Estado e que se poderia chamar *de direita* - não obstante, similar a qualquer nacionalismo *de esquerda* desenvolvido em quadro semelhante, quanto aos seguintes aspectos:

(a) *O estímulo à pesquisa científica e tecnológica em áreas de ponta e a criação de condições para escolha e absorção dos saberes e procedimentos necessários ao objetivo estratégico.* O exemplo mais flagrante é o da informática, cujo desenvolvimento no País começou por iniciativa da Marinha, que desejava dispor de sistemas operacionais exclusivos para seus primeiros navios da geração eletrônica. Mas também é o caso da indústria aeroespacial, que se relaciona tanto com mísseis e aviões de combate quanto com o transporte civil, os satélites de comunicação, a previsão meteorológica, a prospeção de minérios, o manejo de florestas ou o controle de safras. Neste e em outros setores relacionados com hegemonia, os militares constataram que posturas ideológicas podem significar muito pouco. Assim, já no fim da década de 70, o *lobby* da informática no Congresso Nacional, alimentado com informações que saíam dos gabinetes de coronéis do Exército e comandantes da Armada, era composto por elenco heterogêneo de parlamentares, desde velhos chefes políticos do Nordeste até militantes progressistas. E, na hora em que precisou absorver técnicas relacionadas com a colocação em órbita exata do projetado Veículo Lançador de Satélites, a Aeronáutica foi buscá-las na República Popular da China.

(b) *A denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e a instalação no País de uma indústria de material bélico.* É ponto pacífico que o acordo não satisfazia os interesses nacionais pela obsolescência do material fornecido. Diferentemente de outros países latino-americanos, os militares brasileiros foram modestos em suas solicitações de importação de equipamentos mais modernos; preferiram investir na concepção e produção de armas como blindados e mísseis, fragatas e submarinos. O dimensionamento da indústria implicou, desde o início, a conquista de mercados externos. Mais do que dispor de grandes estoques de armas, a preocupação preponderante foi a de dominar os processos de produção. A mesma linha presidiu o acompanhamento a pesquisa nuclear, que começou, no Brasil, na década de 50, sob inspiração pioneira do Almirante Álvaro Alberto; e a manutenção de linhas de pesquisa paralelas neste campo, com alguns aspectos secretos. Os responsáveis declararam sempre que mais importante do que “fazer a bomba atômica” era penetrar nos segredos da fissão e, eventualmente, da fusão nuclear, com vistas a uma infinidade de usos civis e ao desenvolvimento

de reatores para, por exemplo, propulsão de navios, em particular de submarinos.

(c) *Inserção adequada nas relações internacionais*, preservando o relacionamento com países próximos do Hemisfério Sul e elegendo, em toda parte, os interesses adequados aos objetivos estratégicos. O Brasil que, na década de 50, se abstinha ou votava com as potências coloniais, iria tornar-se, vinte anos depois, a primeira nação do mundo a reconhecer o MPLA, tão logo se instalou em Luanda, capital de Angola. Aliados à burocracia do Itamarati, de tradição corporativa, os militares trataram de ampliar laços de toda ordem no Atlântico Sul, elegendo como aliadas preferenciais as jovens nações africanas, em particular as de expressão portuguesa (Angola tornou-se grande devedora do Brasil; sua dívida, renegociada em 1995, orçava em US\$ 3 bilhões). Algo similar aconteceu nas relações continentais. No início da década de 50, o Presidente Vargas resistiu, com grande custo político, a enviar tropas à Coréia. Com o retrocesso ideológico de 1964, o Brasil aceitou particular de uma força de paz enviada à América Central para garantir interesses dos Estados Unidos. No tempo do milagre brasileiro, chegou a preparar tropas aerotransportadas para uma intervenção no Uruguai contra guerrilheiros tupamaros. O quadro político e a concepção estratégica mudaram a tal ponto que, progressivamente, antes e após a experiência didática da Guerra das Malvinas (em que Reagan mandou às favas os tratados interamericanos para apoiar a Inglaterra em sua disputa com a Argentina), a não-intervenção deixou de ser um discurso para tornar-se, até quando foi possível, pedra angular da política externa brasileira. As seculares rivalidades do Prata já não impediram a execução de projetos de cooperação científica e industrial com os argentinos, antecipando o Mercosul.

(d) *A criação de pólos de atividade econômica na totalidade do território, bem como a garantia da presença de contingentes populacionais expressivos nas fronteiras mais distantes.* A marcha para o Centro-Oeste - imenso vazio que as tropas de Solano Lopez ocuparam quase sem encontrar resistência, no início da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, século passado - não encontrou dificuldades intransponíveis. Pelas rodovias de penetração escoaram para lá populações migrantes de São Paulo e dos estados do Sul. A extensa fronteira terrestre e a deficiência no controle do tráfego aéreo têm estimulado na região intenso contrabando de pedras, ouro, cocaína, veículos, produtos agrícolas e rebanhos. Mas isso é o menos, diante dos problemas que surgiram ao Norte, na Amazônia. Eles se devem em grande parte à inadequação dos projetos de ocupação; mas há, sem dúvida, fortes interesses mobilizados para manter a região despovoada e disponível. Os militares vêem nessa resistência o prosseguimento de uma política que, desde meados do século passado (a navegação na bacia foi internacionalizada em 1860), pretende preservar a Amazônia não como parque ecológico, mas como reserva para exploração futura, excluída ou muito limitada, evidentemente, a soberania brasileira. Uma indicação disso é

que a pressão de grupos ecológicos e indigenistas, antes intensa, não se manifestou quando o Governo brasileiro abriu a Amazônia às madeiras estrangeiras, em 1995, acelerando bastante o processo de devastação que, em 50 anos, segundo uma comissão do Congresso (novembro de 1997), poderá praticamente extinguir a floresta nativa. Parte substancial desse desmatamento se realiza em reservas indígenas delimitadas pelo Governo; nestes casos, as madeiras fizeram acordos diretamente com os com os índios, altamente lesivos aos interesses deles - com a intermediação de certos *missionários* e certos *indigenistas*. Mas as razões reais seriam literalmente mais profundas: os estrategistas as localizam na constatação, já antiga, por aviões e satélites de prospecção, da imensidade dos recursos minerais disponíveis no subsolo. E a resposta possível tem sido a progressiva transferência de efetivos militares para a região.

9.9. Para ler mais

A maioria das informações econômicas alinhadas neste capítulo e no próximo resultam de projeto de pesquisa cujo relatório não foi publicado; nós o desenvolvemos com o Professor Hério Saboga, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1988 e 1989. Foram consultados, nesse trabalho, MOFFIT, 1948; BALLOGH, 1973; MALAN, 1977; MONTORO FILHO, 1982; RANGEL, 1985; PEREIRA, 1968; LAGO-ALMEIDA-LIMA, 1979; BELLUZZO-COUTINHO, 1983; BRIMMER-DAHL, 1975; CRUZ, 1984; TAVARES-ASSIS, 1985; MANDEL, 1985; BAER, 1986; PEREIRA, 1967; EVANS, 1979; SCHOLL, 1986, MAGDOF-SWEEZY, 1982. SOUZA, 1985. MARANHÃO, 1981; FERRANTE, 1978; IBGE, 1987-88; IBGE, 1989; coleções do jornal *Gazeta Mercantil*. As informações sobre a *Rádio Nacional* são de um trabalho acadêmico (*Rádio Nacional, 1945-1954*) dos jornalistas Antônio Augusto Brito, Carter José de Goes Anderson, José Figueiredo da Costa Quintas, Heloísa Maria Vilela de Castro, Liana Melo e Sônia Araripe d'Oliveira, que orientamos, em 1985, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sobre a história da imprensa brasileira, a obra clássica é SODRÉ, 1966, mas também pode ser lido BAHIA, 1990. Sobre a preparação do golpe de 1964, o texto básico é DREIFUSS, 1981. Sobre militares, vale a pena ler CASTELLO BRANCO, 1977 e FLORES, 1992, entre outros.

10 - A ARQUEOLOGIA DO CENÁRIO II

O comunismo é o demônio. Sendo demônio, tem mil faces. Tendo mil faces, é qualquer coisa que não o que nós somos. Por exemplo, se nos consideramos democratas (não importa o gênero ou viés da democracia), ele é antidemocrático. Essa doutrina, excludente do outro, é a expressão simbólica da luta de classes, tal como se manifestou na maior parte do Século XX. O nacionalismo latino-americano, geralmente tratado como coisa ridícula (falta-lhe o substrato étnico que o tornaria respeitável, embora hostil), foi entendido, toda vez que adquiriu contornos de eficácia econômica ou política, ou como antidemocrático ou como disfarce a mais do comunismo, ou ambas as coisas.

Este foi o problema de Vargas e do getulismo, como seria também o do regime militar no final dos anos 70. Os militares foram expulsos do poder não pelos erros ou abusos que cometeram (mera expansão das ações anticomunistas ensinadas nas academias militares americanas, com nuances de sadismo local), mas por terem pretendido tornar real a aspiração do poder regional brasileiro. Agindo dentro do Estado e apoiados pela melhoria aparente das condições de vida no país, estiveram a um passo da subversão; e só então - quando os resultados econômicos deixaram de ser satisfatórios e se exerceu forte pressão externa - proclamou-se o quanto antidemocráticos eles eram.

Em 1964, o anticomunismo foi o cimento ideológico da aliança articulada no golpe. Trata-se de doutrina que aceita postulados básicos do marxismo, como a hegemonia da luta de classes: reconhece os trabalhadores como inimigo natural, que, individualmente, podem (muitos conseguem, é inevitável) ter bom padrão de vida; mas, como classe, não devem ser sujeitos históricos. É preciso fracionar suas organizações, colocá-las umas contra as outras, corromper, criminalizar dirigentes; impedir que tenham acesso a recursos apreciáveis (daí a liquidação da gestão colegiada da estrutura previdenciária). Se conquistaram direitos, estes devem ser colocados em abstrato: a greve, por exemplo, é legítima em tese, mas sempre condenável quando ocorre.

Qualquer análise semântica ou semiológica dos discursos dominantes em nossa sociedade mostra que, neles, o trabalhadores ocupam lugar radicalmente subalterno. Seus bairros são violentos, seus hábitos grosseiros, suas palavras banais, seu gosto *kitsch*. Seus filhos devem ser estúpidos; se não o são, isso é sempre inesperado, surpreendente, levado à conta da imprevisibilidade dos designios de Deus. Sua cultura é inferior; se a elite se apropria dela e a adapta aos padrões da moda, torna-se *cultura nacional*, deixa de ser cultura de trabalhadores.

Pode-se ter pena dos trabalhadores, como propõem as igrejas; pode-se usá-los como eleitores ou soldados, como fazem as oligarquias e os estados; pode-se dirigi-los, como pretendem intelectuais e as pastorais operárias; não se pode dispensá-los. Em geral, eles formam a massa de produtores-consumidores, instrumento e fim da produção.

Mas há uma contradição básica: o trabalho não apenas gera mas avaliza a riqueza. A designação negativa *os trabalhadores* é própria da fala sobre os *homens-outros*; quando se transfere para o discurso do *homem-eu*, inverte-se o sentido de sua conotação ética. Não há magna-ta que não explique sua fortuna a partir do muito trabalho dele, de seu pai ou de seu avô. E todos - cada um: o militar na caserna, o intelectual no estúdio, o professor na sala de aula, o médico na sala de cirurgia, o burocrata no escritório - se propõem como trabalhadores e, se necessário, reivindicam os direitos deles: a greve, as férias e o domingo. Na verdade, essas três coisas representam praticamente tudo que a classe trabalhadora conquistou, em suas lutas históricas.

Em 1964, os militares deixaram-se convencer de que eram os trabalhadores os inimigos e agiram para impedir o que supunham ser seu avanço. Depois, foi-se tornando evidente que não era bem assim: na divisão internacional do trabalho, cabia ao Brasil mais a senzala do que a casa grande que eles imaginavam construir. E, quando se deram conta disso, prisioneiros de seu erro de avaliação, não tinham mais possibilidade de obter o apoio dos trabalhadores, como Vargas teve.

10.1. A agricultura despede

Nas análises populares da revolução industrial (por exemplo, a europeia), a ênfase é sempre dada ao crescimento fabril e aos inventos que o acompanham. No entanto, o que mais caracteriza esse movimento, do ponto de vista das populações, são as mudanças na agricultura. Na verdade, não é a cidade grande que atrai os trabalhadores; é o campo que os expulsa.

Essa característica é marcante no processo da revolução industrial tardia que o Brasil viveu - e, provavelmente, ainda vive, porque a História não se faz em capítulos estanques. A introdução de novas tecnologias no campo acarretou algumas mudanças importantes. A primeira foi a elevação radical da produtividade, suscitando o aparecimento de mais-valia relativa (em forma de lucro) que subverteu as relações de trabalho e permitiu rápida acumulação de capital, principalmente nos estados do Centro e do Sul do País. A segunda foi tornar agricultáveis terras antes desprezadas: o cerrado, o pampa, a caatinga, áreas tomadas sem critério à floresta amazônica. Foi como se o Brasil crescesse de repente.

O custo social dessas transformações logo se evidenciou. A racionalização dos novos empreendimentos impunha a expulsão de trabalhadores residentes, colonos, moradores e agregados. Data daí o crescimento das favelas nas cidades grandes e na periferia das cidades pe-

quenas, principalmente em São Paulo e no Paraná. De um lado, a ocupação na indústria e nos serviços; de outro, os bóias-frias, proletariado rural de emprego temporário na colheita e na semeadura, excluído, de imediato, dos mecanismos de proteção trabalhista.

O rápido crescimento da fronteira agrícola subverteu o mercado fundiário, abrindo novos fluxos migratórios: não apenas interioridade, mas interior-interior. Criadores do Sul, expulsos de seus campos pela soja e pelo trigo, rumaram para o Centro-Oeste, até o Norte. Grandes grupos industriais disputaram e obtiveram concessões territoriais na Amazônia. Como esses fenômenos ocorreram, em geral, sem planejamento, potencializaram-se conflitos envolvendo populações há muito assentadas. Assim se explica que o processo tenha gerado novos contingentes de trabalhadores sem-terra, em lugar de absorvê-los, e que não se tenha sustado - ou pelo menos mantido nos padrões históricos - o tradicional êxodo em direção às grandes metrópoles.

As transformações na agropecuária permitem explicar a formação do pacto hegemônico que, a partir de 1974, reuniu o capital agrário, o capital financeiro (nacional e internacional, este via grandes empresas e bancos de investimento do Estado) e o capital industrial, a começar pelo setor de bens de produção. Era pacto desigual e tênue, marcado por contradições e conflitos de interesse.

O programa de substituição de combustíveis fósseis chamado de Proálcool ilustra o funcionamento desse pacto. Mostra também a distância que vai entre intenção e gesto quando se trata de transferir ao mundo real uma descoberta de laboratório. Era a resposta à elevação dos preços do petróleo, concebida como projeto acadêmico em institutos tecnológicos, sob patrocínio militar. Os cientistas imaginavam substituir boa parte dos derivados de óleo pela “energia do sol dos trópicos incorporada a produtos biológicos” - em suma, o etanol, que poderia servir tanto como combustível como matéria-prima para a indústria álcool-química, cuja listagem de derivados está longe de se concluir. Pensavam extrair álcool da mandioca, raiz nativa de plantio tradicional, perfeitamente adaptada aos “terrenos pouco férteis” do cerrado; com isso, promoveriam a ocupação de vasto território, no qual se fixariam populações migrantes. Na concepção inicial, o álcool de cana teria participação complementar no abastecimento - ainda assim, capaz de livrar zonas pobres como o agreste nordestino e o Norte do Estado do Rio de Janeiro da dependência com relação aos preços internacionais do açúcar.

A utilização do etanol como combustível era especificada em vários níveis. Primeiro, anidro (sem água), misturado à gasolina comum, dispensando aditivos à base de chumbo e, com isso, reduzindo a poluição nas cidades. Ou, hidratado, em motores a gasolina com algumas adaptações; neste caso, teria rendimento inferior ao combustível derivado de petróleo, exigindo, talvez, algum subsídio. Finalmente, em motores especialmente projetados para o álcool, tanto em veículos leves (no lugar da gasolina) quanto em veículos pesados (substituindo o óleo diesel); esperava-se que essas máquinas tivessem padrões de consumo

competitivos, em termos de custos, mesmo que o preço do petróleo sofresse elevações mais moderadas do que o previsto, a partir das cotações da época.

O raciocínio que sustentava o projeto é perfeitamente compatível com a auto-suficiência em insumos estratégicos e o desenvolvimento autônomo - concepção nacionalista tradicional entre os intelectuais militares, e não só entre eles. Essa concepção, sim, embora justificada na dimensão do País, é que se mostraria incompatível com os condicionamentos políticos e econômicos.

Em nível mais pragmático, os problemas enfrentados pelo projeto original do Proálcool podem ser atribuídos a certa presunção das ciências da natureza, que as leva a desconsiderar fatores socioeconômicos incontornáveis num estudo desse tipo; ou, pelo contrário, à fragilidade da Economia, das ciências sociais e, até mesmo, na época, dos estudos agrônômicos, para a formulação de prognósticos. Daí:

- (a) o projeto não considerava as dificuldades que surgem quando se passa de culturas extensivas para culturas intensivas. Apesar do nome científico sugestivo (*Manihot utilissima*) e de expressões populares (como aquela que diz que algo muito abundante “dá mais do mandioca na várzea”), a planta é sujeita a pragas, cujo combate envolve pesquisa genética, produção de variedades novas, cuidados particulares no cultivo - nada que se pudesse resolver com a urgência pretendida. O risco de quem ignora tal circunstância já foi muitas vezes demonstrado - por exemplo, na experiência da Fordlândia, que fracassou ao tentar agrupar em plantações homogêneas as seringueiras nativas da Amazônia, ou do Projeto Jari, no Pará, que investiu fortunas em experiências florestais em escala temerária;
- (b) o projeto ignorava as conseqüências da revolução verde em sua aplicação ao cerrado *pouco fértil*. Aberta a perspectiva de alta produtividade de grãos nesse solo, é claro que os terrenos se valorizaram, elevando os custos dos planejados supermandiocais. Isso se tornaria determinante com a prioridade dada às exportações - prioridade que, de modo geral, confronta com a tese de auto-suficiência estratégica sustentada pelos ideólogos iniciais do Proálcool;
- (c) o projeto se apoiava numa teoria então formulada *ad hoc*, na Europa e nos Estados Unidos, para explicar a elevação dos preços do petróleo a partir de suposta exaustão a curto prazo das fontes não renováveis desse combustível. Não se davam conta os futurólogos de que as reservas se ampliariam rapidamente com investimentos na exploração de lençóis subaquáticos, a começar pelos que, no Mar do Norte ou no litoral brasileiro, ficam muito próximos das áreas de grande consumo. No caso do Brasil, a extração de petróleo

bruto na plataforma continental (principalmente no litoral do Estado do Rio de Janeiro, onde os primeiros poços começaram a produzir em 1977) elevou-se, de 1974 a 1987, de 1,4 milhão de metros cúbicos para mais de 23 milhões de metros cúbicos, enquanto o volume total extraído subia, nesse período, de 10,2 milhões para 32,8 milhões de metros cúbicos anuais;

- (d) o projeto pressupunha o desenvolvimento de motores de combustão interna especialmente criados para o etanol, sem considerar que, sendo o Brasil hospedeiro de indústrias multinacionais de veículos, não encontraria nelas o menor apoio. Faz parte da lógica dessas empresas a internacionalização da engenharia de seus produtos, excluída eventualmente alguma adaptação no estilo ou em itens relacionados com segurança, tipos de estradas etc. Fabricar motores de nova concepção especialmente para o mercado brasileiro não era coisa que as motivasse; menos ainda adquirir patentes dos institutos de pesquisa capazes, no Brasil, de concebê-los e aperfeiçoá-los a ponto de entrarem em linha de produção. A política de incentivo à exportação de veículos consolidou essa resistência;
- (e) a idéia de que o Proálcool significaria “a redenção econômica” de áreas pobres do Nordeste e da região de Campos - exposta pelo Presidente Ernesto Geisel no discurso com que lançou o Proálcool, em 1974 - não passa de figura de retórica. Por um lado, boa parte dos recursos terminaria inevitavelmente sendo atraída pela agroindústria de São Paulo, inserida em modelo capitalista mais eficaz. Por outro, os sintomas da prosperidade trazida pelo Proálcool poderiam ser notados sobretudo na arquitetura suntuária de Maceió ou do Rio de Janeiro, desde Búzios até Angra dos Reis; os resíduos dessa riqueza fluiriam pelo mercado de capitais e sustentariam o prestígio bizarro que cerca os milionários brasileiros em alguns dos lugares mais caros do mundo. O bem-estar não chegaria, ainda dessa vez, às populações nordestinas e fluminenses não porque fossem poucos os recursos, mas porque a natureza das relações de produção os reteria a meio caminho;
- (f) basear a produção de álcool-motor na cana-de-açúcar, como terminou acontecendo, sem alterar as relações de produção e os mecanismos de comercialização da agroindústria, representava um risco - ter a produção de álcool aumentada ou diminuída na razão inversa dos preços internacionais do açúcar, que é até certo ponto complementar no processo produtivo. A posição dos produtores seria, inevitavelmente, a de pressionar pelo aumento de consumo, se o açúcar caísse de preço nas bolsas de *commodities*, e pelo

aumento de preços, se o açúcar subisse. Considerando o poder político desses usineiros, estava criada uma equação de carência, inadmissível na oferta de combustível.

Diante de tantas incertezas, o Proálcool não teria decolado , ou, pelo menos, não teria chegado á estratosfera dos US\$ 15 bilhões que se supõe tenha custado ao Brasil, investimento equivalente a três quartas partes (ou perto de metade, se considerarmos a desvalorização do dólar) do que os americanos gastaram para levar astronautas à Lua, em 1969. O que impulsionou o plano do combustível alternativo foi sua adoção pelo complexo industrial canavieiro, tradicional domínio da burguesia mercantil. A razão imediata para esse apadrinhamento foi a conjuntura de preços baixos no mercado internacional do açúcar; ao empreendimento logo se associou a indústria de bens de produção, que se incumbiria de equipar as refinarias de álcool - tudo isso para contentamento dos bancos internacionais, que puseram a circular e render juros mais um tanto de seus eurodólares e petrodólares.

10.2. A classe intermediária

Como acontece em geral com as palavras empregadas no discurso ideológico (ainda que pretensamente científico), a expressão *classe média* tem uso ambíguo:

(1) Se considerarmos o ponto de vista estrito das faixas de renda (como acontece, frequentemente, nos documentos que tratam de política salarial), a denominação *classe média* se aplica aos 15,7 por cento da população economicamente ativa que percebem mensalmente entre cinco e vinte salários mínimos, para 81,7 por cento que percebem menos de cinco mínimos e 1,6 por cento que percebem mais de vinte mínimos (dados de 1987). Se admitirmos 1,5 dependentes por detentor de renda (o total da população economicamente ativa era de 52,7 milhões) teremos uma renda mensal per capita , para essa classe média, variando, atualmente (1995), entre US\$ 200 e US\$ 800 (salário mínimo de US\$ 100);

(2) *Classe média* engloba frequentemente os que exercem profissões liberais e todos aqueles cujos interesses ou atividades os levam a solidarizar-se, de alguma forma, com as altas esferas econômicas e os estamentos dirigentes. O conceito é instável quanto à propriedade dos meios de produção, grande divisor de águas da teoria (alguns profissionais liberais podem deter seus meios de produção; isto não acontece, em geral, com administradores e gerentes), e, dependendo da amplitude e grau de subjetividade que se atribui às palavras *atividades* e *interesses*, englobará segmentos da classe proletária em si (que não tomaram consciência de sua condição);

(3) A prática mercadológica costuma definir classe média pela posse de um conjunto de bens, como automóveis, eletrodomésticos,

habitação etc., bem como por determinadas escolhas (de marcas de produtos, local de moradia etc.). Existe a tendência de ampliar para cima a abrangência do conceito, de modo a incluir não apenas a média e pequena burguesias, mas também estratos da alta burguesia. De qualquer forma, trata-se de uma composição que, sobre a base da possibilidade econômicas de consumir (o poder de compra), inclui aspectos culturais que induzem ao consumo.

Até por causa da imprecisão do conceito, não importa medir o quanto a classe média cresceu no Brasil, em termos relativos, ao longo do processo de desenvolvimento que se acelerou na década de 50. Mais relevante é verificar as modificações nela geradas pelas alterações estruturais da economia. É certo que as camadas intermediárias da sociedade brasileira, em 1950, eram constituídas, predominantemente, por profissionais liberais, médios e pequenos comerciantes e altos funcionários do Governo, com destaque para militares e bacharéis em Direito; a composição se alterou, com o crescimento do estamento gerencial, administrativo e técnico das empresas e instituições de grande porte que se instalaram ou ampliaram no período.

Esses novos convivas do banquete - ou churrasco - da classe média tinham menor controle sobre sua atividade (isto é, exerciam escolhas mais limitadas, embora sobre estruturas produtivas mais amplas) do que os profissionais liberais e comerciantes do tipo clássico; por outro lado, a relação que mantinham com as organizações de que participavam era de natureza diversa daquela dos funcionários públicos. Em relação ao primeiro grupo, eram menos livres e, em relação aos segundo, menos estáveis: sua sorte dependia não só de complexas relações políticas na organização mas também do controle indireto de sua atuação, através da aferição de resultados.

A classe média tradicional tomava da burguesia mercantil valores que geram comportamentos economicamente significativos: a preferência pela acumulação patrimonial de ativos reais (como casas, terrenos), sobre os quais se assenta o prestígio dos clãs familiares; o paternalismo e o autoritarismo nas relações sociais; as escolhas baseadas na lealdade à pessoa. Já a nova classe média, sociabilizada em estruturas produtivas que se propunham mudar o País, assumiu como referência a sociedade industrial: aparências associadas à modernidade e ao cosmopolitismo, visão dinâmica da riqueza e pragmatismo nas relações interpessoais.

A modernização da classe média, uma espécie de viagem desiderativa da estabilidade ao risco, generaliza-se no quadro de inflação crescente que se instaura com a falência do *milagre econômico*. Algumas situações particulares destacam-se nesse processo:

- (a) a condição dos assalariados bem pagos, cujo *status* pode abalar-se ou desmoronar a qualquer momento, cria consu-

midores-poupadores extremamente ávidos e ideologicamente confusos;

- (b) sentimento de insegurança similar se instaura entre pequenos fornecedores de indústrias e comerciantes; estes perdem parte de sua autonomia à medida que se integram em organizações de revenda, distribuição ou franquia de marcas;
- (c) o fenômeno tende a abarcar, afinal, profissionais liberais. É o que acontece com os médicos não assalariados que passam a depender de empresas e organizações de seguridade para povoar de clientes seus consultórios e laboratórios.

Em todos esses casos, do capital investido - na formação pessoal, em lojas, estoques, equipamentos - não resulta controle efetivo sobre os meios de produção; este é transferido para níveis superiores de concentração de riqueza.

10.3. O homem comum

Na década de 30, quando foi regulamentado o mercado de trabalho urbano no País, os brasileiros em geral eram tidos por indolentes. Autores da Velha República tinham martelado por décadas o tema da suposta oposição essencial entre os nativos *acomodados*, os negros *preguiçosos*, os índios *vadios*, de um lado, e os europeus e norte-americanos *diligentes* e *ambiciosos*. A mesma argumentação justificava diferentes programas de estímulo à atração de imigrantes, desde o Império.

Várias razões foram aventadas para justificar os estereótipos. A primeira, em moda naqueles tempos em que se construía a ideologia do fascismo, atribuía o defeito dos latino-americanos a contingência racial, genética, ou aos males da miscigenação, que produziria povos inferiores, desprovidos de vontade e incapazes fisicamente para o trabalho. Outra, que obteve prestígio de doutrina científica quando a Psicologia formulou suas generalizações pioneiras, no Século XIX, associava a preguiça nacional ao clima quente, com sua capacidade de gerar inapetência para qualquer esforço, exceto aqueles de motivação sensual. A terceira, mais moderna e inspirada em comparações com os Estados Unidos, assentava-se nos diferentes percursos históricos e, em particular, na oposição entre os valores protestantes e os do catolicismo romano. Uma quarta hipótese, ainda mais elaborada, propunha que a abundância de alimentos na natureza e a ausência de invernos gelados teriam deseducado para o trabalho as populações nativas.

Essas teorias derivam de iniciativas de controle social surgidas no contexto da expansão colonial da Europa e, por isso mesmo, são idealistas, no sentido que o termo tem em Filosofia. A tese da superioridade racial procurou isentar os colonizadores cristãos do sentimento de

culpa diante das atrocidades que cometiam; quanto mais amplo o envolvimento com esses crimes, mais inferiores deveriam ser as vítimas, do que resulta se ter colocado seriamente em dúvida a condição humana dos negros. A depreciação das proles mestiças procurava conter o ímpeto dos varões, sujeitos à assimilação cultural em terras distantes da pátria - até porque ceder mulheres aos conquistadores foi recurso de preservação utilizado por pequenos e grandes Estados, das ilhas do Pacífico à China.

A comparação entre religiões serviu primeiro para justificar a decadência dos impérios ibéricos; no entanto, a chamada ética protestante, na verdade uma ideologia, foi mais instrumento do que causa do êxito do capitalismo inglês, em seu tempo, ou do norte-americano, mais recentemente. Já a justificativa climática é racionalização construída a partir da impressão sensível de homens que vinham de países frios e de pouca luminosidade, em longas e ascéticas viagens por mar. A variante que culpa a exuberância dos trópicos ignora, entre outras coisas, que as necessidades humanas não são apenas biológicas mas aquelas que a cultura impõe como necessidades; se não fosse assim, os europeus, uma vez dominadas as técnicas básicas do agasalho e da comida para o inverno, estariam até hoje aconchegados junto a suas fogueiras.

Getúlio Vargas, levado ao poder pela Revolução de 1930, era um pragmático, para quem esse jogo de abstrações valia bem pouco; para ele, a transformação da força de trabalho potencial em força de trabalho disponível para a atividade assalariada, principalmente na indústria, dependia de motivação, estímulo e treinamento dos trabalhadores. Seu governo tratou de criar uma série de instituições de ensino técnico (Senai, Senac, escolas técnicas federais, institutos agrônômicos) e procurou estabelecer diferenciais que privilegiassem o trabalho regular em meio urbano; salário mínimo, estabilidade, férias regulares, repouso semanal remunerado, aposentadoria, acesso à assistência médica e à habitação financiada pelos institutos de previdência. Embora não tocasse nas relações de trabalho no campo, base do poder da burguesia mercantil, esse programa encontrou forte resistência política e só se completou sob a ditadura do Estado Novo, que começou em 1937.

O movimento operário tem história muito anterior a 1930, no Brasil. Ficaram famosas as greves de cocheiros e sapateiros, no Rio de Janeiro em 1905; a participação popular na revolta da vacina, que na verdade protestava contra a expulsão de moradores de centenas de cortiços no centro da então Capital da República; as paralisações realizadas em série, no Rio, São Paulo, Recife e Salvador, em 1919. No entanto, a resposta do poder não passara de boas intenções, como a mensagem de Delfim Moreira, em março de 1919, ao Congresso, reclamando a falta de uma legislação social, ou o Decreto 1637, de 1907, que estendia o direito de sindicalização a todos os trabalhadores, mas definia os sindicatos como instituições assistenciais. As conquistas eram lentas e setoriais e se defrontavam com ondas de repressão que marcariam a década de 20.

Na concepção getulista, tratava-se de institucionalizar a questão social, antes considerada caso de Polícia, canalizando a luta de classes para os limites de um confronto sujeito a regras; daí a criação da Justiça do Trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho. A carteira de trabalho foi concebida como título destinado a produzir reconhecimento social e assegurar direitos civis, livrando o cidadão, por exemplo, da prisão *por vadiagem*. O Ministro Alexandre Marcondes Filho, em texto reproduzido ao longo dos anos em milhões de exemplares da carteira - peça, portanto, durável da cultura de massa -, definiu-a como indispensável à proteção do trabalhador, capaz, com seus registros, de se tornar “um padrão de honra”.

A propaganda oficial, com desdobramentos na educação e nas artes, procurou de várias maneiras dar suporte a essa política de valorização do trabalhador assalariado que, no entanto, na vigência da Constituição de 1937, excluía o recurso às greves. Como a maior parte dos operários provinha do meio rural, deu-se ênfase à valorização de tipos que compunham uma espécie de arqueologia do trabalho livre no Brasil: o jangadeiro, o seringueiro, o gaúcho, a rendeira, o catador de ervamate, várias espécies de artesãos tornaram-se personagens comuns nos programas de rádio, nas revistas e nas gravuras (bicos-de-pena, notadamente os de Percy Lau) dos livros didáticos. Canções populares exaltavam o trabalhador como aquele novo passageiro do bonde São Januário (“leva mais um operário, \ sou eu que vou trabalhar”), o portador do memorando da estrada de ferro (“o trem atrasou meia hora \ o senhor não tem razão para me mandar embora”), o amante preocupado com o horário do trabalho do dia seguinte (“se eu cair nos seus braços \ não há despertador \ que me faça acordar” e o *breque*: “Eu vou trabalhar”).

O tema da indolência lançou um escritor, Monteiro Lobato. Fazendeiro no Vale do Paraíba (um de seus temas literários foram as cidades mortas deixadas pelo ciclo do café), Lobato ficou famoso quando Rui Barbosa leu no plenário do Senado uma carta sua para o jornal *O Estado de São Paulo*. Nela, o escritor falava de Jeca-tatu, o camponês para quem todo trabalho era inútil, *não pagava a pena*. Vinte anos depois, o mesmo Lobato aceitaria assinar o folheto de propaganda de um remédio popular, o Biotônico Fontoura, atribuindo à doença - às verminoses e à falta do tal biotônico - a preguiça do Jeca. A essa altura, ele - inimigo feroz, mas ideologicamente tão parecido com Vargas - já percebera que a falta de vontade do Jeca para sair de sua posição de cócoras e pegar a enxada devia ter algum motivo. Só não chegou a reparar que o matuto talvez tivesse razão: é provável que *não pagasse a pena* trabalhar com os recursos disponíveis e nas condições oferecidas pelos donos da terra e atravessadores de mercado, em plena década de 1910, no Vale do Paraíba.

Das conquistas dos trabalhadores após o período Vargas, a mais significativa terá sido o 13º salário, que institucionalizou a gratificação natalina. Concebida no tempo de João Goulart, a medida revelou-se oportuna como estimuladora do consumo: a indústria e o comércio

de bens duráveis passaram a se programar tendo por base essa verba extra-orçamentária de fim de ano, capaz de garantir a compra, ou, pelo menos, a entrada para o financiamento da aquisição de bens.

O golpe na estrutura sindical desfechado em 1964 - atingindo principalmente os sindicatos de maior tradição combativa, como os ferroviários, marítimos e portuários - teve duas conseqüências evidentes nos fatos dos anos seguintes: confinou à classe média o ciclo de protestos urbanos que ocorreria quatro anos mais tarde, com forte participação estudantil; e suprimiu, em boa parte da classe operária, a consciência histórica de sua luta. O efeito foi ajudado pelo crescimento da massa trabalhadora no início da década de 70, com o ingresso de nova leva de mão de obra jovem e feminina com a visão de mundo própria da vida rural.

10.4. A América vai às compras

O Presidente Ronald Reagan assumiu o Governo americano prometendo aumentar os gastos militares, manter ou elevar os padrões de consumo, reduzir impostos e encargos sociais. Eram metas difíceis de atingir, considerando que a política de financiar déficits com a emissão e exportação de moeda parecia em seu limite, ameaçando desembocar numa catástrofe de liquidez - se o mundo não cuidasse de salvar os Estados Unidos.

Uma das evidências mais gritantes da entropia econômica dos EUA era a perda de competitividade de muitos de seus produtos. Isso aconteceu primeiro na indústria: escassearam os fregueses externo para os carrões de Detroit, os navios, as máquinas operatrizes. Longos anos de pesquisa resultaram em produtos de êxito comercial efêmero; quem desenvolveu os gravadores de videotape foram os americanos da Ampex, uma divisão da RCA, mas quem logo passou a exportá-los foram os japoneses. Era possível ir a Marte num foguete com a marca USA mas, quando se tratava de colocar em órbita satélites de comunicações, ficava provavelmente mais barato e mais seguro escolher entre mísseis europeus, japoneses, russos ou chineses.

A preocupação com segurança e segredo retardava a transferência de inovações tecnológicas para a indústria civil e ampliava a distância entre a pesquisa de ponta e os cursos universitários regulares. Industriais que operavam instalações antiquadas (por exemplo, na metalurgia) aliaram-se ao *sindicalismo de resultados* para organizar grupos de pressão objetivando preservar fatias de mercado através de medidas protecionistas que frequentemente conflitavam com o Acordo Geral de Tarifas (GATT), então em vigor, e contrariavam o discurso em defesa do livre comércio, tradicional das potências marítimas. Pactos entre setores produtivos (de que resultavam, por exemplo, automóveis com mais aço do que o necessário e consumindo mais combustível do que precisariam) emperravam o processo de adaptação à competição no mercado.

O enorme peso do mercado americano foi (e é; tudo isso continua acontecendo) utilizado, nos foros internacionais, para retardar a adoção de padrões tecnológicos para os quais os Estados Unidos não estavam preparados ou que afetariam áreas em que permanecia hegemônico. É basicamente por essa razão que a alta definição das imagens de televisão (HDTV) permanece retida há quase 20 anos (a tecnologia foi oficialmente apresentada em 1979 por um consórcio japonês): associada às telas digitais e às aplicações dos raios laser, ela afetaria a indústria de filmes, de câmaras e projetores de cinema, impondo alterações radicais na produção de audiovisuais. Por isso, embora admitindo a inevitabilidade de sua adoção, delegações americanas bloquearam por uma década a decisão quanto às normas do sistema; quando aprovadas, outros mecanismos protetórios foram (e vão) sendo acionados, tudo para dar tempo aos fabricantes de filmes virgens, aos estúdios cinematográficos e às redes de telecomunicações.

O Governo de Washington enfrentou verdadeiras guerras comerciais para conter o avanço de concorrentes nos setores - geralmente de produtos tecnicamente sofisticados - em que a indústria nacional detinha vantagem, sejam os aviões civis de grande porte (onde o inimigo é europeu; a proibição do pouso do supersônico Concorde nos aeroportos americanos por "excesso de ruído" é um exemplo típico), seja na química fina ou na informática. No setor de computadores, até o Brasil, com seu modesto programa, tornou-se alvo de retaliações, que incluíram desde o patrocínio de redes de contrabando até uma intensa campanha de opinião conduzida ostensivamente pela IBM.

A defesa apaixonada das patentes e direitos autorais - tomados em sentido muito amplo, de modo a incluir seres vivos inventados em laboratório (patentes) e procedimentos já considerados de domínio público (os direitos autorais) - foi o mais freqüente suporte jurídico dessas campanhas, por mais que contrariasse posições passadas dos mesmos Estados Unidos. Quanto aos bens de consumo comuns, os cidadãos americanos acostumaram-se a valorizar a procedência estrangeira de vários deles, tal como acontece nos países não-industrializados ou recém-industrializados.

Essas circunstâncias explicam em parte a voga, já no início da década de 1980, da teoria que propõe a divisão internacional do trabalho: cada país deveria produzir "o que sabe fazer melhor", comprando tudo mais no mercado externo. Independentemente de sua consistência e da correspondência com a realidade (a integração dos mercados se faz segundo a conveniência, não obedecendo a lógicas globais pré-determinadas), essa teoria atendeu ao orgulho nacional americano diante da superioridade dos produtos importados e procurou justificar, perante o Terceiro Mundo, a apropriação do conhecimento científico, um dos pilares do moderno imperialismo. A tese, em si não é nova: a Inglaterra já a empregava no início da Revolução Industrial e assim conseguiu impedir a industrialização de países como Portugal, a quem chegou a garantir mercado cativo para seus vinhos. A experiência do

reinado português de D. José, sendo Primeiro-ministro o Marquês de Pombal, no Século XVIII, - e o recuo português do proscênio ao fundo do cenário na economia internacional - prenuncia o pior dos mundos futuros para um país grande e populoso como o Brasil.

10.5. A redefinição do trabalho

Os fenômenos da era Reagan e a crise do sindicalismo têm como pano de fundo modificações no esquema de produção da indústria.

Desde o Século XIX, e com intensidade no Século XX, o desenvolvimento da indústria vinha-se baseando em grandes complexos industriais. A partir das idéias de Taylor e da experiência de Ford, o perfil de uma indústria próspera, em meados do Século XX, incluía, além da concentração fabril, a produção em série, a extrema padronização do produto e a fragmentação de funções: cada homem fazia repetitivamente uma pequena coisa, atingindo o que se definia como máxima eficiência - com o mínimo de atuação inteligente. Fábricas eram unidades integradas, que somavam à atividade-fim n atividades-meio: cozinhas industriais, sistemas de transportes, armazenamento etc.

A ascensão da economia japonesa, que ocorre desde pouco antes da crise do petróleo, na década de 70, mostra outro modelo. O chamado toyotismo baseava-se em relações de trabalho surpreendentes, a começar pela estabilidade dos empregados das grandes corporações - 25 por cento da mão de obra japonesa. Esses trabalhadores, dizia-se, *vestiam a camisa* da empresa, colocando a serviço dela sua criatividade e a experiência na relação produtiva concreta. Eram bem mais polivalentes do que os ocidentais, com capacidade para alterar um modelo básico para atender a diferentes grupos de consumidores; conheciam não uma, mas duas, três ou mais funções na linha de produção. Deviam não apenas produzir, mas cuidar do ambiente da fábrica, interessar-se pelo trabalho comum - e pensar. Cabia-lhes realizar, no entanto, parte muito menor do produto final do que nas companhias ocidentais: os fornecedores externos - geralmente pequenas empresas constituídas de alguns operários - eram em número gigantesco. Numa indústria automobilística, contavam-se dezenas de milhares. No caso desses, a produtividade resultava de forte competição e da precariedade dos contratos de fornecimento.

A tese de que uma só função corresponde a maior eficiência transferia-se do operário para a própria indústria; ela é que deveria concentrar-se na atividade-fim, contratando de terceiros, ou terceirizando, as atividades-meio. A uma fábrica de geladeiras caberia fazer apenas geladeiras e não gerir refeitórios, transportadoras e oficinas de pintura.

Os computadores vieram facilitar a adaptação desse modo de produção ao Ocidente, porque permitem desconcentrar o espaço físico da indústria sem desconcentrar o capital. Os princípios da qualidade total e

da produção diversificada para diferentes mercados foram sendo adotados, às vezes com êxito. O discurso dominante passou a ser o de valorização do trabalhador (que deveria ser mais treinado, mais inteligente, e presumivelmente estar mais satisfeito); por outro, houve supressão de muitos empregos, transformados em prestação de serviços.

A generalização dessas novidades no mundo ocidental atingiu duramente os sindicatos, que ou representavam os empregados, em número decrescente, ou abriam seus quadros também aos pequenos fornecedores e prestadores de serviços, tecnicamente considerados empresários - e, por vezes, ideologicamente sentindo-se como tal. A legislação de proteção ao trabalho começou a se mostrar irrealista, à medida que se generalizava o trabalho precário, multiplicavam-se pequenas unidades produtoras e as empresas passavam a reduzir suas folhas de pagamento, terceirizando - contratando externamente - todos os serviços possíveis.

10.6. Os movimentos da globalização

Na realidade, o processo de globalização da economia parece compreender alguns movimentos simultâneos:

- (a) a hegemonia do capital financeiro;
- (b) o surgimento de novas potências industriais. É o caso da Coreia, da China, da Índia ou do Brasil, como antes foi da Alemanha, do Japão e da Itália, no processo que conduziu às guerras mundiais;
- (c) o ingresso definitivo da agricultura no mundo da alta tecnologia, principalmente graças ao progresso da genética, da bioengenharia etc.;
- (b) a transferência urgente de indústrias que empregam muita mão-de-obra para países em que esse custo é menor, como a China (por sua estrutura socialista) ou o Sudeste asiático (onde a miséria é endêmica). A tecnologia, nestes casos, não substitui o homem nas linhas de montagem, ou pode substituí-lo a custos maiores, ou ainda mostra-se pouco versátil;
- (c) a transferência, lenta, gradual e em ritmo inseguro, de indústrias poluidoras ou pouco exigentes em tecnologia para países com alguma tradição industrial, como o Brasil;
- (d) a montagem de indústrias de componentes e linhas de montagem, conforme conveniências específicas, em diferentes partes do mundo;
- (e) a instalação de indústrias-satélites para atender ao consumo de países ou regiões, por alguma conveniência (em geral, em zonas francas, ou para economizar custos de transporte, ou para beneficiar-se de mão-de-obra barata). É o caso comum das montadoras de automóveis;

- (f) a preservação da matriz de conhecimentos, ainda quando as unidades de pesquisa estão dispersas. O conhecimento é proposto como novo nome do poder;
- (g) o deslocamento de operadores financeiros para onde não haja impostos e controles governamentais;
- (h) a eliminação, tanto quanto possível, de conquistas sociais dos trabalhadores. Depreciam-se como corporativas as conquistas das categorias profissionais, objetivando substituí-las por ação social universal e difusa, feita em nome do humanismo (pelos “direitos humanos”, “contra a miséria”) à maneira dos antigos programas caritativos conduzidos pelas igrejas e dos projetos comunitários típicos do socialismo utópico.

A viabilização da maioria dessas tendências decorre, de um lado, da grande melhoria nos sistemas de transporte, com a adoção de equipamentos como contêineres e melhoria técnicas nos portos; e, de outro, do que se costuma considerar *uma revolução* - a combinação de sistemas informáticos e de telecomunicações. Instrumentalmente, elas se apoiam na centralização dos meios de informação pública.

O resultado é a pressão coordenada sobre os governos nacionais para que reduzam barreiras ao comércio, eliminem os controles que impedem a exploração livre (ou abusiva) dos recursos naturais e humanos - o neoliberalismo. Do ponto de vista particular dos detentores do grande capital, os estados são trambolhos; dispendo de instrumentos adequados de controle da opinião pública, parecem julgar dispensável, em algum ponto no futuro, a mediação estatal nas relações de produção.

10.7. A América se encalacra

Quando ocorreu a posse de Reagan, em 1980, após o quadriênio democrata de Jimmy Carter, o cenário já estava montado de modo a dificultar o retorno via saldos comerciais dos dólares expatriados no pós-guerra, O velho ator desprezou o instrumento clássico da recessão (que abalaria todo o comércio mundial) ou a desvalorização abrupta da moeda (a catástrofe seria parecida): a solução que lhe restava - e a que melhor consultava os interesses dos grandes investidores - era financiar déficits crescentes com mais dinheiro emprestado.

Curioso é o destino de boa parte desse dinheiro: a fabricação de armas inúteis para uma guerra que jamais poderia acontecer. Por exemplo, cruzadores futuristas, dotados de armas nucleares, ao preço de US\$ 1 bilhão cada, bombardeios invisíveis ao radar, a US\$ 530 milhões a unidade, ou mísseis dotados de computadores inteligentes para interceptar (como grande margem de erro) outros mísseis. Ou ainda o escudo espacial apelidado de *Guerra nas estrelas*, claramente inspirado na ficção científica. Para esse projeto, finalmente abandonado, o orça-

mento de 1989 consignava a quantia de US\$ 3,8 bilhões. Em oito anos, entre 1981 e 1989, os Estados Unidos teriam investido na escalada militar perto de US\$ 2 trilhões, mais ou menos o montante de sua dívida interna em 1989 (em 1996, andava pelo triplo disso).

Tanto quanto a dívida pública, o déficit comercial cresceu (apesar dos esforços protecionistas) e o balanço de pagamentos continuou desequilibrado, embora mudanças na legislação tributária tenham tornado altamente vantajosa a repatriação de lucros pelas multinacionais americanas. Quando Reagan deixou o Governo, após oito anos, para seu sucessor, o correligionário George Bush, já havia mais dinheiro estrangeiro aplicado nos Estados Unidos do que dinheiro de americanos investido no exterior. A posição negativa de investimento líquido internacional era já observada em 1985: US\$ 952,4 bilhões contra US\$ 1.059,8 bilhões. Nada disso afetou a aparência de prosperidade que encanta os conservadores da América, em que pesem as renitentes áreas de pobreza e criminalidade. Várias crises nas bolas de valores - os *crashes* - foram contornados com a mobilização dos bancos centrais da Europa e do Japão, necessariamente interessados na saúde da economia americana.

O apetite com que a América, imenso tomador, entrou no mercado mundial de empréstimos, na esteira da segunda crise do petróleo (1979), coincide com o início da política de juros internacionais crescentes agravados por taxas de risco - *spreads* - que conduziu à inadimplência as economias de países intermediários. Entre eles, naturalmente, o Brasil.

É evidente que, no mercado de papéis, em que o tomador propõe-se a resgatar o título a longo prazo, tudo depende da credibilidade - a esperança de que ele efetivamente pagará. Ora, os Estados Unidos têm aí cacife muito alto, não porque sejam gerente mais confiável, mas porque todos sabem que arrastariam o resto do mundo se deixassem de pagar. Um título americano é assim, solidariamente, também alemão, japonês, francês ... Nenhum país intermediário goza da mesma sorte, ou tem condições de chantagear com igual eficácia.

10.8. A crise da hegemonia

O último presidente do ciclo militar, General João Figueiredo, enfrentou, ao tomar posse, em 1979 (20 meses antes da posse de Reagan), a turbulência criada pelo novo aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais. Uma das primeiras providências que tomou foi determinar drástico aumento das taxas de juros, que ultrapassaram 50 por cento ao ano em termos reais (descontada a inflação oficial) para o crédito ao consumidor e ficaram pouco abaixo para a indústria, preservando apenas, com crédito favorecido, a agricultura e as exportações. Os industriais foram compelidos a recorrer a financiamentos internacionais através dos bancos nacionais: entre fins de 1979 e fins de

1982, os recursos captados desse modo saltaram de US\$ 7,7 bilhões para US\$16,1 bilhões anuais.

Entre 1968 e 1979, o Brasil recebera recursos líquidos da ordem de US\$ 38 bilhões. Agora, a fonte praticamente se extinguiu: todo dólar que entrava destinava-se ao pagamento dos juros da dívida, de modo que as operações contratadas pela indústria eqüivaliam, na prática, a emissões de cruzeiros ou a puro e simples financiamento de importações. Mas não era o bastante. As contas do País tornavam-se dependentes de empréstimos externos, negociados sob a forma de grandes pacotes, ou *jumbos*: essas transações de natureza contábil (o dinheiro não saía dos cofres dos emprestadores, que simplesmente adiavam o recebimento de débitos) realizavam-se sempre a custos mais elevados e com maiores condicionamentos políticos.

Em tais circunstâncias, o Delfim Neto que retornava à gestão econômica, desta vez no Ministério do Planejamento (antes passou pelo da Agricultura), foi levado a adotar medidas ortodoxas: promoveu duas grandes desvalorizações do cruzeiro (a segunda em 1983), cortou as encomendas do setor público e limitou alguns subsídios. Acelerou, ainda, a estatização da dívida contraída por empresas particulares em moeda estrangeira. Com base na Resolução 432 do Conselho Monetário Nacional, de 1976, os devedores puseram transferir o saldo da dívida ao Banco Central, temporária ou definitivamente, depositando em cruzeiros o equivalente ao principal; ao incentivar essas transferências, o Governo cedeu à pressão dos credores internacionais, que preferiam a quaisquer outras as garantias do Estado. Com isso, a participação do setor público na dívida externa saltou de 68 por cento, em 1981, para 80 por cento, em 1985.

No entanto, talvez a medida de mais sérias conseqüências imediatas dentre as tomadas por Delfim Neto nessa fase tenha sido a prefixação da correção monetária em 40 por cento e da correção cambial em 45 por cento, apesar da inflação causada pela primeira maxidesvalorização. Já em 1973 ele descobrira que a correção da moda “só funcionava a contento quando a inflação tendia a cair; quando ela se eleva, a correção - que sempre se faz *a posteriori* - tende a ampliar seus efeitos, acelerando ainda a ascensão”. A solução encontrada naquele ano foi inventar uma inflação oficial. A experiência, interrompida em 1974 com a posse do General Geisel, ganhava continuidade em 1980.

Duramente atingido, desde o primeiro instante, foi o pacto hegemônico que unira capital financeiro, capital agrário e capital industrial. Juros altos, corte nas encomendas estatais e súbita elevação das dívidas contraídas no exterior (graças às desvalorizações) representavam sacrifícios para a indústria: a produção de bens de capital caiu 19 por cento em 1981, 11 por cento em 1982, 20 por cento em 1983 e atingiu em 1984 menos da metade do que representava em 1980; a produção de manufaturados, que vinha crescendo à média anual de sete por cento desde 1978, caiu dez por cento em 1981, estagnou em 1982 e voltou a cair oito por cento em 1983. Embora os bancos, em geral, se tenham

beneficiado com a política de juros, a grande distância entre os índices reais e os prefixados de inflação gerou progressivo deslocamento de capitais para ativos confiáveis, como os imóveis.

Supõe-se que data também dessa época a aceleração da saída de capitais, através de artifícios (como o subfaturamento ou empréstimos da matriz de multinacional a subsidiária brasileira) ou por vias ostensivamente ilegais (contrabando, falsas importações etc.), em busca dos centros financeiros do exterior. O que os atraía, além da confiabilidade, era o mesmo fator que tornava insuportável o custo da dívida externa brasileira: os juros crescentes. A taxa Libor de seis meses, por exemplo, que tinha um valor médio de 9,9 por cento ao ano em 1978, atingiu 16,8 por cento em 1980.

Em setembro de 1982, mudaram formalmente as regras do jogo: com a moratória decretada pelo México, os bancos privados internacionais sustaram os empréstimos do Terceiro Mundo e remeteram os devedores ao Fundo Monetário Internacional. O Brasil esperou apenas passar as eleições e recorreu ao FMI, submetendo-se às mesmas injunções a que se recusara Juscelino Kubitschek na década de 50.

O programa básico do Fundo consiste em diminuir importações e elevar exportações, de modo a gerar divisas - algo que já vinha sendo feito, mas que se intensificaria, sob a inspeção de funcionários do FMI e conforme as instruções de seus técnicos. Data da ida ao FMI, no início de 1983, a maxidesvalorização de 30 por cento e a concessão de novos estímulos e subsídios aos exportadores. O superávit comercial nesse ano atingiu US\$ 6,5 bilhões e, no ano seguinte, US\$ 12 bilhões, graças à recuperação do comércio internacional.

O estudo da pauta de mercadorias exportadas mostra o alcance das transformações ocorridas no Brasil: os manufaturados apareceram agora com destaque. O alívio que isso pode ter representado para vários setores da indústria - e mesmo o crescimento do Produto Interno Bruto, em 1984 e 1985, em níveis um pouco mais elevados do que o aumento vegetativo da população - não compensava os danos causados pela recessão interna - tanto na ordem econômica quanto na ordem social.

10.9. O custo da adaptação

A adaptação da economia brasileira, a partir de 1979, teve custo elevado: as encomendas do setor público que sofreram cortes radicais destinavam-se a projetos de infra-estrutura de longa maturação (energia, transportes e comunicações, principalmente) que tiveram que ser interrompidos ou protelados, dificultando eventual recuperação posterior do ritmo de desenvolvimento.

As indústrias de bens de capital projetadas para atender a essa demanda e sem maturidade para competir com êxito no mercado internacional experimentaram uma crise que se refletiu, entre outros aspectos, no redirecionamento dos recursos do Banco Nacional de Desen-

volvimento Econômico e Social (a palavra social foi acrescentada no Governo Figueiredo): a estrutura criada por Getúlio Vargas no início dos anos 50 para impulsionar o desenvolvimento autônomo do Brasil tornou-se uma espécie de pronto-socorro financeiro. Parte substancial de seus recursos passou a socorrer fábricas mediante empréstimos, participação societária (com ou sem direito a voto) ou incorporação ao patrimônio público. Montantes suplementares, antes destinados à infraestrutura, dirigiram-se para setores de mercado exportador seguro, como o de papel e celulose.

O ônus foi particularmente pesado para as empresas estatais, que historicamente se incumbiam de promover a expansão do capitalismo brasileiro. O caso do aço é exemplar: o minério processado pela Vale do Rio Doce (estatal) chegava às siderúrgicas (estatais e privadas) por preço baixo; as grandes usinas de aços planos (estatais) revendiam seus produtos internamente por cotação abaixo do mercado internacional; com o aço, a indústria privada produzia artigos para exportação, com alguns subsídios e isenções fiscais. A Vale diluía o prejuízo no lucro de suas vultosas exportações; as siderúrgicas tentavam fazer o mesmo, embora oneradas, na maioria, por juros de sua própria dívida, contraídos para implantação ou expansão - e só às vezes conseguiam.

Torna-se difícil, nesse contexto, contabilizar custos da política de obtenção de saldos comerciais a qualquer preço; de qualquer maneira, trata-se de processo que pressupõe contenção do consumo interno e que é capaz de se auto-alimentar, de vez que exportar passa a ser a solução para todos os agentes econômicos do processo. A socialização do prejuízo atinge novos patamares e a exequibilidade de cada setor passa a depender de sua estrutura e características.

A Petrobrás, muito sólida em seu monopólio, conseguiu sustentar a petroquímica em padrões competitivos, fornecendo-lhe insumos a custo reduzido e, ainda assim, alcançar resultados positivos no esforço de substituição de óleo importado: de 1979 a 1985, a produção de petróleo bruto elevou-se de 9,6 bilhões de metros cúbicos para 31,7 bilhões, enquanto a porcentagem de óleo nacional no total refinado passava de 14,1 por cento a 46,4 por cento. A indústria de informática - apoiada por ainda poderoso *lobby* de origem militar - buscou o remanso da automação bancária, onde havia mais recursos e acentuada demanda para a expansão dos serviços, recuando de sua pretensão de ocupar lugar destacado no mercado dos micros de uso geral. A grande indústria da construção civil partiu para *joint ventures* no exterior e formou seu cartel para repartir as escassas obras públicas de porte em realização no País. A indústria bélica, constituída a partir da denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em meados dos anos 70, armou-se de executivos consagrados e foi em busca das guerras que, aqui e ali, travavam entre si países do Terceiro Mundo. A indústria aeronáutica obteve alguns êxitos temporários ao abrir mão da maior nacionalização de componentes em nome da competitividade internacional de seus

modelos. A indústria nuclear, esta não encontrou saída: ficou no vermelho.

Na prática, a prefixação da inflação e outros mecanismos do gênero utilizados no período atingiram mesmo, sem apelação, os salários. Em decorrência, tornou-se financeiramente inviável o Plano Nacional de Habitação que, além de satisfazer em parte a demanda de casas, mantinha empregado grande contingente de trabalhadores de baixa especialização. Os mutuários com seus imóveis hipotecados aos agentes do Sistema Financeiro da Habitação tiveram de enfrentar o aumento das prestações, atreladas ao nível geral de preços, com seus ganhos reajustados em patamares bem inferiores. O resultado é que, em 1984, a inadimplência atingia aproximadamente metade dos contratos; como seria impossível colocar na rua tanta gente, as prestações terminaram sendo reduzidas, o que inviabilizou o giro do capital.

O Plano naufragou, sobretudo, em seu aspecto social. A corrida dos investidores a ativos reais acelerou a especulação imobiliária, elevando o custo dos terrenos, e o oligopólio da indústria de insumos para construção (não só os nacionais, mas os pequenos oligopólios locais de materiais de difícil transporte, como pedras e areia) impôs seus preços a tal ponto que o conceito de casa popular se transformou: o que, em 1970, era uma habitação razoavelmente espaçosa, tornou-se um cubículo mínimo (com área de quatro metros quadrados por pessoa, ou menos) no final daquela década e, nos anos 80, transformou-se num pedaço de terra com ligações de água e esgoto, vendido a prazo para que o comprador erguesse, em mutirão ou Deus sabe como, sua morada. Ainda assim, em escala mínima em relação às necessidades.

10.10. Um salto para o futuro

Nenhum setor de atividade humana tem sido mais afetado pelas transformações tecnológicas do que o de informação e entretenimento públicos. Quando se considera que por volta de 1950 a televisão era uma curiosidade técnica e em 1920 o rádio era mostrado nos parques de diversões, causando mais espanto do que a mulher barbada, pode-se imaginar quão revolucionárias foram as mudanças nessa área.

Os avanços na operação das faixas de onda destinadas ao rádio permitem aumentar o número de emissoras; parece inevitável (os obstáculos são apenas legais; o conflito de interesses nesse campo deve resultar em alguma regulamentação) o surgimento de milhares e milhares de rádios comunitárias (a maioria pertencente a igrejas, comerciantes ou políticos locais) - e, em muitas cidades, já há mais emissoras comerciais do que o mercado publicitário seria capaz de sustentar. Na televisão de dezenas ou centenas de canais que se oferece a assinantes via cabo ou antena parabólica, o problema não é mais difundir a imagem, mas encontrar quem se disponha a produzir imagens para todo o espaço disponível.

No setor gráfico, aposentaram-se os linotipos, maravilhas mecânicas que imperaram por 90 anos nas oficinas de composição (a máquina foi inventada por Merghentaller, em 1880). Veio a composição ótica; depois, os grandes computadores. Finalmente, os micros e suas redes, que dispensam até a existência de uma sala de redação. Nesse processo, desapareceram várias habilitações profissionais (linotipistas, paginadores, frezadores, calandristas) e equipamentos que custavam fortunas tornaram-se obsoletos.

Amadores sofisticados têm em casa quinquilharias eletrônicas bastantes para colocar uma emissora de rádio no ar. A qualidade dos produtos de um gravador de som doméstico supera a dos melhores discos fonográficos prensados há 30 anos. Com a difusão da digitalização da imagem, estúdios de televisão de alta definição, com recursos de edição praticamente ilimitados, provavelmente estarão ao alcance da escala de custos das associações de bairro, escolas ou clubes. Os avanços da produção gráfica, da televisão e das redes abertas de microcomputadores fazem prever a convergência desses processos de modo a se fundirem numa tecnologia só.

Esse ciclo, que não se sabe bem onde irá parar, coincidiu com fatores políticos internos para determinar uma série de mudanças nos sistemas de informação pública do Brasil, tomando-se por referência o golpe de 1964:

(a) *periódicos gráficos*: Com a eliminação de subsídios ao papel, o número de jornais diários de informação geral encolheu e a própria natureza deles se transformou. No caso dos jornais populares, o fator determinante terá sido a concorrência do rádio e da televisão. Os jornais partidários, portadores de ideologia política ostensiva, desapareceram no clima repressivo dos governos militares, experimentaram um surto com os periódicos *nânicos* da década de 70 (quando havia demanda de opinião que a grande imprensa não podia ou não se dispunha a atender) mas não conseguiram prosperar. Prevaleceu o modelo americano, de jornais comerciais, em tese pluripartidários, com muitas páginas, grande volume de anúncios e pretensão de atender a variados interesses do público.

A tendência é que exista um jornal desses por cidade e raros jornais de informação geral considerados nacionais (quatro, talvez dois no futuro previsível). Expandiu-se, no entanto, de maneira extraordinária, o segmento dos veículos gráficos especializados por assunto (principalmente economia) e de publicações de periodicidade variada e pequeno porte (eventualmente grande tiragem) em empresas, sindicatos, associações, clubes, áreas profissionais e de negócios, associações de bairros, escolas e entidades de toda ordem.

O setor de magazines teve desempenho similar - só que, aqui, as revistas locais e regionais de informação geral inexistem ou têm importância mínima. Multiplicaram-se espantosamente os magazines especializados por assunto (sexo, decoração, ecologia) ou por público

(masculinos, femininos, juvenis, para pessoas de determinada profissão ou *hobby*); de trabalho (econômicos, gerenciais) ou lazer (turismo, televisão, espetáculos); comerciais ou distribuídos gratuitamente por empresa ou instituição.

A edição de magazines é o negócio-chave de um dos principais grupos de comunicação do Brasil, a *Editora Abril*. Fundada na década de 50 por Victor Civita, egresso do grupo *Time*, a empresa beneficiou-se inicialmente de um contrato com a Walt Disney para crescer rapidamente no Brasil. Outros determinantes de sua expansão foram o pragmatismo empresarial e as decisões corretas de mercado que tomou, investindo no setor gráfico e na distribuição, que é o gargalo da indústria editorial brasileira. Desde o início da década de 90, a *Abril*, tal como a *Globo* e outros grupos empresariais do setor jornalístico, cuidou de penetrar no ramo nascente da televisão por assinatura, associando-se a grupos estrangeiros detentores de *know how* e fabricantes de equipamentos

(b) *rádio*: Passada a fase do *broadcasting*, o rádio percorreu dois caminhos divergentes. Um deles, preferido principalmente pelas rádios FM, cujo principal fator de mercado é a qualidade do som, é o de se tornar vitrina da indústria fonográfica. Outro, próprio das rádios AM, o de buscar relação coloquial com o público, oferecendo longos programas de conversas pelos quais transita a visão popular dos problemas e situações vividas pelo País - talvez o único canal disponível para esse tipo de manifestação. Por estranho fenômeno de mercado, o potencial informativo do rádio raramente tem sido explorado com êxito. Em todo caso, o rádio foi capaz de desmentir um dos princípios do pensamento tradicional quanto aos meios de comunicação: a tese de que a pluralidade de canais bastaria por si só para estabelecer a diversidade de mensagens. Pelo contrário, a segmentação das emissoras de rádio é muito menos intensa do que se poderia esperar, de modo que a maioria dela persiste na divulgação do mesmo gênero de música (os *best sellers* da indústria do disco) e a mesma fórmula dialogal de programação.

(c) *televisão*: O fenômeno dominante, aqui, é a aparição e longa hegemonia da *Rede Globo*, do magnata Roberto Marinho. A primeira emissora da rede, no Rio de Janeiro, entrou no ar em 28 de abril de 1965, oito anos após a concessão do canal pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Nesse período, uma série de negociações conduziu a dois contratos - um principal e outro de assistência técnica - entre a empresa de Roberto Marinho e a Time-Life Broadcast Inc. Os contratos de 24 de julho de 1962 contrariavam o dispositivo da constituição brasileira que proibia a participação de firmas estrangeiras na área de telecomunicações: envolviam investimento americano que deve ter-se aproximado dos US\$8 milhões, além do fornecimento de pacotes de filmes e outros privilégios operacionais.

Mais do que sua não desprezível significação financeira, essa associação foi importante para a *Rede Globo* porque lhe permitiu montar o tripé de sua expansão futura: a engenharia, o *marketing* e a programação. No entanto, Marinho tinha acesso exclusivo a informações que são a segunda explicação de seu êxito. Conhecia os projetos governamentais na área de telecomunicações e tinha idéia clara das transformações que as mudanças provocariam no setor. Percebia também, melhor do que os outros empresários do setor, que a televisão em curtíssimo prazo dominaria os sistemas de informação pública, reduzindo os demais veículos a condição subalterna.

A chave da expansão da *Rede Globo* foi ter-se preparado, desde o início, para a produção centralizada de programas, transformando as emissoras da rede e suas afiliadas em repetidoras de imagens que trafegavam, a princípio, por microondas e, depois, por satélites de comunicação. A produção centralizada permite concentrar recursos num só centro produtor, garantindo audiência maciça e simultânea para seus programas. A principal concorrente da *Globo* na época, a *Rede Tupi* (dos *Diários Associados*, sob gestão de um condomínio que herdou o patrimônio de Assis Chateaubriand) era constituída de geradoras locais, cada uma com grade própria de programação - algo viável e até adequado para um sistema que operava ao vivo ou, a partir do início da década de 60, com o tráfego de fitas de vídeo-teipe. A própria natureza plural do condomínio retardou a adaptação da Tupi às novas circunstâncias.

Engajado no processo do golpe de 1964 e considerado confiável pelos grupos americanos (a associação com Time evidenciava isso), a *Globo* dispunha ainda de maior cacife político. Isso lhe valeu de muito quando a ilegalidade dos contratos foi denunciada e, finalmente, comprovada por comissão parlamentar de inquérito. Em 1971, o governo, que procurava um canal de comunicação para difundir entre a população o *milagre brasileiro* - e chegou a cogitar de uma rede estatal de tevê - terminou optando pela *Rede Globo*.

Empréstimos oficiais, cobertos por contratos de propaganda também oficiais, permitiram a Roberto Marinho romper - na verdade, não renovar - o contrato com seu sócio estrangeiro e ainda aumentar notavelmente a capacidade técnica da *Globo*, com novos e modernos equipamentos. No quadro da modernização propiciada pelos recursos ingressados naquela época, ela preparou-se para transmitir em cores e com padrões de qualidade antes inalcançáveis. O espírito da programação também mudou: durante a década de 60, a *Rede Globo*, aproveitando-se da experiência do grupo *Time* em outros mercados, sustentara uma linha popular, de conquista da audiência a qualquer custo - a chamada *comunicação do grotesco*: programas de auditório, eventos prodigiosos e humor agressivo; tornada emissora oficiosa de um Estado com ambições a potência, passou a centrar sua mensagem nos valores da classe média urbana.

Com o padrão *Globo* de qualidade - elevado nível de desempenho técnico - vieram mudanças que terminariam permitindo à emissora aventurar-se nos mercados internacionais, a partir de 1977: nova inflexão na dramaturgia, com a encenação de histórias contemporâneas - a novela brasileira, gênero praticamente sem igual no mundo (não é idêntica à *soap opera* americana nem ao dramalhão mexicano); a estética cosmopolita que se manifesta desde a edição dos programas musicais até o telejornalismo. As condições locais permitiram outra novidade: foi provavelmente a primeira produtora importante do mundo a operar em vídeo-teipe, numa época em que o mercado de produtos audiovisuais era dominado pelo filme.

Em seu apogeu - os dados são de 1986, mas a tendência apenas se acentuou nos anos seguintes - a *Globo* dispunha de patrimônio superior a US\$1 bilhão, consumia 40 por cento das verbas publicitárias do País, produzia 80 por cento dos programas que transmitia e empregava 12 mil pessoas, 1.500 das quais ocupadas com a produção de três horas diárias de dramaturgia. Era a quarta rede privada de comunicação do mundo em extensão, com seis emissoras próprias e 36 afiliadas, cobrindo 98 por cento do território nacional.

Tal concentração de poder permitiu a Roberto Marinho tornar-se o homem mais influente do país. Um de seus feitos foi manter, durante pelo menos 13 anos, uma linha de atuação no Ministério das Comunicações que contrariava os interesses estratégicos militares concentrados na burocracia do Conselho de Segurança Nacional e organismos afins. Lançou a candidatura de Fernando Collor (o próprio Marinho admitiu isso) e foi peça essencial na campanha de Fernando Henrique Cardoso (é o que se infere de uma conversa do Ministro Rubens Ricupero com o repórter Carlos Monforte, no estúdio da *Globo* em Brasília e que foi transmitida sem que eles soubessem pelo canal UHF que fazia o *link* com a estação geradora, no Rio de Janeiro).

10.11. Para ler mais

Ver o item 9.8 - "Para ler mais" do capítulo anterior. Informações sobre a *Rede Globo* podem ser obtidas em HERTZ, 1987.

11 - ONZE HIPÓTESES

Os capítulos seguintes fundamentam-se em algumas hipóteses de trabalho, organizadas, a seguir, em 12 itens:

1ª Hipótese: *O objetivo do controle de opinião pública é preservar ou instaurar estado de coisas em benefício de um sistema de poder.*

O controle de opinião pública é, por essa hipótese, colocado no mesmo plano que o sistema escolar (pelo menos, de tudo o que, no sistema escolar, não é transmissão de conhecimento científico). A diferença é que, sendo mais ágil, o controle exercido através dos veículos de informação pública reage imediatamente às mudanças de conjuntura, indicando como verdadeiras e corretas as perspectivas momentaneamente convenientes aos núcleos de poder. Efetua, assim, (a) tarefa permanente de correção de rumos, mas (b) revela inseguranças e contradições entre esses núcleos e no interior deles.

2ª Hipótese: *O controle de opinião pública jamais é absoluto numa sociedade moderna.*

As sociedades modernas caracterizam-se pela pluralidade de interesses, contatos e afiliações, de modo que, por mais amplo que seja um mecanismo de controle de opinião, ele não atingirá com a intensidade necessária todos os indivíduos. Haverá sempre alguns com condições de resistir ou propor novas sínteses, alterando o conteúdo das mensagens.

3ª Hipótese: *Os sistemas de poder modernos baseados na produção de conhecimento beneficiam-se da veiculação controlada de informação divergente. É indispensável certo grau de contradição na informação para que o sistema funcione.*

A existência de informação divergente numa sociedade sob controle é não apenas inevitável, mas necessária à produção de conhecimento. Isso se deve à natureza mesma do conhecimento, que não resulta apenas de observação ou raciocínio, mas também da considera-

ção particular de hipóteses e versões, as quais, eventualmente, contestam o sistema de poder.

4ª Hipótese: *O controle de opinião pública fundamenta-se na (a) restrição de versões inconsistentes com o estado de coisas pretendido; (b) imposição de versões consistentes com o estado de coisas pretendido.*

O primeiro desses fundamentos refere-se ao que se chama normalmente de censura, em sentido amplo (o impedimento de enunciar, seja de que origem). O segundo, à divulgação impositiva, que pressupõe um conjunto de técnicas, como a orquestração dos meios de informação, a construção de narrativas edificantes ou a atribuição aos fatos de qualidades tais como *ameaça, conquista* etc.

5ª Hipótese: *Fatos que contrariam versões dominantes de interesse do sistema de poder podem ser desqualificados como fenômenos inexplicáveis; ou ainda remetidos a especialistas.*

A revolução russa de 1917 foi inexplicável e ameaça. Para torná-la mais inexplicável, a palavra *bolchevique*, que normalmente se traduziria por “majoritarista” ou “partidário da maioria” (de *bolchói*, grande; *bolchéie*, maior), foi traduzida inicialmente por “maximalista”, e depois mantida como transcrição fonética do russo, o mesmo ocorrendo com a palavra *menchevique* (de *méncheie*, menor), denominação dos inimigos social-democratas do partido de Lênine; já a palavra *soviétiskii* (de *soviétavati*, aconselhar) deixou de ter a tradução óbvia (“dos conselhos”) para dar origem à denominação exclusiva (em dezenas de idiomas) “soviético”. Para caracterizar a revolução como ameaça, recorreram-se a representações arcaicas sobre “perigos do Oriente” e a relatos aterrorizantes para públicos específicos (posse comunitária de mulheres, substituição da educação familiar pela do Estado, desapropriação de moradias e granjas etc.). A informação correta sobre o significado da revolução foi, tanto quanto possível, restringida aos estudiosos de relações exteriores, incumbidos de acompanhar o fenômeno.

6ª Hipótese: *O controle de opinião pública nas sociedades modernas fundamenta-se no domínio estatístico dos meios de informação pública, aferido pelas pesquisas de opinião.*

Trata-se de decorrência da 2ª e 3ª hipóteses. Porque se (a) o controle de opinião numa sociedade moderna nunca é total e (b) o sistema de poder beneficia-se de certo grau, minoritário, de opinião divergente, então (c): toda dominação é estatística. O desenvolvimento de métodos avançados e confiáveis de pesquisa de opinião viabilizam o a-

companhamento do processo, de modo a, se necessário, proceder a correções: aumentar ou reduzir o grau de restrição à opinião divergente; elevar a intensidade dos esforços de divulgação da opinião conveniente.

7ª Hipótese: *Restrições à opinião divergente e imposição de versões são tão mais rigorosas e intensas quanto maior a abrangência do veículo e seu poder de gerar reações de empatia. Os veículos menos controlados são os de informação técnica destinados a especialistas e aqueles de informação geral que se destinam às elites sociais.*

É observação corriqueira que o controle de opinião é menor sobre artigos em linguagem formal nos diários do que nos textos mais acessíveis das páginas de atualidades; nos jornais destinados a frações da elite do que nos diários populares. Da mesma forma, a televisão é mais controlada do que os jornais.

8ª Hipótese: *O controle de opinião pública é tão menos percebido quanto mais diversificados os mecanismos controladores e tão melhor expressam interesses particulares, ditos legítimos*

Crimes sem criminosos podem gerar insegurança e inquietação, mas não revolta. A existência de estrutura administrativa destinada a controlar a opinião pública - algo como um ministério da propaganda ou repartição de censura - cria a figura do grande culpado único, necessária a qualquer mobilização contrária, que se fará ao primeiro sinal de disfunção do sistema. Já a diluição do controle de opinião pública entre organizações financeiras e empresariais, grupos de pressão e autoridades setoriais (juizes de menores, conselhos profissionais, comissões legislativas, igrejas) divide as responsabilidades, introduzindo no debate razões particulares cuja legitimidade deve ser considerada de *per si*. A diluição de responsabilidade é maior quando se considera que informação é matéria prima abundante, de modo que alguma terá que ser selecionada; os critérios de seleção envolvem aspectos técnicos e éticos, de difícil caracterização; entende-se, por exemplo, que um artigo sobre criminalidade entre índios pode ser suprimido numa revista de antropologia sem que se saiba, exatamente, se isso aconteceu por alguma inadequação da pesquisa ou porque a criminalidade contrariava pressuposto sustentado pelo editor. A responsabilidade de uma acusação falsa, feita pelo Estado, pode ser facilmente transferida aos veículos que a divulgaram, quanto se discute o dano à imagem pública do ofendido. A restrição à arte erótica se valida em suposta proteção do público infantil; a restrição ao debate político na televisão pode fundar-se no interesse do espectador médio, que “prefere a novela”; razões de merca-

do explicam a superficialidade dos textos e a estúpida violência dos dramas.

9ª Hipótese: *O controle de opinião pública pode ser conseguido pela (a) restrição a versões divergentes ou imposição de versões convenientes aos produtores de informação pública; (b) cooptação ou adesão voluntária dos mesmos produtores; (c) combinação dos mecanismos anteriores.*

Embora as situações dos itens (a) e (b) possam existir isoladamente, sobretudo por períodos limitados (quando, numa situação de tensão política, nomeiam-se censores para as redações ou quando se formulam apelos “em nome da moralidade pública” aos controladores ou *gatekeepers* em indústrias de informação), a regra geral é que se aplique alguma combinação compreendida no item (c).

Todo trabalhador na indústria da informação deve ter certa tolerância ou conformidade com restrições impostas a seu trabalho, o que significa alguma adesão a mecanismos de controle. Suponhamos um publicitário que nada tenha contra o nu, por achar que a exibição do corpo humano em nada agride a moral: ainda assim, deverá se conformar com limitações à nudez na produção de seus anúncios. Imagine-mos um repórter: ele nunca mutilaria voluntariamente uma entrevista, mas admitirá com certeza que algumas partes sejam suprimidas para livrar-se de uma ação judicial ou simplesmente para que o resto seja publicado.

10ª Hipótese: *Modernamente, é dita ilegítima qualquer atividade de controle de opinião pública que se realize independentemente da ordenação econômica e fora do enquadramento em “leis de mercado”; e legítima qualquer atividade de controle de opinião pública que, pelo contrário, se apoie na ordem econômica e se enquadre em “leis de mercado”.*

Essa hipótese explica o primado dos indicadores de audiência e dos números da tiragem, ou das razões dos patrocinadores, financiadores ou anunciantes. A segmentação funciona de modo tal que um magazine sobre automóveis, por exemplo, pode ser bastante independente com relação a cada uma das fábricas de automóveis; ele se destina a vender veículos e a cultura do automóvel, não qualquer marca. No entanto, por força da mesma segmentação, dificilmente veicularia informação da qual resultasse rigor maior nos exames de motoristas (que eles se realizem à semelhança dos pilotos de aviões, navios ou maquinistas de locomotivas) ou fabricação de carros menos velozes, porque isso “afetaria negativamente o mercado”.

11^a Hipótese: *Salvo situações excepcionais, o controle de opinião exerce-se sobre versões, não sobre fatos. Essas versões permitem construir cenários convenientes do presente e do futuro.*

Fatos relevantes não devem ser omitidos porque existem independentemente do conhecimento que se tenha deles, e serão reconhecidos, em prazo variável, por suas conseqüências. Assim, os êxitos econômicos de um inimigo (digamos, um país sob bloqueio de comércio) não devem ser suprimidos, porém atribuídos a alguma circunstância odiosa: ao trabalho escravo, aos baixos salários, ou ainda a práticas que resultam em danos ao meio-ambiente - sempre, é claro, com alguma verossimilhança. Aí se percebe como é importante, para a escamoteação dos mecanismos de controle de opinião, que não se diferenciem fatos (o ocorrido) e versões (atribuições de sentido, causa, relação entre fatos). É a partir dessa confusão que um sistema altamente controlado pode afirmar que “não mente”, que “admite mesmo o que o contraria”.

12. AS LIÇÕES DO FASCISMO

Nenhum modelo político, em épocas recentes, utilizou mais amplamente do que o fascismo a imposição de unanimidade aparente. No entanto, ao lidar com o próprio conceito de fascismo, deparamos um bom exemplo do tipo de distorção que qualquer tipo de unanimidade que resulte de propaganda é capaz de gerar. Todos ouvimos dizer - e acreditamos - que o fascismo, com seu perfil nacionalista, racista, anti-liberal e imperialista, foi doutrina perfilhada por intelectuais medíocres, indivíduos ressentidos da classe média e marginais em geral, que conseguiram impor-se à ingenuidade dos povos por mecanismos um pouco misteriosos. Quem pensa algo diferente disso é suspeito de conivência com coisas abomináveis, como o extermínio de judeus, de ciganos...

Pois bem. Na verdade, o fascismo foi (provavelmente ainda é, ou virá a ser novamente) movimento cultural sério, que empolgou figuras importantes da inteligência mundial (como Martin Heidegger, T. S. Elliot, Ezra Pound) ao longo de meio século. Suas raízes, raramente buscadas, afundam em processos históricos, não na imaginação de carreiristas. Métodos que engendrou são copiados universalmente pelos regimes que se proclamam os mais liberais, sociais ou humanitários. Resultados que obteve, em prazo curto, são impressionantes. E as consequências execráveis de sua prática política não impedem que ela se repita em grupos organizados cuja emergência depende das circunstâncias de sempre: desemprego, desesperança ...

Por que se mente tanto com relação ao fascismo? Por que, quando se quer suprimi-lo como alternativa, cuida-se de conseguir isso desqualificando-o - uma forma, pois, de pensamento desiderativo: “se é conveniente que seja, então foi”? Porque a responsabilidade histórica pelo surgimento da doutrina se reparte entre forças ainda hoje dominantes. Porque há interesse em esconder os pontos de semelhança entre a engenharia social do fascismo e aquela outra, típica do *marketing* de bens e serviços. Porque a fantasia que nos faz supor-nos indivíduos livres, com atitudes tão personalizadas quanto a impressão digital, é um dos suportes dos sistemas que emergiram das duas guerras mundiais proclamando-se democracias. E ainda porque, embora ninguém mais

confie na racionalidade como determinante básica da ação humana, é parte da hipocrisia geral fingir que se confia.

No entanto, a própria estratégia de desqualificar o fascismo implica a aceitação de um de seus postulados: o de que a verdade é aquilo que convém a quem detém o poder de convencimento, ou aquilo em que as pessoas acreditam - mais ou menos como ensinava Górgias, o grego do diálogo de Platão a que nos referimos no primeiro capítulo.

12.1. As origens do fascismo

Como todo movimento político, o fascismo é o espaço de convergência de processos simultâneos. Ocorre quando a desesperança acomete os intelectuais e o desespero as massas. Assim, pode-se ser fascista por vários motivos, desde a insatisfação com o desemprego (o número de desempregados na Alemanha elevou-se de 2,8 milhões para seis milhões entre abril de 1930 e janeiro de 1933, ano da eleição de Hitler) até a consciência da humilhação da pátria (a raiz da palavra *pátria* é a mesma de *pai*) ou a percepção de que a sociedade está submetida a tal império de insensatez (ou é, na essência, insensata) que se torna impossível comunicar alguma coisa verdadeira e importante.

De que maneira se chegou a isso? Passada a guerra contra Napoleão, esgotados os esforços de restauração da Santa Aliança, a Europa ficou submetida, no plano econômico, à hegemonia inglesa - com *status* especial para a França. Isto significou, na prática, a imposição da *paz inglesa* em que os capitalismo ascendentes, como o da Alemanha, da Itália, da Áustria-Hungria ou da Polônia, eram submetidos a todos os processos possíveis de concorrência predatória e restrição de mercados. O êxodo rural (o esfacelamento do que restava da estrutura do feudalismo) e os impedimentos à industrialização (não havia como concorrer, na maior parte dos casos, com as mercadorias inglesas) geraram surtos de desemprego sem precedentes.

Ocorriam fantásticas mudanças no modo de viver. Imaginem o que significou para quem os viu surgir luz elétrica, telefones, cabos submarinos, automóveis, extensão do transporte ferroviário a lugares distantes, para toda sorte de gente e mercadorias, aviões! ... Eça de Queirós, nas primeiras páginas do romance *A cidade e as serras*, relata o encontro de um provinciano português com um amigo enriquecido e excêntrico, em 1875, em Paris, e dá a medida da perplexidade, que devia ser de muitos, com as inovações:

...Duma redoma de vidro posta numa coluna, e contendo um aparelho esperto e diligente, escorria para o tapete, como uma tênia, a longa tira de papel com caracteres impressos que eu, homem das serras, apanhei, maravilhado. A linha, traçada em azul, anunciava ao meu amigo Jacinto que a fragata russa *Azoff* entrara em Marselha com avaria!

Já ele abandonara o telefone. Desejei saber, inquieto, se o prejudicava diretamente aquela avaria da *Azoff*.

- Da *Azoff*? ... A avaria? A mim? Não! É uma notícia.

Depois, consultando um relógio monumental que, ao fundo da biblioteca, marcava a hora de todas as capitais e o curso de todos os planetas:
- Eu preciso escrever uma carta, seis linhas ...

A situação de recessão - a que mais consulta os interesses imediatos do capital financeiro - não permitia movimentos trabalhistas poderosos como os que marcaram a primeira metade do século XIX. O socialismo demorava a prosperar, nessas circunstâncias, e a intensa modernização (a revolução dos serviços públicos e dos meios de transporte) se fazia pela via conservadora. A saída foi fantástica onda migratória que transferiu excedentes populacionais - não só camponeses, mas técnicos de todos os níveis - para os Estados Unidos e, em menor escala, países sul-americanos, principalmente Argentina e Brasil. Vieram italianos, alemães, centro-europeus, árabes e, bem mais tarde, japoneses.

Quando uma situação dessas se prolonga, gerando desemprego estrutural, é claro que o estrangeiro que chega à procura de trabalho a qualquer preço - ou aquele que ocupa certa faixa de atividade econômica, formando uma espécie de quisto de solidariedade em benefício de outros imigrantes da mesma origem - aparece como o inimigo imediato e visível. Daí o racismo, que se especificou localmente como anti-semitismo, ou antieslavismo: na essência, é contra o imigrante, seja ele polaco, iugoslavo, turco, árabe, judeu. nordestino, banto ou asiático.

Em alguns países europeus, as circunstâncias conduziram a mudanças políticas peculiares. A Alemanha se unificou, a Itália também, em processos penosos que mobilizaram fortemente o sentimento nacional e, a longo prazo, aumentaram a capacidade de resistência à tendência global de tornar a todos meros mercados, fornecedores de matérias primas, produtos regionais e mão de obra barata. Nos demais, prevaleceu aliança típica entre o imperialismo e as forças mais reacionárias e antiquadas das políticas locais.

O império não tem qualquer interesse no desenvolvimento autônomo dos países clientes. Por outro lado, é pragmático: relaciona-se com as elites estabelecidas e as torna, de certa forma, solidárias com ele, ocupando-as de manter a ordem no território avassalado. Isso explica porque os ingleses toleraram, instauraram ou prestigiaram estados anacrônicos, colocando ou ajudando a manter em seus tronos desgastados califas, sultões, condes e duques tão estranhos ao espírito do Século XIX quanto uma pajelança ao ambiente de uma UTI: o Império Austro-Húngaro, a Polônia dos senhores de terras e do clero conservador, os folclóricos reinos do petróleo.

Tomemos um desses estados, o Império Austro-Húngaro. Do final do Século XIX até a Primeira Guerra Mundial, ali se concentraram alguns dos pensadores mais influentes de seu tempo e dos tempos que se seguiram: Sigmund Freud, o rapaz que, no curso secundário, se apaixonou por lendas gregas, e Alfred Adler, o descobridor do complexo de inferioridade; Ludwig Wittgenstein, o autor do *Tractatus Logico-*

Philosophicus, e seu irmão Paul, pianista a que faltava o braço direito e que, no entanto, fez carreira brilhante, merecendo peças para a mão esquerda compostas especialmente por Richard Strauss, Maurice Ravel, Benjamin Britten e Serge Prokofief; Franz Kafka, o romancista de *O Processo*; Stefan Zweig, que as circunstâncias trouxeram a Petrópolis, no Estado do Rio, onde escreveu o seu *Brasil, país do futuro*; Fritz Mauthner, o nominalista extremado a que se deve a tese de que todos os problemas da filosofia são, de fato, problemas de linguagem; os poetas Rainer Maria Rilke e Hugo von Hofmannsthal, parceiro de Richard Strauss em várias óperas; Ernst Mach, em homenagem a quem se nomeia a unidade correspondente à velocidade do som (*mach 1, mach 2...*); Heinrich Hertz, que empresta o nome aos ciclos por segundo da frequência das ondas; Franz Schubert, Gustav Mahler e Arnold Schönberg, o compositor e teórico musical do modernismo; os arquitetos pré-modernos Otto Wagner e Adolf Loos; os médicos Ferdinand von Hebra, Joseph Skoda, Richard von Krafft-Elbing, Albert Christian Billroth e Ignaz Philipp Semmelweiss, o pai da moderna assepsia; Karl Menger, o economista autor da Teoria da Utilidade Marginal; o jornalista Karl Krauss, talvez o mais brilhante analista e crítico da imprensa de todos os tempos... Um elenco completo, a que se é obrigado a somar um jovem operário (vejam como isto soa menos degradante do que “pintor de paredes”, como o descrevem) e pretendente a arquiteto, Adolf Hitler.

A capital do Império, a Viena das valsas de Johan Strauss e dos militares garbosos, especialistas em danças de salão e em perder batalhas - como aquela em que disputaram com as tropas de Bismarck, em Sadowa, o domínio sobre a Prússia, poucas semanas antes da *première* mundial do *Danúbio Azul* - foi descrita por quem a conheceu como uma cidade neurótica onde os elegantes sentados em frente a taças de vinho nos cafês típicos recolhiam-se, à noite, para dormir em catres de cubículos (era intensa a crise de moradia). Uma cidade aparentemente liberal mas absolutamente fechada às idéias novas - particularmente às muitas que nasceram ali. Seus governantes, os monarcas habsburgos, julgavam-se instrumentos de Deus na Terra, imperando sobre a Áustria, a Hungria, a Iugoslávia, as nações tcheca e eslovaça: um país extenso, dividido e pobre, militarizado e clerical, fortemente dependente das safras húngaras de trigo, com elite intelectual sofisticada, crítica e européia ...

A elite não fazia por menos: das iniciais K & K (de *Kaiserlich-Königlich*, imperial-real, ou *Kaiserlich und Königlich*, imperial e real) formou o neologismo kakânia, numa espécie de trocadilho combinatório do tipo daqueles a que Freud dedica boa parte de seu estudo clássico sobre o chiste, com tradução insultante - algo como *excremência* ou, mais propriamente, *merdência*. Esse era o nome pelo qual se chamava coloquialmente a pátria.

Ali, em Viena, cercada por um *boulevard* de 18 metros de largura, orlado de árvores, o Ringstrass, e servida por luz elétrica e esgotos sanitários, mas onde o palácio imperial se iluminava com lampiões e

discretamente dava saída, todas as noites, aos barris de excrementos, nasceram, quase ao mesmo tempo e de circunstâncias parecidas, o nacional-socialismo alemão - o nazismo - e o sionismo. São doutrinas divergentes, mas que têm em comum a fábula do povo eleito e o conceito étnico de nação.

O conteúdo anti-semita do nazismo nascente pode ser explicado pelo habitual raciocínio da concorrência econômica. Em 1873, houve queda violenta na bolsa; a recessão que se seguiu durou 23 anos. Por esse tempo, os judeus foram apontados como culpados: eles eram cinco por cento ou mais da população, muitos vindos da Hungria e no geral dedicados ao comércio - pelo menos a maioria dos que não se convertiam, em geral ao metodismo, e se contavam nas estatísticas como alemães (o iídiche era considerado dialeto alemão). Vários políticos foram responsáveis por essa inculpação, entre eles Karl Lueger, perfeito eleito e muito popular na cidade, crítico costumeiro do capitalismo em geral e, obviamente, dos capitalistas judeus em particular.

A figura mais típica da construção do nazismo no império habsburgo foi, no entanto, Gerg Ritter von Schöener, filho do nobre cavaleiro de Rosenau. Sua preocupação inicial era com a suposta provável hegemonia eslava sobre a Boêmia, sua região; no entanto, tornou-se extremado pangermanista, na esteira do nacionalismo que imaginava representado pela figura de Bismarck. “Se ao menos pertencêssemos ao Império Alemão!”, gritou, em 1878, no Parlamento; anos depois, em 1884, juntou-se a Lueger na denúncia da proposta de concessão ao banqueiro Rotschild da estrada de ferro que ligaria Viena à Boêmia setentrional; no ano seguinte, ajudou a acrescentar um item ao Programa Linz da facção nacionalista do Partido Liberal, recomendando a “remoção da influência judaica de todos os setores da vida pública”.

Mais do que o anti-semitismo, que não era apenas dele, Schöener destacou-se pelos métodos (em 1888, invadiu a instalações do jornal *Neues Wiener Tageblatt* para quebrar as máquinas e espancar funcionários, perdendo, por isso, sua patente de nobreza, além de ser preso e ter os direitos políticos cassados) e pelas contradições íntimas de sua doutrina. Rejeitava explicitamente a razão e o progresso e, no melhor estilo da época, propunha sua substituição pela política de *von-tade do poder* (ou *da potência*, que é melhor tradução da expressão alemã). Misturava elitismo aristocrático e despotismo com democracia; nacionalismo e um populismo que dizia ser o espírito dos levantes populares de 1848 com o apelo a conceitos atávicos ou arquétipos (da cavalaria medieval); anticlericalismo com a defesa da exploração estatal dos serviços públicos e críticas às associações de apoio mútuo entre corporações (guildas) - uma composição de idéias tipicamente fascista, no sentido de que, nela, a eficácia do apelo sobrepõe-se a qualquer preocupação de coerência.

O surgimento do sionismo como força política tem história parecida. Theodor Herzl nasceu em Budapeste e, ao migrar para Viena, em 1878, adotou o nacionalismo alemão. Era judeu convertido, políti-

camente liberal que, para escapar ao destino do comércio, penetrara na elite cultural da cidade. Era também sujeito elegante e bem vestido, o oposto do judeu da casa de penhores. Como correspondente do *Neue Freie Presse* - o principal jornal vienense e um dos mais importantes da Europa - acompanhou, em Paris, os julgamentos do anarquista Ravachol e do tenente Alfred Dreyfus, este episódio-índice do anti-semitismo europeu. Dessa experiência e da profunda convicção (que lhe chegou de leituras, desde Eugen Dühring a Édouard Drumont) de que os judeus não pertenciam à Europa - menos ainda o judeu rico, homens de negócios, sem cultura e nobreza - começou a formar uma ideologia reversa.

A irracionalidade da política nacionalista alemã (*Völkisch*) tornou-se evidente para ele, segundo seu relato, numa apresentação da ópera *Tanhauser*, de Wagner. Mas, em lugar de simplesmente rejeitá-la, pareceu-lhe razoável pôr de cabeça para baixo a mensagem wagneriana: em lugar de uma sociedade alemã, dirigida por uma elite de criadores, não comprometida com a aristocracia degenerada, a classe média consumista e o proletariado grosseiro, um estado judaico, gerido pela elite intelectual e cuja existência fosse assegurada pela vontade coletiva.

12.2. O universo do fascismo

O fascismo, quando se procura olhá-lo como objeto de conhecimento, tem, assim, aspectos muito diferentes do que nos tem sido dado apreciar. De onde provém essa curiosa combinação de moderno e antigo, de socialismo e racismo, de idealismo e artimanha política? Algumas matrizes ideológicas podem ser apontadas:

1. a descoberta de que o homem não é um ser essencialmente racional, de que a verdade não lhe é evidente ao ser enunciada e que a razão lhe serve, o mais das vezes, para explicar-se a si mesmo e convencer os demais. Essa é a grande constatação da Europa do Século XIX, aquilo que a opõe e inova diante do iluminismo setecentista: está em Freud (que, no entanto, ainda imagina a cura pela razão), em Nietzsche, em Schopenhauer, em Weber, na Teoria da Utilidade Marginal e, obliquamente implicada, até mesmo em Marx, cuja dialética, tomada a Hegel, se pretende razão extremada: pois não é determinação, e não escolha, o que faz da classe operária a portadora do sonho do futuro? E não é a ideologia uma construção simbólica que deforma e, no entanto, realiza a História?

2. a suposição de que, por mais democrática que se pretenda a estrutura, haverá sempre alguns homens que comandarão outros homens: descobridores, inventores, detentores da palavra. Essa é uma constatação que emerge da organização do trabalho na sociedade industrial e da experiência da liderança. Dela resulta duas consequências sérias: a de que, para atuar sobre a sociedade organizada (a desorganizada é errática e ineficaz, fazendo sentir sua vontade, no máximo, em explosões eventuais) é essencial agir (cooptar, intimidar, convencer)

sobre as lideranças, os formadores de opinião; e a de que uma sociedade ideal terá uma elite (de lideranças, formadores de opinião, gente legitimada para falar) que expresse esse idealidade.

3. a semiologia rudimentar segundo a qual o homem é um ser simbólico, que associa formas a conteúdos e que tem, não apenas memória curta para os fatos objetivos, mas também memória de longo termo difusa, coletiva, na qual guarda antigas associações e valores. Dessa perspectiva, o mundo se apresenta ao homem como repetição de formas significantes pelas quais procura entender os novos significados. Os símbolos (a cruz, a suástica, o pano vermelho, a caveira com as tíbias cruzadas) são poderosos, sumários, perceptíveis e isentos de crítica; dentre eles, os arquétipos revivem emoções e acionam respostas. Significam revelação, repleta de verdade, alimentada pela experiência e com intensidade mística, no sentido de que se reportam a explicação global e simples do universo das coisas.

4. a relatividade da verdade e a força de convencimento do que é simples, evidente e imediato. Por esse princípio, se uma verdade é complexa, ela não deve - e, na verdade, não pode - ser dita ao homem comum, que a rejeitará, na medida em que o contraria ou agride seus valores. É preciso dizer o que as pessoas querem ou precisam ouvir: cobrir a qualquer custo o fosso entre o crime e o culpado - inventá-lo, se preciso; repetir o comando, não argumentar ou admitir o contraditório; emocionar, não explicar; canalizar sentimentos, não afrontá-los. A versão mais simples e mais intuitiva é sempre a mais aceitável.

5. a convicção de que nenhuma razão, exceto a mobilização coletiva de vontades, constrói a História.

12.3. Os modelos fascistas

Um viés do fascismo é que ele pressupõe alguma mística, daí aparecer às vezes associado ao pensamento religioso - no integralismo brasileiro como em algumas vertentes integristas espanholas, nos Guardas Nacionais da Irlanda, no movimento Rex da Bélgica ou na Legião do Arcanjo Miguel, da Romênia. Uma breve geografia das mais importantes eclosões do fascismo (muitas outras houve e há que se disfarçam) é o que se segue.

Na Itália, de onde provém o nome - a *fascia*, o feixe, ilustra o poder da unidade de partes individualmente fracas - o fascismo brota do socialismo pela mão de um homem inteligente, Benito Mussolini. A evolução do movimento se faz em conflito entre os militantes intransigentes e os colaboradores - as equipes técnicas e econômicas sem as quais é impossível gerir o Estado. Um Estado que “preside e dirige a atividade nacional em todos os seus setores”, de forma que “nenhuma organização, quer política, quer moral, quer econômica, pode subsistir fora dele”. Entre o Estado e o indivíduo, a corporação, pela qual “as vontades conciliam-se numa única vontade, os fins num único fim”. Um fascismo em tensão com as elites dirigentes, que dele se livrarão, ha-

vendo oportunidade, embora tenham-se beneficiado do regime; sob esse aspecto, uma revolução frustrada (ou “incompleta”, como admitia o próprio Mussolini) que, ao caçar corruptos, diluiu-se na própria corrupção.

Na Alemanha, o movimento, alimentado pela indignação das classes intermediárias da sociedade diante da fragilidade e circunstâncias da República de Weimar (a inflação galopante, a portentosa dissipação dos ricos), associa-se, em dado momento, com a nobreza e a grande indústria - a direita tradicional; abre-se, ao mesmo tempo, pela retórica de Joseph Goebbels, para a massa operária do Ruhr e da Saxônia (operários - 31,5% -, somados aos assalariados do setor terciário e aos artesãos, compunham 60,4% dos membros do Partido Nazista em 30 de janeiro de 1933).

Doutor pela universidade de Heidelberg com uma dissertação sobre o dramaturgo romântico Wilhelm Schütz, Goebbels tomou como ponto de partida para seu trabalho o clássico de Gustave le Bon *Psicologia das massas*, publicado em 1911. Muito antes de dispor de poder total sobre a máquina do estado alemã - que lhe permitiria não apenas produzir versões, mas criar ou inventar fatos - ele já havia cunhado algumas frases que se tornaram clássicas no ramo. Por exemplo, essas, de 1926, registradas em seu diário: (a) “Berlim (leia-se: a metrópole) precisa de sensações como um peixe precisa de água”; (b) “qualquer um que conquiste as ruas conquistará as massas: e quem conquistar as massas conquistará o Estado”; (c) “fascismo e bolchevismo foram formados por ninguém mais do que o grande orador, o grande manejador de palavras”.

A derrota na Primeira Guerra Mundial pareceu incompreensível a muitos alemães, que tinham notícia das vitórias de seu exército a Leste e da penetração profunda em território inimigo, a Oeste; não se disparara um tiro no território do Reich. Nesse contexto, em que a hipótese de uma traição da liderança política era aceitável, as condições do pós-guerra alimentaram o ressentimento popular. Os vencedores impuseram, como “reparações de guerra”, pagamentos gigantescos - mais ou menos como os da “dívida dos países latino-americanos”, na década de 1920 - e não relutaram em fazer pouco caso da soberania alemã. Isso ficou evidente quando, com o pretexto de que a República de Weimar havia atrasado o pagamento de prestações, tropas franco-belgas cruzaram o Reno e ocuparam a região industrial do Ruhr, em janeiro de 1923.

O clima adequado à ascensão do nazismo completou-se com a recessão prolongada que se seguiu ao *crack* de 1929 na Bolsa de Nova York. O anticapitalismo dos primeiros tempos foi cedendo mais espaço ainda ao anti-semitismo, à medida que se faziam os conchavos necessários à tomada do poder. Mas a ideologia nazista não inventou coisa alguma: anticapitalismo, anti-semitismo e crença exacerbada no *Völkisch* não eram novidades na Alemanha. No poder, os nazistas providenciaram empregos, com grandes obras públicas e o esforço de guerra; ali-

mentaram e levaram ao extremo o orgulho nacional; e forneceram a quantidade necessária de festas e acontecimentos portentosos capaz de manter o entusiasmo da maioria das pessoas.

A coligação tácita entre os nazistas e os *capitais arianos* predominou por algum tempo, numa situação que se iria inverter na etapa final da Segunda Guerra, quando os militantes ficaram, afinal, sós na esperança inútil de vitória. A figura de Hitler, ostentada como bandeira pelo nazismo e assumida como símbolo demoníaco pelos opositores, imperava sobre um país que ele não poderia gerir sozinho, senão apoiado por alianças que o levaram ao poder - eleito, e com o voto dos operários alemães ... A luta pelos mercados tornou-se guerra pelo espaço vital, que deveria ser roubado aos demais povos da Europa; a retórica anti-semita, anti-eslava, anti-o-não-alemão deriva em homicídio em massa, trabalho escravo ... Talvez essencialmente o nazismo cuidasse de criar um novo homem, o que, de certa forma, conseguiu - para exterminá-lo nas batalhas ou na humilhação da derrota. Mas sua principal herança, além da memória do morticínio (álibi também para os crimes de guerra dos aliados, como o bombardeio inútil da cidade-hospital de Dresden, onde se jogaram as bombas antes destinadas ao Ruhr, após acertos financeiros entre as firmas alemães e os banqueiros americanos), foi o exercício das táticas de controle da opinião.

As organizações nascidas do nazismo triunfante, na década de 30, em vez de serem veículos de pressão de interesses sobre o governo, tornaram-se instrumento da pressão do Estado sobre os interesses que representavam. O Ministério da Propaganda e do Esclarecimento Público, chefiado por Goebbels, compunha-se de onze divisões, incluindo a Frente do Trabalho, a Organização Agrícola e as organizações comerciais, transformadas em canais de informação do centro às bases. Rádio, teatro, cinema, arte, literatura e imprensa eram instrumentos de propaganda subordinados ao Ministério. Mas o trabalho que se considerava principal era o exercido pelas escolas e entre os jovens, organizados na Juventude de Hitler, com até sete milhões de membros, entre dez e 18 anos. Em escolas de liderança e castelos adaptados para esse fim, jovens selecionados submetiam-se a cursos de três a quatro anos: eram destinados a ocupar as posições de mando na vida política, econômica e social.

Em termos de conteúdo, o nazismo se apresentava como doutrina de conflito binário - como, de resto, o marxismo em suas versões práticas. O divisor de águas era a raça, isto é, a germanidade e a não germanidade: a condição de ser mais ou menos puramente alemão (coisa que gerava debates técnicos, de conteúdo antropológico, histórico e, principalmente, biológico) definia os conceitos de fraternidade, aceitação cultural e tolerância - mais ou menos como a condição de helênico para o helenismo. O outro, o estrangeiro, o excluído, judeu ou eslavo, sempre o inimigo, o detentor do bolchevismo depravado ou - nos termos da aliança com os grandes empresários - do *capitalismo mau*.

O movimento fascista na Bélgica, na Inglaterra e na Irlanda foi bloqueado pela iminência da guerra. No caso inglês, sua face visível foram as agitações de rua promovidas pelas camisas-pretas de Oswald Mosley, líder que se propunha, em 1933, a alcançar o poder mais depressa que os alemães. Na Irlanda, o movimento (National Guards United Irishman) teve aspecto religioso, como todo processo histórico ali; também na Bélgica, mas com uma face social visível: “Hoje a miséria é enorme, sobretudo depois que a moeda perdeu seu valor, pois o custo de vida subiu e os salários aumentaram”, proclamava Léon Degrelle, chefe rexista. “Como quer você impedir que esses infelizes se tornem comunistas? Não podemos fazer como os velhos partidos. Teríamos que lhes ensinar tudo e, em primeiro lugar, teríamos que fazê-los amar os homens...”

Dentre os fascismos nórdicos, o norueguês é o mais original. Seu líder, Vidkun Quisling, é um oficial brilhante que se torna anticomunista após 12 anos de missão diplomática na Rússia, ocupa em 1931 o cargo de Ministro da Defesa e, em 1933, funda a União Nacional, braço político do fascismo. Além do racismo (“por uma comunidade nórdica”), ele propõe que a Noruega “retome sua missão civilizadora iniciada há mil anos”. Responsável pelo Governo durante a ocupação alemã, foi executado em 1945. Na Finlândia, o movimento de Lapua, de base rural, religiosa e nacionalista, desenvolve intensa campanha anti-soviética e tenta um golpe de estado fracassado, em 1932.

A França emprestou ao movimento fascista um teórico de texto brilhante, Charles Maurras, cujo *Inquérito sobre a monarquia (Enquête sur la monarchie)*, defesa apaixonada da realeza “tradicional, hereditária, antiparlamentar e descentralizada”, aparece em 1900. Em vários de seus textos, ele constrói metáforas biológicas para a ciência política, como neste parágrafo de *Minhas idéias políticas (Mes idées politiques)*, de 1937:

O progresso é aristocrata. Isto não prova ainda que o nosso progresso social deve realizar-se, tal como o progresso animal, à custa da desigualdade dos indivíduos; isto não prova ainda que as funções e os órgãos do Estado devam ser desiguais. Todavia, tais verificações (N. do A.: sobre a diversidade biológica) não podem deixar de inspirar aos espíritos reflexivos, simultaneamente com as claras noções dos constantes passos da natureza, o sentimento de que esses passos não são de modo algum os propostos pelos dogmas revolucionários. Esses espíritos reflexivos são levados, portanto, a hesitar entre duas conjecturas: talvez exista na natureza universal um reino humano estabelecido como um império num império e cuja regulamentação geral, diferente de todas as outras leis naturais, lhes seja oposta e completamente contrária; talvez também, porque a primeira e pouco verossímil hipótese choque todas as idéias do tempo, talvez esse modo de ver revolucionário seja falso e o estatuto do gênero humano deva ceder bastante as leis de autoridade e de hierarquia que são a providência visível dos outros seres.

Outro escritor francês importante por sua influência, principalmente sobre Mussolini, foi Georges Sorel, cujas *Reflexões sobre a*

violência (Réflexions sur la violence) apareceram em 1908. Defendia ele a luta - qualquer que seja o grau de vigor - como instrumento de purificação de qualquer doutrina e se propunha “saudar os revolucionários tal como os gregos saudaram os heróis espartanos que defenderam as Termópilas e contribuíram para manter acesa a luz do mundo antigo”.

Com tais prógonos, a direita francesa, organizada na Action Française (monarquista), teve papel político muito ativo nos anos que antecederam a guerra e é difícil diferenciar, aí, até onde vai o pensamento conservador e onde começa a prática fascista. De fato, os quadros dirigentes do Estado e a imprensa francesa (onde o *Paris Soir*, do magnata Jean Prouvost, imperava com sua tiragem verpertina de dois milhões de exemplares diários) dividiam-se entre a hostilidade histórica com a Alemanha e a simpatia pela lei e ordem que imperavam sob Hitler. Não é por acaso que o velho Marechal Pétain, herói da Primeira Guerra Mundial, aceitou comandar o governo colaboracionista de Vichy, protagonizando o que a propaganda chamava de *Revolução nacional*.

O movimento fascista nacional húngaro, a Heimwehr, milícia de defesa patriótica, chegou a receber auxílio italiano, mas foi também atropelado pela guerra, porque combatia o nazismo (chegou a enfrentar a insurreição nacional-socialista, em 1934). Na Hungria, o fascismo teve face revolucionária. O Partido nacional-socialista de Zoltan Mesko (185 mil membros em 1935) pedia a partilha das grandes propriedades agrícolas e sua contrapartida mais urbana, o Partido das Cruzes Fechadas (cem mil membros em 1939), foi o que contou com maior participação operária dentre todos os congêneres da Europa.

Na Romênia, o anticomunismo e o anti-semitismo formam as bandeiras mais evidentes da Guarda de Ferro, movimento místico e político liderado por Corneliu Codreanu que sucede à Legião do Arcanjo Miguel e se torna, em 1937, o terceiro partido do País. Seu líder foi executado por traição, com 13 correligionários, em 1938. O caráter litúrgico do movimento se expressa nesse parágrafo de Codreanu, relatando uma cerimônia de juramento dos legionários:

Começou-se por misturar a terra proveniente do túmulo de Miguel, o Bravo, de Turda, com a terra da Moldávia recolhida em Räsboieni, onde Estêvão, o Grande, travou a sua mais dura e gloriosa batalha e, por fim, com as terras de todas as regiões romenas onde o sangue dos antepassados, derramado em cruéis combates, penetrou a terra e a santificou...

A Falange espanhola, com a sigla *Fe* (fê), liderada por José Antônio, não chegou a ser muito poderosa, mas assumiu importância particular pelas mãos de seu herdeiro, o General Francisco Franco que, com apoio alemão, derrotou, em 1936, na guerra civil, o Governo republicano, instaurando o longo regime franquista. Da mesma forma, um fascismo descaracterizado impôs-se a Portugal, com Antônio de Oliveira Salazar; refletiu-se, além-mar, nas esferas burocráticas dos estados, principalmente na Argentina, Brasil e Chile. Não se deve desprezar, no entanto, a influência nazista nos Estados Unidos, onde o espírito do ra-

cismo xenófobo empolgou esferas intelectuais e forneceu aos movimentos militaristas, antinegros e anti-semitas suportes para um discurso ideológico ainda vivo e atuante, hoje em dia.

No Brasil, o movimento integralista tentou um golpe de estado, em 1938, e tornou-se, depois da guerra, partido político de fraca representação e algum apoio no Sul do País. Plínio era poeta religioso, participante do movimento modernista (escreveu poemas para a revista *Klaxon*) e sua pregação chegou a empolgar, em certa época, figuras que depois tiveram eminência na esquerda católica, como o crítico Alceu Amoroso Lima e o padre Hélder Câmara, que se tornaria Arcebispo de Olinda e Recife. No caso brasileiro, é interessante observar também como a existência de um movimento fascista mundial forte, oposto ao liberalismo (a doutrina oficial norte-americana, na época temperada pela política do New Deal), permitiu a Getúlio Vargas, durante toda a década de 30 e nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, exercitar sua habilidade política, aproveitando-se da contradição ora para vender estoques gravosos de algodão do Nordeste ao Eixo (Alemanha-Itália), ora para instalar no país a sua primeira grande siderúrgica, em Volta Redonda.

Que o fascismo não morreu ou sumiu, é claro (obviamente, as idéias não são seres vivos ou substâncias voláteis e, portanto, não morrem ou somem; sua transformação é menos catastrófica). Não apenas porque os partidos fascistas, que permaneceram algumas décadas em hibernação, ressurgem em alguns lugares, mas pela própria transformação dos conceitos convencionais de democracia e gestão do Estado. Por toda parte, há um sentimento contra os políticos e parlamentos que tem, na essência, traços fascistas (a ênfase política na luta contra a *corrupção generalizada* é constante nesse discurso); os executivos nacionais tornaram-se mais poderosos diante dos parlamentos; o individualismo e o racionalismo são muito menos levados a sério. A fórmula de subsídio à agricultura, utilização de mão de obra excedente em projetos monumentais de sentido propagandístico, estímulo à auto-suficiência, financiamento das exportações, controle rígido das importações e dos recursos bancários sem abolição da propriedade privada repete-se com variantes em pequenos e grandes milagres econômicos. Fala-se em *inconsciente coletivo*, *engenharia social*, *controle de massas*, *orientação da cultura popular*; os misticismos prosperam em muitos fundamentalismos. Finalmente, a idéia nacional (o qualificativo básico, a terra natal, a língua, a cultura de origem) saiu extremamente fortalecida, em guerras de libertação como a do Vietnã; é uma força desordenadora que se opõe à globalização intentada em anos recentes.

12.4. A propaganda fascista

A propaganda fascista - a nazista em particular, conduzida por Goebbels - gerou um estudo original importante, de Serge Tchakhotine, e uma síntese interpretativa muito útil, de Jean-Marie Domenach.

Foi objeto ainda de relatórios mais ou menos reservados, de natureza estratégica (os documentos do Ministério da Propaganda não são de fácil acesso), de análises de especialistas em relações públicas (que a consideram, em geral, variante totalitária de seu ofício) e de interpretações psicanalíticas.

Essas, como em geral as aplicações da psicanálise à psicologia social, pecam pela impossibilidade de comprovação das versões apresentadas para os fatos. Wilhelm Reich, por exemplo, na *Psicossociologia do fascismo*, livro cuja primeira edição, em alemão, data de 1933, refere-se ao levante de determinada guarnição militar russa na guerra civil de 1905: conta que os soldados executaram os oficiais, assumiram o comando do forte e se renderam; atribui a rendição ao sentimento de culpa pelo assassinato do pai, simbolizado nos homens em comando. Ora, só inquérito muito acurado, conduzido com rigor científico, poderia estabelecer, sem dúvida, essa causa, e não parece ser o caso.

Tchakhotine aplica à análise da propaganda nazista a teoria do condicionamento de reflexos tal como exposta por Pavlov. A experiência básica do sábio russo consiste no acionamento de dispositivos inatos, os reflexos (a salivação do cão), diante da exposição repetida a um símbolo coincidente (som, pequeno choque). Demonstrou ele que, fazendo coincidir o alimento (a carne) com o som de uma sineta por algumas dezenas de vezes, ao final o animal (qualquer animal superior) reagirá ao som isolado como se o alimento estivesse presente. Da mesma forma que um novo reflexo (o reflexo condicionado) se forma, ele pode ser inibido: ou pela ativação de reflexo concorrente (a presença de um gato) ou pela percussão constante da sineta sem que se agregue, em nenhum momento, a comida; neste caso, o reflexo condicionado desaparece lentamente. O estímulo a um centro nervoso se estende aos centros nervosos vizinhos, avançando e refluindo conforme a intensidade; o mesmo ocorre no processo de inibição.

Tchakhotine organiza os reflexos inatos do homem em impulsos: agressivo-libertário, de posse-consumo, sexual e protetivo. Para ele, os efeitos da propaganda sobre as pessoas podem ser explicados pelo condicionamento das respostas básicas a esses impulsos mediante a exposição a estímulos sensórios tais como cores, formas, símbolos gráficos, sons, melodias, espetáculos complexos. Assim, a coincidência de um símbolo com um ato de força contra nós fará, se repetida, com que o símbolo mesmo nos desperte temor ou raiva; uma canção associada a um estado de euforia (suponhamos, um evento de paixão retribuída) motivará, ela mesma, novo estado de euforia.

No modelo de Tchakhotine, os quatro impulsos são ordenados conforme sua essencialidade, ou na ordem cronológica em que aparecem ao longo da vida. O impulso agressivo ou de libertação existe ao nascer; depois, aparece o impulso alimentar/de posse e o sexual que formam, os dois, uma unidade complexa; finalmente, o impulso protetivo, voltado para seres da mesma espécie ou de outras espécies. A mensagem publicitária consiste na associação, tão ostensiva e repetida

quanto possível, de um símbolo a uma emoção acionada por um desses impulsos: o logotipo ou garrafa do refrigerante ao prazer da praia (impulsos de libertação, sexual); o automóvel ao ambiente luxuoso (de posse), ao castelo (agressivo, de posse) ou ao romance (sexual).

Aplicando tal fórmula associativa à propaganda nazista, o autor constata que a utilidade de determinados símbolos se desgasta ao longo do tempo, de modo que é necessário ativá-los: uma onda de quebra-quebra a que se associaram determinados uniformes, símbolos e gestos faz com que os mesmos uniformes, símbolos e gestos sejam temidos por algum tempo, mas não para sempre; assim, é necessário retomar o quebra-quebra para que se reative o reflexo condicionado. A propaganda nazista depende da (e consiste de esforços para a) preservação de estados emocionais de excitação ou inibição.

Podemos aplicar o raciocínio de Tchakhotine à insensata decisão alemã de invadir a Rússia, quando a Alemanha já dominava quase toda a Europa Ocidental e hostilizava a Inglaterra, no curso da Segunda Guerra Mundial. As tropas do *Reich* haviam chegado a seu limite na frente ocidental; estava claro que o desembarque nas ilhas inglesas, se possível, não seria imediato. Nesse momento, tendo cessado os estímulos reais, os símbolos a eles associados dos quais dependia a estabilidade do Estado (a disposição das pessoas de trabalhar para sustentar a guerra, dos soldados de lutar etc.) começaram a desgastar-se. Surgiram conspirações e dados inquietantes que demonstravam a necessidade de novo e mais poderoso estímulo real: nesse contexto, teria Hitler se voltado para a frente oriental.

Mas o estímulo básico de qualquer política deve ser buscado na economia. O nazismo, ainda que controlando os sindicatos, precisava assegurar pleno emprego e um clima geral de expansão da riqueza; para isso, deveria acelerar a demanda por produtos e o acesso a matérias primas, o que só era possível fazer com mercados-fontes crescentemente ampliados (daí o *espaço vital*) e com a mobilização nacional para o esforço de guerra. A conjugação desses dois objetivos assegurou ao regime seus anos dourados da década de 30.

Se verdadeira a hipótese, trata-se do aprisionamento do Estado pela propaganda; será legítimo definir o regime fascista como aquele em que não se faz propaganda para obter resultados concretos (uma represa, por exemplo) mas produzem-se resultados concretos (a represa) para fazer propaganda. Tal definição tem o defeito, ou o mérito, de ser bastante universal, aplicando-se à boa parte das ações políticas nos países contemporâneos.

Vista de maneira geral, a teoria sustentada por Tchakhotine, quanto ao tema específico da propaganda, oferece três problemas essenciais:

(a) aplica-se a toda propaganda moderna, particularmente à publicidade comercial (estou usando as palavras propaganda e publicidade na acepção europeia: a primeira, como conjunto de esforços para divulgação de um conteúdo, a segunda como veiculação ostensiva). Vi-

vemos a era das marcas, cada uma das quais busca-se associar a situações objetivas que suprem determinadas aspirações socialmente difusas - de prestígio, sexual, de consumo... Anúncios de campanhas beneficentes recorrem ao impulso protetivo; artigos de consumo pessoal, como desodorantes ou absorventes, exaltam a simbologia sexual; cigarros populares são mostrados em histórias de liderança, enquanto outros, mais caros, valorizam o hedonismo; ninguém mais vende automóveis como veículos de transporte, mas como espaços de afirmação, prazer ou luxúria. Falta, então, especificidade com relação ao fenômeno político do nazismo, embora se evidencie muito adequadamente a importância dos símbolos na condução desse e de outros discursos sugestivos, voltados para o envolvimento emocional;

(b) a divisão em quatro impulsos básicos, embora um achado em termos didáticos, é pouco elucidativa quando se trata da análise de ocorrências práticas. Na verdade, um mesmo procedimento (e os símbolos que se associem a ele), como a conquista amorosa, envolve sentimentos de fundo sexual, agressivos (de liderança), de consumo (o amor pode ser uma relação de poder) e protetivo (evidente nos casos, aceitáveis ou não, de pedofilia). Embora o fascismo se apóie, mais freqüentemente, nos impulsos agressivos/libertários, ele apela para uma cooperação (a *fascia*), até mesmo entre contrários (nas corporações de patrões e empregados), o que sugere a inibição de outros impulsos agressivos/libertários. Talvez por isso a educação fascista valorize tanto os esportes coletivos, como os grandes espetáculos de ginástica, a que não falta, no entanto, alguma essência erótica, e um tanto de posse (a grandeza) ou de proteção (a *nossa juventude*);

(c) ao aplicar seu modelo a situações objetivas e impressões subjetivas, Tchakhotine incorre em erro clássico na filosofia - igualar umas às outras. Ora, parece evidente que o esporte regulamenta o impulso agressivo e o debate parlamentar o sublima; que o público experimenta processo de imitação ou de emulação diante de um ídolo, desportista ou músico. Mas não é por igual evidente que o sentimento de quem pratica esporte ou admira um artista seja agressividade regulamentada, imitação ou emulação; pode-se jogar futebol esperando ganhar muito dinheiro ou impressionar a namorada; admirar um artista pela necessidade de integrar-se a um grupo, como ocorre com os adolescentes.

Tomando-se por verdade que a religião se apoia basicamente no impulso alimentar-possessivo, a adesão a uma confissão religiosa pode decorrer de motivações agressivas-libertárias (para um cruzado, para um católico irlandês), protetivas (o culto do menino Jesus) ou eróticas (que se tem denunciado, algumas vezes, na literatura sacra dos conventos femininos).

12.5. As leis de Domenach

Domenach demonstra que a propaganda política moderna deixa de se caracterizar por eventos publicitários pré-eleitorais:

Não se trata mais de uma atividade parcial e passageira, mas da expressão concreta da política em movimento, como vontade de conversão, de conquista e de exploração. (...) A propaganda ligou-se à guerra a ponto de substituí-la naturalmente: desde 1947, nutriu a guerra fria, tal como alimentou, em 1939, a guerra de nervos... A atual propaganda é a guerra levada a cabo por outros meios.

Com base principalmente na experiência do nazismo, o autor formula suas leis; vamos tomá-las com roteiro para a apresentação do problema:

(1) *Lei da simplificação e do inimigo único* - Consiste na apresentação da doutrina simplificada e da eleição de um inimigo comum, um *culpado* pelos males sociais. Essa primeira lei da propaganda decorre em parte do mecanismo inicialmente previsto para difusão da doutrina pela Congregação para a Propagação da Fé (*Congregatio Propaganda Fidae*), instituída pelo Papa Clemente VIII, em 1597, e de onde se origina a palavra *propaganda*, tomada do ablativo do gerúndio do verbo *propago, as, are*.

Estabeleceu a congregação que a doutrina, antes de ser propriamente propagada, deveria ser condensada em documento simples, legível e afirmativo. É o caso do *Credo* católico, da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, da Revolução Francesa, e do *Manifesto Comunista de 1848*, de Karl Marx. Os nazistas utilizaram não um, mas vários documentos; para uso interno, principalmente, o *Mein Kampf*, de Hitler. Nesse livro, que resume as versões populares das inquietações alemãs do início do século, expõe-se com clareza a mitologia do racismo, com suas metáforas biológicas. Note-se a confusão entre *espécies* e *variedades da mesma espécie* (raças):

Cada animal acasala-se sempre com um congênere da mesma espécie: o abelharuco com o abelharuco, o tentilhão com o tentilhão, a cegonha com a cegonha, o arganaz com o arganaz, o rato com a rata, o lobo com a loba etc. Só circunstâncias muito extraordinárias poderão anular esse princípio: em primeiro lugar, o constrangimento imposto pelo cativo ou por qualquer outro obstáculo que impeça o acasalamento de indivíduos da mesma espécie. Mas em tais circunstâncias, a natureza põe todos os meios em ação para lutar contra esses impedimentos e o seu protesto manifesta-se de modo mais claro, seja recusando às espécies abastardadas a faculdade de se reproduzirem, seja limitando rigorosamente a fecundidade dos descendentes; na maioria dos casos, ela priva essas espécies da capacidade de resistirem às doenças e aos ataques dos inimigos. E isto compreende-se: um cruzamento entre dois seres de valor desigual dá como resultado um meio termo entre o valor dos pais ... Tal acasalamento está em contradição com a vontade da natureza que aspira a elevar o nível dos seres. Esse objetivo não pode ser atingido mercê da união entre indivíduos de valor

diferente, mas somente mercê da vitória completa e definitiva dos seres que representam um valor mais elevado. O papel do mais forte é o de dominar e não o de se fundir com o mais fraco, sacrificando assim a sua própria grandeza. E só aqueles que já nasceram fracos podem achar esta lei cruel, precisamente porque são fracos e limitados.

Do documento básico extraem-se palavras-de-ordem ou *slogans*, que são atualizações da doutrina. A Igreja pode eleger como prioridade, conforme a época, a catequese, a juventude ou os mais velhos. Da mesma forma, Lênine podia, num momento, proclamar “todo poder aos soviets” e, noutro, que “o comunismo é a o poder soviético mais a eletrificação”, atendendo sempre a demandas de momento.

Há, no entanto, uma diferença de fundo entre essas palavras-de-ordem, dos católicos e dos comunistas, e aquelas típicas do nazismo. É que a referência de Lênine à eletrificação ou dos padres à catequese corresponde a necessidades reais e objetivas, a projetos que pretendem efetivamente realizar. Na propaganda fascista, o discurso é usualmente distração, defesa prévia, valor abstrato, meramente simbólico ou algo que se sabe irrelevante ou inalcançável. É o caso de palavras-de-ordem como “um marido para cada mulher alemã” ou “um automóvel para cada operário alemão”.

Essa é uma das contribuições do fascismo à moderna propaganda política. Atualmente, quando um governo adota política cujo resultado inevitável é a elevação da taxa de desemprego (ou pelo corte de recursos para a saúde), uma das primeiras iniciativas que toma é anunciar que fará todo esforço contra o desemprego (ou para a melhoria do atendimento médico). Para isso, reúne as verbas sociais de finalidades mais distintas, faz com elas um *pacote* e anuncia investimentos bilionários que sabe, de ante-mão, serem inúteis ou triviais - além de não formarem, na verdade, *pacote* algum. Adianta-se, assim, no terreno simbólico, à crítica radical (que vai às raízes) de sua orientação - da mesma forma que a campanha pelos maridos coincidiu com a mobilização em massa dos jovens para a guerra e a proposta de um automóvel para cada operário preparou o terreno para outro *slogan* ameaçador: “Mais canhões, menos manteiga”.

Quanto ao inimigo único, ele funciona como pára-raios, atraindo os descontentamentos que, como vimos, ocorrem godelianamente mesmo na sociedade mais perfeita. Um clérigo renascentista esteve para ser queimado porque proclamou que a invenção do Diabo era essencial para a fé em Deus porque, se Deus tudo pode, então seria responsável por toda iniquidade desse mundo; de onde o Diabo era não só consistente como necessário à doutrina.

Na história do nazismo, os judeus foram, a um só tempo, materializações e substitutos do capitalismo; foi inculcando os judeus que Hitler pôde fazer seus conchavos com os capitalistas alemães sem evidenciar contradição insanável de doutrina. No Brasil, a seca é uma espécie de *judeu* sempre disponível para ocultar a natureza brutal das relações sociais no Nordeste; generais, juizes, desembargadores e depu-

tados, que ganham melhores salários (afinal, são eles que fazem, aplicam ou garantem as leis), são materializações e instrumento de ocultação das reais matrizes da concentração de renda: estas não estão, obviamente, em nenhum salário.

A explosão populacional é, em certa medida, um derivativo desses: oculta as raízes estruturais (não relacionadas à riqueza global, mas à sua distribuição) da miséria. Numa situação de miséria estrutural, se há dois milhões de miseráveis em dez milhões de habitantes, eles serão aproximadamente 200 mil se a população se reduzir a um milhão e vinte mil se a redução for para cem mil.

(2) *Lei da ampliação e desfiguração* - Um problema essencial da informação jornalística é a não-equivalência entre a proporção do evento e a proporção da notícia. O tratamento retórico usual das editoriais de polícia dá sempre a impressão de criminalidade crescente e incontrolável; o jogo espetacular a que se assiste é sempre “o jogo do século”, a multidão a maior, a greve a mais longa, a renda do espetáculo a mais alta.

Uma das chaves da propaganda é usar essa distorção em benefício próprio. Marx escreveu que “é preciso tornar a opressão real ainda mais dura, ajuntando-lhe a consciência da opressão, e tornar a vergonha mais humilhante, dando-a à publicidade”; Lênine destacava, num texto clássico (“O que fazer?”), a importância de organizar revelações políticas, buscando os reais interesses envolvidos em cada medida do Governo:

Não é nos livros que o operário poderá haurir essa clara representação; não a encontrará senão nas explicações vivas, nas revelações ainda quentes acerca do que ocorre em torno de nós, em dado momento, de que a gente fala ou cochicha e que se manifesta por este ou aquele fato, por tais ou tais algarismos, veredictos e outros. Essas revelações políticas, que abrangem todos os domínios, constituem a condição necessária e fundamental para a formação das massas tendo em mira sua atitude revolucionária.

O debate político é, em grande parte, disputa pela ênfase: devemos destacar o conforto e luxo dos bairros nobres ou a miséria das favelas e dos cortiços, os bons resultados obtidos por uma indústria em particular ou a situação falimentar de outros industriais? O crime é um evento singular, muitos crimes são muitos eventos singulares; até onde é legítimo destacar um deles, buscar essência, razão abrangente, social, econômica ou psicológica, para esse crime?

A ampliação de um evento (operação essencial e inevitável num relato) desfigura o conjunto - ou sempre nos parece que desfigura, quando o evento não nos convém. No entanto, ainda aí, o fascismo trouxe contribuição importante. Tratava-se de ampliar um acontecimento, às vezes de fabricá-lo (condenados foram uniformizados, dispostos no campo e assassinados para simular uma invasão polonesa à frontei-

ra alemã, antes da invasão da Polônia), mas, além disso, de apresentá-lo de dada maneira, conforme certos postulados de linguagem assim definidos por Hitler no *Mein Kampf*:

Toda propaganda deve estabelecer seu nível intelectual segundo a capacidade de compreensão dos mais obtusos dentre aqueles aos quais se dirige. Seu nível intelectual será, portanto, tão mais baixo quanto maior a massa de homens que procura convencer.

Os argumentos são tornados grosseiros, de modo a serem percebidos com ênfase. Vão, eventualmente, além das palavras: um murro na mesa, uma bofetada no rosto do adversário pode tornar-se atitude política, como o voto numa assembléia. Pois não descobriram os parlamentares de Taiwan, no início da década de 90, que nada agradava mais aos eleitores e os convencia da sinceridade do político do que uma agressão? E não foi esse o motivo por que as agressões se tornaram rotineiras no parlamento, promovendo espetáculos atraentes para as redes comerciais de televisão em todo o mundo?

(3) *Lei da orquestração* - É constante em qualquer propaganda a repetição, que fixa a forma da mensagem: o estribilho da canção, o passo de dança, o gesto, a locução, a frase. No entanto, para fixar um conteúdo, é preciso mais que isso. A propaganda, tal como a concebia Goebbels, deve orquestrar a mensagem, fazendo com que ela seja repetida de várias formas, quer para atingir diferentes públicos quer para chegar ao mesmo público em diferentes situações.

Já se viu que tudo pode ser símbolo, desde que perca seu sentido original. Tome-se o Muro de Berlim: foi erguido na década de 1960, na fronteira urbana entre Berlim Ocidental e a República Democrática Alemã, para impedir o contrabando de alimentos subsidiados do Oriente para o Ocidente e de bens duráveis (ou importados) em sentido contrário. A propaganda transformou-o em símbolo da divisão territorial do País; não se falou mais no outro regime, mas no muro; nada sobre o contrabando, mas sobre os que fugiam do comunismo, o afastamento de parentes, o obstáculo a relações de amizade. Símbolo, o muro teve todas as dimensões, menos sua própria; como tal, foi reproduzido em todas as instâncias do debate político.

Pode-se propor que o que define o poder é a capacidade de impor um discurso, um tema ou um *slogan* sobre toda a diversidade de estímulos da vida social. É comum que os governos brasileiros, desde Juscelino Kubitschek, proponham seu lema como eixo para o debate social: o *plano de metas* de JK; as *reformas de base* de João Goulart; a *luta contra a subversão e a corrupção* de Castelo Branco; o *milagre brasileiro* de Médici; a *abertura lenta e gradual* de Geisel; o *tudo pelo social* de Sarney; a *modernidade* de Collor ...

A campanha de propaganda do milagre brasileiro, no início da década de 70, foi desfechada com o slogan "Ame-o ou deixe-o" (tradução do foneticamente excelente *Love it or leave it*, lema da John Birch

Society, da extrema-direita americana) pespegado em todos os cantos: funcionários públicos e empreiteiras foram obrigados a colocá-lo nos seus veículos, de serviço ou particulares. Paralelamente, promoveu-se a difusão da idéia em vários planos: no esporte, com o campeonato mundial de futebol; na economia, com a preparação de matérias sobre êxitos setoriais e os pesados investimentos do Estado; na vida quotidiana, com a oferta de bens duráveis financiados a longo prazo e juros baixos. Poucas vezes se teve tão agudamente a impressão de unanimidade, embora o espetáculo das ruas fortemente guardadas e das barreiras para fiscalização dos carros na ação antiguerrilheira.

A mesma impressão de unanimidade - com ressalva de raros indivíduos *corporativos* e *ultrapassados* - teve-se em anos mais recentes com a campanha pela privatização de tudo, até mesmo daquelas coisas típicas de estado, como educação, saúde e segurança. O argumento suscitado repete Mussolini em sua crítica às instituições democráticas: o que se diz é que são totalmente ineficientes e não-confiáveis para gerir qualquer coisa. O *duce* também achava isso.

Orquestração pressupõe a ocultação, se possível, dos fatos inconvenientes. Um levantamento de 50 mil instruções de Goebbels à imprensa mostra que um quarto delas impunha a proibição de determinadas informações. Mas, quando o fato não pode ser ocultado, costuma-se divulgá-lo agregado à versão conveniente. No tempo do milagre brasileiro, a guerrilha urbana conduzida por jovens da antielite era mostrada como evidência de uma conspiração comunista internacional, inexplicável, portanto, a partir de dados locais. Domenach menciona a campanha na imprensa alemã contra a perseguição dos católicos irlandeses na Inglaterra, quando a ação coordenada contra os judeus na Alemanha despertou reações no exterior, em 1935.

É procedimento comum diluir o noticiário sobre crimes como assaltos e seqüestros recorrendo à *violência*, que seria característica das grandes cidades, independentemente do regime, das condições sociais, da distribuição de riqueza ... Violência, aí, é uma falsa categoria, em que pesem as sábias explicações dos intelectuais (antropólogos e sociólogos, principalmente) de plantão onde quer que o poder esteja. As agressividades de um marido enganado, de um assaltante de bancos, de um pivete e de um jovem de classe média treinado em artes marciais têm origens e significados diferentes. Não é a modernidade em si, mas determinadas políticas a ela associadas que causam o desemprego. Não são os novos tempos, mas a orientação comercial das empresas culturais que determina a difusão de determinado gênero de música e não de outros. ..

(4) *Lei da transfusão* - Por mais poderosa que seja, ou pense ser, a publicidade não é mais do que um discurso. Como tal, não cria sentimentos; apenas inventa igualdades, semelhanças e relações: o carro é a riqueza, a foto erótica substitui a mulher, o cigarro está para

mim assim como a paisagem do Arizona para o *cow boy* e liberdade é a razão dessa proporção.

Isto significa que o discurso publicitário deve assentar-se sobre valores, atitudes ou comportamentos preexistentes: nos exemplos do parágrafo acima, é preciso que riqueza, mulher e liberdade sejam coisas desejáveis para que a mensagem funcione positivamente.

“O chefe político apela imediatamente para o sentimento preponderante na multidão”, observa Walter Lippmann. Quando se dispõe de tempo e recursos para difundir idéias originais, a tática consiste, ainda aí, de partir de valores preexistentes para construir a retórica de convencimento. O nazismo escolheu o sentimento de orgulho nacional, fixado na campanha de unificação da Alemanha: o racismo e o anti-semitismo estimulados pelo desemprego e a experiência rotineira do comércio e dos empréstimos em tempo de inflação alta; a humilhação nacional com a derrota na Primeira Guerra e os desmandos da República de Weimar; o sentimento de orfandade, o desejo de um Estado que assumisse seu papel de gestor da coisa pública; a histórica valorização da disciplina e da rotina produtiva; os resíduos da pregação anticapitalista que varria a Europa...

(5) *Lei da unanimidade e do contágio* - O princípio, provavelmente o mais importante de tudo que se disse sobre propaganda (e também sobre controle de opinião pública, que é uma ampliação desse conceito), resume-se, à primeira vista, a um axioma simples: “Se alguém está convencido de que todos pensam de dada maneira, então pensará ou dirá que pensa dessa maneira”. Não cabe aqui a contestação particular; a afirmação é estatística. Poderíamos, então, alterá-la: “A maioria absoluta dos indivíduos, convencidos de que todos pensam de dada maneira, pensará ou dirá que pensa dessa maneira”.

Mas há um reparo a fazer: unanimidade é conceito muito radical; “todos” é muita gente. Na verdade, o que é considerável não é a totalidade; é a totalidade visível, isto é, aquilo a que se tem acesso na vida social, os veículos de informação, as pessoas em quem usualmente se confia, os mais sábios, os mais ricos, os mais bem sucedidos, os líderes (verticais e horizontais). Existe unanimidade, dessa forma, ainda que um grupo pequeno de agentes (por exemplo, os *velhos*, os *parasitas*, os *agitadores*, os *privilegiados*) pense diferente; ninguém quer ser *velho*, nem *parasita*, nem *agitador*; a ambição de *ser privilegiado* é inconfessável. A discordância é punida, senão por alguma lei discricionária, pela sanção social.

O princípio do contágio é a projeção, no ambiente da massa (a multidão dispersa), do que se observa na malta (a multidão presente). De repente, um gesto forte que expressa ou se relaciona com o sentimento geral oculto contamina a todos. A indignação vira luta, a sensação comanda os gestos. É a lógica do quebra-quebra, aquela mesma em que se aciona, sobre todos os reflexos, o de imitação. Muitos homens são um só homem.

Domenach indica estratégias de contrapropaganda: assinalar os temas do inimigo, desmontando os temas constitutivos de sua propaganda; atacar os pontos fracos; jamais enfrentar diretamente a propaganda poderosa; desconsiderar o adversário; ridicularizá-lo, caricaturando seu estilo e figura, atribuindo-lhe histórias cômicas, descaracterizando seus símbolos - em suma, desqualificando-o como ameaça; fazer predominar o clima de força como instrumento para combater a ilusão de unanimidade.

12.6. A propaganda racional

Tomando por base o comparecimento a comícios na cidade de Heidelberg, em 1932, ano de intensa luta ideológica na Alemanha, Tchakhotine estima em até dez por cento de um conjunto populacional a parcela capaz de resistir à influência de outrem sobre seu psiquismo. Em certos momentos, assegura, essa porcentagem reduz-se a um por cento ou menos. Cinco milhões de pessoas, no máximo, teriam participado da campanha pelas eleições diretas, no Brasil, em 1983, em conglomerados urbanos que totalizavam perto de 50 milhões de habitantes; com efeito, a proporção estabelecida por Tchakhotine pode ser quase a mesma em sociedades bem diferentes da alemã, em situações históricas distintas daquela vivida no crepúsculo da República de Weimar. Escreve o autor:

Os elementos de educação, da cultura, da formação dos fenômenos de inibição interna condicionada desempenham papel importante (...) Mas deve-se evitar a suposição de que essas diferenças sejam muito grandes e decisivas; afinal, os mecanismos do sistema nervoso são os mesmos em todos os seres humanos.

Tchakhotine não se refere à influência de opiniões eventuais, nem mesmo aos esforço isolado de convencimento de algum personagem carismático, como Hitler; trata do uso combinado de instrumentos de repressão e de propaganda que caracterizou a ascensão e domínio do nazismo na Alemanha.

A repressão se fazia em ondas, de tempos em tempos: associava-se, então, a símbolos terríveis (caveiras, tochas, uniformes, marcas gráficas) que, constantemente exibidos, mantinham vivo o medo. À propaganda cabia reverter o clima psicológico depressivo que poderia ser gerado por essas intervenções, através de realizações magnificentes associadas também a símbolos cuja repetição lhes assegurava durabilidade. Foi um tempo de espetáculos magníficos.

Existe, no entanto, propaganda racional e persuasiva, destinada àquela minoria que Tchakhotine aponta como segura de si o bastante para resistir à sugestão. De uma doutrina (corporificada em obra teórica, conjunto de obras ou na tradição) extraem-se manifestos e programas, que são instrumentos de divulgação e exercícios de aplicação à realidade. Promovem-se debates, escrevem-se artigos, propõem-se ver-

sões peculiares para os fatos. Atualmente, veículos preferenciais para esse tipo de mensagem são livros, jornais, o horário tardio das emissoras de televisão, alguns programas de rádio com audiência seleta. Mesmo quando a mídia é eletrônica, a preocupação maior reside na expressão literal, na exposição coerente de idéias. Recursos de ênfase gráfica e de cenotécnica aplicam-se discretamente, ainda que essenciais porque é ilusório contar com clientela imune à emoção das formas.

Embora os grupos de opinião organizados tenham em alta conta seus intelectuais e devam cuidar da qualificação de quadros, os limites da propaganda racional e persuasiva são bastante claros. Quanto mais se amplia a platéia, mais o resultado depende de recursos formais, da empatia, da combatividade, de circunstâncias fortuitas ou produzidas. Por esse caminho, pode-se extinguir a própria razão, como relata Tchakhotine:

Quando Hitler lançava suas invocações sobre o sangue e a raça a uma multidão fanatizada, que respondia com os “*Sieg Heil*”, só cuidava de superexcitar, no mais profundo dela própria, o ódio e o desejo de poder. Essa propaganda não mais designa objetivos concretos; ela se expande em gritos de guerra, em imprecações, em ameaças, em profecias vagas e, se é preciso fazer promessas, são de tal forma excessivas que só podem alcançar o ser humano num estado de exaltação em que responde sem refletir.

Um dos mais simples recursos da retórica propagandística é a utilização de imagens que, como observa Clyde Miller, atuam como dispositivo detonador de emoções positivas ou negativas:

Frequentemente são imagens de tipos de pessoas que desejaríamos ser: gozando de boa saúde e simpáticas: adestradas em esportes e jogos; respeitadas por sucessos profissionais e nos negócios; possuidoras de prestígio e boa situação social (...) Existem também outras imagens, as de pessoas ou coisas que ameaçam aniquilar nossas esperanças e destruir nossos sonhos de sucesso e de ventura (...) que se apresentam como obstáculos entre nós e a realização de nossas esperanças.

Miller, autor de um livro chamado *The process of persuasion* (*O processo de persuasão*), define essas imagens como “palavras, símbolos ou ações que, por um mecanismo de reflexos condicionados, despertam modelos que povoam o psiquismo humano” e geram “impulsos de aceitação ou rejeição automática de pessoas, produtos, proposições, programas, políticos, grupos, raças, religiões ou nações”. Classifica-os em quatro grupos: os *dispositivos de aceitação*, tais como (na cultura contemporânea do Ocidente) democracia, juventude, liberdade, justiça; os *dispositivos de rejeição*, tais como guerra, morte, violência, miséria; os *dispositivos de testemunho*, que recorrem ao depoimento de autoridades ou instituições; os *dispositivos de solidariedade*, em que se faz apelo à identidade de grupo, classe ou simplesmente à solidariedade humana - algo bastante conveniente em tempos de crise ou recessão..

12.7. O processo de conformação

O problema que se coloca é saber como se processa, nos destinatários, o mecanismo de conformação à unanimidade imposta. Para isso, tomamos uma série de gravações de depoimentos prestados a pesquisadores de um projeto desenvolvido na década de 70 pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O que a pesquisa pretendia era averiguar procedimentos normais da fala entre pessoas de nível superior nascidas no Rio de Janeiro. Como se investigava a “norma culta” da língua em sentido amplo, as conversas gravadas tratavam de vários assuntos. A tomada de depoimentos coincidiu com o período de repressão dos governos militares.

Embora seja absurdo comparar o contexto da época com o contexto fascista - as doutrinas eram diferentes, os graus de integração e eficácia dos sistemas também - obtiveram-se amostras variadas sobre como o discurso do poder se incorpora à consciência de pessoas objeto eletivo da propaganda racional.

A primeira conclusão que se pode tirar é sobre a categoria dos comportamentos. Diz-se que a sociedade de consumo pode gerar atitudes esquizóides, isto é, “com transtornos fundamentais da percepção da realidade, a formação de conceitos, os afetos e, por conseguinte, o comportamento em geral”. Mas a sociedade que combina repressão e propaganda orquestradas é, muito mais propriamente, causadora de comportamentos esquizo-paranóicos.

Como a sociedade está longe de ser homogênea, há os que não são atingidos porque se sentem solidários com o grupo no poder e os que, embora discordem, encontram em valores solidamente estabelecidos (como o legalismo da tradição bacharelesca) condições de produzir um sereno discurso crítico.

No grupo estudado na pesquisa, é grande a permeabilidade aos temas-chaves da propaganda. Eles aparecem nos momentos menos esperados, como no saboroso depoimento de um glutão, sobre seu assunto de preferência - comida:

A senhora imagina que eu compro em média, ainda no sábado, eu comprei, dez pacotes de limão. Vem aquele, eu chamo pacote, porque são aqueles saquinhos de plástico, e vem, não sei se seis ou oito limões dentro. Eu compro de preferência aquele Taiti, que é um limão que não tem caroço e eu conheci em São Paulo há dois anos passados. Hoje já existe no Rio, vindo de São Paulo. A tendência vai ser desaparecer porque eles vão exportar esse limão para a Europa. Agora, mesmo, exportaram e ... me parece que sessenta toneladas a título de, de mostruário lá no mercado europeu. A primeira investida que o Brasil está dando no mercado europeu na parte de legumes, então foi pimentão, foi cenoura, foi, foi nabo, foi pepino e mais umas outras coisas. Foi para a França, *prá* Alemanha porque nós aqui, a nossa safra é, é constante. O Brasil não sabe nem como controlar a safra porque às vezes são três, quatro safras, depende da ..., e a Europa (...) Segundo Stefan Zweig, o Brasil é o celeiro *prá* matar a fome do mundo, nem. Vocês que são mais jovens do que eu, se não conhecem devem conhecer, não é? Stefan Zweig, que morreu inclusive no Brasil, lá em Petrópolis, ele

tem uma obra que fala do Brasil, país do futuro. E este futuro já chegou, é o milagre.

A farta exibição pelas ruas de automóveis com adesivos promocionais proclamando “Ame-o-o ou deixe-o”, a insistência em slogans como “Acima de tudo brasileiros” - adaptação do nazista *Deutschland über alles* - deu às pessoas a impressão de unanimidade no apoio ao regime político. O que se lê e ouve nos depoimentos é o contrário: as restrições são expressas ou implicadas nas hesitações, no silêncio, nas desconversas e nas táticas de discurso. Uma destas consiste em reproduzir com alguma entonação (em geral expressando dúvida) os argumentos propagandeados.

A estratégia de controle mostra-se mais eficiente com os depoentes mais jovens. Os itens melhor fixados são aqueles que se apoiam em crenças ou movimentos de opinião já sedimentados: os depoentes estabelecem clara linha de ascendência entre o milagre brasileiro dos anos 70, o *Brasil, país do futuro* do Estado Novo, e os argumentos de *Porque me ufano de meu país* (do Conde Afonso Celso), do início do século.

Não há, pois, no elenco estudado, supressão real de consciência, embora se manifeste uma representação de consciência em que os aspectos exaltados pela propaganda se compõem com as constatações da experiência. Por outro lado, o próprio discurso propagandístico, ao exaltar em sua retórica o nacionalismo e ao prometer um futuro imediato radioso, incorpora contradições que conduzem a sua superação. Por exemplo: no depoimento de um médico, irmão e cunhado de generais, constata-se que a mesma lógica geopolítica que propicia uma *liderança natural* ao Brasil o torna necessariamente vassalo dos Estados Unidos, que, por *contingência também natural*, lideram o mundo.

Tudo isso, é claro, se passa em um grupo social que, quando se opõe ao grupo dominante, o faz em nome de crenças e hipóteses sobre como e em que medida se deve processar a dominação. A forma jurídica do Estado é o ponto que, adiante, moveria a maré oposicionista. Na pesquisa, a conformação de classe é garantida pela exigência de formação superior dos depoentes.

12.8. As máquinas de propaganda

O êxito do facismo no controle dos comportamentos teve efeitos contraditórios. Assustou, por exemplo, os legisladores de países da Europa, levando-os a regulamentar com rigor o uso do rádio e da televisão pelos estados nacionais que, ali, preservaram por décadas o monopólio das transmissões. Mas entusiasmou especialistas americanos, que tinham sua própria experiência no controle de opinião pública, no país e no exterior.

Data do fim da Segunda Guerra Mundial a explosão das estruturas governamentais e privadas de relações públicas. Levaria alguns anos, no entanto, para que algumas das técnicas do Dr. Goebbels

pudessem ser adaptadas às circunstâncias de sociedades não-ditatoriais e, a partir daí, aperfeiçoadas.

Um dos objetivos perseguidos pelas organizações que se dedicaram à propaganda de repartições do governo americano (em particular do Ministério da Defesa) e das grandes corporações é a manutenção de um clima geral de entusiasmo. Para conseguir isso, investem-se bilhões de dólares na difusão de novidades tecnológicas que inevitavelmente prometem um futuro radioso.

A principal chave dessas operações de divulgação é a garantia de fluxo permanente e variado de informações jornalísticas. Paralelamente, desenvolvem-se programas de visitas de jornalistas e líderes regionais a instalações militares e fabris, apoio técnico à produção de filmes sobre feitos militares e tecnológicos etc.

O setor de química fina e, nele, a indústria farmacêutica, é outro grande provedor de notícias. Boa parte do esforço destina-se, aí, ao convencimento de médicos e agentes de saúde, aos quais se destinam centenas de magazines financiados pela indústria.

Nada disso, em si, é perverso. O problema é o desequilíbrio que a unilateralidade promove no processo de informação do público e os desvios éticos que tal situação possibilita. É a unilateralidade que transforma guerras em entusiasmantes exibições de tecnologia e tem levado ao abandono de políticas eficientes de saúde em benefício de outras que apenas beneficiam a indústria. O desaleitamento materno no pós-guerra, promovido pelas fábricas de leite em pó em resposta ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho, é um exemplo; outros, a utilização da vacina Salk para paralisia infantil, em países do Terceiro Mundo, quando já se sabia que ela poderia provocar a doença em alguns pacientes, ou o emprego de talidomida no tratamento de gestantes, que provocou milhares de casos de má-formação congênita dos fetos.

12.9. Para ler mais

Sobre o fascismo, o texto básico é BURON-GAUCHON, 1980. Pode-se ler ainda FAYE, 1972 e GUÉRIN, 1969. Sobre a depressão européia, as condições de vida no Império Austro-húngaro e o surgimento do pensamento fascista, JANIK-TOULMIN, 1991 e ROSENBERG, 1943. O livro de Reich é REICH, 1978. O de Tchakhotine encontra-se na edição francesa, TCHAKHOTINE, 1952; a tradução brasileira, de Miguel Arraes, foi apreendida pela censura. O livro de Domenach é DOMENACH, 1963. Algumas informações sobre o Ministério da Propaganda de Goebbels foram extraídas de CHILDS, 1964. O livro tem história curiosa: a edição original é de 1940 e a tradução brasileira foi publicada em abril de 1964 (logo depois do golpe militar, portanto), sob os auspícios da Aliança para o Progresso norte-americana. Nele, há um capítulo de exaltação ao Ministério da Propaganda nazista (pagina 130); a tradutora, Sylla Magalhães Chaves, produziu nota em rodapé informando que

o texto foi escrito antes da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Ainda sobre Goebbels, grande massa de informação está reunida em REUTH, 1994. O estudo sobre a reação dos cidadãos ouvidos na pesquisa sobre a norma culta (coordenada pelo Professor Celso Cunha) à propaganda do milagre brasileiro foi publicado em LAGE, 1985. Quanto ao sistema de propaganda oficial nos Estados Unidos, há um autor especializado, Herbert Schiller; entre seus vários livros, citamos SCHILLER, 1982. Além do citado MILLER, 1946, pode-se ler BROWN, 1965. Sobre a atuação das multinacionais no campo da propaganda, pode-se ler MATTELART, 1976

13 - A UNANIMIDADE RELATIVA

A descoberta de que a unanimidade não precisa ser total - isso é, de que numa situação tida como de unanimidade preserva-se alguma dissidência - é a grande contribuição do pensamento liberal para a teoria do controle de opinião pública. Mesmo no mais totalitário dos regimes (digamos, no auge de poder do nazismo), há discordância marginal; em tempos normais e nos estados modernos, ela pouco importa.

Não que algum liberal tenha formulado esse importante axioma; seria obrigado a admitir que as formas representativas liberais não asseguram ao pensamento radicalmente divergente a menor possibilidade de acesso ao poder. No entanto, a relativização do conceito de unanimidade corre paralela à relativização de outros conceitos, como os de verdade e liberdade. Ela decorre mais da experiência do que da revelação de pensadores proeminentes.

Tomemos a liberdade de imprensa. Figura no projeto de futuro da burguesia desde o Século XVII, que foi quando os burgueses tiveram consciência do quanto era importante o registro e difusão de suas idéias para a conquista do poder, em oposição à aristocracia dominante. *Deixai dizer*, como *deixai passar* e *deixai fazer*: a liberdade como valor absoluto foi e é cantada e decantada. Milton, o poeta inglês, a exaltou em discurso famoso, *Aeropagítica*; anos depois, passada a revolução de Cromwell, presidia a Comissão de Censura.

Houve motivos (bons, maus, pode-se discutir) para o recuo de Milton: nas condições da época, qualquer um - sábios, mas também aventureiros - podia imprimir suas idéias. Bastavam uma coleção de tipos móveis, um pouco de tinta, uma prensa, folhas de papel. Seriam difundidas, assim, verdades e calúnias, coisas sensatas e idéias de louco - tudo o que se possa imaginar no regime da liberdade ampla, geral e irrestrita. Nada assegurava o predomínio de alguma ordem de idéias (digamos, as consideradas sensatas) sobre outra.

A liberdade de imprensa - o fim dos mecanismos hipócritas com que se disfarçava a censura, desde concessões do Estado até o imposto do selo - só ocorreu na Europa na segunda metade do Século XIX, quando os periódicos já eram negócio que exigia investimento financeiro elevado e dependia de publicidade propiciada pelo sistema econômi-

co. Isto é, quando a liberdade foi possível - para aqueles que têm a perder e são, portanto, obrigados à responsabilidade.

Constatou-se que a existência de uma imprensa menor - sem estrutura de acesso às fontes, condenada a produzir-se em linguagem restrita ao mundo acadêmico ou à sociedade de vizinhança - não alterava fundamentalmente, pelo menos em curto prazo, o jogo de poder desenvolvido pelas grandes indústrias do setor; exceto nas conjunturas revolucionárias, quando o meio politizado, nas palavras de Lenine, “atinge elevada condutibilidade”. A censura de Estado ficou restrita a essas circunstâncias.

Outro aspecto importante é que o surgimento da imprensa industrial, com grandes parques fabris e dependente de publicidade, coincidiu com novo valor atribuído à informação. Até o último quarto do século passado, imaginava-se a imprensa como publicista, isto é, veiculadora de idéias; as matérias principais de qualquer veículo eram o seu editorial e seus artigos. Na nova conjuntura, o interesse passou a incidir basicamente sobre a informação de fatos e o serviço, se modo que não se pode distinguir uma do outro: da previsão do tempo às cobranças de impostos, da situação no Oriente Médio às agitações camponesas, o homem contemporâneo procura os veículos de informação para orientar-se no mundo civil, este em que vivemos.

Isso pressupõe atitude muito conforme o projeto de controle de opinião pública. Já não é mais dado ao leitor ou espectador refletir sobre o que viu ou leu e discordar: deve acreditar. A partir dos veículos de informação, ele soube de coisas espantosas, como que explodiram bombas atômicas em Hiroxima e Nagazaqui, astronautas chegaram à Lua, podemos permutar nossos corações. Se é igualmente verdade que a União Soviética se desintegrou, não será verdade também que o comunismo acabou? Não foram essas notícias dadas ao mesmo tempo? Não são a mesma coisa?

13.1. Os planejadores do futuro

Em 1919, um americano discreto, muito ligado ao Presidente Woodrow Wilson, reuniu em Paris pessoas influentes do mundo de negócios da Inglaterra e dos Estados Unidos. O tema proposto pelo Coronel Edward House era a crise de gerenciamento do pós-guerra: a revolução russa, a agitação na Europa Ocidental, a inclusão da América no eixo hegemônico do capitalismo. A conclusão do encontro foi a proposta de criação, nos dois países, de conselhos não-estatais para opinar e orientar as políticas externas. Daí nasceu, em 1921, em Nova York, o Conselho de Relações Exteriores.

Parte das decisões da política americana, tanto externa quanto interna, origina-se desse foro. O Conselho promoveu estudos no mais elevado nível sobre como resolver os problemas do mundo e do País no quadro de uma política liberal; cuidou de preparar para o domínio do mundo uma nação ainda culturalmente dependente e provinciana. Seu

poder aumentou ao fim da Segunda Guerra, em particular no Governo do General Dwight Eisenhower. Com milhares de membros - embora grupo muito menor reunisse poder decisório -, o CRE fixou a tese de que aquilo que é bom para as grandes empresas transnacionais é bom para os Estados Unidos e para o mundo.

Na época que nos interessa aqui - a década de 70 - o Conselho incluía personalidades como Zbigniew Brzezinski, Michael Blumenthal, Cyrus Vance, Paul Warnke ou Eliot Richardson - os homens que decidiram no Governo de Jimmy Carter, do Partido Democrata. Não quer dizer que a orientação do Conselho seja oposta aos republicanos; nos Estados Unidos, este é tido e havido como “o partido dos ricos”. Mas seria melhor admitir que o CRE está acima dos partidos; na verdade, quem detém tantos fundos de campanha influi tanto nas prévias quanto na eleição em si, e pode-se admitir que jamais perde uma.

Em 1954, empresários e banqueiros europeus e americanos fundaram em Bilderberg, Holanda, o Círculo de Bilderberg, grupo conservador que tinha como executivo e animador um exilado polonês, Joseph Retinger. Graças aos esforços de Retinger e de Charles D. Jackson, que foi Diretor da CIA, o Círculo reunia, dez anos depois, personalidades como David e Nelson Rockefeller, Joseph E. Johnson (Presidente do Fundo Especial Carnegie para a Paz Internacional), Dean Rusk (então Presidente da Fundação Rockefeller e depois Secretário de Estado dos Estados Unidos) e John S. Coleman, Presidente da Burroughs Corporation. Em 1976, as reuniões contavam com representantes da I.T.T., A.T.T., General Motors, General Electric, Allied Chemical, Fiat, Mobil, Exxon, Shell e outras empresas.

Muito discreto, o grupo de Bilderberg nada publicou. Em 1972, David Rockefeller propôs ali a criação de uma terceira organização, com papel similar ao que o Conselho de Relações Exteriores desempenha nos Estados Unidos e o Círculo de Bilderberg no âmbito da política americano-européia, só que agora incluindo também o Japão, potência emergente. No ano seguinte, o mesmo David e Brzezinski fundavam a Comissão Trilateral, “uma iniciativa privada norte-americana-européia-japonesa para assuntos de interesse comum”.

A Comissão Trilateral funcionou durante três anos em caráter experimental e consolidou-se a partir de 1976; 65 por cento de seus membros eram também do CRE e de Bilderberg. O sistema constituído por essas organizações constitui a base de um mecanismo de gestão não eleito cuja política geralmente coincide com a do Banco Mundial e, salvo algumas contradições, com a do Fundo Monetário Internacional. O núcleo central de preocupações envolve os grandes blocos de *commodities*, como combustíveis e alimentos; as questões de segurança mundial e, destacadamente, o controle de opinião pública, ou *engenharia social*.

Um dos primeiros boletins da Trilateral, redigido por Brzezinski, propunha um projeto de pesquisa sobre “controle do desenvolvimento e comportamento humano”, tratando das “implicações sócio-

educacionais da maleabilidade do ser humano” e das “implicações político-constitucionais da disponibilidade, especialmente nas sociedades avançadas, de novos meios de controle social”.

13.2. Planos e profecias

Quem quiser conhecer os temas debatidos na Comissão Trilateral na década de 1970 pode percorrer documentos e artigos publicados pela organização, relatórios de pesquisa que ela promoveu ou reportagens de denúncia publicadas, principalmente, nos Estados Unidos. Ou, então, prestar atenção no discurso da unanimidade fabricada dessa nossa década de 1990; boa parte do que se diz hoje corresponde aos planos e profecias de vinte anos atrás.

Uma das primeiras cruzadas em que se engajou a Comissão Trilateral foi o controle da natalidade no Terceiro Mundo, com iniciativas que variam da educação até a esterilização, sob o rótulo genérico de planejamento familiar; cuidado especial foi tomado para contornar ou suprimir legislações nacionais dos países em que, por motivos religiosos, geopolíticos ou em nome dos direitos individuais, essas iniciativas encontravam algum obstáculo.

Brzezinski chama de Quarto Mundo o grupo de países extremamente pobres, principalmente os da África. Escreveu ele, em 1975:

Achamos que o plano visível da cena internacional está mais dominado pelo conflito entre o mundo avançado e o mundo em desenvolvimento do que pelo conflito entre as democracias trilateralistas e os estados comunistas, e que as novas aspirações do Terceiro e Quarto Mundos, tomadas em conjunto, representam, no meu entender, ameaça maior à natureza do sistema internacional e, em definitivo, às nossas próprias sociedades.

Os textos produzidos pela Trilateral estão mais próximos da linguagem dos advogados e homens de *marketing* do que da dos diplomatas. Usam palavras incomuns em documentos de política externa e, ao mesmo tempo, argumentação de convencimento que procura antecipar e elidir restrições éticas ou jurídicas dos possíveis leitores. Um dos conceitos dominantes é o de interdependência; não significa apenas complementação essencial entre economias, mas pressupõe a hegemonia dos países trilaterais - relação determinada pela posse de tecnologia. A tese do “desenvolvimento dependente” (de Fernando Henrique Cardoso) é aí atribuída a “cientistas sociais da América Latina” e a palavra dependência grafada em espanhol - talvez em português sem o circunflexo, que não existe nos teclados americanos.

A pobreza é colocada como “endêmica”, “inevitável ao longo da história”, “fundada em disparidades naturais”; os documentos dão ênfase à “luta contra a miséria”, propondo mecanismos de ação caritativa capazes de atender ao “sentimento de compaixão, às vezes de culpa” que comove a juventude do mundo próspero e, com mais razão, os jovens da elite dos países do Terceiro Mundo.

Mas nem só esse caminho é oferecido à juventude idealista. Os trilateralistas têm consciência de alguns efeitos trágicos da sociedade industrial; pretendem combatê-los com cruzadas ecológicas e pela preservação da diversidade cultural. Há aí a consciência de que a antie-lite desempenhou historicamente papel relevante na estruturação dos projetos revolucionários; busca-se oferecer a ela alternativa menos ameaçadora e à altura de seus ideais.

“Muitos países ainda não estão preparados ou dispostos a atuar em estreita colaboração com outros”, escrevem Richard Cooper, Karl Kaiser e Masutuka Kosaka, no relatório “Toward a Renovated International System” (“Para um novo sistema internacional”), citado por Hugo Assmann. “Antagonismos políticos tendem a minar a acumulação positiva de comportamentos e ação cooperativos e, com isso, destroem um pré-requisito essencial para o gerenciamento efetivo da interdependência”. E acrescentam: “Não há dúvida de que uma direção mais centralizada no sistema internacional é necessária e deverá ser criada. Trata-se de cimentar a cooperação numa ordem internacional que funcione. Os países trilateralistas devem resistir com firmeza aos modelos de desenvolvimento que representem ameaça a seus valores fundamentais”.

O Projeto do Conselho de Relações Exteriores para a Década de 80, integrado com os objetivos da Trilateral, procura despolitizar temas-chaves, isolando-os do controle político. Um de seus grupos de trabalho estudou, por exemplo, métodos para despolitização de assuntos como a inflação, o desemprego e as próprias relações intergovernamentais.

Fica evidente a intenção de reduzir o papel político dos estados ou mesmo eliminá-los, particularmente os não-trilaterais, como formuladores e executores de políticas econômicas; sustenta-se a tese de que as corporações multinacionais e o sistema financeiro internacional são mais eficientes e confiáveis. Como os papas do Século X, os trilateralistas parecem destinar aos estados nacionais do Terceiro Mundo papel restrito a resolver pendengas entre vizinhos e manter a ordem nas questões internas. A posição que seria mais tarde chamada de neoliberal aparece em vários momentos, como nesse parágrafo de Brzezinski em *La era tecnocrática (A era tecnocrática)*:

A interdependência contemporânea possui um mecanismo implícito que pode destruí-la se medidas em contrário não forem tomadas. Tarifas, subsídios à exportação, política industrial, tratamento privilegiado etc, todos estes instrumentos utilizados para implementar uma política social nacionalista, ameaçam inerentemente os sistemas de interação e interdependência, os quais são a fonte do bem-estar do mundo industrial e a condição para enfrentar e superar as necessidades humanas mínimas nos países subdesenvolvidos.

Os estudos realizados sob inspiração da Comissão Trilateral penetram em aspectos de política interna dos países com grande clareza. Assim, mais de uma década antes da promulgação da constituição

brasileira de 1988, Richard Falk, em “*A new paradigm for international legal studies: prospects and proposals*” (“Novo paradigma para os estudos de Direito Internacional: perspectiva e propostas”), publicado no *The Yale Law Journal*, manifestava o temor de que muitos países se tornassem “excessivamente democráticos”, aprisionados em suas constituições internas. A questão da governabilidade é colocada com destaque nos documentos, ao lado do temor da falta de cooperação dos governos e das elites do Terceiro Mundo, atribuído ao nacionalismo e à falta de informação. Manifesta-se admiração pela estabilidade dos governos de gabinete e se exalta, nos regimes presidencialistas, a reeleição (dispondo da máquina do Estado, geralmente os presidentes são reeleitos) como recurso capaz de assegurar a durabilidade das políticas nacionais.

A divisão internacional do trabalho, com a concentração do conhecimento tecnológico nos Estados Unidos, Europa e Japão; a redução do papel dos estados nacionais e, quando adequado, sua substituição por estados-nações menores, de base étnica; a tecnologia como base da interdependência mundial; a liberação do fluxo de capitais e investimentos pelo mundo são teses claramente sustentadas em estudos trilaterais. A adoção desses projetos representou, na década de 70, a superação da tese do “equilíbrio de poder”, que se assentava sobre a soberania nacional e a força militar (por exemplo, a política de Henry Kissinger, também membro do Círculo de Bildeberg), em favor do internacionalismo liberal.

Interessante, nesse contexto, é o que não é projeto trilateral. Em nenhum momento se encontra referência ao custo de mão-de-obra como fator-chave da concorrência industrial; pelo contrário, fala-se em salário justo para todos. O mundo anunciado pelos grandes capitalistas é o dos robôs e das telecomunicações; não o das fábricas onde, na China ou na Tailândia, trabalhadores montam, a 30 ou 50 dólares por mês, placas de computadores e brinquedos eletrônicos.

Também não se prevêem conflitos regionais prolongados (a intervenção internacional parece muito simples e eficiente nos documentos da década de 70), nem o avanço dos comércios não-convencionais de armas e drogas. Não se avalia o custo social e político do desemprego; ou a dimensão que atingiriam as migrações.

Enquanto a literatura (o cinema, as artes de massa) dos países prósperos imaginava cada vez mais o futuro como terrível, povoado de monstros, invasores extra-terrestres, déspotas e multidões desesperadas, os homens ricos, ciosos de seu poder, pintavam em cores claras um futuro radioso.

13.3. Os instrumentos de ação

Como puderam esses homens antever, no clima ainda tenso da guerra-fria, o cenário de uma dominação sem contestações eficazes? De que instrumentos dispuseram para impor, senão a toda realidade,

ao menos a uma parte dela (isto é, à maneira como os homens vêem a realidade), aquilo em que acreditavam, ou que mais lhes interessava? Foram profetas (anteviram uma realidade e a descreveram) ou serviram a um poder tal que conformou os fatos a seus desejos (descreveram um projeto e o tornaram realidade)?

A resposta à primeira pergunta dá a medida dos avanços extraordinários dos processos de recuperação e análise de informações desenvolvidos neste século - o porte alcançado pelo sistema que combina telecomunicações, informática e, principalmente, a especialização no estudo de dados setoriais, o requinte na construção de *cenários*. Trata-se de uma inteligência - no sentido estratégico do termo - que se liberta das contingências do presente para se abrir ao futuro, permitindo o planejamento preciso e eficaz de ações a médio e longo prazos. Embora não pudessem prever o *como* e *quando* aconteceria, ficou evidente, por exemplo, a essa inteligência o *que* aconteceria - um processo pelo qual a União Soviética ou perderia substância ou se aliaria no fundamental a seus opositores.

Quanto à segunda pergunta, ela interessa mais diretamente ao objetivo de nosso estudo. O processo de expatriação de dólares significou transferência de recursos - a moeda estável - para as mãos de produtores de bens de consumo, controladores do mercado de algumas matérias primas, intermediários e, principalmente, banqueiros. A concentração de rendas é extraordinária. Segundo dados do Relatório 1995 sobre o índice de desenvolvimento humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, os países industrializados, com 20 por cento da população mundial, detêm riquezas no valor de 18 trilhões de dólares, enquanto 80 por cento das pessoas, vivendo nos países ditos "em desenvolvimento", dispõem de cinco trilhões.

O mesmo programa, em 1997, informou que 22,8% da população mundial sobrevivem com menos de um dólar por dia: desde 1947, o número desses miseráveis triplicou. O desmonte do império soviético foi um desastre humano sem precedentes: os quatro milhões de habitantes da Europa Oriental que viviam em pobreza absoluta em 1987 elevaram-se a 120 milhões, ou um quarto da população da região. Na China, pelo contrário, que se manteve socialista, a pobreza absoluta caiu 50 %.

Mas o mais significativo nesses números da ONU é que 358 bilionários têm ativos que superam a renda anual somada de países onde vivem 45 por cento da população mundial. Esses cavalheiros, e outros mais, constituem nova classe de cidadãos do mundo à qual a Terra se oferece, pequena, frágil e disponível. São criaturas das mais variadas procedências que habitam casas discretas ou mansões luxuosas, repousam em ilhas e penínsulas privadas, têm escritórios em paraísos fiscais. Seu dinheiro, graças aos computadores e às redes de telecomunicações, desloca-se imediatamente de uma região para outra, de uma bolsa para outra, onde quer que lhes convenha.

Em regra, o dinheiro deles - não o papel, mas as ordens de pagamento; e não necessariamente deles, mas de milhões de poupadores e contribuintes de fundos de pensão - é distribuído por operadores especializados, dotados da rapidez e agilidade dos *croupiers* de roleta, por uma gama de aplicações que vai da extrema segurança e mínima rentabilidade de uma ferrovia suíça aos riscos brutais e rentabilidade gigantesca dos negócios escusos. Constituem comunidade geograficamente dispersa, mas com seus próprios ambientes, que não se deve confundir com o *jet set* internacional, onde o mais das vezes circulam não exatamente eles mesmos, mas seus rebentos e lacaios; são, em geral, discretos. Seu poder vai além do que geralmente se compreende por negócios: através de fundações, controlam boa parte da pesquisa universitária, das verbas aplicadas na política (difícilmente um partido prospera sem elas) e em atividades públicas não-estatais. Com seu poder político, atraem recursos governamentais para essas atividades, fazendo-as crescer como o fermento ao bolo. Cercam-se de inventores e criadores - pelo menos daqueles que o mercado consegue decantar; cortejam políticos e, às vezes, quando querem, posam de beneméritos e acumulam honras na velhice.

Fenômeno marcante de nossa época é que tais personagens, graças ao desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicações, organizam-se em estruturas de poder que tendem a realizar coordenadamente certos movimentos de interesse comum que não parecem associar-se a seus negócios. Usando eufemismo corrente, *assumem a consciência de seu papel social*. Nessa tarefa são ajudados por uma lei de mercado: não se precisa ter todas as batatas do mundo para controlar o mercado das batatas; basta dispor de uma parcela. O pequeno investidor - como o pequeno atacadista - acompanha o grande investidor, toma como verdade o que ele diz e mira-se em seu êxito. Da mesma forma, causas eleitas pelos *grandes beneméritos* tendem a canalizar também os recursos dos pequenos beneméritos; ganham a simpatia do homem comum, que assiste pela TV o espetáculo edificante da benemerência, mostrada em cores e exaltada com sentimentalismo.

Organizações não governamentais e entidades privadas de estímulo à pesquisa tendem historicamente a funcionar como aparelhos de estado subsidiários dessas estruturas de poder, tão pouco estudadas e conhecidas. Naturalmente, os recursos distribuem-se conforme a vocação de cada líder-investidor: companhias de petróleo, por exemplo, podem preferir organizações que condenam o uso da energia nuclear na geração de eletricidade; empresas de minérios, extração de madeira e química fina talvez se interessem em financiar a promoção de nações indígenas na Amazônia (o Brasil tem 0,4 por cento dos indivíduos culturalmente considerados como índios na América Latina e 37 por cento das organizações não governamentais que se dedicam a assistir esses índios).

No essencial, o “estado mundial sem povo”, mandatário de grandes investidores, reina sobre uma constelação de “estados sem po-

der”, que, embora formalmente representem sociedades humanas, são forçados a meramente executar políticas alheias ao interesse delas. Zelando pela ordenação do sistema, algumas entidades - o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio (que sucedeu ao GATT, Acordo Geral de Tarifas) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - constituem um núcleo de intervenção irresistível, que atua ostensivamente nos momentos de crise com uma única receita: a recessão. Mas isso ainda lhes parece pouco: a OMC tem meios de condenar políticas nacionais de direitos do trabalho, meio ambiente ou saúde pública, em qualquer época, e impor sua modificação como “contrárias à liberdade do comércio”; no âmbito da OCDE, está sendo implementado um acordo mundial que dá plenos poderes aos investidores diante dos governos.

O debate dos grandes problemas - particularmente nas nações periféricas - tende a tornar-se, assim, indiretamente, queda de braços entre grupos econômicos transnacionais e entre esses e os interesses nacionais, hoje chamados de conservadores. Tais lutas movimentam paixões antes mobilizadas pelas campanhas socialistas - quando os intelectuais pensavam alcançar o poder por via revolucionária e confundiam o poder real com o poder de Estado.

Em qualquer associação humana, a ética e os interesses manifestados pelo conjunto difere da ética e interesses dos associados, individualmente. No caso, as entidades do grande capital cuidam de preservar certo grau de moralidade nos negócios; assim, os escândalos de corrupção são temas liberados, principalmente quando os acusados são funcionários públicos, os corruptores passivos, e não homens de negócios, corruptores ativos. Do ponto de vista dessas entidades, a corrupção é resultado de achaque, não da oferta de propinas em troca de benesses oficiais, comportamento que os manuais de *marketing* costumam admitir como legítimo.

Não que a globalização da economia e sua gestão coordenada sejam novidades imprevisíveis. Elas apareceram como possibilidade nos discursos do fascismo nascente, no início deste século, e, antes, de maneira profética, no Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels, de 1848:

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais estão destruídas ou a ponto de o serem. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas indígenas, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todos os recantos do globo.

Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, quer reclamam para sua satis-

façam os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um tráfego universal, uma interdependência das nações.

(.....)

Devido ao rápido desenvolvimento dos instrumentos de produção e dos meios de comunicação, a burguesia arrasta na corrente da civilização até as nações mais atrasadas. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e faz capitular os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros., Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotar o modo burguês de produção. Numa palavra, cria um mundo á sua imagem.

O que não se previa tão claramente é a eficácia do assalto do capital à sensibilidade dos homens, buscando conduzi-la para soluções paliativas dos problemas que se agravam (a destruição ambiental, a exclusão social, a miséria) e para políticas assistenciais que, ainda aí, refletem interesses de lucro e poder. Trata-se de operação típica de relações públicas, voltada não para o fim manifesto, mas para outros fins - na melhor das hipóteses, para a construção de uma boa imagem.

13.4. Os intermediários da ação

Uma tese do marxismo vulgar que se difundiu bastante é a de que o Estado é sempre executor automático e representante confiável dos interesses dominantes. Não é bem assim. Por menos democrático que seja, o Estado - suas esferas legislativa, executiva e, particularmente, o Judiciário - lida com contradições tais que o levam, frente a a situações objetivas, a assumir frequentemente o papel de mediador ou atenuador de conflitos. Por outro lado, os homens que compõem o Estado - as corporações de funcionários - desenvolvem consciência própria, fundada em valores que não são exatamente os da classe dominante. O Estado cuida basicamente de preservar-se.

Isso explica porque, assentada no poder econômico, a camada transnacional que se representa em estruturas como o CRE, o Círculo de Bilderberg e Trilateral assume, dependendo do momento histórico, postura antiestatal. Tomemos um caso específico: o movimento de desobediência civil que resultou na modificação das legislações nacionais que estabeleciam o monopólio público da radiodifusão - rádio e televisão - em países da Europa que se contam entre os mais sólidos e estáveis do planeta.

Por que se deu prioridade a esse setor? Por que rádio e televisão antes, por exemplo, dos serviços de eletricidade? Em parte porque comunicação é atividade-meio para a ação política. Mas, principalmente, porque as empresas públicas européias tinham, no geral, desempenho satisfatório; já a radiodifusão, sob o controle de acadêmicos recrutados pelo Estado, não correspondia à demanda da população. Sua ide-

ologia era a imposição do que os intelectuais acham que é cultura (formados na civilização do impresso, têm dificuldade em lidar com a mídia eletrônica) e a excessiva utilização dos veículos para difundir algo que não lhes é próprio, como, na televisão, longas palestras sem ritmo e filmes de arte que exigem grande concentração do espectador.

As emissoras tinham pessoal em excesso, estavam desinteressadas da audiência e assumiam posturas tão culturalistas (na verdade, reacionárias) que resistiram por mais de uma década à gravação eletrônica, preferindo operar ao vivo ou, em matérias jornalísticas, com filmes de película cinematográfica, a custo muito mais elevado e com prazos de acabamento (montagem, sonorização) incrivelmente mais longos. Nesse contexto, é claro que o tempo médio de permanência de um europeu diante da televisão era bem menor do que em outras partes do mundo, o que os intelectuais achavam ótimo, no final das contas.

A campanha desenvolveu-se com ações de desobediência civil em que grupos de jovens instalavam emissoras de baixa potência - geralmente de rádio, por economia de custos: tiveram, para isso, aconselhamento técnico e apoio político. Muitos intelectuais sentiam-se ameaçados pelo advento da indústria da informação, com suas linhas de produção em que o trabalho é organizado com certo grau de impessoalidade (intelectuais não aceitam a obra de arte industrial; arte, para eles, continua sendo obra e não produto, de autor e não de equipe); pretendendo combater a montagem dessas estruturas profissionais, defendiam, em tese, que “o povo tivesse diretamente posse e uso de canais e freqüências”. Isso deu ao movimento a necessária aura ideológica, apresentando-o como ação pela democratização da mídia.

13.5. O oligopólio da informação

Sistemas estatais de informação pertencem a dois grupos: os veículos de governo e os veículos de Estado. Os primeiros são comuns no Terceiro Mundo: desenvolvem linha editorial de exaltação da política em vigor, com otimismo triunfalista e contínua exaltação dos chefes; os segundos, que aparecem em países desenvolvidos e estáveis, toma como referência o interesse nacional - do Estado como entidade durável, não do governo que eventualmente o controla. Uma série de restrições legais procura impedir a ação de políticos sobre sistemas desse segundo tipo: orçamentos são votados pelo parlamento sem interferência do Executivo, diretores são indicados dentre quadros estáveis de pessoal etc.

As agências internacionais de notícias surgiram no século passado, como estruturas estatais ou apoiadas por estados nacionais: a Havas, em 1835, fundada por Charles Havas; a Reuter, em 1849, por Julius Reuter, alemão naturalizado inglês; e Wolff, em 1849, por Bernard Wolff. Elas dividiram entre si as regiões do mundo, conforme as áreas de influência de seus países de origem, e tal sistema só começou a ser desmantelado com a expansão das agências americanas (Associated Press, United Press e International News Service), após a Primeira

Guerra Mundial. AP e UPI - esta hoje praticamente fora do mercado, resultado da fusão da UP com a INS - não diferiram, porém, das agências européias quanto à política: suas linhas editoriais, em assuntos de interesse dos Estados Unidos, coincidiam normalmente com o discurso do Governo (ou vice-versa).

A ideologia do sistema internacional de veiculação de informações jornalísticas foi estudada em detalhe por uma comissão da Unesco presidida pelo irlandês Sean MacBride; seu extenso relatório, publicado, no Brasil, em 1981 (*Um mundo, muitas vozes*), muito contestado mas jamais desmentido, mostra a unilateralidade dos critérios de seleção e a exclusão dos interesses dos povos dos países periféricos nesse processo. A novidade, desde então, tem sido a crescente desconsideração também pelos interesses imediatos dos povos dos países ricos, particularmente quando se trata de questões econômicas ou políticas globais.

Nos sistemas privados (não apenas agências, mas jornais, revistas, redes e emissoras de rádio e tevê), a questão da propriedade é, sem dúvida, importante, mas não tão decisiva quanto se imagina. Empresas de informação - hoje também, quase sempre, de entretenimento - são grandes empregadoras de mão de obra cara e especializada; dependem de maneira crucial do acesso à tecnologia, de financiamentos e publicidade; elas ou seus donos detêm muitas vezes concessões, favores ou privilégios legais. Pode-se supor que uma organização dessas entre em choque com governos, com algum banco importante, com fonte de tecnologia ou de anúncios (há muitos casos desses); terá prejuízo financeiro ou operacional eventualmente compensado pelo aumento da credibilidade e do prestígio junto ao público. Mas não se deve imaginar que alguma possa contrariar os interesses de classe do conjunto das corporações de que depende.

Vários fatores têm levado à redução do número e crescimento do porte das empresas que operam com informação. Entre as causas podem ser citadas: (a) a rápida expansão do setor de serviços, de que faz parte a indústria da informação e do entretenimento; (b) a superação tecnológica, que aumentou o enlace dessa indústria com a eletroeletrônica; (c) o processo de transnacionalização que acompanha a redução da importância relativa das agências estatais de informação e do investimento direto do Estado no controle da informação e promoção da cultura; (d) o enfoque crescentemente global do mercado consumidor de informação e entretenimento; (e) a conceituação da mídia como alavanca para a imposição de políticas de controle de opinião pública centralizadas e ambiciosas. Resultado que retro-alimenta o processo tem sido a homogeneização do gosto e dos hábitos de informação de parcelas crescentes da população mundial, com ênfase na juventude.

Presentemente (1997), a informação jornalística circula no mundo via agências privadas, agências estatais ou semi-estatais européias (DPA, France Press, ANSA italiana etc.), matéria editorial de jornais e revistas sujeitas eventualmente ao pagamento de direitos, agên-

cias menores de serviços fotográficos ou especializados por área. Quanto à imagem, ela chega às emissoras de televisão editada em reportagens de redes *all news*, nos serviços de imagens não editadas da AP, da Reuter (antiga Visnews). No que se refere a programas recreativos, o mercado é amplo, compreendendo várias formas de contratos e ofertas em feiras internacionais; o domínio americano, no entanto, é indiscutível.

A concorrência entre grandes estruturas de produção em áreas muito lucrativas conduz ou à liquidação das mais fracas pela mais forte ou a algum acordo para divisão dos mercados - coisa registrada até na encíclica de Pio XI *Quadragesimo anno*, de 1930. É esse o processo em curso.

Num estudo sobre a distorção de informações na imprensa americana (*Manufacturing consent, A fabricação do consentimento*), Noam Chomsky (o lingüista) e Edward S. Herman apontam cinco filtros através dos quais “o dinheiro e o poder escolhem as notícias que merecem ser publicadas” (“*are able to filter out the news fit to print*”):

1. *o tamanho, a propriedade concentrada, a riqueza dos proprietários e a orientação das principais firmas de comunicação para o lucro.* Dados levantados pelos autores mostram que o investimento para se montar um diário em Nova York elevou-se de 69 mil dólares em 1851 para 456 mil em 1872 e até 18 milhões em 1920, atingindo valores tais que, em 1945, “mesmo uma pequena empresa jornalística novaiorquina era um negócio vultoso”. Apesar do grande número de empresas de comunicação (eram 25 mil, em 1986, nos Estados Unidos: 1,5 mil diários, 11 mil revistas, nove mil emissoras de rádio, 1,5 mil emissoras de televisão e 2,4 mil editoras de livros), a metade dos jornais e revistas, a maior parte das vendas e da audiência correspondem a um pequeno grupo de organizações: 29 quando Ben Bagdikian, jornalista que foi por dez anos editor do *Washington Post*, escreveu seu livro *The media monopoly*, em 1983. Atualmente, em 1996, não passarão de 20; eram 24 quando Chomsky e Herman publicaram *Manufacturing consent*, em 1988. A maioria (três quartos) faturava mais de US\$1 bilhão ao ano. Dentre os proprietários (grupos ou famílias), o menos próspero tinha patrimônio de US\$37 milhões (sua empresa, por coincidência, vinha dando prejuízo) e os 17 mais prósperos de mais de US\$1 bilhão. Dentre os diretores (ou pais dos diretores) das dez maiores companhias de comunicação, 41,1 % eram executivos de corporações, 8,4% advogados, 13,7% executivos ou banqueiros aposentados, 8,4% banqueiros e 4,2% consultores. Concluem os autores que “os gigantes da mídia, as agências de anúncios e as grandes corporações multinacionais têm interesse comum e imediato num clima favorável aos investimentos no Terceiro Mundo e suas interconexões e o relacionamento com o governo nessas políticas são simbióticos”;

2. *o suporte publicitário do negócio.* A publicidade permitiu historicamente que os jornais fossem vendidos por preço abaixo de seu

custo de produção; sustenta emissoras de rádio e televisão sem ônus aparente (o custo é diluído no preço das mercadorias e serviços que anunciam). Anunciantes, no entanto, não apenas discriminam publicações não-simpáticas a seus interesses (ligadas a partidos de esquerda, por exemplo), mas também elegem o público-alvo (veículos populares, num país como o Brasil, de renda altamente concentrada, precisam alcançar índices gigantescos de audiência/vendagem para atrair anúncios comerciais) e avaliam os veículos com base em sua necessidade específica de venda e prestígio, o que pode significar o boicote de mensagens objetivas demais, enfocando temas controversos ou que tenham conclusões pessimistas;

3. *as fontes de informação.* Repórteres precisam de fluxo contínuo e confiável de matéria prima para suas notícias e reportagens. Isto significa que as relações que guardam com as fontes são do tipo em que se troca informação por prestígio ou influência. As fontes oficiais beneficiam-se de credibilidade geralmente excessiva; dispensam confirmação, enquanto informações de fontes não-oficiais precisam ser confirmadas, o que envolve custo e disponibilidade de tempo adicionais. A crescente profissionalização e o treinamento das fontes (oficiais e privadas, incluídas aí as organizações não-governamentais) facilita os contatos mas, ao mesmo tempo, faz com que as informações sobre fatos venham já competentemente revestidas da versão que interessa à instituição que as divulga. Nos Estados Unidos, é comum as fontes suprirem as redações de consultores sobre os mais diversos assuntos, com a condição de não contrariarem os interesses de quem os indica: dentre 120 desses consultores, especialistas em terrorismo e defesa, 31 eram jornalistas, 24 funcionários públicos, 24 funcionários aposentados, 14 militantes conservadores, 12 acadêmicos e cinco funcionários de governos estrangeiros. Chomsky e Herman citam dados de 1979, mostrando que a Força Aérea americana editava, então, 140 jornais, com 690 mil exemplares de tiragem global, e uma revista mensal, com tiragem de 125 mil exemplares; mantinha 34 estações de rádio e 17 de televisão, a maioria no exterior; dispunha de 45 mil escritórios de produção de notícias, que distribuíram, só nos Estados Unidos, 615 mil notícias à imprensa, organizaram 6.600 entrevistas, 3.200 entrevistas coletivas, promoveram 500 vôos de orientação, 50 encontros com editores e 11 mil palestras para jornalistas;

4. *a pressão organizada e os estrangimentos legais.* A pressão organizada pelos que Chomsky e Herman chamam de “os ricos” pode incluir desde telefonemas da Casa Branca a propostas em parlamentos que contrariem interesses de empresas de informação. Há, nos Estados Unidos, dezenas de entidades organizadas para pressionar veículos de informação; as principais estruturas conservadoras do gênero, que movimentam anualmente vultosos fundos, são a American Legal Foundation, a Capital Legal Foundation, o Media Institute, o Center for Media and Public Affairs, a Freedom House e a denominada Accuracy in Media (AIM);

5. *o anticomunismo como mecanismo de controle*. A ideologia consiste em apresentar o mundo como espaço de uma luta de dois contendores, em que o comunismo é o outro. Essa representação, incrivelmente intensa nos Estados Unidos, torna comunistas os liberais que fazem oposição, os roqueiros, os homossexuais ... - em suma, qualquer grupo que contrarie a postura reacionária, apresentada como postura nacional. Chomsky e Herman atribuem a essa ideologia a criação de figuras da extrema-direita do País, como Joe McCarthy (líder do macartismo, na década de 50), Arkadi Shevchenko, Robert Leiken e outros, desconhecidos fora dos EUA; diríamos que ela atribui a esses opositores, aos roqueiros e homossexuais um destacado papel progressista que, sob outras circunstâncias, talvez eles não tivessem.

13.6. O controle como operação complexa

Controlar a opinião pública, no entanto, é mais do que controlar os jornais ou impor que a televisão dê uma linha e não outra a suas novelas. A sociedade que emergiu da crise do excesso de meios de pagamento, na década de 70, precisa incluir suas contradições - isto é, ela não pode simplesmente se propor à luta contra o inimigo externo, já que esse, o comunismo, na representação de mundo que nos é proposta, já não existe ou não tem importância.

Criar uma oposição interna, com o romantismo e a generosidade dos idealistas, é tarefa que envolve instituições da sociedade bem menos expostas à crítica do que a imprensa: o meio acadêmico, por exemplo, por onde circula boa parte da antielite - os jovens progressistas, com pouca vivência da arte de sobreviver no mundo de individualismo egoísta que o capitalismo entronizou. O discurso dessa oposição consentida e generosa deve conter alguns elementos de verdade e, ao mesmo tempo, transcendência que o afaste da contradição contingente, efetiva: a espoliação dos homens, de povos e países inteiros.

As “ciências humanas” prestam-se bem a isso. São áreas de conhecimento que progrediram, sempre, articuladas com ideologias: a imposição da “língua padrão”, do “desenvolvimento”, da “democracia”, da “grandeza da pátria”, do “passado glorioso”, de conceitos peculiares de riqueza, realização pessoal e felicidade.

Tomemos uma coisa simples. As raças são, dizem, branca, amarela, ameríndia, negra. Contam também que, no Brasil, havia seis milhões de índios (estimativa provavelmente aleatória) e que, hoje, há menos de 200 mil. Se isso é verdade, então no Brasil não há negros. Explico: uma classificação minimamente confiável deve basear-se no mesmo critério. Se o critério para os índios é o de viverem na selva, em condições tribais - conceito antropocultural, portanto - o mesmo caráter teria que presidir outro item da mesma classificação, no caso, os negros. Como no Brasil não há negros que vivam à maneira originária dos negros (estão incluídos em relações sociais em grande parte ditadas pelo colonizador europeu), então não há negros. Se, porém, o conceito de

negro reporta-se à cor da pele - e aí são dezenas de milhões os negros brasileiros - então o conceito de índio também se reportaria a essa característica - e seriam igualmente dezenas de milhões os índios que povoam cidades e campos do Norte, do Oeste, do Sul brasileiros...

Na verdade, raça é conceito inconsistente. Não há o menor sentido em se pretender algum parentesco entre um pigmeu de metro e meio e campeões de corrida de dois metros de altura; o que se chama de negro varia desde a pele morena ao efetivamente preto. E por que escolher a cor, não o comprimento dos ossos, ou a envergadura, ou o formato queixo? Na História, a noção de raça só se torna relevante quando os europeus, na sua expansão pelo mundo, precisaram justificar a espoliação dos grandes impérios indígenas e a escravidão dos africanos. Antes, as referências a cor são ocasionais (o mais comum é a identificação de povos pela língua ou pela região) e, geralmente, sem sentido de valor, salvo a desconfiança genérica com os estrangeiros.

Na verdade, o que se tem observado na tragédia humana dos contatos culturais é a oposição entre dois princípios: o da integração e o da segregação. No início da expansão do mercantilismo europeu, comerciantes e marinheiros de países mediterrâneos - Portugal, Espanha, Itália - terminavam por integrar-se com os povos que conquistavam, de forma eventualmente brutal. Os países resultantes dessa colonização têm povos predominantemente mestiços e culturas que incorporam, consciente e às vezes orgulhosamente, elementos europeus e nativos. Este é o caso de quase toda a América do Sul, enriquecida, além disso, pela ampla migração negra promovida pelo processo escravocrata.

A segunda leva da expansão do capitalismo, movida pela ética protestante e por países do Norte da Europa - Inglaterra, Holanda, França e, posteriormente, Alemanha - cuidou de todas as formas de impedir essa miscigenação, mantendo a separação de raças e uma simulação de respeito às culturas dominadas. A farsa desse *apartheid* torna-se evidentemente não apenas na recente história conflitiva da África do Sul, mas na suposta independência do que sobrou das nações indígenas norte-americanas, condenadas à miséria nas reservas em que as aprisionaram após o genocídio.

Não se pode dizer que, do ponto de vista existencial, um sistema tenha sido superior ao outro, ou que tenha trazido mais benefícios às vítimas do colonialismo. No entanto, ao assumir sua mestiçagem (que os americanos do Norte ignoram e escondem), a América Ibérica conseguiu, por vezes, propor nova nacionalidade a vencedores e vencidos. Esse o espírito, por exemplo, da política indigenista do Marechal Cândido Emiliano Rondon, ele próprio um velho índio a quem teve a honra de cumprimentar quando menino: comandava a única força armada no mundo, em todos os tempos, cujo lema era morrer, se fosse preciso, mas jamais matar.

Em princípio, o oportunismo que se observa na formulação de axiomas e princípios que orientam atualmente as correntes dominantes nas “ciências humanas” pouco tem a ver com o fato de elas serem ex-

pressas em língua natural e não em fórmulas matemáticas, como pareceu aos positivistas lógicos. A língua pode ser um recurso razoavelmente exato, quando tratada com rigor; e os modernos discursos da economia nos apresentam ideologia em forma numérica, matemática ... Também não se pode dizer que os conhecimentos das sociedades, do homem, de suas formas de expressar-se sejam desprezíveis. Não são.

No entanto, é extraordinário o processo de realização desses discursos hegemônicos. As modas: autores e teorias (a etimologia, o evolucionismo) surgem como notáveis numa dada época; depois desaparecem, substituídos por outros e outras (o estruturalismo, o relativismo místico, o verificacionismo), num jogo que simula cortes epistemológicos muito freqüentes... Inventam-se novas ciências, como a da comunicação, sem objeto e métodos definidos ...

É nessas áreas que se propõe o eixo contraditório adequado ao controle da opinião pública, que depois chega aos jornais, às organizações não-governamentais, às escolas primárias. São textos que, em regra, não se caracterizam pela exatidão da informação e rigor do raciocínio. Tomemos, ao acaso, o livro *Preparando para o século XXI*, de Paul Kennedy. O autor é um neo-maltusiano apocalíptico, que relaciona as desgraças que antecipa no futuro ao crescimento da população nos países pobres (um dos temas-chaves do pensamento global, que tem canalizado fortunas para a esterilização de mulheres jovens e férteis no Brasil). Entre outras bobagens, lá está escrito (pagina 12) que “a pressão populacional nos países em desenvolvimento está provocando”... “o excesso de pastagens nas savanas da África” e “a erosão das florestas pluviais da Amazônia” - quando se sabe que as pastagens deslocam populações, não as concentram, e que a Amazônia é um dos territórios menos povoados do planeta; na página 22, que a catástrofe populacional se deve, contraditoriamente, “à melhoria da produção de alimentos”; na página 25 que, se não for encontrada a cura para a aids nos próximos anos, “as altas taxas de fecundidade poderiam ser neutralizadas pelo agravamento das taxas de mortalidade” - o que é um disparate estatístico; na página 27, que “os estados comerciais prósperos do passado e do presente (Veneza, Holanda, Grã-Bretanha, Japão, Cingapura e Formosa)” eram “países relativamente pequenos”... “com uma população educada” e “abertos às técnicas e modas estrangeiras” - categorias, que certamente não se aplicam a exemplos como os Estados Unidos (o tamanho), Portugal (a *população educada*) ou o próprio Japão (a abertura às modas estrangeiras); na página 33, após constatar os condicionantes modernos do aumento da duração da vida, que “à medida que as sociedades prósperas lutam com o problema de destinar recursos cada vez maior aos idosos, o resto do mundo implora assistência para enfrentar as necessidades criadas pela onda de crianças e bebês” - o que, entre outros pontos, não considera a extensão da vida útil dos idosos (que não precisarão, assim, que “lhes destinem recursos”) e a universalidade de fatores (como a vacinação e os antibióticos) que prolongam a vida; e por aí em diante.

Os temas são recorrentes:

1. A idealização romântica da vida natural e a ecologia - no sentido que o termo tem vulgarmente hoje: não o estudo do equilíbrio bio-ambiental (uma especialidade no campo das ciências da natureza; questão que problematiza a possibilidade de algum futuro a longo prazo no contexto do capitalismo e da acumulação de riqueza) mas a preservação de bichinhos fofinhos como o mico-leão dourado, ou impressionantes como a baleia azul; dos pobres índios desprotegidos ou dos heróicos guerreiros de forte musculatura, ambos atualizando o mito do bom selvagem de Rousseau;
2. A transformação das maneiras de fazer sexo (coisa privada e que pode variar ao longo da vida, geralmente de interesse exclusivo dos interessados e dos alcoviteiros) em características institucionalizadas de sentido político, com reconhecimento (e estigmas) legais e permanentes;
3. A transformação de categorias biológicas, como macho e fêmea, ou de representações de base biológica (as raças) em categorias sociais, às quais se atribuem passados simbólicos, dialética própria etc.;
4. O apelo sentimental que conduz, na prática, a enfrentar com ações caritativas e pequenos programas de auto-ajuda as injustiças do mundo, estruturais, sistêmicas e gigantes;
5. O misticismo romântico, com a valorização do que é exótico, oriental, ritualístico e mágico;
6. Em lugar de alguma transformação durável, a moda, revoluções que nada mudam e de que o sistema se aproveita, em novos produtos;
7. A relativização do conhecimento, submetendo-se todo ele ao conceito de cultura, de forma que a ciência se iguala a qualquer sistema de crenças, a medicina à pajelança, o sábio ao sumo sacerdote, a penicilina ao epadu ...

A unanimidade como sistema tende a eliminar a crítica e o *libre debate* passa a obedecer a restrições mais rígidas do que as regras de uma luta japonesa de sumô. Tomemos um tema, o aborto. Primeiro, ele é apresentado como problema contemporâneo relacionado à libertação da mulher (na maioria, uma libertação da dependência econômica para a proletaridade) - quando Hipócrates, o pai da medicina, já impunha aos aprendizes de sua arte a obrigação de não ensinar às mulheres como se livrar dos fetos indesejáveis. Segundo, é sempre discutido no plano dos comportamentos, onde se opõem *modernos* e *conservadores* - embutindo-se, aí, os juízos de valor correspondentes. Não se consideram outros aspectos: o fato de que o aborto penaliza a mulher e irresponsabiliza o homem; que é o método mais caro e mais penoso de evitar

filhos; que os problemas éticos envolvidos transcorrem num universo mais amplo do que o das leis etc. Em suma, que estão envolvidos aspectos de cultura, educação e saúde pública que não se resolvem com a liberação ou não liberação.

13.7. A sociedade precisa do contraditório

O público, mesmo o mais instruído, é incapaz de perceber sem ajuda que as campanhas dos jornais que falam do mal estado das estradas podem ser promovidas pelas associações de empreiteiras que ganham dinheiro com contratos para fazer essa conservação; que as matérias sobre mazelas da saúde pública podem ser pautadas pelas empresas privadas de seguro saúde, para aumentar a clientela; que dificilmente uma equipe de televisão estaria no local de confronto entre policiais e invasores de terras numa fazenda remota, de manobras militares na selva ou da abordagem de um navio com lixo nuclear por pacifistas se alguém não avisasse e criasse as condições para sua estada lá. Ignoramos o jogo de interesses por detrás das notícias.

Note-se que em, todos esses casos, a informação que estará sendo divulgada pode ser verdadeira. Muitos ambulatórios, num sistema gigantesco, podem estar lotados, alas desativadas e médicos faltando e o sistema, ainda assim, na média, funcionar razoavelmente; trechos intransitáveis, ainda que vários ou extensos, não significam que toda a malha rodoviária de muitos milhares de quilômetros esteja inutilizada. Confrontos eventuais, ainda que violentos, não indicam que a propriedade esteja globalmente ameaçada (ou que seja iminente a revolução no campo) nem a ação teatral dos pacifistas representa obstáculo sério à exportação dos resíduos radioativos para países pobres. A retórica metonímica do Jornalismo - seu viés de apresentar o todo pelas partes ou as versões pelos fatos - faz o receptor concluir pela generalização do particular, mesmo que os repórteres não façam isso. E com frequência fazem, por entusiasmo ou deformação profissional.

Quanto mais nosso mundo é dos espertos, mais somos uma sociedade de ingênuos, levados a confiar em um poder paterno, difuso e impessoal, que zela por nosso bem-estar e segurança, mobiliza-nos para boas causas, afasta-nos das más, informa-nos de tudo que precisamos saber e nos ensina tudo que devemos fazer. Numa situação como essa, faz falta o contraditório, o debate efetivo em torno dos discursos, edificantes ou não, que marcam a unanimidade aparente em nosso tempo.. A ausência de vozes críticas é um sinal dramático de crise da inteligência.

13.8. Para ler mais

Sobre a Trilateral e similares, ASSMANN, 1979; pode-se ler também BRZEZINSKI, 1970. *Manufacturing consent* é CHOMSKY-HERMAN, 1988. A citação de Lévi-Strauss está na página 17 de LÉVI-

STRAUSS, 1967. O dado sobre número de ONGs dedicadas a índios no Brasil está na página 71 de FERNANDES, 1994. O relatório da Unesco sobre comunicação e informação é UNESCO, 1983. O livro de Paul Kennedy é KENNEDY, 1995. Os dados do PNUD/ONU foram amplamente noticiados (17/10/97).

14 - ENTRE ONGS E CONSPIRAÇÕES

As organizações não governamentais (seu nome na América Latina), organizações não lucrativas (seu nome nos Estados Unidos) ou terceiro setor (como elas preferem ser chamadas) são ambíguas como tantas coisas mais em nosso tempo. Não que sejam novidade: instituições beneficentes existiram em estados antigos, como a China; em toda parte em que a Igreja se separou do Estado, passou a constituir uma espécie de terceiro setor, com seus hospitais, suas igrejas, seus conventos, irmandades e mosteiros; milhões de clubes de recreação, esporte e serviços são entidades não-lucrativas e não-estatais; a reforma protestante do Século XVI propunha a instituição de um sacerdócio universal.

O que torna as ongs ambíguas e as institui como novidade é que têm proliferado notavelmente nas últimas décadas e, pela primeira vez, se propõem a desenvolver políticas estranhas ao Estado e ao capital, críticas de ambos; a ser instrumento de associação livre e independente de cidadãos capaz de funcionar como consciência coletiva, denunciando ou dando solução para gravíssimos problemas sociais. A questão é até que ponto isso é verdade, ou até onde podem existir, em nosso tempo, estruturas assim suspensas no espaço, que não pretendam lucro ou poder. Quem as sustenta? O que as motiva?

Em seu artigo sobre as ongs na revista *Foreign Affairs*, Lester M. Salomon, do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Johns Hopkins, aponta alguns mitos que cercam essas entidades: o *mito da virtude pura*, fundada na origem religiosa e no romantismo dos militantes das décadas de 60 e 70; o *mito do voluntarismo*, que pressupõe a oposição aos estados nacionais; e o *mito da concepção imaculada*, que se apoia na suposta novidade da posição de terceiro setor quando o que ocorre é apenas a ressurgência, com grande ímpeto, de padrões antigos:

A proliferação desses grupos pode estar alterando aparentemente o relacionamento entre estados e cidadãos, com impacto muito além dos serviços materiais que eles provêm. Todos os principais movimentos sociais da América - por exemplo, os movimentos pelos direitos civis, pelo meio ambiente, dos consumidores, o conservador e o feminista - tiveram suas raízes no setor não lucrativo.

Salomon mostra que as ongs têm sido utilizadas, notadamente por governos conservadores como os de Ronald Reagan e Margareth

Thatcher, como desculpa para reduzir os investimentos estatais na área social e que elas podem cumprir o papel político de desviar indivíduos das classes médias de motivações contestadoras ou revolucionárias, coisa antes observada por outro autor, Brian H. Smith, da Universidade de Princeton. “As relações entre governos e o setor não lucrativo”, escreve, “têm-se caracterizado mais pela cooperação do que pelo conflito, quando os governos se voltam extensivamente para as ongs buscando assistência no atendimento das necessidades humanas”.

O extraordinário crescimento e a difusão do fenômeno das ongs é explicado por Salomon com a referência a pressões de três distintas fontes distintas: as que vêm *de baixo*, na forma de organizações surgidas espontaneamente, seja no Leste europeu seja no Terceiro Mundo; as *de fora*, resultantes da atuação de instituições privadas e públicas; e as *de cima*, na forma de políticas governamentais. Entre as pressões externas, destaca, na América Latina, principalmente a da Igreja Católica, que estimulou por bastante tempo a formação das comunidades eclesiais de base; das igrejas protestantes; e de instituições tais como a Oxfam americana (responsável pelo financiamento de programas de controle de natalidade) e a Coordenação para o Desenvolvimento:

As agências oficiais de ajuda têm suplementado e, em grau considerável, subsidiado essas iniciativas privadas. Desde meados da década de 60, congressistas críticos dos programas de assistência internacional americanos têm posto ênfase crescente no envolvimento do Terceiro Mundo em atividades de desenvolvimento e na ajuda a organizações indígenas, bem como nos grupos americanos que trabalham com elas. A Organização de Cooperação Econômica e o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento têm adotado o ‘desenvolvimento participativo’ como estratégia para a década de 90. Mesmo o Banco Mundial, que tradicionalmente dá apoio apenas esporádico a organizações voluntárias privadas, assinalou recentemente a ‘explosiva emergência de organizações não-governamentais como principais atores coletivos nas atividades de desenvolvimento’ e formou um comitê assessor de organizações voluntárias com ação extensiva ao Terceiro Mundo.

Salomon vai adiante no estudo das relações entre ongs e governos. Observa que a tese da contradição entre instituições voluntárias e estados nacionais parte de uma concepção do pensamento conservador americano - extensão ao setor não-lucrativo da ideologia da livre iniciativa. Nos Estados Unidos, afirma, o Governo surge como maior fonte de apoio para instituições não lucrativas, contribuindo com quase dois terços da receita que elas obtêm a fundo perdido; em outros países ricos, a contribuição estatal é ainda maior:

As pressões governamentais (em prol das ongs) também ocorrem de maneira relevante no Terceiro Mundo e no antigo bloco soviético. Da Tailândia às Filipinas, governos têm patrocinado cooperativas de fazendeiros e outras organizações privadas. Os planos quinquenais do Egito e do Paquistão tem destacado a participação de organizações não-governamentais como forma de assegurar a participação popular no desenvolvimento. Mesmo o

setor não-lucrativo embrionário da China beneficiou-se de encorajamento oficial, a partir do 11º. Comitê Central em dezembro de 1978, que assinalou o início de processo de reforma para estimular a criatividade e iniciativa individual na sociedade chinesa.

Muitas legislações nacionais prevêm elevado abatimento de impostos para investimentos filantrópicos, o que significa alocação de recursos públicos, embora a escolha da destinação seja privada. Não se trata, portanto, de instituições apoiadas fundamentalmente em donativos de particulares generosos que tiram do próprio bolso movidos por intenção altruísta.

14.1. A privatização do serviço público

Apesar de suas relações indiretas com governos dos países ricos e com grandes empresas - via fundações e fundos de pesquisa - as ongs são entidades particulares, a maioria de pequeno porte. O que as caracteriza é a distância que mantêm da política partidária nacional, o fato de serem instituições da iniciativa privada que visam à produção de bens e serviços públicos, a circunstância de não se inserirem na contradição tradicional entre capital e trabalho. Pelo contrário, movimentos de mulheres, ações ecológicas, associações de bairros e grupos contra a aids e de oposição ao uso da energia nuclear - alguns dos objetivos preferenciais de organizações não-governamentais - visam aspectos da sociedade aparentemente alheios à luta de classes. Constituem uma estrutura internacionalizante que deve ter transferido aos países periféricos, entre 1970 e 1990, US\$ 7,2 bilhões, ou 13 por cento da ajuda oficial.

Os recursos são alocados preferencialmente a projetos. As principais fontes americanas são as fundações Ford, Rockefeller, Kellogg e McCarthur; na Holanda, as fundações ICO (protestante), Cebem (católica) e Novib (de orientação social democrata); na Alemanha, as protestantes Pão para o mundo, EZE e EMW, as católicas Miserior e Adveniat, a governamental GPZ, especializada em entidades não-governamentais, afora as fundações partidárias; na Inglaterra, a protestante Christian Aid, a católica Cafod e a secular Oxfam; na França, a católica CCFD, a protestante Cimade e a secular Fundação de França; na Suécia, a Ajuda Luterana Sueca e a Diakonia, que representa igrejas minoritárias; as associações cantonais suíças e as redes internacionais da Caritas (católica) e do Conselho Mundial das Igrejas, CMI. Qualquer que seja a origem do dinheiro (público na maior parte, como sugere Salomon, ou particular na maior parte, como as ongs preferem afirmar), o controle está, assim, em mãos de instituições privadas que dele dispõem pragmaticamente conforme seus próprios objetivos, geralmente articulados com as estratégias internacionais dos governos e setores empresariais dos países em que têm sede.

No *ranking* dos países investidores no Brasil, a Alemanha ocupa o primeiro lugar, financiando 57 ongs; vêm depois a Holanda, os

Estados Unidos, a Inglaterra, o Canadá, a Suíça, a França e a Irlanda. A contribuição protestante é maior do que a católica; agências ecumênicas e evangélicas contribuem com 45,1 por cento dos recursos alocados no Brasil, para 25,5 por cento de agências católicas e 23,5 por cento de fundações privadas.

A questão da não-lucratividade é tão ambígua quanto a origem e critérios de alocação dos recursos para as ongs. Certamente, elas não devem dar lucros. No entanto, não são geralmente associações de pessoas que nelas ocupam horas vagas; pressupõem tempo integral, donde se conclui que sustentam os militantes e podem até empregar equipes que vão de secretárias a analistas de sistema. Ainda assim, o estatuto típico de uma ong não prevê salários para seus dirigentes e estipula que os bens, em caso de dissolução, deverão ser transferidos à propriedade de outra ong.

São também inevitáveis as distorções do conceito. Para muitos intelectuais latino-americanos - em particular na área de ciências sociais - as ongs aparecem como mercado de trabalho, o principal, provavelmente, no caso dos antropólogos brasileiros. Apresentar um projeto é, assim, forma de custear-se por determinado período, que eventualmente se alongará em outro projeto, e assim por diante. Essas propostas de atuação moldam-se pelos antecedentes da instituição financiadora, de modo a viabilizá-las; a iniciativa, portanto, já não é tão individual assim. Principalmente no período crítico das ditaduras militares e guerras civis na América Latina, quando imperava certo romantismo contestador, algumas pequenas e médias fortunas pessoais da região fizeram-se à custa de instituições estrangeiras.

O fato objetivo é que as ongs espalharam-se de modo a influir hoje, estimadamente, na vida 250 milhões de pessoas no mundo. No Brasil, 65 por cento das associações civis existentes em 1986 foram criadas depois de 1970; na França, 54 mil associações surgiram só em 1987, para a média de dez mil ao ano na década de 60; na Inglaterra, a arrecadação das instituições de caridade subiu 221 por cento de 1980 a 1986, atingindo quatro por cento do produto nacional bruto; na Itália, 40 por cento das ongs foram criadas depois de 1977.

O *modus operandi* das organizações apoiadas por fundações e fundos - diretamente ou com a intermediação de igrejas ou partidos políticos - tem traços peculiares de modernidade; baseia-se no conhecimento das práticas do jornalismo. Cuidam de encenar eventos que despertem interesse da mídia e *happenings* de contestação espetacular (como a interrupção do tráfego em estradas ou a abordagem de navios mercantes) para os quais a imprensa - principalmente a televisão - é convidada. A retórica gestual inclui o uso de tinta vermelha (que parece sangue), correntes, cadeados, exibição de falsos feridos envolvidos em ataduras, rituais de mãos dadas, fogueiras com pneus ou a mera recusa em sair de algum lugar (a remoção pelos policiais dá a necessária impressão de violência). Os organizadores evitam, em regra, tomar a

iniciativa de confrontos diretos com as autoridades e criam condições para que qualquer repressão seja ou pareça brutal.

Na América Latina, a expansão das ongs coincidiu com a redução da atividade cívica durante os governos militares e foi em grande parte impulsionada pela teologia da libertação. Nas comunidades eclesiais de base, em que representações predominantemente femininas reuniam-se para ler a bíblia e textos profanos, principalmente de Marx, desenvolveu-se a militância em pequena escala voltada para a comunidade - pequenos grupos sociais marcados pelas relações de vizinhança. Pensava-se, assim, estar trabalhando revolucionariamente junto às bases da sociedade, em oposição às cúpulas inalcançáveis.

Outra fonte de mobilização das ongs na América Latina foram os segmentos políticos não-religiosos mergulhados no processo de desencanto que se seguiu às imensas esperanças de justiça, desenvolvimento e liberdade do início da década de 60. A partir de grupos de pesquisa paralelos às universidades e de sistemas educacionais à margem do ensino oficial, muitas pessoas se alinharam como agentes no processo de contestação que iria conduzir, afinal, a outras frustrações - a estagnação dos anos 80, a democracia com recessão, e, daí, a modernidade transnacional.

Que o futuro reserva para as ongs nos países pobres e nas zonas periféricas dos países ricos? Algumas, tornadas auto-sustentáveis, prosseguirão como empresas de serviço, principalmente na área de assessoria e consultoria. Outras terão vida efêmera, conforme os limites das ambições e possibilidades dos seus criadores; parte dos fundos destinados a caridade deixa de fluir, tão logo as entidades doadoras percebem o mau uso ou a aplicação inócua de seus recursos. Um terceiro grupo crescerá e se alinhará crescentemente com os objetivos institucionais de quem as sustenta. Estas correrão o mesmo risco de qualquer organização burocrática: a irresponsabilidade individual, a lerdeza e a rotinização. Formarão uma espécie de poder paralelo capaz de exercer funções específicas de controle no contexto de relações globais de dominação: detectar movimentos e oportunidades de negócios; afrontar, com apoio político adequado, iniciativas locais que ultrapassem os limites permissíveis; desenvolver uma infinidade de pequenos projetos e soluções paliativas (medicina alternativa, distribuição de alimentos, organização de cooperativas de serviços) que se enquadrem no campo difuso da filantropia; promover o controle da natalidade (objetivo central da maioria das organizações de mulheres), as minorias étnicas, ampliar conflitos locais. Em suma: armadas eventualmente de boas intenções, as organizações não-governamentais tendem a difundir, por toda parte, a ideologia do perdedor.

Mas o próprio conceito de perda se rescreve no contexto do mundo moderno. Se o poder de Estado, mesmo num país tão extenso e rico de recursos quanto o que foi a União Soviética, foi incapaz de gerar uma nova sociedade, menos injusta, por que coisa deverão lutar os que reconhecem os terríveis problemas de desigualdade, miséria, luxo estú-

pido e competição desvairada no mundo sob o capitalismo? Qual o objetivo de uma política, senão o poder?

Sob o peso dessas questões, a distância entre idealismo e pragmatismo carreirista é mínima. Mas terão cabimento essas perguntas? O fracasso da experiência soviética deve-se a algum fator essencial ou a erros de gestão provocados pelo desconhecimento da dinâmica social em megaestruturas de poder, por alguma fragilidade operacional da teoria - por exemplo, sua idealização do homem? As formas modernas da luta de classes, que se evidenciam em toda parte, já não mais apontam para um devir histórico?

14.2. Collor: a realidade refratada na tevê

No dia 16 de maio de 1988, entrou no ar, na *Rede Globo*, o primeiro capítulo da novela *Vale tudo*. O tema era a cultura da razão cínica ou a *lei de Gérson*: o país era retratado como um espaço de corrupção onde alguns corruptos vencem e predomina a ética da sobrevivência. Iniciava-se um ciclo que continuaria com *O salvador da pátria*, transmitida em seguida, de 9 de janeiro de 1989 a 12 de agosto, e *Que rei sou eu?*, de 13 de fevereiro a 1989 a 16 de setembro, reprisada a partir de 23 de outubro. *O Salvador* tratava de um político sem ideologia, sem história e sem partido que se transforma depois de chegar ao poder; *Que rei sou eu?* de um reino fictício, cuja salvação é um príncipe, jovem e bonito, que conquista o poder.

Os brasileiros têm grau mínimo de representação na esfera do poder. A visão de realidade que se permite a eles depende menos de estruturas reais - sindicatos, associações, movimentos sociais - do que de informações que em algum momento passam pelos meios de comunicação. Dentre esses, a televisão é o mais sugestivo; nela, flui diariamente uma ficção-realidade que transita dos telejornais aos programas de auditório, fixando-se, principalmente, nas novelas, que, como melodramas bem construídos, permitem a catarse maciça. Em muitos casos, os grupos de vizinhança - no trabalho, no bairro, na escola - tendem a reforçar a mensagem da mídia.

A partir dessas constatações, das características particulares da eleição de 1989 (escolha isolada em que pela primeira vez se permitiu o voto de analfabetos, a primeira em dois turnos e a primeira em um país quase totalmente coberto pela televisão, onde a *Rede Globo* tem audiência que atinge 84 por cento nos horários nobres) e de uma interpretação da evolução das pesquisas de intenção de voto, Venício A. de Lima, da Universidade de Brasília, construiu uma hipótese teórica: a de que a vitória do candidato Fernando Collor deve-se ao cenário político construído pela televisão em período anterior a junho de 1989.

Embora os dois turnos da eleição tenham se realizado no fim do ano, Collor já dispunha, em junho, de 43 por cento das intenções de voto para menos de 11 por cento de seus principais concorrentes. No período de fevereiro a junho, seu índice elevou-se de 600 por cento.

Contribuíram para isso a mensagem e caracterização perfeitamente adequadas ao cenário das novelas, os programas eleitorais em que tais informações foram divulgadas, a cobertura noticiosa da *Rede Globo* e, principalmente, o trabalho de desqualificação da política como atividade e do político como profissão. Albino Canelas Rubim, da Universidade Federal da Bahia, analisou o conteúdo dessas peças:

De forma praticamente indiferenciada, toda e qualquer atividade política, o Estado, os políticos e os funcionários públicos foram identificados com as noções de corrupção, desperdício, incompetência, fisiologismo, falta de trabalho e corporativismo. Através dessa identificação, toda a política, agora desqualificada, passou a ser apresentada como atividade exercida contra os interesses dos cidadãos e os funcionários do Estado, políticos e servidores, foram transformados globalmente em marajás, portanto inimigos da sociedade.

O que há de extraordinário na hipótese de Venício A. de Lima é que ela foi praticamente confirmada pelo próprio dono da *Rede Globo*, Roberto Marinho, quando, após o *impeachment* de Collor, admitiu publicamente ter inventado o candidato. Nos telejornais da emissora, como observa Venício de Lima, a construção do cenário político teve pelo menos duas vertentes: (a) cobertura desproporcionalmente favorável a Collor; (b) divulgação ou não-divulgação, conforme fosse conveniente para esse candidato, dos resultados quinzenais ou semanais das pesquisas de intenção de voto. O passo final foi dado quando, na véspera do segundo turno da eleição, a edição esdrúxula de um debate pré-eleitoral expôs, em horário nobre, imagem depreciativa do candidato que se opunha a Collor.

Os fatos posteriores mostraram que a retórica utilizada para a construção do cenário eleitoral de 1989 na televisão serviria ainda em outras oportunidades. Collor foi afastado, mas não sua linha política, fundada na liquidação da auto-estima nacional, na tese salvacionista e na disseminação de um clima de desconfiança - ou de rejeição - da política de que se beneficiam sistematicamente os políticos mais conservadores e fisiológicos.

A cultura das Organizações Globo é a do monopólio estatístico ou virtual - um sistema de liderança radical de mercado que elas procuram estender a quase todas as áreas em que atuam ou pretendem atuar: televisão, jornal, redes de cabos e telefonia. Ora: é possível que a generalização da televisão por assinatura, que permite o acesso não a meia dúzia, mas a dezenas ou centenas de canais, ponha em xeque esse tipo de hegemonia -- sejam os fornecedores do serviço a mesma *Globo*, a *Editora Abril* ou, o que é improvável, empresas regionais. Mas a experiência do rádio e a da própria TV por cabo mostram que pouco importa o número de canais, desde que alimentados pela mesma ideologia.

Eis aí o limite da hipótese de Venício de Lima. Ela é correta em sua formulação, mas perigosa no sentido de que permite certo simplismo: o de atribuir a distorção do processo eleitoral brasileiro à emissora e a seu próspero dono. Ainda que Collor tenha sido escolhido por

Roberto Marinho e promovido pela *Rede Globo* (não apenas por ela), o essencial da questão não é Marinho ou a *Globo*. É a unanimidade, absoluta ou quase absoluta, do discurso nas campanhas eleitorais ou fora delas; os interesses a que tem servido essa unanimidade nas eleições plebiscitárias brasileiras, desde 1960, incluído o plebiscito militar de 1964; e a insistência na desideologização ou despolitização da política, que transfere a escolha para aspectos em que o *marketing* melhor atua: cenografia, vestuários, maquilagem, recurso a estereótipos emocionais, combatividade aparente.

14.3. Uma ação exemplar

São infinitos os exemplos de aplicação tática do processo de despolitização da política. Ela tanto está no slogan “eu tenho aquilo roxo”, gritado grosseiramente pelo Presidente Fernando Collor quanto no tema “não são a meu favor, são a favor do Brasil”, preferido pelo Presidente Fernando Henrique.

Despolitizar significa, aí, portar-se como dono da verdade; tratar como assunto de sobrevivência do Estado, com estratégias de massacre e eliminação do “inimigo”, meros conflitos de interesses ou desacordos setoriais sobre a condução das relações de trabalho, das políticas de ensino, saúde, educação etc. Embora não se use mais o nome *subversão*, o critério é o mesmo: nenhuma restrição moral ou ética ao emprego da força.

Tomemos um caso. Em 1994, Governo estava certo de que a capacidade mobilizadora dos grandes sindicatos seria obstáculo sério à privatização das empresas estatais brasileiras. Decidiu, então, quebrar a espinha dorsal desses movimentos, atingindo uma das categorias mais organizadas. Pensou, primeiro, nos portuários, mas o temor do prejuízo causado por uma greve mais longa nos portos (e de sua repercussão externa) fez com que a idéia fosse posta de lado. Os petroleiros foram, finalmente, escolhidos.

A Petrobrás, empresa brasileira de petróleo que foi símbolo do processo de desenvolvimento brasileiro, recebeu instruções de fazer grandes compras de combustíveis no exterior e armazená-los para a situação de emergência - compras tão grandes que se refletiram no balanço cambial; em novembro, o acordo sindical com o pessoal das refinarias passou a ser ostensivamente desrespeitado, para provocar a paralisação. Quando esta aconteceu, em maio de 1995, embora os trabalhadores mantivessem a produção de gás de cozinha, os estoques foram seqüestrados.

Porta-vozes do Governo declararam nos noticiários de televisão que havia risco de desabastecimento, conseguindo, com isso, provocar uma corrida que acabou logo com o pouco gás existente nos terminais. Imediatamente, lançou a culpa sobre os grevistas. Dirigindo-se a uma população que ganha, em geral, salários ínfimos, a propaganda

listou e exagerou os ganhos e os direitos trabalhistas dos técnicos da Petrobrás, apresentando-os como malandros e privilegiados.

A Justiça do Trabalho, cumprindo com excepcional rigor uma lei recente (que, desconfia-se, foi aprovada justamente para aplicação neste caso), condenou os sindicatos a pagar indenização muito acima da capacidade deles. Patrimônios acumulados durante décadas pelos sindicatos petroleiros e, pessoalmente, pelos dirigentes sindicais, esfarelaram-se em segundos. Tendo-se tornado a greve antipática à opinião pública, os líderes dos trabalhadores organizados ficaram cientes do que poderia acontecer caso se manifestassem pesadamente por ocasião das privatizações.

14.4. Coerção e recessão

A grande imprensa brasileira - na verdade, meia dúzia de grupos, desde os prósperos aos quase falimentares - tornou-se instrumento dócil da política de Fernando Henrique Cardoso não tanto pela sua integração tradicional com o capital externo e o Estado (sua vinculação histórica ao comércio de exportação-importação, sua dependência de tecnologia, financiamento e anúncios de distribuição política) , mas, de maneira imediata, pela perspectiva de receber uma parcela daquilo que seria privatizado no setor de telecomunicações. Reduziu ao mínimo (à informação destinada às elites; a alguns raros colunistas dissidentes e a intelectuais colaboradores, que geralmente só sabem escrever para seus pares) a crítica do Governo, mantendo, assim, nos limites adequados, a situação de unanimidade relativa.

A imprensa menor, de âmbito regional, tem poucas possibilidades de sobreviver sem negociar sua mercadoria invisível, a qualidade da informação; depende diretamente de oligarquias que desde logo se beneficiariam da política de distribuição de favores e recursos públicos. A remuneração das oligarquias fechou o ciclo da unanimidade, de vez que a política executada é aquela que corresponde fielmente aos interesses dos “estado mundial”, com seus aparelhos financeiros e ideológicos. De toda sorte, o âmbito de cobertura dos veículos regionais estreitou-se ao longo dos anos: no que se refere ao noticiário internacional e nacional, são meros repetidores de material distribuído pelas empresas de comunicação centrais.

A generalizada docilidade da imprensa manifestou-se principalmente pela aceitação das teses que substituem o homem-produtor pelo homem-consumidor e pela permanente pregação otimista, que conviveu com índices elevados de desemprego, o desmonte de setores inteiros da indústria, a deterioração dos serviços públicos (o que, em nenhuma parte do mundo, consulta os interesses institucionais do setor produtivo), as crises na área de serviços (dos bancos às bolsas), a incerteza quanto ao futuro e a expansão das respostas violentas e fundamentalistas.

Ainda assim, considerando a natureza peculiar da prática do jornalismo - o inevitável diálogo com a realidade que a profissão pressupõe -, o período é marcado por denúncias de escândalos e pela exigência (geralmente inútil) de punição dos responsáveis, como se isso tornasse os crimes menos criminosos e os roubos menos danosos à economia. É que a ideologia neoliberal destina à imprensa papel de vigilância moral conservadora, ao lado de total submissão ao discurso dos economistas e técnicos - às vezes chamados de *cientistas* - que expressam os pontos de vista convenientes aos detentores do poder. Jamais se valorizou tanto o *gatekeeper* (aquele que decide o que vai ser publicado) e o jornalista *yuppie* - um sujeito pragmático, de bela carreira, com opiniões convenientes, discurso tecnológico e padrão de vida que, na profissão, só os *yuppies* são capazes de sustentar.

14.5. Perspectivas de futuro

Nas últimas décadas, consolidou-se a fórmula dos *best sellers high tech*, em que um futuro radioso e radicalmente inovador é previsto com base em criações tecnológicas: isso parece satisfazer a demanda de novidade do público intermediário no controle social, sem ameaçá-lo em sua postura de hegemonia. Não há confiabilidade nessas previsões. Em 1980, previu-se a morte súbita do jornalismo gráfico, o *Adeus a Gutenberg* (esse é o título de um livro de Anthony Smith), mas os jornais e livros estão aí, circulando, vendendo e, sobretudo, influenciando no pensamento das pessoas; a indústria de papel de imprensa prospera e, o que é mais significativo, nunca se investiu tanto no plantio de florestas para a obtenção de celulose.

Nenhuma época histórica conseguiu construir uma representação consistente de si mesma; é, assim, prematuro, no mínimo, falar em “terceira onda” ou em “sociedade global”, selecionando alguns processos dos caos histórico como mais estáveis ou conseqüentes. A futurologia é mais instrumento de controle do que outra coisa, também quando estão em jogo fenômenos políticos e econômicos. Ainda em 1996, falava-se com entusiasmo do futuro imediato dos *tigres asiáticos*, que um ano depois entrariam em crise financeira, e de seu *imbatível* modelo empresarial; uma década antes, a compra de estúdios de cinema e gravadoras de discos por empresas japonesas deixava em pânico os nacionalistas norte-americanos, gerando uma safra de filmes de *science fiction*; locutores de televisão, adultos e minimamente instruídos, conseguiam, no tempo da guerra do Golfo, manter-se sérios ao comparar o Presidente do Iraque, Saddam Hussein, ao Anticristo das profecias ...

O que se pode fazer é propor algumas linhas gerais em torno das quais, salvo transformações inesperadas, deverão desenvolver-se os confrontos dos próximos anos:

1. Globalização e regionalidade é o primeiro desses pares opo-
sitivos. A globalização, nome novo e simpático para o imperialismo, é
pensada como processo econômico, do ângulo da produção e circulação
de mercadorias. No entanto, ela pressupõe (1) centros difusos de poder;
(2) a manutenção sob rígido controle dos estados nacionais periféricos e
(2) fluxo de informações centralizado de maneira confiável em um pu-
nhado de empresas e instituições, operando uma infinidade de canais.
A pressão da informação cultural padronizada, oriunda de tão poucas
geradoras e tão parecidas entre si, gera reação nacionalista, regional e
étnica.

2. Democracia e fascismo é a segunda dicotomia. A concentra-
ção de poder decisório e dos recursos disponíveis nas mãos de pequeno
grupo de controladores de investimentos globais - capitalistas e geren-
tes de fundos - estabelece em todo o mundo a política que melhor con-
vém à lucratividade do capital. Essa política é a que mais valida o capi-
tal diante do trabalho. O recurso freqüente à recessão (redução forte ou
continuada da atividade produtiva, sob pressão de instrumentos como a
alta de juros) e a especulação continuada geram desemprego duradouro
e, portanto, alimentam o racismo, o anseio de poderes nacionais mais
fortes, a solução simplista dos líderes carismáticos etc. - conhecidos
componentes do fascismo.

3. Bem-estar para muitos e exclusão de outros tantos é a ter-
ceira dicotomia. O amplo acesso a instrumentos e símbolos de bem-
estar num mercado cada vez mais rico em ofertas convive com índices
elevados de rejeição social. O sentimento de exclusão atinge mais du-
ramente os velhos, imenso contingente considerado improdutivo, e os
jovens, que terão dificuldade crescente de ingresso no paraíso do mer-
cado de trabalho. O resultado previsível são explosões aleatórias de a-
gressividade - por exemplo, nos campos de futebol ou nos conflitos en-
tre *gangs*.

4. A internacionalização do capital em níveis tão amplos não
ocorre sem custo para a cultura. Esse custo representa a quarta dico-
tomia, quando implica homogeneização. As elites dos países periféricos
tenderão a se identificar à dos países centrais. Será intensa a migração,
por maiores obstáculos que se crie; daí a troca maior de informações
entre culturas e a resposta afirmativa das culturas submetidas. Elites
cosmopolitas e super-informadas irão afastar-se, cada vez mais, dos
cenários nacionais em que se processam as contradições da vida políti-
ca; o afastamento dá, inicialmente, impressão de mediocridade e, talvez,
mais tarde, de sofisticação, à maneira do formalismo dos escolásticos
ou dos mandarins.

5. Entronizado o mercado, será mais difícil do que nunca con-
ter sua arrogância. Ele não é moral nem ético; alterna euforia e depres-
são, crise e estabilidade aparente. É claro, nesse contexto, que a fragili-
zação dos estados nacionais e sua subordinação ao ambiente dos negó-
cios não facilita em nada o controle do tráfico de drogas, de pessoas ou
a proteção do meio ambiente. Este, na verdade, é dilapidado mais pelas

tecnologias inadequadas impostas a populações locais e pela valorização de certos produtos escassos (certas madeiras, o marfim, o âmbar) do que por falta de informação. A decisão de destruir processa-se exatamente onde mais informação é disponível.

6. Estaremos em um mundo tecnológico. Nele, embora, na aparência, a competição se processe entre produtores, tenderá a ser, na essência, uma competição entre criadores de técnicas e processos, que constituem a nova classe privilegiada. O poder desse segmento - oposto à tendência conservadora dos conglomerados monopolistas - decorre dos privilégios que se estão institucionalizando com a propriedade intelectual de técnicas e processos. A contradição entre o primado do capital e a emergência dessa comunidade de criadores é a quinta dicotomia.

7. Deverão unir-se, de maneira crescente, alguns pontos de vista de gerentes e administradores e os das lideranças dos trabalhadores quanto à natureza do trabalho: os detentores do capital - nova aristocracia ociosa - vêem o trabalho como maldição (a palavra trabalho vem de do latim *tripalium*, um instrumento de tortura) - e isso sempre os distinguirá dos outros homens, que precisam vê-lo como realização, à maneira dos gregos, que o chamavam de *ergon* (εργον). O conflito entre capital financeiro e estruturas produtivas é a sexta dicotomia. Como o jogo de poder subordina estruturas empresariais ao capital, a disputa deverá disfarçar-se de várias maneiras: campanhas contra os juros altos, pela valorização do esforço humano etc. A empresa tenderá a ser vista não apenas como instrumento de reprodução do capital, mas também como espaço em torno do qual se organizam comunidades humanas, lugar de uma cultura e de uma estrutura de poder, algo de cuja atividade depende a sobrevivência de muita gente.

14.6. A crise da democracia

Por muitos anos, acreditamos que, se houvesse grande variedade de canais de informação, o discurso social seria plural e, em decorrência, mais democrático. Não é o que se verifica. Nada mais semelhante a um programa popular de televisão do que outro programa popular de televisão. A nítida impressão que se tem passando pelos canais de uma rede de tevê por cabo ou pela mesmice das rádios FM é que nada mais se tem a dizer ou a mostrar. A avaliação do que é notícia também se padroniza de maneira conveniente: por exemplo, qualquer greve que não tenha desdobramentos violentos ou manifestações circenses deixou de ser notícia..

No plano teórico, tende a evidenciar-se a falência das “ciências humanas”, cada vez mais contaminadas por uma vertente mística que nega as contradições e iguala todas as coisas, rejeitando qualquer hierarquia de valores - um tipo de conhecimento, portanto, confortador mas inútil como instrumento de reflexão consistente sobre a realidade. A área tecnológica, pelo contrário, vem-se alargando para incluir questões cruciais relacionadas ao homem: dessa vertente poderá vir, algum

dia, a formação básica, mais articulada e útil, do cidadão do futuro. Mas isso demorará mais tempo - talvez aconteça antes do primeiro contato com seres extraterrestres ou do domínio das técnicas de teletransporte. De toda sorte, é interessante especular como funcionaria, se funcionaria, um sistema de controle de opinião construído sobre as mesmas certezas que acionam o processo produtivo.

Não se pode dizer que o objetivo atemporal da política seja, em termos abstratos, a “felicidade” ou “o bem estar”: felicidade e bem estar só existem referidos à realidade objetiva. Tanto podem ser felizes bons cidadãos norte-americanos que consomem montanhas de quinquilharias quanto cidadãos cubanos que, embora lhes falte quase tudo, aplaudem nas ruas o Comandante Fidel Castro. Algumas das melhores criações humanas, na arte e na cultura, resultam de carência ou sofrimento: as pinturas de Van Gogh, a culinária chinesa, a dança dos escravos africanos... Entre a tirania de um Stalin, que derrotou as tropas de Hitler e consolidou um estado poderoso, e a mediocridade de um Gorbachev, com seu discurso recheado de boas intenções, a História provavelmente preferirá Stalin, como prefere Alexandre, o Grande; Cortez, o conquistador; ou Napoleão, o imperador dos franceses.

Ainda em sentido atemporal, não há escândalo na expansão atual da pobreza: sociedades humanas sempre se fundaram na dominação e na espoliação. São normais ciclos de acumulação de capital e poder. O que parece escandaloso é a contradição entre as tendências estruturais do capitalismo industrial, que pretende universalizar o consumo de bens, produtos e informações, e a exclusão propiciada pelo retorno ao mercantilismo, numa época em que o dinheiro (1) é símbolo desprovido de referência - a área em Tóquio onde fica o Palácio Imperial pode valer tanto quanto o Estado da Califórnia; (2) existe em abundância sem precedentes - quem duvida veja o preço que alcançam a guitarra velha de um roqueiro ou as roupas usadas de uma princesa nos leilões ingleses...

É exatamente o fluxo amplo de mercadorias e de conhecimentos que torna a expansão do capitalismo socializadora, abrindo espaço a organizações mais avançadas da sociedade. Essa dialética é plenamente compreendida em nossa época pela maioria das correntes de pensamento e constitui o eixo que organiza desejos e aspirações históricas. Se a redução do custo de produção é sempre um ganho, a restrição do mercado e a expulsão dele de boa parte da humanidade são, assim, dados intragáveis. A centralização da informação em estruturas que servem à especulação financeira, sua articulação com técnicas de controle social numa grande indústria de produção de sentido são componentes reacionárias que - quase todos percebem - precisam ser combatidas.

Não há, por exemplo, como falar em democracia, no sentido que a palavra assumiu no Século XIX, quando eleições são mera questão de investimento e esperteza; não se pode, de fato, falar em democracia, em sentido algum, no contexto da unanimidade produzida, ou quando o núcleo real de poder permanece oculto e irresponsável. Nem

se deve confundir livre fluxo de informações com a multiplicação de mensagens individuais (as triviais e as potencialmente relevantes) num novo caótico como a Internet ou na conversa vadia dos botequins de esquina.

As páginas em redes de computadores - a Internet - somam centenas de milhões e em breve serão bilhões, com tamanhos e recursos variados. São sempre citadas como alternativa: nelas as possibilidades de tráfego de informações são limitadas apenas pela questão dos direitos autorais, já que os criadores e os que compram suas criações pretendem ser remunerados; e pela vigilância ativa de um moralismo extremado que tolera a mais absurda violência, a exposição da mais sinistra miséria humana, desde que não apareçam o nu frontal e as relações sexuais explícitas. Mas a questão insuperável é como agir diante dessa massa disforme de dados; como se orientar quando se busca algo específico ou não trivial; como tirar proveito da informação disponível.

A Internet é um sistema fantasticamente prático e barato para comunicação ponto a ponto - entre pessoas, pessoas e instituições, instituições e instituições, desde que identificadas: expansão do telefone ou do fax, serve de maneira extraordinária à pesquisa universitária, às pessoas e às empresas. No entanto, para que constitua um sistema eficiente de coleta de informações, falta-lhe a árvore de acesso, ou o *thesaurus*. Pode existir informação eficiente sem um sistema que a organize? Posso acessar dados dispostos de maneira caótica? Posso encontrar o parágrafo de que preciso - por exemplo, o relato dos danos causados pela explosão de um oleoduto em algum lugar da Índia - só porque sei que ele está em um maço de centenas de páginas de jornais que tenho guardado em algum lugar numa estante que ocupa duas das quatro paredes de meu escritório, toda ela cheia de maços de jornais dispostos ao acaso? Qual o custo da recuperação dessa informação?

Informações precisam articular-se em sistemas, versões e teorias, que são suas vias de acesso; o que está em jogo é a pluralidade e a ideologia desses sistemas, que vão dos palácios, academias e fábricas até as redações dos jornais e os estúdios do *show business*. A quem, afinal, eles servem e o quanto estão conformes ou contrários às expectativas geradas pela História.

16.4. Para ler mais

Os textos utilizados para o segmento sobre as ongs são FERNANDES, 1994 e SALOMON, 1994. Faz-se referência ainda a SMITH, 1990. A fonte básica do segmento sobre televisão e política é LIMA, 1990, com referências a RUBIM, 1989. A conclusão deste capítulo foi parcialmente apresentada como palestra no 27º Congresso Nacional de Jornalistas, em maio de 1996, em Porto Alegre.

15 - BIBLIOGRAFIA

- ALLWOOD, Jens, ANDERSSON, Lars-Gunnar, DAHL, Östen. *Logic in Linguistics*. Cambridge, CUP, 1977.
- ASSMANN, Hugo (org). *A trilateral, nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- BAER, Mônica. *A internacionalização financeira do Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*, vol 1: "História da imprensa brasileira". São Paulo, Ática, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*, tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*, tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Hucitec, 1992.
- BALLOG, Thomas. *Fact and fancy in international economic relations*. Nova York, Pergamon Press, 1973.
- BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis, UFSC, 1994.
- BARTHES, Roland. "Introdução à análise estrutural da narrativa". In: BARTHES, Roland *et alii*. *Análise estrutural da narrativa*, tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 19-60.
- BARTHES, Roland. *Essais critiques*. Paris, Seuil, 1964.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*, tradução de Rita Buongermini e Pedro de Souza. São Paulo, Bertrand, , 9ª edição, 1993.
- BELLUZZO, L G et COUTINHO, R (org). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica*, tradução de Aída Ferrás *et alii*. São Paulo. Educ-Pontes, 1992.
- BRIMMER, Andrew et DAHL, Frederick. "The growth of american international banking: implication for public policy". *Journal of Finance*, maio de 1975.
- BROWN, J. A. C. *Técnicas de persuasão*, tradução de Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *Between two ages*. Nova York, Penguin Books, 1970.
- BURON, Thierry et GAUCHON, Pascal. *Os fascismos*, tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- CANN, Ronnie. *Formal semantics*. Cambridge, CUP, 1993.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. Rio, Nova Fronteira, 1977.
- CHILDS, Harwood L. *Relações públicas, propaganda & opinião pública*, tradução de Sylla Magalhães Chaves. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1964.
- CHOMSKY, Noam et HERMAN, Edward S. *Manufacturing consent, the political economy of the mass media*. Nova York, Pantheon Books, 1988.
- CHOMSKY, Noam. "Language and Nature". *Mind*, vol 104, nº 413. Cambridge, Oxford, Oxford University Press, pags.1-61, janeiro, 1955
- COBRA, Marcos. *Marketing básico*. São Paulo, Atlas, 1985.
- COPI, Irving. *Introdução à Lógica*, tradução de Álvaro Cabral. SP, Mestre Jou, 1974.
- COSTELLA, Antônio F. *O controle da informação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- COURCELLE, Pierre. *História literária das grandes invasões germânicas*, tradução de Paulo Evaristo Arns. Petrópolis, Vozes, 1955.
- CRUZ, Paulo D. *Dívida externa e política econômica*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

- DE CUSA, Nicolas. *De la docta ignorancia*, tradução de Demetrio Nâñez. Buenos Aires, Lautaro, 1948.
- DIAS, Everaldo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 2ª edição, 1977.
- DOMENACH, Jean Marie. A propaganda política, tradução de Ciro T. de Pádua, 2ª edição. São Paulo, Difel, 1963.
- EDWARDS, Elwin. *Introdução à teoria da informação*, tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Motta. São Paulo, Cultrix-Edusp, 1971.
- ENGELS, F. "Carta a Joseph Bloch, 1890". In: MARX, K e ENGELS, F. *Antologia filosófica*. Lisboa, Estampa, 1961, pags. 168-170.
- EVANS, Peter. *Dependent development*. Princeton, University Press, 1979.
- FAYE, J-P. *Langages totalitaires*. Paris, Hermann, 1972.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público, o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- FERRANTE, Verá Lúcia B. *FGTS: Ideologia e repressão*. São Paulo, Ática, 1978.
- FLORES, Mário César. *Bases para uma política militar*. Campinas, Unicamp, 1992.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*, tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio, FGV, 15ª edição, 1992.
- GEIMONAT, Ludovico et GIORELLO, Giulio. *As razões da ciência*. Lisboa, Edições 70, 1989.
- GUÉRIN, D. *Fascisme et grand capital*. Paris, Maspero, 1969.
- HAAPARANTA, Leila (org) *Mind, meaning and mathematics, Essays on the philosophical views of Husserl and Frege*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1994.
- HAECKEL, Ernesto. *História da criação dos seres organizados segundo as leis naturais*, tradução de Eduardo Pimenta. Porto, Lello & Irmão Ltda, 1930.
- HARRÉ, Rom. *As filosofias da ciência*. Lisboa, Edições 70, 1984.
- HEGENBERG, Leonidas. *Lógica (Cálculo sentencial, Cálculo de predicados)*. São Paulo, Herder-Edusp, 2 vol., 1973.
- HERTZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre, Tchê, 1987.
- HOFSTADLER, D. R. *Metamagical themas*. Londres, Basic Books, 1981.
- IBGE. *Anuário estatístico*, 1989.
- IBGE. *Anuário estatístico*, 1994.
- IBGE. *Anuário estatístico*, 1987-88.
- IRVING, Whashington. "A arte de confeccionar livros". In: FRANKLIN, Benjamin *et alii. Ensaístas americanos*, tradução de Sarmento de Beires e José Duarte, vol. XXIII da coleção "Clássicos Jackson". Rio, W.M.Jackson, 1953, p.245-254.
- JANIK, Allan et TOULMIN, Stephen. *A Viena de Wittgenstein*, tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Campus, 1991.
- JOHNSON-LAIRD, Philip N. *The computer and the mind*. Cambridge, Harvard University Press, 1988.
- KALISH, Donald, MONTAGUE, Richard. *Logic: techniques of formal reasoning*. Nova York, Harcourt, Brace & World Inc, 1964.
- KEMPSON, Ruth. *Semantic theory*. Cambridge, CUP, 1977
- KENNEDY, Paul. *Preparando para o Século XXI*, tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Campus, 1995.
- KEY, Wilson Bryan. *A era da manipulação*, tradução de Iara Biderman. São Paulo, Página Aberta, 1993.
- KOTLER, Philip, ROBERTO, Eduardo L. *Marketing social*. Rio de Janeiro, Camus, 1982.
- KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*, tradução de Maria Margarida Barahona. Lisboa, Signo, 1974.
- LAGE, Nilson. "O discurso da ditadura e a norma urbana culta do Rio de Janeiro". *Comunicação & Política*, vol 3, nº 1-4, janeiro-dezembro de 1985, pags. 94-109.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- LAGO, L, ALMEIDA, F et LIMA, B. *A indústria brasileira de bens de capital*. Rio, IBRE/FGV, 1979.

- LANGER, Susanne K. *Introducción a la Lógica simbólica*, tradução de F. G. Aramburu. México, Siglo Veintiuno, 2ª edição, 1972.
- LAZARFELD, Paul e MERTON, Robert. "Mass communication, popular taste and organized social action" (cópia eletrostática). Chicago, UIP, 1949.
- LAZARFELD, Paul, BERELSON, Bernard e GAUDET, Hazel. "The process of opinion and attitude formation" (cópia eletrostática). Nova York, Columbia University Press, 1948.
- LEÃO, Emmanuel Carneiro. *Aprendendo a pensar*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Les structures elementaires de la parente*. Paris, Mouton, 1967.
- LIMA, Venício A. de. "Televisão e política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989". *Comunicação & Política*, ano 9, nº 11, abril-junho de 1990, pags. 29-54.
- LORCA, Federico Garcia. *Obras completas*. Madri, Aguilar, 1966, 11ª edição.
- LYONS, John. *Introduction to theoretical Linguistics*. Cambridge, CUP, 1968.
- MAGDOF, F. H. et SWEEZY, P. M. *A crise do capitalismo americano*. Rio, Zahar, 1982.
- MALLAN et alii. *Política externa e industrialização do Brasil (1938-1952)*. Rio, Ipea, 1977, pags. 1344-145.
- MANDEL, Ernest. *La crise*. Paris, Flammarion, 1985.
- MANDEL, Ernest. *Socialismo x mercado*, tradução de J. Almeida de Souza Júnior. São Paulo, Ensaio, 1991.
- MANDELBROT, Benoit. *The fractal geometry of nature*. Nova York, W.H. Freeman & Co, 1982.
- MARANHÃO, Délio. *Direito do trabalho*. Rio, FGV, 9ª edição, 1981.
- MARCONI, Paolo. *A censura política da imprensa brasileira*. São Paulo. Global, 1980.
- MARX, Karl et ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro, Vitória, 1954, 3ª. ed.
- MARX, Karl. "Manuscritos econômico-filosóficos, Terceiro manuscrito", tradução de José Carlos Bruni, in: *Marx. Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1968, pags. 1-48.
- MATTELART, Armand. *As multinacionais da cultura*, tradução de José Monserat Filho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- MERO, László. *Ways of thinking*, tradução de Anna C. Gösi-Greguss. Cingapura, World Scientific, 1990.
- MILLER, Clyde R. *The process of persuasion*. Nova York, Crown, 1946.
- MOFFIT, Michael. *O dinheiro no mundo*. Rio, Paz e Terra, 1984.
- MONTORO FILHO, André Franco. *Moeda e sistema financeiro no Brasil*. Rio, Ipea, 1982.
- MOSSÉ, Claude. *As instituições gregas*, tradução de Antonio Imanuel Dias Diogo. Lisboa, Edições 70, 1985.
- NERO, Henrique Schützer del. *O sítio da mente*. São Paulo, Collegium Cognitio, 1997.
- NOBRE, Freitas. *História da imprensa de São Paulo*. São Paulo, Leia, 1950.
- PARTEE, Barbara (Org). *Montague grammar*. Nova York, Academic Press, 1976.
- PAVLOV, Ivan Petrovitch. "Physiology of the higher nervous activity". In: _____ *Experimental Psychology and other essays*. Nova York, Philosophical Library, 1957, pag. 271-288.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*, tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et alii. São Paulo, Unicamp, 1988.
- PENTEADO, J. R. *Marketing de idéias*. São Paulo, Pioneira, 1983.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. Rio, Zahar, 1968.
- PEREIRA, Osni Duarte. *Ferro e independência*. Rio, Civilização Brasileira, 1967.
- PLUTARCO. "Sólon". In: _____. *Vidas*. São Paulo, Cultrix, 1963, pag. 43-71.
- POPPER, K et ECCLES, J. C.. *The self and its brain*. Nova York, Springer, 1977
- POSTON, Tim et STEWART, Ian. *Catastrophe Theory and its applications*. Boston, Pitman, 1978.
- RABUSKE, Márcia Aguiar. *Introdução à Teoria dos Grafos*. Florianópolis, UFSC, 1992.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*, 4 vol. Rio, José Olímpio, 1953.
- RANGEL, Ignacio. *Economia: milagre e antimilagre*. Rio, Zahar, 1985.
- REICH, W. *Psychologie de masse du fascisme*. Paris, Payot, 1978.

- REILLY, D. L. et COOPER, L. N. "An overview of neural networks: early models to real world systems". In: *An introduction to neural and electronic networks*. Nova York, Academic Press, 1990., pag. 227-247.
- REUT, Ralf Georg. *Goebbels*, tradução de Krishna Winston. Nova York, Harvester/Harcourt Brace & Co, 1994.
- ROSENBERG, Hans. "Political and social consequences of the great depression of 1873-1896 in Central Europe". *Economic History Review*, XIII, 1943, pags 58-73.
- RUBIM, Albino. "Comunicação, espaço público e eleições presidenciais". *Textos de cultura e comunicação* nº 24. Salvador, UFBA, 1989.
- RUSSELL, Bertrand. "Logical Positivism". In: _____. *Logic and Knowledge*. Londres, George Allen & Unwin, 1956, pags. 367-382.
- SALOMON, Lester M. "The rise of the nonprofit sector". *Foreign Affairs*, vol.73, nº 4, julho-agosto 1994, pags. 109-122.
- SARTRE, Jean-Paul et HEIDEGGER, Martin. *O existencialismo é um humanismo e outros textos*, Coleção Pensadores, vol. XLV, vários tradutores. São Paulo, Abril, 1973.
- SCHAFF, Adam. *Introdução à Semântica*, tradução de Célia Neves. Rio, Civilização Brasileira, 1968.
- SCHILLER, Herbert. *Manipuladores de cérebros*. Buenos Aires, Gedisa, 2ª edição, 1982.
- SCHOLL, Russel B. "The international investment position of the United States in 1985". *Survey of Current Business*, junho de 1986, pags. 26-35.
- SIMÕES, Roberto. *Marketing básico*. Rio de Janeiro, Saraiva, 1978.
- SMITH, Brian H. *More than altruism: the politics of private foreign aid*. Princeton, Princeton University Press, 1990.
- SODRÉ, Nélson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio, Civilização Brasileira, 1966.
- SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco, um ensaio sobre a cultura de massas no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1971
- SOUZA, Ângelo Jorte et alii. "As empresas e a crise no Brasil". *Conjuntura Econômica*, nº 2, fevereiro de 1985.
- TARSKI, Alfred. "Le concept de vérité dans les langages formalisés". In: _____. *Logique, sémantique, métamathématique*. Paris, Armand Colin, 1972, 1º vol., pag. 157-269.
- TAVARES, Maria da Conceição et ASSIS, José Carlos. *O grande salto para o caos*. Rio, Zahar, 1985.
- TCHAKHOTINE, Serge. *A mistificação das massas pela propaganda política.*, tradução de Miguel Arraes. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- TCHAKHOTINE, Serge. *Le viol des foules par la propagande politique*. Paris, Gallimard, 1952.
- TOUCHARD, Jean (org.). *História das idéias políticas*, vol I, tradução de Mário Braga. Lisboa, Europa-América, 1970.
- ULLMANN, Stephen. *Introdução à Semântica*, tradução de J. A. Osório Mateus. Lisboa, Gulbenkian, 1970.
- UNESCO (Comissão MacBride). *Um mundo e muitas vozes*, tradução de Eliane Zagury. Rio, FGV, 1983.
- VAN DIJK, Teun. *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*, tradução de Guillermo Gal. Barcelona, Paidós, 1990.
- VERNANT, Jean Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*, tradução de Haigamuch Sarian. São Paulo, Edusp-DEL, 1973.
- VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio, Instituto Nacional do Livro, 1945.
- WEINER, Joan. *Frege in perspective*. Ithaca, Cornell University Press, 1990.
- WITGENSTEIN, Ludwig. *Tratado Lógico-Filosófico & Investigações Filosóficas*, tradução de M. S. Lourenço. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, 2ª edição.